

ÂNGELA TEIXEIRA DE MORAES  
LILIANE MARIA MACEDO MACHADO  
ROGÉRIO PEREIRA BORGES

# COMUNICAÇÃO E DISCURSIVIDADE

TEORIA E DISPOSITIVOS  
ANALÍTICOS DA AD

EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

**C o m u n i c a ç ã o e Discursividade** é um livro que explora alguns dispositivos teórico-metodológicos da Análise de Discurso aplicados à área da comunicação, especialmente o jornalismo. Foi produzido por pesquisadores que adotam a AD em vários de seus trabalhos, e revisita clássicos como Bakhtin, Foucault, Pêcheux, Fairclough, Maingueneau, Charaudeau, Van Dijk, além de brasileiras como Orlandi, Gregolin e Brait.

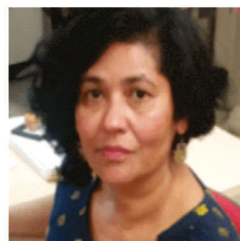
Destina-se especialmente aos iniciantes em análise de discurso que estão no campo da comunicação. Explora conceitos básicos, tece comentários sobre as escolas da AD e apresenta, no final, análises que adotam alguns dispositivos analíticos apresentados ao longo do livro.

Trata-se, portanto, de uma obra interdisciplinar, tratada de forma didática e concisa, que objetiva mapear as possibilidades de análise discursiva, área que tem estabelecido uma importante interface com os estudos sobre comunicação para a entendimento da relação entre linguagem e sociedade.



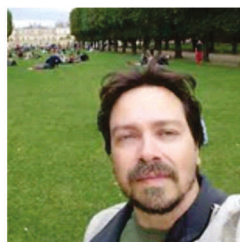
**Angela Teixeira de Moraes**: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás - UFG. Pós-doutora

em Comunicação pela Universidade de Brasília - UnB. Graduada em Jornalismo pela UFG. cursou mestrado e doutorado na UFG com ênfase em análise de discurso.



**Liliã Maria Macedo Machado**: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Faz pós-doutoramento na

Universidade Federal de Goiás. Graduada em Jornalismo pela UFG. cursou mestrado e doutorado em História pela UnB.



**Rogério Pereira Borges**: Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás - UFG e do curso de Jornalismo da

Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO. Graduado em Jornalismo pela UFG. Tem mestrado em Estudos Literários pela UFG e doutorado em Comunicação pela Universidade de Brasília - UnB.

**Conselho Editorial:**

Profa Dra Dione de Oliveira Moura  
Universidade de Brasília

Profa Dra Iluska Coutinho  
Univerdiade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Ana Carolina Temer  
Universidade Federal de Goiás

Profa Dra Rosana Borges  
Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Signates  
Universidade Federal de Goiás

ÂNGELA TEIXEIRA DE MORAES  
LILIANE MARIA MACEDO MACHADO  
ROGÉRIO PEREIRA BORGES

COMUNICAÇÃO E  
DISCURSIVIDADE  
TEORIA E DISPOSITIVOS  
ANALÍTICOS DA AD

EDIÇÃO REVISADA E AMPLIADA

Goiânia - Go  
**FAC/UnB**  
**Kelps**  
**2021**

Copyright © 2021 by Ângela Teixeira de Moraes, Liliane Maria Macedo Machado, Rogério Pereira Borges

**Editora Kelps**

Rua 19 n° 100 — St. Marechal Rondon- CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616 - Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br / homepage: www.kelps.com.br

**Diagramação:** Marcos Dignes  
mcdignes@hotmail.com

**Apoio:** Clayton Pereira de Melo

**Fotos:** Jorge Belim, Ramón Peres

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

**DARTONY DIOCEN T. SANTOS - CRB-I (1ª Região) 3294**

---

M827 | Moraes, Ângela Teixeira de.

Comunicação e discursividade: teoria e dispositivos analíticos da AD. - Ângela Teixeira de Moraes, Liliane Maria Macedo Machado, Rogério Pereira Borges - Goiânia / Kelps, 2021.

346 p.: - il.

ISBN:978-65-5859-354-6

I. Discurso - Análise. 2. Dispositivo. 3. Jornalismo. 4. Comunicação.  
I. Título.

CDU:59.3(078)

---

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei n° 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
2021

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
------------------	---

## PRIMEIRA PARTE

### CONHECENDO A ANÁLISE DE DISCURSO

DISCURSO, TEORIA DO DISCURSO, ANÁLISE DE DISCURSO .....	15
ESCOLAS E PRINCIPAIS AUTORES .....	19
O MÉTODO DE ANÁLISE .....	55

## SEGUNDA PARTE

### CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DISCURSO JORNALÍSTICO

FORMAÇÃO DISCURSIVA .....	65
ORDEM DO DISCURSO .....	75
ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE SENTIDO .....	93

## TERCEIRA PARTE

### DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

IDEOLOGIA, SABER/PODER .....	117
DIALOGISMO, POLIFONIA, INTERDISCURSO, INTERTEXTO E HETEROGENEIDADE .....	131
A PRIORI HISTÓRICO, EPISTEME, ARQUIVO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	139
DISPOSITIVO .....	147
FÓRMULA DISCURSIVA .....	153

POLÊMICA E APELOS DISCURSIVOS.....	157
ETHOS , FIANÇA E PRESERVAÇÃO DA FACE.....	167
ESTRATÉGIAS DA ARGUMENTAÇÃO E TIPOS DE RACIOCÍNIOS.....	177
GÊNEROS DO DISCURSO .....	185
ANÁLISE DISCURSIVA HIPERTEXTUAL .....	193
MEMÓRIA E TESTEMUNHO.....	201
JORNALISMO LITERÁRIO E OS MÚLTIPLOS DISPOSITIVOS DISCURSIVOS .....	215

#### QUARTA PARTE

#### EXEMPLOS DE ANÁLISES

OS INTERDISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO EM REPORTAGENS DO JORNAL O POPULAR .....	239
VIOLÊNCIA E HONRA:A COLÔMBIA DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ NO JORNALISMO E NA LITERATURA POR MEIO DE DISPOSITIVOS E CATEGORIAS DA AD .....	263
JOGO POLÍTICO E DISCURSO MUDIÁTICO:AS ENTRELINHAS DO CASO CUNHA VERSUS DILMA .....	309

## INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso (AD) é uma abordagem teórico-metodológica recorrente nos estudos de comunicação. Ela disputa com a Análise de Conteúdo a preferência dos pesquisadores que se debruçam sobre a produção de textos de comunicação, especialmente os jornalísticos, para uma melhor compreensão dos processos de produção de sentido.

Os textos de comunicação são, hoje, o *locus* principal de observação dos discursos produzidos na sociedade por analistas de diferentes áreas. As empresas de comunicação, as instituições públicas e privadas, e nossas redes sociais produzem e fazem circular discursos que expressam pontos de vista os mais diversos possíveis, cujas descrições muito nos dizem sobre os valores que abraçamos socialmente.

Mas, apesar do reconhecimento acadêmico em torno dos estudos sobre o discurso, eles ainda aparecem de forma nebulosa para muitos pesquisadores iniciantes, uma vez que essa disciplina é importada pelo campo da comunicação. Mesmo se apresentando como conhecimento inter e transdisciplinar, a AD não se mostra com todo o seu vigor em grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação.

O resultado disso é que a AD normalmente se apresenta apenas como um tipo de método de pesquisa, brevemente dissertada em capítulos de livros sobre metodologia científica. Desconhecendo todo o acervo teórico e as diversas possibilidades dos seus dispositivos analíticos, os que se utilizam dela nas investigações de textos acabam por limitar o potencial explicativo da AD.

Soma-se a isso, o fato de os estudos sobre o discurso não caberem dentro de uma mesma caixa teórica. Os inúmeros autores, premissas e perspectivas analíticas são suficientes para sustentar um curso exclusivo e, compreensivelmente, seria impossível comportá-los nas aulas de metodologia da comunicação.

Em Lago e Benetti (2007), por exemplo, há a afirmação de que a “AD é produtiva em dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento de vozes e identificação de sentidos” (p. 107). Todavia, embora o estudo de vozes esteja bem delineado, a produção de sentidos comporta uma variedade grande de abordagens, e somente o conceito de formação discursiva proposto não é suficiente para abarcar todas as possibilidades. Também o conceito de ideologia não está suficientemente problematizado nesse trabalho das autoras.

Gill (2005), outro autor comentarista da análise de discurso enquanto método reconhece diferentes enfoques dessa área de conhecimento, e uma tentativa de síntese do que poderia organizar esses enfoques sob a sigla AD. Apesar de propor um caminho para a condução da pesquisa discursiva em textos, nota-se uma ausência de oferta de dispositivos analíticos mais específicos.

Manhães (2005) é outra referência metodológica que chega aos cursos de comunicação. Ele apresenta a divisão tradicional entre AD francesa e AD inglesa, mas não percebe as transformações pelas quais passaram as duas linhas nos últimos anos. Por

exemplo, ao afirmar que a AD francesa “caracteriza-se pela ênfase no assujeitamento do emissor” (p. 306), ignora a contribuição dos pós-estruturalistas, especialmente em relação aos conceitos de sujeito multifacetado e de resistência. Além disso, a análise proposta no capítulo assinado pelo autor dá preferência aos estudos pragmáticos.

Por outro lado, os livros dedicados especificamente à análise de discursos não priorizam textos jornalísticos ou de comunicação social e, muitos deles, por causa da fundamentação em Linguística, concentram-se em estudos formais da língua, com alcance reduzido para explicar questões críticas do ponto de vista sócio, político e cultural. Assim, forma-se uma lacuna interdisciplinar que a proposta deste livro pretende minimizar.

É o caso de Maingueneau (2004). Em seu trabalho há uma riqueza de detalhes quanto ao estudo do uso de pronomes, discurso direto e indireto, verbos e outras denominações da análise linguística em textos de comunicação. No entanto, falta o viés da interpretação sociológica que é muito importante para um estudo crítico do jornalismo ou da publicidade, e que outros autores de língua francesa como Foucault, Pechêux e Angenot se atentam mais. Reconhece-se, porém, o excelente trabalho de Charaudeau e Maingueneau (2004) em “Dicionário de Análise de Discurso”, obra de referência, mas sem a preocupação de priorizar o discurso jornalístico.

Importante ressaltar que este livro não tem a pretensão de substituir a leitura dos clássicos da AD. Muito pelo contrário. Parte-se deles para entender melhor a construção do discurso jornalístico e outros de comunicação, uma vez que também detemos uma leitura das principais teorias dessas áreas, cuja associação garante maior poder de análise. Além disso, a obra proposta tem

caráter mais didático e de mapeamento, cujo aprofundamento nas fontes originais será incentivado ao final de cada capítulo.

A primeira edição desta obra foi concebida no estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Brasília em 2018, quando as autoras professoras doutoras Ângela Moraes e Liliane Machado trabalharam os principais dispositivos analíticos da AD em relação ao jornalismo de referência. Esta segunda edição conta com um importante acréscimo do professor doutor Rogério Pereira Borges que refletiu sobre a AD no âmbito do jornalismo literário.

O jornalismo tem sido o principal objeto de análise em muitas pesquisas das autoras e de muitos outros analistas do discurso social. Toma-se preferencialmente esse *corpus* devido ao grau de referencialidade que esta atividade ainda carrega no espaço público. Mas a obra também se adéqua a outros tipos de textos de comunicação, pois os dispositivos teórico-analíticos aqui apresentados podem ser apropriados em outros contextos de produção.

Este livro se divide em quatro partes. A primeira trata da AD enquanto teoria e método, e apresenta os principais autores que são mencionados em pesquisas da área de comunicação. Apresentamos uma breve discussão que diferencia esse método de pesquisa da Análise de Conteúdo. O objetivo é introduzir o pesquisador às bases epistemológicas dessa disciplina e compará-la com sua “quase irmã” do ponto de vista metodológico.

A segunda parte apresenta as características gerais do discurso jornalístico. Nela são apresentados os conceitos foucaultianos de *formação discursiva* e *ordem do discurso* que delineiam o olhar matricial sobre o objeto a que propomos analisar. Na sequência, são apresentadas as estratégias utilizadas pelo jornalismo para a produção de sentidos, inclusive com a colaboração teórica da *semântica discursiva*. Esses conceitos também podem ser utili-

zados em outras áreas da comunicação, a partir da familiaridade do analista com outros objetos que não o jornalismo.

A terceira parte se atém à descrição dos dispositivos teórico-analíticos empregados na AD e de que forma eles podem ser apropriados em uma análise. A seleção desses dispositivos foi baseada no julgamento daqueles que nos pareceram mais produtivos para o gesto de descrição e crítica dos discursos produzidos em contextos de comunicação social em geral, do jornalismo de referência e do literário.

A última parte apresenta três artigos em que alguns dispositivos são tomados como fundamento teórico metodológico, a fim de que os leitores possam visualizar melhor as possibilidades de análise. Esses artigos contam com a participação de orientandos dos três autores que conduziram pesquisas sobre feminicídio e jornalismo, o jogo político no discurso midiático e, no âmbito do jornalismo literário, uma análise sobre o trabalho de Gabriel García Márquez.

Uma boa leitura a tod@s.

*Ângela Moraes*  
*Liliane Machado*  
*Rogério Borges*

## Referências

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILL, Rosalind. **Análise de Discurso**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 244-270.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (Orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005. p. 305-315.

PRIMEIRA PARTE

# CONHECENDO A ANÁLISE DE DISCURSO



## CAPÍTULO 1

# DISCURSO, TEORIA DO DISCURSO, ANÁLISE DE DISCURSO

Os estudos sobre o discurso estão no âmbito da filosofia da linguagem, e a Linguística tem sido o campo do conhecimento que mais desenvolveu ferramentas de análise. Mas esses estudos têm aplicação multidisciplinar nas ciências humanas e sociais, visto que a linguagem é o que estrutura o pensamento humano e dá sentido ao seu agir, elementos esses que interessam a várias ciências.

Mas há que se fazer a primeira diferenciação. O que é linguagem e o que é o discurso? A linguagem é um sistema de signos sonoros, gráficos e gestuais cujos sentidos são atribuídos mediante uma convenção social, com vistas a uma intercompreensão em estado de comunicação. O discurso só se manifesta por meio da linguagem, mas ele se situa em uma dimensão em que se considera o extralinguístico.

Para se entender um discurso, não basta dominar os significantes, os significados e as regras gramaticais próprias de uma língua. É preciso considerar a cultura e a sociedade em que a língua circula e os sujeitos históricos que dela se apropriam. Por meio de textos e imagens materializados, é possível saber sobre as identidades, as representações, os conflitos e as ideologias que permeiam a vida social.

Vários autores formalizam o conceito de discurso. Vejamos alguns deles.

Para Brandão (2012, p. 11), “a linguagem enquanto discurso é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia”. Fairclough (2001, p.91) diz que o “discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. O autor acrescenta que o discurso contribui “para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem.

“Discurso não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas que necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material (...) implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social”, reforça Fernandes (2005, p.20). Já Charaudeau (2001, p. 26) esclarece que “o discurso pode ser relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído, na maior parte das vezes, de modo inconsciente, pelos indivíduos pertencentes a um dado grupo social”.

Foucault (2007) define discurso como um conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação, com sentidos que se referem a certos objetos, conceitos, estratégias e modalidades discursivas. Esses conjuntos levam à caracterização do que poderíamos identificar como discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural e também jornalístico. Cada discurso possui uma ordem que autoriza o que pode e o que não pode ser dito em nome dele.

Pechêux (2002) defende que o discurso implica posições políticas e ideológicas por parte do sujeito que usa a linguagem. Essas posições guiam interpretações em uma determinada conjuntura. Inspirado por Foucault, o conceito de formações ideológicas é substituído por formações discursivas, deixando de ser um

sistema fechado de sentidos fixos, para um sistema poroso, que pode ser invadido por elementos de outros discursos. Não são, portanto, tão homogêneos e imutáveis.

O que seria, então, uma teoria do discurso? Apesar de os estudos sobre discurso estarem na forma de uma metodologia de análise de textos na maioria dos cursos de comunicação, há que se considerar que eles partem de formulações teóricas que variam de autor para autor. Há conceitos diversos que permeiam os dispositivos analíticos, orientando os olhares dos analistas, o que nos permite afirmar que existem teorias (no plural).

O discurso é observado a partir de diferentes perspectivas teóricas, que vão desde a concepção do sujeito a chaves metodológicas que servem de análise. Não se trata de um campo homogêneo, e as perspectivas podem ou não conflitar umas com as outras. Todavia, esse campo compartilha a preocupação em se estudar no âmbito da linguagem os sujeitos que a produzem, o contexto em que estão, as posições sociais em que se situam e a história. Mas todas as teorias se opõem à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações. No capítulo seguinte, selecionamos os autores e suas respectivas teorias que mais são utilizados no campo da comunicação e do jornalismo.

A Análise de Discurso (AD), hoje conhecida como uma metodologia qualitativa de análise de textos nos projetos de pesquisa em comunicação, nasceu na França como disciplina. Na década de 1960, o filósofo Michel Pêcheux propõe uma ruptura epistemológica que colocou o discurso em outro terreno para onde intervêm questões teóricas relacionadas à ideologia e ao sujeito. Pêcheux defendia uma semântica do discurso para onde pudessem convergir componentes linguísticos e sociológicos. Para ele, o analista deve relacionar seu gesto de leitura averiguando as condições de produção dos discursos, ou seja, as possibilidades discursivas dos sujeitos inseridos em determinadas formações so-

ciais. O discurso, para ele, é uma prática social de produção de textos, uma construção social, não individual do ponto de vista da autonomia absoluta das ideias, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social.

Apesar de ser ao mesmo tempo teoria e método, o termo “AD” ficou mais popular em todo o mundo, com variantes na forma adjetivada: AD francesa, AD anglo saxônica e ACD (Análise Crítica do Discurso). Alguns teóricos associam elementos de análise discursiva por meio de outras roupagens como Semiótica e a Semiologia, embora essas preservem seu quadro teórico principal. Até a Análise de Conteúdo, no que se refere à etapa final de interpretação de resultados, compartilha lupas com a AD.

### Leituras sugeridas

BENEVISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo (Org.) **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2001, p. 23-38.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

PECHÊUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

## CAPÍTULO 2

### ESCOLAS E PRINCIPAIS AUTORES

Uma das grandes dúvidas dos pesquisadores iniciantes em AD é qual vertente teórica usar. Tem-se a ideia de que um autor necessariamente exclui o outro e que a análise pode ficar incoerente. Isso, no entanto, só é parcialmente verdadeiro.

De fato, alguns pressupostos teóricos não são condizentes com determinados *corpus* de análise, e os objetivos de cada análise podem solicitar dispositivos analíticos mais apropriados que outros. Mas em muitos casos, autores de escolas diferentes oferecem conceitos e formas de abordar o texto que não são incompatíveis, cabendo ao analista conhecer bem esses instrumentos e, com segurança, fazer suas escolhas.

É comum entre alguns estudiosos da AD a divisão em Escola Francesa e Escola Anglo-Saxônica. Ou ainda, Análise de Discurso Francesa (AC) e Análise Crítica do Discurso (ACD). Basicamente, para além da partida de lugares geográficos diferentes, as abordagens tiveram como objetivo inicial uma reflexão epistemológica sobre a língua (AD) e estabelecerem um instrumento de denúncia social (ACD). A AD questionava as análises conteudistas das ciências sociais, e a ACD priorizava os processos de mudança so-

cial. A concepção de sujeito também varia nas duas escolas. A AD tende a observá-lo como mais estruturado (o discurso produzido é inconsciente), e a ACD como agente mais consciente do próprio discurso (discurso intencional).

Todavia, preferimos apresentar os autores ao invés de fazermos uma diferenciação dogmática entre as escolas por três motivos: a) alguns teóricos servem de fundamentação para mais de uma abordagem; b) as escolas não representam um conjunto harmônico em sua base teórica; e c) as pesquisas podem envolver dispositivos advindos de teorias diferentes, sem invalidar a análise. O importante é o domínio dos conceitos a serem utilizados, verificando seu potencial analítico e suas limitações.

Para este capítulo selecionamos os autores que mais são citados nas dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em comunicação e em sociedades científicas como Intercom e SBPJor. Foi feito um levantamento das publicações dos últimos cinco anos durante o período de abril a maio de 2018, e chegou-se à seguinte lista de teóricos mais recorrentes que fundamentam as discussões sobre discurso: Bakhtin, Maingueneau, Fairclough, Foucault, Charaudeau, Pêcheux e Van Dijk. Alguns acadêmicos brasileiros que comentam e expandem as teorias desses autores clássicos foram brevemente citados nos artigos mapeados, e serão mencionados no decorrer deste trabalho.

## **Bakhtin**

Esse autor russo surge antes da fundação da disciplina proposta por Pêcheux e morre pouco depois, mas traz uma importante contribuição para os estudos da área. Ele criou uma teoria

dialógica do discurso. Os conceitos de “dialogismo” e “polifonia” e os estudos sobre os gêneros do discurso são recorrentes nas pesquisas brasileiras.

Os estudos do discurso para Bakhtin (1997 p. 181) partem de um olhar sobre “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da lingüística”. A brasileira Beth Brait, referência nos estudos de Bakhtin, afirma que o princípio dialógico da linguagem é constitutivo do discurso, e essa noção permeia todos os estudos posteriores da AD.

Barros (1997) alerta para a confusão que pode ocorrer com o emprego do termo dialogismo. Muitos pesquisadores iniciantes concebem apenas o “diálogo entre interlocutores” e desconsideram o “diálogo entre discursos”. Este segundo sentido é a novidade em Bakhtin. Significa dizer que todo texto dialoga com o contexto histórico, social e cultural em que foi produzido, e não pode ser reduzido à materialidade da língua. Daí surge a identificação da diversidade de vozes presentes no texto (polifonia). A forma como essas vozes são tecidas no texto estabelecem os diferentes tipos de discurso (gênero discursivo).

### **A onda estruturalista e a produção inicial de Pêcheux**

Os primeiros anos da AD na França foram fortemente marcados pelas ideias estruturalistas. Por estruturalismo entende-se um modelo de pensamento iniciado na Linguística e que se estendeu para as ciências humanas, partindo do pressuposto de que há estruturas que sustentam todas as coisas que os seres humanos percebem e os fazem expressar de determinada forma. O indivíduo é “assujeitado”, ou seja, reproduz a ideologia e os valores dominantes de uma sociedade. Trata-se de uma forma de afastar

o impressionismo e a subjetividade nos estudos da linguagem e, de alguma maneira, garantir certa cientificidade.

Petri (2006) afirma que, para Pêcheux, a maior utopia, no final na década de 1960, era a de desenvolver uma maquinaria capaz de realizar a análise automática do discurso, sem possibilidades de erros, com o máximo de objetividade, cientificidade e fidelidade com a verdade. Pêcheux tinha verdadeiro fascínio por máquinas, ferramentas, instrumentos, técnicas, etc. O uso da informática aplicada à Análise de Discurso era a grande expectativa da época para Pêcheux e seus contemporâneos, envolvidos na construção da Teoria do Discurso.

Paul Henry (1993), ao explicitar os fundamentos teóricos da análise automática de discurso proposta por Pêcheux, apresenta as influências marcantes de Althusser e de Lacan desde os primeiros textos publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Althusser estabeleceu um paralelo entre “a evidência da transparência da linguagem” e o “efeito ideológico elementar” (segundo o qual somos sujeitos). Ele não estabelece relações entre esses dois elementos, eles são postos paralelamente. É Pêcheux que estabelece as devidas relações que interessam à constituição da AD.

A ligação entre os dois elementos se dá via “discurso”. É nesse espaço que Pêcheux passa a desenvolver uma teoria do discurso e um dispositivo operacional de análise de discurso. Importa dizer ainda que Pêcheux constrói a noção de sujeito da AD apoiando-se na visão althusseriana, que prevê o atravessamento da ideologia; e na noção lacaniana, que pressupõe o inconsciente como constitutivo. É somente mais tarde, que Pêcheux reconhece a contribuição teórico-metodológica de Foucault para a AD.

Em um não-dito estruturante é que se funda essa teoria dos discursos: há um nível intermediário que controla e determina a idealidade da fala e, correlato a esse, um nível insti-

tucional não transparente que indica posições possíveis de se usar a língua segundo os critérios (“funcionamento implícito”) não conscientes. Porque não pode ser analisado na imediatez de um texto, o discurso recobre as áreas de inconsciência em que os implícitos comandam as atualizações: é preciso criar uma teoria que apresente a inteligência desses processos de produção (Buriti Júnior, 2008).

A AD foi pensada como “disciplina da interpretação”, capaz de construir “procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (Pêcheux, 1999, p. 14). Pêcheux leva-nos a pensar sobre a necessidade de abertura das questões da linguagem, caminhando em direção à discursividade, pois para ele já estava muito claro que é no discurso que podemos perceber o lugar onde a história trabalha, fazendo a diferença, pois ela comporta o contraditório, o conflitante, o instável.

Eni Orlandi foi a responsável por difundir o pensamento de Pêcheux no Brasil. Os conceitos de interdiscurso, condições de produção, memória discursiva e esquecimento são os principais dispositivos em que a autora se atém para introduzir os pesquisadores à análise de discurso. Ela reconhece que não há uma homogeneidade nos estudos em AD, por mais estabelecida que esteja a disciplina no Brasil e no mundo. Mas sintetiza que a análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade em que vive. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (1999, p.15).

## O pós-estruturalismo e Foucault

A noção de sujeito sofre modificações dependendo do referencial teórico. No existencialismo vemos uma tendência do pensamento liberal europeu em colocar o “sujeito” no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação. O estruturalismo via os sujeitos como simples portadores de estruturas.

Os pós-estruturalistas continuam afirmando que o sujeito é constituído a partir do exterior, contudo, ele assume múltiplas faces e as possibilidades de interpretação dos discursos, por consequência, também são múltiplas. Dosse (1994) interpreta o pós-estruturalismo como uma tentativa de revalorizar o sujeito, mas não de acordo com a metafísica tradicional.

Assim como o estruturalismo, o pós-estruturalismo não pode ser simplesmente reduzido a um conjunto de pressupostos compartilhados, a um método, a uma teoria ou até mesmo a uma escola. Nenhum dos ditos pós-estruturalistas se sentiu na obrigação de elaborar um “manifesto” do pós-estruturalismo. Segundo Peters (2000), é melhor referir-se a ele como um movimento de pensamento - uma complexa rede de pensamento - que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes.

Os pensadores pós-estruturalistas desenvolveram formas peculiares e originais de análise (gramatologia, desconstrução, arqueologia, genealogia, semioanálise), com frequência dirigidas para a crítica de instituições específicas (como a família, o Estado, a prisão, a clínica, a escola, a fábrica, as forças armadas, a universidade e até mesmo a própria filosofia), e para a teorização de uma ampla gama de diferentes meios (a “leitura”, a “escrita”, o ensino, a

televisão, as artes visuais, as artes plásticas, o cinema, a comunicação eletrônica).

O deslocamento, em linhas gerais, feito pelo pós-estruturalismo em relação à perspectiva estrutural diz respeito à passagem de uma noção de fixidez e rigidez da significação para uma na qual a linguagem é fluida, contingente e instável. Essa concepção de linguagem, enquanto sistema marcado pela fluidez e instabilidade, é reflexo do questionamento feito por vários intelectuais sobre as teorizações homogeneizantes, racionais e dicotômicas do estruturalismo.

De acordo com Peters (2000), o que se enfatiza nesse período são a construção e a interpretação ativa das práticas discursivas, radicalmente dependentes da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas “asserções de verdade”. Os pós-estruturalistas descrevem o sujeito em toda sua complexidade histórica e cultural - um sujeito “descentrado”, discursivamente constituído e heterogêneo. O sujeito, sob a influência de Nietzsche, é mais maleável e flexível, estando submetido às práticas e às estratégias de normalização e individualização que caracterizam as instituições modernas, mas que utiliza as técnicas de si, segundo Foucault, para lidar com o exterior.

Foucault, ao invés de trabalhar com as unidades tradicionais de teoria, ideologia ou ciência, preferiu designar como formação discursiva o conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras. O discurso, para ele, é um conjunto de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, o que nos leva a afirmar que as palavras mudam de sentido quando passam de uma formação discursiva para outra. O discurso sobre o qual se debruça Foucault não é qualquer um. Ele está interessado nos atos discursivos que se voltam para a constituição

de um campo autônomo, visto que tais atos discursivos ganham sua autonomia depois de serem aprovados numa espécie de teste institucional, como regras de argumento dialético, interrogatório inquisitório, ou confirmação empírica.

Para se chegar a uma formação discursiva, segundo Foucault (2007), é preciso descrever certo número de enunciados que se remeta a um mesmo objeto, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. A formação de um objeto fica condicionada a alguns critérios: a demarcação das superfícies de sua emergência (em que condições históricas surgiu o objeto); as instâncias de delimitação (os mecanismos formais e informais de delimitação do objeto); e as grades de especificação (sistemas empregados para a separação dos objetos entre si).

As modalidades enunciativas do discurso compreendem o estilo, as formas de expressão que definem um discurso qualquer. Importa saber os lugares institucionais de onde emergem os enunciados e as circunstâncias rondantes. Já no que diz respeito à formação dos conceitos, trata-se da descrição do jogo de compatibilidades e incompatibilidades conceituais, das coações e regularidades que tornam possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos que caracterizam a prática discursiva.

Para Foucault, se há unidade em um discurso, ela não se deve a uma coerência visível e horizontal entre os objetos, mas ao sistema que torna possível a sua formação. O conhecimento das estratégias discursivas é a descrição do jogo complexo de interações, da proposição de generalidades e especificidades, abstrações e concretudes. O autor sintetiza que “definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática” (Foucault, 2007, p. 82-83).

Assim, temos duas posições, distanciadas 20 anos entre si: o sujeito preso ao externo pelo controle e dependência (década de 1960), que, no entanto, é também o segundo, preso à própria consciência, que reage e confronta (década de 1980). O poder não é mais onisciente e onipotente. Contudo, em toda a sua obra, mantém-se acesa a crítica ao sujeito metafísico, absolutamente livre. O sujeito continua sendo constituído pelas relações que mantém com o exterior, mas cuida de si mesmo.

### **Foucault e Bakhtin: diálogos possíveis**

Dando maior amparo teórico às discussões precedentes, propomos um exercício conceitual que, de alguma forma, aproxima dois autores importantes quando falamos de discurso e gênero literário, mas que traz esclarecimentos, quando trabalhados por outras perspectivas, sobre gênero discursivo. Falamos de Michel Foucault e Mikhail Bakhtin, que já foram abordados neste trabalho em outro momento, mas não exatamente em conjunto. Nesta parte, empreendemos esse esforço teórico, demonstrando como alguns dos conceitos que trazem em seus trabalhos, mesmo não dialogando diretamente, podem encontrar similitudes e complementaridades, observando-se, obviamente, os diferentes objetos de análise sobre os quais se debruçam. Pode parecer uma ousadia, mas na verdade é cumprir roteiros teóricos há muito percorridos e que possibilitaram até a inserção do próprio Foucault nos debates da Escola da Análise de Discurso Francesa. Ele não se reconhecia exatamente como um membro deste espectro teórico, apesar das inestimáveis contribuições que deu com suas reflexões, das quais podemos destacar o conceito central de formação discursiva e sua leitura sobre a noção de arqueologia do saber.

Mikhail Bakhtin pode ser apreendido da mesma maneira. Suas conceituações a respeito do romance deram não só à crítica literária, mas a outros campos de conhecimento, conceitos de extrema relevância, como dialogismo e polifonia. Lembrando que a análise de discurso tem uma de suas origens nos estudos literários, é natural que a área se abasteça também das reflexões bakhtinianas. Esse é o contexto que nos leva a fazer algumas associações entre conceitos dos dois autores que podem contribuir em nossa visão sobre discursividade e comunicação.

Podemos começar este exercício de reflexão teórica pelo que é mais amplo, abordando inicialmente os conceitos de formação discursiva, de Foucault, e de não-finalizabilidade ou inacabamento, de Bakhtin. É necessário assinalar que, ao cunhar tais idéias, os dois teóricos não estavam, evidentemente, falando do mesmo assunto. Bakhtin deixa claro, em seu *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2008) e nos ensaios que perfazem a edição de *Questões de Literatura e Estética* (2002) que sua visão está voltada para o gênero romance, num esforço de estabelecer as bases pelas quais esta forma de ficção se desenvolveu, se fixou e se chegou ao seu ápice nas obras do escritor russo Fiodor Dostoiévski. É interessante notar, porém, que mesmo analisando um gênero específico ou mesmo a produção de um autor, Bakhtin consegue debater questões que vão além de tais limitações, alcançando debates mais abrangentes que passam pela própria filosofia da linguagem, pela história literária e que, de alguma maneira – e esta parte é a que nos interessa aqui –, chega ao discurso em si.

Discurso este que também não esteve, enquanto sua análise epistemológica, entre as prioridades de Foucault, que, da mesma forma de Bakhtin, tinha preocupações de cunho mais filosófico e sobre questões que tratavam com mais força a área sociológica e

mesmo clínica. A temática do discurso em Foucault, obviamente, é bem mais presente que em Bakhtin, haja visto que o autor francês tem um livro, já em sua fase mais tardia, em que se aplica na discussão da área (*A Ordem do Discurso*, 2007a). É porém em *Arqueologia do Saber* (2007b) que Foucault discorre com mais profundidade sobre o como os discursos, dentro de contextos, cenas, períodos e influências específicas, constitui não modelos acabados ou resultados estanques e sim se desenvolve por meio de uma “formação” que é sedimentada aos poucos e constantemente mutante. Ao falar dos romances, em grande parte os de Dostoiévski, Bakhtin envereda por um raciocínio parecido, em que, mesmo abordando um tema totalmente diferente, chega a conclusões próximas no que se refere à não-finalizabilidade da obra verdadeiramente romanesca.

Foucault e Bakhtin também desembocam em uma reflexão semelhante quando afirmam que a sociedade em torno da construção da obra/discurso, o contexto e a colocação do enunciador e do destinatário neste cenário influem no resultado final. Para salientar este poder, Foucault fala em contexto, em arquivo, em arqueologias que denotam a participação de elementos e atores que não estão necessariamente à vista no momento em que o discurso se apresenta em sua faceta apreensível. Por isso ele é constituído de uma formação, ampla e complexa, sutil e refinada, que demonstra a falibilidade de modelos que tentam engessar esta construção que se baseia na interação social e na criatividade de seus participantes. Bakhtin, por sua vez, exalta a trivialidade da vida cotidiana para conceber sua idéia de discurso romanesco que, ao contrário do que a poética clássica de Aristóteles (1997) ou o formalismo russo pregam, não deve ser encarado da mesma maneira, e com os mesmos instrumentos analíticos, da poesia ou da épica. Bakhtin

propõe uma outra abordagem, original e ousada, que ressalte o que o discurso romanesco tem de único, sua forma de construir a prosa. Seria, como observam Morson & Emerson (2008), a criação de uma prosaística em contraposição à poética.

Pode-se perceber que tanto Foucault quanto Bakhtin se esbateram contra formas canonizadas e consagradas de se analisar o discurso, cada qual em seu campo de pesquisa específico. Foucault prega uma visão mais abrangente, em que as regularidades e os elementos constitutivos de um discurso não sejam negligenciados e sim encarados dentro de seu espírito *mutatis mutandis*, para que se consiga visualizar, com maior fidelidade e propriedade, como as formações discursivas surgem e como elas trabalham as inumeráveis formas de articulação que trazem. Bakhtin, por sua vez, fala da romancização do discurso, em que seu inacabamento, longe de ser um defeito estilístico ou uma incompletude do gênero, passa a perfazer sua própria essência, seu diferencial em relação às outras formas de se escrever ficção. As semelhanças das produções teóricas dos dois autores começam, assim, a ficar mais nítidas.

A não-finalizabilidade bakhtiniana requer, para que tenha sentido e seja produtiva, a eterna abertura a novas contribuições discursivas, sendo o romance o reino da polifonia (leque maior de vozes que não apenas a de um autor dominador) e do dialogismo (em que a presença do “outro” é fundamental para sua elaboração). A formação discursiva foucaultiana aponta para a mesma direção, já que sem dialogar com outros discursos e sem que haja a predominância, em sua constituição, de um alarido de vozes, de fato, intervenientes, seu alicerce não existe e o discurso volta a patinar em modalidades analíticas monológicas.

Essas aproximações entre Foucault e Bakhtin podem ser conectadas a partir do que escreveram e de como explicaram seus

conceitos. Em sua perspectiva de priorização do papel “do outro” não só na elaboração do discurso de determinado autor, como também em sua própria identidade enquanto discurso e em seu funcionamento efetivo, Bakhtin observa que estamos lidando com algo que é, em essência, transgressor em certo sentido. “Em todas as formas estéticas, a força organizadora é a categoria axiológica de *outro*, é a relação com o outro enriquecida pelo excedente axiológico da visão para o acabamento transgrediente” (Bakhtin, 2006, p. 175, grifo do autor). O que parece paradoxal – um “acabamento transgrediente” – mostra-se, no decorrer da produção teórica do autor russo uma linha coerente a respeito de uma visão do discurso que foge dos formalismos sistemáticos. Deste ponto de vista, o que é enunciado e tudo o que cerca o ato desta enunciação, englobando-se aí as noções de responsabilidade ética de quem emite a mensagem e de estilística artística levantadas por Bakhtin, não só não é como não deve ser terminado.

É algo que necessita, para que continue a ser o discurso de que nos fala o autor, ficar em aberto, pronto a se comunicar, a estabelecer diálogos que não são previstos de antemão. Estaria nesta performance discursiva, a de não-finalizabilidade, a essência da criação no romance, visto por Bakhtin como o gênero que melhor entende tal engrenagem. “Bakhtin propõe o termo *não-finalizabilidade (...)* [*inconclusividade*] para expressar a sua convicção de que o mundo é não apenas um lugar confuso, mas também um lugar aberto” (Morson & Emerson, 2008, p. 55, grifos dos autores). Os pesquisadores chamam a atenção para importância deste conceito dentro da obra do teórico russo numa dimensão mais ampla:

As diversas teorias de Bakhtin sobre a linguagem, a literatura, a cultura e o eu oferecem visões do mundo nas quais

a liberdade e a não-finalizabilidade são reais. A polifonia, o cronótopo do romance, alguns tipos de diálogo, a “unidade aberta” da cultura e muitos outros conceitos-chave servem como modos de compreender como o mundo seria suficientemente ordenado para o genuíno conhecimento científico e, não obstante, aberto para a verdadeira criatividade (Morson & Emerson, 2008, p. 56).

Por essa percepção, o que temos é um arcabouço teórico maior, que transcende o conceito do inacabamento ou da inconclusibilidade. Mais que um efeito, muitas vezes visto de forma negativa em determinados tipos de discurso, tal característica seria uma condição para que outros aspectos da teoria bakhtiniana possam ser trabalhados, em especial os que falam da polifonia e do dialogismo. O discurso ou o gênero literário precisa ser poroso o bastante para aceitar interferências múltiplas que vão, em última instância, constituir o que está sendo enunciado. Uma postura polifônica ou dialógica só é possível em situações em que muitos elementos encontrem a abertura necessária para que possam se apresentar discursivamente. Caso contrário, teremos uma estrutura fechada que não tem interesse ou mesmo condições mínimas para que outras vozes, que não a de um autor onipresente, se manifestem, assim como não será possível estabelecer um diálogo legítimo entre os atores que participam da história em questão, entre os quais podemos colocar o autor.

Traçar um paralelo, por exemplo, com o discurso jornalístico quanto a essas características defendidas por Bakhtin não é algo esdrúxulo. O discurso da informação também precisa ser polifônico e dialógico, uma vez que capta os dados com outros agentes, outras vozes para construir suas narrativas e poder recompor

os acontecimentos. O jornalismo não tem sequer o direito de monopolizar versões, sendo uma condição ética de sua realização a busca do contraditório, a pluralidade de visões e as intervenções discursivas que constituem seu espírito democrático. O jornalismo, portanto, tem o que buscar, teórica e discursivamente falando, em conexões com teorias literárias mais completas como as do autor russo. Como argumenta Bakhtin, reconhecer a instância do “outro” como uma fonte de interlocução factível e necessária é o que torna um texto realmente dialógico. Ouvir o “outro” é, por essência, uma das obrigações do jornalismo, construindo um discurso que o inclua. “Os valores de uma pessoa qualitativamente definida são inerentes apenas ao outro. Só com ele é possível para mim a alegria do encontro, a permanência com ele, a tristeza da separação, a dor da perda, posso me encontrar com ele no tempo e no tempo mesmo separar-me dele, só ele pode *ser e não ser* para mim” (Bakhtin, 2006, p. 96, grifos do autor).

Essa interlocução entre o eu e o outro, na constituição de um discurso, não pode ser encarada como um conjunto de regras no interior de um sistema. Bakhtin rejeita terminantemente qualquer tentativa de adequação de suas reflexões neste sentido. O que não significa uma total e completa arbitrariedade e anarquia. Muito pelo contrário. É justamente propondo uma nova forma de investigação, e até de uma nova abordagem analítica (a prosaística), que Bakhtin enfatiza a não-finalizabilidade do discurso romanesco. Neste quesito, novamente ele se avizinha de Foucault, que também não abre mão de uma certa “ordem” (2007a) e de regularidades que ajudam a explicar as formações discursivas tais quais elas são. A falta de conclusão do discurso romanesco, na visão bakhtiniana, longe de ser um problema, é parte da resposta. É da característica do discurso do romance uma liberdade maior

de ação, um aproveitamento mais amplo de aspectos à primeira vista extraliterários, um diálogo, enfim, mais profundo com o que lhe rodeia.

Quando Bakhtin traz à baila os conceitos ricos e profundos do dialogismo e da polifonia, ele tem em mente uma associação mais essencial das muitas vozes que atravessam o discurso deixando suas marcas próprias. Não é só uma mudança de locutor ou um recurso linguístico específico que formatam esses predicados no romance. As articulações de vozes e discursos a que se refere o teórico russo estão num âmbito profundo do discurso. Como Bakhtin deixa claro em (2006), o dialogismo é a percepção do outro enquanto ser fundamental, do qual não se pode prescindir. Este outro não aparece como convidado e muito menos como “penetra” na festa do discurso romanesco; ele é um dos donos da recepção, é também anfitrião. Vai compartilhar os poderes e o status que o narrador onipresente desfruta exclusivamente no que Bakhtin designa como discurso monológico, próprio de gêneros como a epopéia e o drama. A diferenciação existe entre “narrador” e “ser narrado”, mas cai a predominância de um sobre o outro. O romance aparece para ruir estruturas, para mudar parâmetros e para inserir “o outro” em uma posição inédita nas interlocuções discursivas.

A polifonia tem um caminho de estabelecimento semelhante, passando por quase as mesmas etapas e sendo também uma outra forma de encarar o discurso, que o romance traz para problematizar a competência da poética enquanto campo de estudo do novo discurso ficcional. Todo o vozerio que aparece como fundamental para que possamos compreender com mais fidelidade os caminhos que o romance descreve, porém, não estão totalmente à solta, como já assinalamos. Há medidas a serem observadas,

patrimônios simbólicos, mecanismos que devem ser avaliados. Bakhtin (2008) não só exalta Dostoiévski como sendo o autor que melhor entendeu as engrenagens romanescas, sendo o ápice da polifonia estrutural do gênero, como também, obliquamente, fala de tais balizas do discurso romancizado. Ao analisar obras como *Os Irmãos Karamazov*, *O Idiota* e *Notas do Subsolo*, Bakhtin fornece uma ampla gama de pontos aos quais devemos no atentar para entender as razões que o levam a crer na excelência de Dostoiévski na produção de romances. Ao falar na polifonia, Bakhtin observa, por exemplo, que “dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais são, em realidade, *não apenas objetos do discurso do autor mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante*” (Bakhtin, 2008, p. 5, grifos do autor).

Não é nossa intenção aqui enumerar os muitos outros aspectos listados por Bakhtin na obra de Dostoiévski para basear suas afirmações sobre tais livros e, desta forma, fundar conceitos de grande importância para a crítica literária no século XX. O que nos importa é encontrar alguns pontos coincidentes do pensamento de Bakhtin e Foucault e um deles se apresenta neste esforço conceitual. Ao enveredar por essa construção teórica, Bakhtin acaba por se proteger de acusações de leviandade. Poderiam lhe confrontar com a seguinte questão: “se tudo cabe no romance, como então analisá-lo? Se tudo é permitido, como encontrar seus parâmetros.” Bakhtin (2008) demonstra que críticas deste tipo trazem consigo um falso dilema, uma vez que o fato de um gênero ser mais aberto ou inconcluso não quer dizer que ele não possa ser descrito. Com as formação discursivas de Foucault, também tão abertas, inconclusas e mutáveis, ocorre algo muito parecido. “Se na formação entra tudo, ela se torna absoluta e covarde à crítica, não é?”, poderiam questionar. Não, não é. Assim como Bakhtin,

Foucault também buscou regularidades e fugiu do relativismo para apresentar o seu conceito. Se Morson & Emerson (2008) demonstram que o relativismo era algo a que Bakhtin jamais aceitaria se submeter, Maingueneau (2008) e Gregolin (2004) atestam exatamente a mesma coisa em relação a Foucault e seu modo inovador de analisar o discurso. Para ambos, relativismo é dogma e dogma não combina com avanço do pensamento.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (...) (Foucault, 2007b, p. 43, grifo do autor)

Gostaríamos de assinalar alguns termos desta assertiva. Foucault fala em “sistema de dispersão”, “regularidade”, “ordem”, “transformação”. São termos que, aparentemente, chocam-se frontalmente com as convicções de Bakhtin, que rejeita “sistemas”, “ordens”, mas que, ao mesmo tempo, faz coro ao teórico russo ao mencionar “regularidades”, “transformações”. Haveria um paroxismo incontornável nas questões postas por Foucault. Não acreditamos nesta hipótese e preferimos apostar na complexidade dos conceitos por ele defendidos. Morson & Emerson (2008) chamam a atenção em seu exaustivo estudo sobre as idéias de Bakhtin que o autor não primava, muitas vezes, por conduzir seus raciocínios linearmente. Num jogo de idas e vindas, ele foi cunhando, algumas vezes negando e outras retomando, conceitos ardentemente pregados ou abandonados abruptamente. Foucault também é um

teórico conhecido por métodos semelhantes, convidando seus leitores a um jogo interpretativo que quase nunca é simples.

Sobre as questões conceituais, não queremos estabelecer, forçosamente, uma influência mútua entre os conceitos de Bakhtin e Foucault. Antes, nosso objetivo é mostrar que alguns de seus conceitos, cunhados de maneira totalmente independente, em momentos e situações absolutamente divorciadas, guardam, mesmo que involuntariamente, certas semelhanças. O que leva Bakhtin e Foucault a defender parâmetros polêmicos como a não-finalizabilidade – e dentro dela a polifonia e o dialogismo – e a formação discursiva como elementos igualmente não acabados e abertos do discurso é uma correspondência de mentalidade que une os dois pensadores mais que qualquer escola teórica poderia fazê-lo. Ambos acreditam em um discurso vivo e vibrante, na construção de produtos intelectuais que não se deixam prender por questões redutoras. O texto, para Bakhtin e Foucault, tem uma história a contar, que não se mostra totalmente e possui meandros que explicam sua riqueza, que atiçam a curiosidade, que despertam a interpretação, que promovem a criatividade. Acorrentá-lo é o mesmo que torturá-lo e não receber as respostas desejadas. As fórmulas servem a uma espécie de inquisição discursiva, em que a pequenez da percepção prepondera sobre o tesouro do conteúdo original, único, mutável e promissor de outros conteúdos. A formação discursiva de Foucault é isso. O discurso não concluído de Bakhtin também o é. Eles se encontram no elogio do texto complexo que ambos consideram mais aproveitável.

Podemos identificar novos pontos de contato entre teorias de Bakhtin e de Foucault em um outro aspecto que nos parece igualmente relevante para ambos. Foucault desenvolve o conceito de arquivo, que remete à sua “arqueologia do sa-

ber” (2007b), que se mostrará fundamental na abordagem que o autor faz sobre diversos objetos com que se ocupa. Fazendo a metáfora com uma ciência que investiga condições de surgimento de determinados fenômenos ou de resgate de contextos que possam esclarecer as razões pelas quais comportamentos e episódios ocorreram e predominaram, Foucault propõe que tenhamos uma visão mais ampla da linguagem, não nos atendo apenas ao imediato e buscando as articulações que nos trouxeram até o momento sobre o qual nos debruçamos. Ele deixa claro que não pretende, com isso, elaborar uma linha do tempo uniforme e esquemática, valorizando as rupturas tanto quanto as permanências, defendendo que é justamente esse jogo de desiguais que promove a construção, ao longo do tempo, de algo que podemos avaliar. O que está em pauta na discussão aberta por Foucault não é apenas uma enunciação isolada e sim uma análise mais ampla e rica dos movimentos que formaram aquele discurso específico.

Novamente, como fica evidente, estamos caminhando no terreno da formação discursiva, em que se tenta compreender uma gama de elementos que podem nos dar informações preciosas a respeito de um discurso. São elementos que foram debatidos posteriormente, com mais vagar e não só sob a influência de Foucault, por autores que se dedicaram ao estudo da análise do discurso da escola francesa, entre os quais Dominique Maingueneau, que fez estudos aprofundados sobre cenas de enunciação (2008), papéis da lingüística na formação discursiva (2001a) e contexto em obras de ficção (2001b), e Patrick Charaudeau, que leva conceitos como o de encenação e tipologias discursivas para o debate dos meios de comunicação (2007). Elementos que sustentam uma visão do discurso que não prescinde de uma boa mirada no retro-

visor, identificando os alicerces pelos que são as verdadeiras bases para um discurso.

Para Foucault, a arqueologia está longe de significar uma história das idéias pura e simplesmente. Pelo contrário, ele refuta esta definição quando diz que “a descrição arqueológica é precisamente abandono da história das idéias, recusa sistemática de seus postulados e de seus procedimentos, tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram” (Foucault, 2007b, p. 156). De acordo com o filósofo francês, “a arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Cumpre notar que as regras aventadas por Foucault não podem ser relacionadas às regras que a escola dos formalistas russos tanto defendiam e que Bakhtin combatia. Tezza (2003) debate essas diferenças entre o pensamento sobre o discurso de autores como Jakobson, com sua famosa grade de funções da linguagem (1995), do que a abordagem muito mais versátil de Bakhtin sobre o tema, que não aceitava designações a priori em que as obras deveriam se encaixar..

No mesmo sentido, Foucault jamais se deteria em classificações que, com o argumento de buscar regularidades fixas, pudessem empobrecer a abordagem do discurso. Admitindo as regularidades como pontos de escrutínio do discurso e muito ligadas à sua arqueologia própria, o filósofo francês, contudo, não as toma como algo plenamente definidor:

A regularidade, assim entendida, não caracteriza uma certa posição central entre os limites de uma curva estatística – não pode, pois, valer como índice de frequência ou de

probabilidade; especifica um campo efetivo de aparecimento. Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e não pode dela ser dissociado. Não se deve, portanto, opor a regularidade de um enunciado à irregularidade de outro (que seria menos esperado, mais singular, mais rico em inovações), mas sim a outras regularidades que caracterizam outros enunciados. (Foucault, 2007b, p. 163)

Esse inacabamento, para Foucault, talvez possa ser explicado, em muitos casos, pelo o que o discurso traz como bagagem, o que o fez se tornar o que é, indicando, inclusive, futuras transformações possíveis. Ele ressalva que “todas as regras de formação atribuídas pela arqueologia a uma positividade não têm a mesma generalidade” (Foucault, 2007b, p. 188). Em outro momento, Foucault alega que “a arqueologia não tenta tratar como simultâneo o que se dá como sucessivo; não tenta imobilizar o tempo e substituir seu fluxo de acontecimentos por correlações que delineiam uma figura imóvel” (2007b, p.190). Imóvel seria algo que já foi terminantemente encerrado; imóvel seria um enunciado, um texto ou um gênero que se submetesse a regras estabelecidas por funções fixas da linguagem; imóvel seria um discurso sem potencialidades de criação, de reinvenção própria, de maturação e transformação. Um discurso assim, plenamente analisável, é um objeto factível dos formalistas, com seus esquemas, e de uma parte mais radical dos funcionalistas e dos estruturalistas, que enxergam em palavras e concatenações frasais dispositivos que levam sempre a sistemas pré-moldados ou peças de um quebra-cabeças que eles têm por objetivo montar. Mas o que não é um quebra-cabeças montado senão o fim da brincadeira?

Foucault e Bakhtin não acreditam nisso, cada um a seu modo, dentro de visões teóricas que não são coincidentes no todo, mas que resultam em algo bem parecido: um discurso que cria é criado constantemente. Para ambos, um discurso que tem identidade não significa um discurso rígido e amarrado. Para ambos, um discurso aberto e pleno de debates não significa um discurso desordenado e anárquico. Foucault, ao falar das regularidades e que muitas delas só podem ser visualizadas a partir de uma arqueologia do discurso está, ao contrário dos que afirmam ser uma tentativa de sistematizar o objeto de análise, propondo outros olhares que possam ser epistemologicamente e filosoficamente articulados, num denso e árduo trabalho de comentário menos explícito e mais profundo. Ao debater a questão da memória dos gêneros, Bakhtin faz algo bastante semelhante.

O teórico russo entra nesta seara – não na da análise do discurso, obviamente, mas na de um esforço por encontrar a genealogia do gênero – em diversos de seus textos. Ele demonstra a preocupação em fazer uma, poderíamos dizer, arqueologia do gênero em *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2008), quando faz um levantamento bastante amplo de uma série de formatos de textos para dizer, ao final, que o autor de *Os Irmãos Karamazov* pode ser considerado o ápice de muitos deles. O debate sobre gêneros ganha profundidade também nos textos reunidos em *Questões de Literatura e Estética* (2002), quando a análise mais intensa se concentra sobre as propriedades do romance. Os próprios conceitos de polifonia e dialogismo, tais como são trabalhados por Bakhtin, estão intimamente atrelados a esta “história dos gêneros”, que o teórico deixa bem claro ser fundamental para a compreensão dos objetos em debate.

Para tratar do romance enquanto gênero, Bakhtin afirma que “a palavra romanesca teve uma longa pré-história que se perde nas profundezas dos séculos e dos milênios. Ela se formou e amadureceu os gêneros do discurso familiar ainda pouco estudados, da linguagem popular falada, e do mesmo modo em alguns gêneros literários e folclóricos inferiores” (2002, p. 371). Em outra reflexão, o autor observa que “por sua natureza mesma, o gênero literário reflete as tendências mais estáveis, “perenes” da evolução da literatura. O gênero sempre conserva os elementos imorredouros da *archaica*” (Bakhtin, 2008, p. 121, grifo do autor). Maingueneau, trabalhando no interior da análise do discurso o conceito de arquivo lançado por Foucault, afirma que “o *archeion* associa assim intimamente o trabalho de *fundação* no pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um *corpo de enunciadores consagrados* e uma gestão da *memória*” (Maingueneau, 2008, p. 38, grifos do autor). É redundante ressaltar a proximidade das duas idéias, reforçada por Bakhtin quanto atesta que “o gênero vive do presente mas sempre *recorda* o seu passado, o seu começo. É o representante da memória criativa no processo de desenvolvimento literário” (2008, p. 121, grifo do autor). Por sua vez, Pêcheux, citado por Gregolin, pontua que o arquivo se relaciona com “um trabalho da memória histórica em eterno confronto consigo mesma” (2005, p. 157). Bakhtin também chama a atenção para um processo específico de nascimento e transformação de gêneros que está, de alguma maneira, bem próximo ao que é descrito por Foucault em sua argumentação a respeito das formações discursivas.

(...) é de especial importância atentar para a diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples)

e secundários (complexos) (...). Os gêneros discursivos secundários (complexos – romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc. *No processo de sua formação eles incorporam a reelaboram diversos gêneros primários (simples), que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata.* Esses gêneros primários, que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta e os enunciados reais alheios (...). (Bakhtin, 2006, p. 263, grifos nossos).

Em outras palavras, temos praticamente uma descrição de como se dá a “formação discursiva” desses gêneros, com uma interferência direta e essencial de “arquivos” vindos de outros gêneros, incorporados em determinadas “cenas” e “contextos”, o que está sempre nos remetendo, de alguma forma, a “dialogar” com a nomenclatura empregada pela análise do discurso. Os gêneros podem ser considerados integrantes de um escopo de “regularidades discursivas”, já que têm uma dimensão visível e são, em grande medida, orientadores de comentários e análises. Sem eles não haveria “contratos de leitura” – aqui usando o conceito de Eliseo Verón (2004) –, o que nos remete também a uma reflexão de Morson & Emerson (2008): “cada gênero implica um conjunto de valores, um modo de pensar a respeito dos tipos de experiência e uma intuição sobre a conveniência de aplicar os gêneros em qualquer contexto dado” (p. 308). Há, portanto, a necessidade de que haja um reconhecimento mútuo do discurso. Sem ele, o próprio

dialogismo de Bakhtin seria natimorto, já que a participação do “outrem” não se daria nunca por absoluta falta de compreensão. Os gêneros, e com eles os arquivos que subentendem, têm o papel de situar, contextualizar os participantes do discurso.

Essa interação social se dá necessariamente entre três participantes: o falante, o ouvinte e o tópico do discurso. Nesse sentido é que Bakhtin afirma ser o discurso um evento social, querendo enfatizar que não é um acontecimento auto-encerrado no sentido de alguma quantidade linguística abstrata, nem pode ser derivado psicologicamente da consciência subjetiva do falante, tomada em isolamento. O enunciado concreto, e não a abstração linguística, nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes do enunciado. Sua forma e significação são determinadas, basicamente, pela forma e pelo caráter dessa interação. (Brait, 2003, p. 20-21)

Forma e caráter que têm uma relação umbilical com os primórdios da formação discursiva e/ou gênero, com os arquivos que essas duas instâncias carregam em si. Como nos lembra Morson & Emerson (2008), cada gênero implica um conjunto de valores, um modo de pensar a respeito dos tipos de experiência e uma intuição sobre a conveniência de aplicar os gêneros em qualquer contexto dado.

Não é legítimo, pois, indagar à queima-roupa, aos textos que estudamos, sobre seu valor de originalidade e sobre os fragmentos de nobreza que se medem aqui na ausência de ancestrais. A indagação só pode ter sentido em séries muito exatamente definidas, em conjuntos cujos limites e

domínio foram estabelecidos, entre marcos que limitam campos discursivos suficientemente homogêneos. (Foucault, 2007b, p. 162)

Não é, pois, possível falar da memória do gênero, dos arquivos de uma formação discursiva sem que tenhamos em vista como se dá a configuração de tais elementos, em que nível essas interações ocorrem, que aspectos estão sendo trabalhados e re-trabalhados na elaboração e explicitação de nomenclaturas, classificações, balizamentos. É preciso entender que quando se fala de gêneros, não se fala em adequar, à força, a tais tipologias todo e qualquer discurso. Como ocorre no conceito de *interincompreensão*, trabalhado por Maingueneau (2007), há o empenho em entender alguma organização no caos. Por este conceito, as incoerências substanciais do discurso, seus meandros, reentrância e “desorganização” natural auxiliam, e não atrapalham, sua compreensão, uma vez que o elemento caótico lhe é parte constituinte.

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada. Cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que ele constrói. (Maingueneau, 2007, p. 22, grifo do autor).

A formação discursiva dá-se exatamente nessa colaboração num entremeio interdiscursivo. Mas para que esses encontros possam ser encarados como interações entre partes diferentes, é necessário que se tenha uma definição dos elementos envolvidos

para que haja um diálogo discursivo entre agentes não-iguais. Caso essas definições não existam, passa a ser muito complicado, senão impossível, explicar o encontro entre elas.

Em lugar de elaborar uma lista impossível de gêneros do discurso, é melhor nos questionarmos sobre a maneira de conhecer as próprias coerções genéricas. Na via aberta pela pragmática, a tendência consiste em passar de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção ‘institucional’, como já foi mencionado. Isto não significa, evidentemente, que o aspecto formal seja secundário, mas apenas que é preciso articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo. (Maingueneau, 1997, p. 35-36)

O autor acrescenta que “a eficácia da enunciação resulta necessariamente do jogo entre as condições genéricas, o ritual que elas implicam *a priori* e o que é tecido pela enunciação efetivamente realizada” (Maingueneau, 1997, p. 40). Em outra obra, ele pondera que, no contato com um texto, o receptor só o reconhecerá quando o relacionar a um gênero de discurso com o qual tenha algum tipo de familiaridade. “(...) a partir do momento em que identificou a que gênero pertence um texto, o receptor é capaz de interpretá-lo e comportar-se de modo adequado a seu respeito. Na falta disso, pode ocorrer uma verdadeira paralisia” (Maingueneau, 1996, p. 14-15). Neste caso, o que vale para o discurso literário, vale para outras modalidades discursivas, de um panfleto publicitário entregue no sinal de trânsito à manchete publicada no jornal de grande circulação. Neles, há contratos de leitura que encaminham a apreensão do discurso para terrenos conhecidos onde poderão ser interpretados pelos coenunciadores. Os gêneros

discursivos funcionam, assim, como espécies de condutores a tais terrenos, não devendo, entretanto, ser confundidos com definidores do sentido que cada enunciação terá para seus respectivos coenunciadores.

Maingueneau atesta que “sabendo diante de qual gênero está, o público estrutura suas expectativas de acordo com ele” (1996, p. 139-140). Nessa negociação, o autor detecta três tipos de obras literárias: “as que se inscrevem nos limites de um gênero”; “as que brincam com os contratos genéricos (misturando muitos gêneros, submetendo-se a eles de maneira irônica, parodiando-os”); “as que se apresentam fora de qualquer gênero, isto é, pretendem definir um pacto singular” (1996, p. 139-140). No jornalismo, pode-se empreender discussão semelhante quanto às suas tipologias já estabelecidas. Tipologias estas que, com o tempo, passaram por mudanças e foram se formando processualmente, dentro de uma dinâmica discursiva afeita às teorias de Foucault e também de Bakhtin. Na compreensão da discursividade da comunicação, é sempre interessante poder lançar um olhar sobre teóricos e conceitos que embasam outras áreas, mas que podem transitar por outras.

## **Maingueneau**

Dominique Maingueneau é outro analista francês que se debruça sobre o discurso. Ele entende este como uma organização situada para além da frase e que mobiliza conhecimentos de outra ordem, cujas regras são definidas por um grupo social. E o caracteriza a partir de seis afirmações.

*O discurso é orientado.* Ele tem uma função, uma finalidade e dirige-se para algum lugar. *O discurso é uma forma de ação.* Falar é agir sobre o outro e não apenas uma forma de representa-

ção do mundo. *O discurso é interativo*, é uma interatividade entre parceiros. Os sujeitos da interação podem estar presentes ou são constitutivos por meio do dialogismo bakhtiniano. *O discurso é contextualizado*, e os sentidos dos discursos dependem do contexto onde ele é produzido. *O discurso é assumido por um sujeito*. O EU com suas referências pessoais, temporais e espaciais indica a atitude que está tomando em relação ao que diz e a outros sujeitos.

O autor diz ainda que *o discurso é regido por normas*, e o conhecimento dessas normas é que legitima a fala dos sujeitos. *O discurso é considerado no bojo de um interdiscurso*, ou seja, no interior do universo de outros discursos. Para analisar os enunciados, é preciso relacioná-lo a outros enunciados comentados e citados – o interdiscurso (Maingueneau, 2004).

Maingueneau tem um amplo trabalho na área, tendo publicado inúmeros títulos já traduzidos para o português, e participado de eventos científicos realizados no Brasil. Aqui, ele também é mencionado quando se estuda gêneros discursivos, e não devem ser confundidos com os gêneros textuais que normalmente se aprende nas aulas de língua. Gêneros discursivos, para o autor, são definidos por um conjunto de características formais, de procedimentos e coerções ligados a uma “instituição” produtora de discursos que os legitima. A ancoragem social é importante para entender os gêneros.

## **Charaudeau**

O livro *Discurso das Mídias* é um dos mais usados nos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação. Seu autor, Patrick Charaudeau, outro francês, é fundador da Teoria Semiolinguística de Análise de Discurso. Seu projeto de pesquisa, em linhas gerais,

pretende responder as seguintes questões: “a) o que conhecemos do signo e como ele pode ser definido; b) o conceito de comunicação é pertinente em tal projeto?; c) o que é competência linguajeira e quais são seus componentes?” (Charaudeau, 2008, p.21).

Ele define o jornalismo como produtor de um “discurso de informação” – atividade de linguagem “que permite que se estabeleça nas sociedades o vínculo social sem o qual não haveria reconhecimento identitário” (Charaudeau, 2010, p. 12). As mídias, segundo ele, são parte interessada nesse discurso da informação, cuja organização deve ser conhecida para se conhecer a particularidade desse discurso.

Em seu trabalho empírico, o autor olha as mídias a partir de duas lógicas: a *econômica*, em que pese a informação enquanto bem de consumo; e a *simbólica*, cujo objetivo é participar da construção de uma opinião pública. Entender essas lógicas é crucial para o entendimento do funcionamento do discurso da *máquina* midiática.

Charaudeau oferece ao analista dispositivos práticos que se referem à compreensão dos diferentes lugares da produção dos sentidos nessa máquina. Esses lugares são a produção, o produto e a recepção. Trata-se de um modelo de análise de discurso que se baseia no funcionamento do ato de comunicação e, em cada um desses lugares, são descritos os elementos de observação.

## Fairclough

Norman Fairclough é linguista inglês e está ligado aos estudos culturais britânicos. Ele se filia à Análise Crítica do Discurso (ACD), e defende a tese de que as mudanças no uso da língua estão ligadas a processos sociais e culturais mais amplos. Logo,

propõe a análise de discurso como um método para estudar a mudança social.

Na tentativa de reunir análise linguística e teoria social, o autor considera que o termo discurso deve ser entendido na dimensão de uma prática social, e não como resultante do uso de linguagem puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Como modo de ação, o discurso implica uma relação dialética com a estrutura social. O discurso tem impacto em todas as dimensões da estrutura social que, “direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes” (Fairclough, 2001, p. 91). Ele também contribui para a construção de sistema de conhecimento e de crença.

Como o foco de sua pesquisa é a relação entre discurso e mudança social, Fairclough identifica três tendências contemporâneas nas ordens discursivas: democratização, comodificação e tecnologização. Essas tendências têm sido observadas nas pesquisas que têm a mídia e os textos de comunicação em geral como objetos empíricos.

Quanto à primeira tendência, o autor cita a relação entre línguas e dialetos, o acesso facilitado a tipos discursivos tradicionalmente prestigiados, a eliminação gradativa dos marcadores explícitos de poder, a informalidade das línguas e as mudanças no discurso no que diz respeito ao tratamento da questão de gênero. A segunda é a tentativa deliberada de transformar em mercadoria aquilo que não é mercadoria, especialmente no âmbito da cultura e da educação, que já são tidas como “indústria” e seus sujeitos “consumidores”. A tendência da tecnologização diz respeito a como disseminar o discurso de maneira eficaz por meio do emprego de técnicas.

## Van Dijk

Teun Adrianus Van Dijk é um analista holandês de discurso que desenvolve pesquisas em uma universidade de Barcelona. Ele se inscreve dentro dos Estudos Críticos do Discurso (nomenclatura substitutiva da Análise Crítica do Discurso), e gosta de reiterar que esse campo de conhecimento não é um mero método. Os estudos do discurso, para Van Dijk, congregam diferentes teorias, métodos de observação, descrição ou análise, e suas aplicações.

A relação entre discurso e poder tornou-se a principal contribuição do autor. Para Van Dijk (2008), poucas pessoas têm uma liberdade total para dizer e escrever o que querem e onde querem. O discurso é controlado, especialmente aquele produzido pela mídia.

O discurso é analisado enquanto poder simbólico, derivado de outros tipos de poder, como o político, o econômico, o acadêmico. Apesar de admitir uma dimensão positiva do poder, o autor vai se ater ao *abuso do poder de dominação*, noção negativa que leva à prática da injustiça e da desigualdade na forma de discurso.

Sobre o discurso jornalístico, Van Dijk afirma que, em boa medida, os profissionais tendem a reproduzir a ideologia da elite e, mesmo que os jornalistas sejam críticos em relação a políticos e empresas, é preciso compreender que esse discurso também é controlado pela organização de onde emana. Nesse sentido, o autor dialoga com a teoria do newsmaking<sup>1</sup>, alertando para a necessidade de se conhecer as rotinas produtivas da organização jornalística.

Uma parte importante de seus estudos centra-se nos *padrões de acesso* ao poder de fala. O acesso engloba “o modo como

1 A Teoria do Newsmaking busca entender a cultura profissional do jornalista, a organização do trabalho e os processos produtivos dentro da empresa de uma comunicação.

as pessoas tomam a iniciativa nos eventos comunicativos, as modalidades de suas participações, assim como os modos com os quais controlam as várias outras propriedades do discurso”, (Van Dijk, 2008, p.91). Seu livro mais conhecido, “Discurso e Poder”, apresenta análises que trazem como objetos empíricos o racismo e a xenofobia presentes em textos da imprensa europeia.

## Outros autores

Embora raros nos trabalhos de pesquisa mapeados para este trabalho, mas que podem contribuir com análises de discursos de comunicação, podemos citar Amossy (2017), Angenot (2015), Courtine (2015) e Krieg-Planque (2010). Os dois primeiros colaboram com estudos sobre um dos temas centrais da comunicação e contextos de interação que são o *consenso* e o *dissenso* em situações de comunicação, provendo o analista com dispositivos analíticos para discursos polêmicos e que se estabelecem dentro de uma Retórica da Incompreensão. Já Courtine organizou com o brasileiro Carlos Piovezani um interessante livro sobre a história da fala pública, com especial atenção às mutações contemporâneas protagonizadas pela mídia – uma espécie de análise arqueológica do tipo foucaultiano. A última dedica-se aos estudos das *fórmulas discursivas* e o papel da mídia em sua disseminação e cristalização.

Evidentemente que há outros expressivos nomes que se dedicam à análise de discurso no Brasil. Sírio Possenti, Beth Brait, Maria do Rosário Gregolin e Izabel Magalhães são alguns exemplos. Todavia, cumprindo as decisões metodológicas que norteiam as escolhas dos autores aqui mencionados, ficam como sugestão para aqueles que quiserem se aprofundar na área. A pro-

dução científica sobre discurso é quantitativamente expressiva no país e no exterior, e não é possível abarcar todas as contribuições nesta obra.

### **Leituras sugeridas**

AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**. São Paulo: Contexto 2017.

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**. São Carlos: Edufscar, 2015.

ARISTÓTELES. **Poética clássica**. São Paulo: Cultrix, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. Questões de literatura e estética: a teoria do romance. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, Diana. **Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso**. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

BRAIT, Beth. As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de & FIORIN, José Luiz. **Dialogismo, polifonia e intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2

BUTTURI JÚNIOR, Atílio. **Metafísica e Discurso: Pêcheux, Foucault e a Pós-Modernidade**. Dissertação de Mestrado. 2008. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos. **História da Fala Pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis: Vozes, 2015

DOSSE, François. (1994). **História do estruturalismo II: O canto dos cisne**, de 1967 a nossos dias atuais. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed., 2007.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**. Campinas: Claraluz, 2004.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: UnB, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes / Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MORSON, Gary Saul & EMERSON, Caryl. **Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística**. São Paulo: Edusp, 2008.

TEZZA, Cristóvão. **Entre a prosa e a poesia: Bakhtin e o formalismo russo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. Trad. Eni Orlandi. In: *Escritos*, n. 4. Campinas, SP: Labeurb/Nucredi – UNICAMP, 1999.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

PETRI, Verli. **Michel Pêcheux e a Teoria do Discurso nos anos 60**. 2006. Disponível em <[http://www.ufsm.br/corpus/txts\\_profes/Verli\\_expressao.pdf](http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf)>. Acesso em 9 de julho de 2009.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

## CAPÍTULO 3

### O MÉTODO DE ANÁLISE

O objetivo geral de uma análise de discurso é compreender como os textos, as imagens e os sons produzem sentido. Isso implica dizer também quão importante é para o analista conhecer a posição-sujeito<sup>1</sup> do indivíduo que produz seus discursos e o momento histórico em que ele vive, a fim de que se possa estabelecer uma relação entre os signos utilizados e os sentidos que ele quer imprimir a eles.

Cabe distinguir entre significado e sentido. O sentido é construído posteriormente à significação. O sentido é o significado somado a uma intenção de uso ou contexto específico de uso. Mari (2008) utiliza o exemplo da imagem de uma “grade” para essa diferenciação. Apesar de todos saberem o significado da palavra “grade” (impedimento), a imagem pode gerar dois sentidos: impedir a entrada de pessoas ou impedir a saída de pessoas. Logo, o significado é a primeira instância de determinação do sentido, o contexto será ulterior.

Quem discursiviza o faz a partir de um modo de interpretação de um contexto imediato e do contexto histórico, do gênero

---

1 Sujeito não é sinônimo de indivíduo. Posição sujeito é o lugar que o indivíduo ocupa em uma enunciação, cuja fala está condicionada a elementos históricos, sociais e ideológicos.

escolhido, da relação com o objeto de fala, bem como da imagem que faz dos interlocutores visados. O analista quer compreender o discurso a partir desse conjunto de coisas que mobiliza o sujeito, seja ele indivíduo ou instituição, com finalidade meramente descritiva (expondo os modos de funcionamento do discurso) ou crítica (emitindo juízos e julgamentos).

Quanto mais se compreende o mundo em que os discursos circulam do ponto de vista das relações sociais, maior o poder explicativo da análise. Logo, será muito difícil uma análise se assemelhar a outra. O potencial e as limitações da AD dependem enormemente dos olhos do analista e das ligações que ele consegue estabelecer entre discurso e sociedade. Não há um procedimento que garanta análises idênticas.

Isso, de certa forma, frustra os pesquisadores que gostariam de adotar esquemas, tabelas e categorias fixas para o desenvolvimento da análise. Por outro lado, favorece a liberdade do pesquisador, pois este mobiliza seu próprio conhecimento e experiência para potencializar os dispositivos teóricos que vai empregar.

Importante considerar que, apesar de várias análises serem possíveis, não é qualquer análise que se empreende. O marco teórico escolhido pelo analista tem que ter relação com a natureza e as evidências do *corpus*. Por exemplo: não adianta eu utilizar o dispositivo “ideologia” a partir da compreensão da luta de classes, se o *corpus* evidencia sentidos que dizem respeito a uma questão de gênero ou de dogmas religiosos.

Assim, o primeiro passo da análise é verificar primeiramente a materialidade do discurso que se pretende analisar, e depois escolher os dispositivos-guia para não forçar os enquadramentos. Mesmo que se faça um estudo das teorias do discurso anteriormente à análise, o *corpus* é soberano, e as teorias devem ser revi-

sitadas. Se for o caso, outros dispositivos podem ser incluídos e alguns descartados.

Outra coisa importante na análise é se atentar para o não-dito, os silenciamentos. Às vezes, o que se tenta ocultar em um discurso, esclarece melhor sobre as circunstâncias da sua produção e da posição que o sujeito ocupa no contexto da fala. Por exemplo, quando o jornalista escolhe o que diz sobre um determinado político e omite outras coisas que circulam no meio social, percebe-se a relação de adesão ou refração que o profissional ou a instituição jornalística estabelece com aquele discurso.

Em linhas gerais, recomenda-se a leitura completa do texto e a observação de tudo que a ele está associado – no caso do jornalismo imagens, destaques, posicionamento na página, horário de veiculação e hierarquização em relação a outros conteúdos. Ver também como a narrativa se constrói: os adjetivos e os argumentos utilizados, as ênfases e reduções, o sentido predominante. Evocar a memória discursiva (os saberes compartilhados pelos interlocutores), o interdiscurso (a relação com outros discursos). Relacionar os dizeres com a história (práticas sociais, valores, fatos), a fim de que se explique por que determinado discurso é possível naquele momento. Pode-se ainda relacionar práticas não discursivas com as discursivas, caso o pesquisador tenha acesso às condições mais pragmáticas da produção do discurso, por meio de entrevistas e observações participantes ou não participantes.

Conhecimento prévio sobre as características gerais de determinado discurso também ajuda o analista. Muitos autores já descreveram os elementos constituintes dos discursos jornalístico, publicitário, religioso, científico, político, literário. Também já foram estudados os gêneros textuais que exercem determinado

constrangimento sobre o discurso. Isso auxilia na compreensão de uma ordem discursiva a que determinado texto está submetido.

## Diferenças entre AC e AD

A Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso costumam causar confusão entre os pesquisadores iniciantes. Por serem métodos próximos e não necessariamente excludentes, eles podem ser aplicados em um mesmo *corpus* e, por vezes, chegam a interpretações semelhantes.

É importante, porém, fazermos algumas distinções. A principal pergunta que se coloca é qual o objetivo da análise e se essa análise responde à questão-problema da pesquisa. Diante disso, escolhe-se uma ou outra, ou parte de uma e de outra. Ambos os métodos aprofundam nossa compreensão sobre as mensagens, mas obedecem a propósitos diferentes.

Abaixo apresentamos um quadro síntese.

	<b>Análise de Conteúdo</b>	<b>Análise de Discurso</b>
<i>Origem</i>	Estados Unidos (anos 1940)	França (Anos 1960)
<i>Posicionamento no campo das análises em ciências sociais</i>	Tentativa de conferir maior objetividade nas análises	Problematiza o sentido estável que se pretende nas ciências sociais nas análises de textos
<i>Natureza e objetivos da análise</i>	<i>Quanti e quali</i> , visando mapear temas, quantificar, verificar frequência de citações, interpretar	<i>Somente quali</i> , para compreender os sentidos (e não conteúdo) a partir de formações discursivas ancoradas historicamente
<i>Passo a passo da análise</i>	Bem definido: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e inferências	Estabelecido pelo analista

<i>Fundamentação teórica</i>	Não é dependente de autores específicos	Há estreita ligação entre autores e dispositivos analíticos escolhidos
<i>Categorias de análise</i>	São diversas e podem ser estabelecidas pelo próprio analista	Há dispositivos pré-definidos dependendo da teoria do discurso escolhida
<i>Dependência do entendimento sobre as condições de produção do texto</i>	Não dependente	Dependente

Fonte: dos autores

Tanto a AC quanto a primeira fase da AD buscavam um parâmetro de cientificidade para as análises de textos. Disso resultou, em seus inícios, uma preocupação com a apresentação de dados estatísticos por meio de estudos da incidência de palavras (AC) e da propositura de uma análise automática de discurso por parte de Pêcheux (AD).

Essa preocupação se arrefeceu. Embora a AC continue a propor quadros analíticos quantitativos, o método se expandiu e acrescentou análises qualitativas a partir desses resultados. A AD também se libertou da rigidez dos sentidos que levavam a conclusões pré-fabricadas, e os problematizou por meio de análises dos atravessamentos de diferentes formações discursivas que se instalam no texto.

A validade que se busca nas análises está na capacidade de o analista relacionar, convincentemente e com evidências empíricas, o que se encontra no texto como forma de expressão de uma realidade social. Não se busca em nenhum dos métodos provas irrefutáveis que associem palavras enquanto retratos fiéis dos sujeitos, suas intenções e sentimentos verdadeiros. O que se busca são pistas que, de alguma maneira, revelem, parcialmente, os mecanismos de uso da linguagem e seus efeitos no âmbito social.

Dados advindos de uma pesquisa quantitativa podem compor uma análise de conteúdo, mas não a de discurso. Pode-se contar o número de vezes que uma palavra, expressão ou pessoas são citadas no texto e se gerar uma tabela na AC, mas para a AD interessa saber como esse movimento do autor leva à produção de um sentido. Outra questão importante é que uma determinada palavra pode ser quantificada com pressuposto de sentido estável, mas a AD pode chegar à conclusão de que os sentidos são diferentes e, portanto, implica uma análise mais complexa.

Por exemplo: um texto jornalístico se utiliza muito da palavra “Estado”. Uma análise quantitativa evidencia a relação entre economia e políticas públicas estabelecidas por determinado governo. Mas uma AD pode verificar que a maioria das políticas comentadas no texto advém de uma concepção de “Estado Mínimo” e algumas poucas ligadas à noção de “Estado do Bem-Estar Social”. Essas concepções remetem a formações discursivas diferentes e tem que ser problematizadas na AD.

Autores que comentam a AC sugerem um passo a passo formal para a condução da análise, o que dá mais segurança para o pesquisador. Esse procedimento encontra-se bem detalhado nos livros de metodologia científica. A AD nos obriga apenas a mostrar o *corpus*, destacando os sentidos por meio da materialidade linguística e comentando-os a partir de uma teoria do discurso e eventos extralinguísticos.

Não basta, para a AD, mencionar esse método no capítulo metodológico dos trabalhos científicos. É comum alguns pesquisadores apenas reproduzirem a definição da análise de discurso retirada de livros de metodologia que compilam os métodos. Como foi dito, a AD é uma abordagem teórico-metodológica, necessitando de exposição teórica dos seus dispositivos. Assim,

parte dessa discussão normalmente aparece também na fundamentação teórica.

As categorias de análise escolhidas para compor as análises também são diferentes. Enquanto que na AD elas são dependentes de uma teoria de discurso, na AC elas podem ser definidas pelo próprio pesquisador, reproduzindo ou não um elemento teórico tratado previamente no trabalho de pesquisa. Por exemplo, em uma análise de conteúdo de um texto jornalístico, posso categorizar as fontes entrevistadas a partir do pertencimento a certos partidos. Em uma análise de discurso, vou observá-las a partir de sua posição-sujeito ou do estudo do grau de polifonia. Esses últimos precisam ser teorizados e não apenas mencionados.

Por fim, um analista de conteúdo pode contextualizar conjuntamente a discussão de um tema presente em um texto sem, necessariamente, aprofundar nas condições de produção discursivas. Essas compõem um conjunto de informações não linguísticas ligadas aos saberes, crenças e valores de um sujeito ou grupo social e aos dispositivos de comunicação de que se servem os enunciadores.

### **Leituras sugeridas**

GONÇALVES, Anderson Thiago Peixoto. Análise de Discurso, Análise de Conteúdo e Análise da Conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e metodológicas. **Revista Administração, Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro. V. 17, n. 2, p. 275–300.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Revista Alea**, v. 7, n. 2, dez 2005, p. 305-322. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v7n2/a10v7n2.pdf>. Acesso ago de 2018.

MARI, Hugo. **Os lugares do sentido**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.



SEGUNDA PARTE

**CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DISCURSO  
JORNALÍSTICO**



## CAPÍTULO 4

### FORMAÇÃO DISCURSIVA

Para delinear as características gerais de um discurso, precisamos compreender o conceito de *formação discursiva*. Ele foi cunhado por Foucault (2007) e tem sofrido algumas reformulações a depender dos autores que se apropriam dele. Charaudeau e Maingueneau (2004) mapearam o conceito em diferentes teorias, tendo em Pêcheux, inicialmente, o conceito de *formação social* (posições políticas e ideológicas que mantém entre si relações de antagonismo, aliança ou dominação). Nesse sentido, as formações ideológicas incluem uma ou várias formações discursivas.

Os autores afirmam que o conceito de FD permite “designar todo conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa” (Charaudeau e Maingueneau, 2004, p.241-242). Contudo, não se concebe a FD como uma unidade doutrinária, autoestabilizadas, independente das situações de comunicação. Ela funciona de acordo com condições de produção dadas.

Para Foucault (2007), a FD diz respeito a como um saber se constrói em torno de determinados objetos, conceitos, modalidades enunciativas e organização estratégica. Esta construção

se dá historicamente. Importa descrever as superfícies de emergência desses objetos, suas instituições reguladoras, seus sistemas de classificação, associação e separação. Também se observam as posições dos sujeitos, os procedimentos de intervenção e os elementos de legitimação que dão sustentabilidade aos discursos (Foucault, 2007).

Para exemplificar essa noção, analisaremos o discurso jornalístico. Essa atividade como a conhecemos hoje é fruto de um movimento disciplinar tributado ao liberalismo. Embora essa prática de construção e circulação de notícias date de meados de 1600, após a difusão da prensa de Gutemberg, sua importância no espaço público é reconhecida em função de sua aliança com os ideais burgueses localizados na modernidade. Essa história precisa ser resgatada para entendermos como se dá sua formação discursiva em diferentes momentos e contextos de produção.

## **FD em transformação**

A história da construção dos jornais modernos tem início na Renascença, com as cartas volantes trocadas entre comerciantes. Registram-se a partir do século XIII as primeiras cartas manuscritas sobre papel nas quais notícias sobre mercadorias para comercialização eram trocadas entre negociantes. A disseminação dessa prática informativa acompanha o período mercantil, marcado pelas grandes navegações comerciais entre os séculos XV e XVI.

Segundo Briggs e Burke (2004), para viabilizar os negócios, a produção manuscrita de cartas resultava em contratos entre as partes, de modo a favorecer a compra e venda de mer-

cadorias. O registro comercial impulsiona a contabilidade e a administração e, conseqüentemente, a demanda pela confecção do papel.

No século XV, casas especializadas em manuscruver, copiar e difundir cartas comerciais são criadas e tornam-se organizações empresariais prestadoras de serviços, como a Casa Fugger, na Alemanha. A pedido de comerciantes, os Fugger redigem, copiam e distribuem as cartas aos destinatários.

A demanda por maior quantidade de cartas ocorre conforme a expansão dos negócios e a formação dos mercados competitivos. Vendedores precisam alcançar compradores onde estiverem. Gradualmente, as cartas deixam o espaço privado para ser distribuídas em feiras e praças e passam a ser denominadas de cartas volantes.

Com a invenção da prensa de Gutemberg em 1450, os periódicos começam a aparecer e adquirir maior popularidade. As cidades crescem e tornam-se áreas de referência para a ampliação do comércio, exigindo maior circulação de informações de caráter político, econômico, religioso e social. Paralelamente, a ideologia da liberdade iluminista cria um debate em torno da liberdade de expressão, incentivando a criação de jornais de caráter político-doutrinário ao longo do século XVI.

No século XVII, o jornalismo ganha novas nuances. As focas da corte francesa eram temas de pasquins impressos distribuídos clandestinamente. Vassalos e servos da corte testemunhavam os bastidores e a vida sexual da aristocracia e a narravam para editores de pasquins e de livros. Era comum em Paris a espera da circulação de folhetins contendo a descrição do comportamento mundano dos aristocratas. Tais folhetos, manuscritos ou impressos, eram procurados com a ansiedade da novidade, da descobrir-

ta de um novo mundo: a privacidade da corte (Briggs e Burke, 2004).

A expansão da nova economia industrial e capitalista ao final do século XVIII é possível em razão dos novos cenários. A cidade se define como área de concentração dos interesses corporativos e de classe. A competição por mercados se esboça gradual e incisivamente. A Revolução Francesa, o parlamentarismo constitucional inglês consolidado e a formação dos Estados Unidos ocorrem sob profunda influência do pensamento liberal. É nesse cenário que as publicações periódicas, as gazetas, os libelos e os pasquins amplificam o raio de influência social, na formação de um fenômeno típico das sociedades modernas: a opinião pública<sup>1</sup>.

Como consequência, a censura por parte dos governos monárquicos e mesmo dos estados liberais emergentes é prática recorrente. Na França, onde o poder central era muito forte, o controle sobre as publicações foi mais severo. Os franceses conseguiram censurar até jornais holandeses que circulavam em francês. Na Inglaterra, a intervenção do governo já se fazia de forma mais dissimulada: em vez de censurar, forjavam conteúdo. Notícias sobre a família real eram “plantadas” nos periódicos de forma a influenciar a opinião pública a favor da monarquia.

No Brasil, a imprensa se instala por iniciativa oficial em 1808, com a vinda da família real portuguesa. Segundo Sodré (1999) e Romancini e Lago (2007), o jornalismo brasileiro segue o padrão europeu até o final do século XIX, e depois o dos Estados

---

1 O conceito de opinião pública vem se transformando através dos tempos. No sentido em questão, reflete o pensamento social capitaneado pelos jornais burgueses de forma a provocar o debate com as esferas governamentais. Não significa necessariamente uma opinião consensual gerada pela sociedade por meio de pesquisas amplas

Unidos<sup>2</sup>. Seu início é marcado pela censura monárquica, mesmo após a Independência, e seu desenvolvimento posterior foi o mesmo experimentado pelas sociedades burguesas da Europa e pela indústria da notícia norte-americana.

Marcondes Filho (2000) diz que até 1830, o conteúdo da maioria dos jornais que circulava na Europa e nos Estados Unidos era literário e político, com texto crítico, comandado por escritores, políticos e intelectuais. A partir de então, começa a surgir uma imprensa de “massa”<sup>3</sup>, marcada pela profissionalização dos jornalistas, utilização ostensiva da publicidade e a consolidação dos jornais como empresas. Sua consolidação dá-se no século XX.

Esse tipo de comunicação adotado pela imprensa possui cinco características, segundo Thompson (2005): a) envolve meios técnicos e institucionais de produção e de difusão; b) há uma valorização econômica das formas simbólicas, ou seja, a notícia começa a ser tratada como mercadoria; c) estabelece uma dissociação estrutural (espacial e temporal) entre a produção das mensagens e sua recepção; d) há uma disponibilidade das formas simbólicas em contextos mais remotos e distantes de onde foram produzidas; e e) os produtos da mídia são ofertados a uma pluralidade de destinatários, devido à multiplicidade de cópias.

A própria linguagem jornalística sofre uma mudança por meio da introdução do lead e da pirâmide invertida. De origem norte-americana, mas adaptadas da Retórica grega, as técnicas de narrativa visam oferecer maior agilidade ao público leitor do jornal ao resumir o fato nas primeiras linhas da notícia. Outra

---

2 O modelo de jornalismo norte-americano veiculava mais notícias informativas, no formato de reportagens e entrevistas. O modelo francês era mais opinativo, com predominância de artigos (PONTE, 2006).

3 O termo “massa” é enganoso, pois pressupõe um vasto mar de passivos e indiferenciados indivíduos. Aqui ele deve ser entendido no sentido de “difusão coletiva”, aplicado aos meios de comunicação.

novidade foi a hierarquização rígida no sistema de produção das matérias jornalísticas por meio das funções do pauteiro, do repórter, do editor e do revisor.

Da imprensa de massa, vamos para a imprensa monopolista. Entre 1900 e 1960, a imprensa é marcada por grandes tiragens e rubricas políticas, fortes grupos editoriais monopolizam o mercado e expandem seus negócios em direção ao rádio e à televisão. Mais recentemente, com a chegada da Internet, os jornais impressos conhecem a crise e tentam competir com a multiplicidade de informações produzida não apenas por outras empresas de comunicação, mas pelo próprio cidadão e outras organizações sociais que concorrem com o jornalismo profissional, não sendo este a única fonte de informação de interesse público.

Da imprensa de massa, vamos para a imprensa monopolista. Entre 1900 e 1960, a imprensa é marcada por grandes tiragens e rubricas políticas, fortes grupos editoriais monopolizam o mercado e expandem seus negócios em direção ao rádio e à televisão. Mais recentemente, com a chegada da Internet, os jornais impressos conhecem a crise e tentam competir com a multiplicidade de informações produzida não apenas por outras empresas de comunicação, mas pelo próprio cidadão e outras organizações sociais que concorrem com o jornalismo profissional, não sendo este a única fonte de informação de interesse público.

Temos, então, nessa breve arqueologia<sup>4</sup>, três grandes momentos do jornalismo. Esses momentos mostram que diferentes sujeitos foram os protagonistas da produção dos discursos; os objetos desse discurso e suas materialidades variaram no decorrer da história; e o conceito de notícia também se modificou. Essas mudanças na formação discursiva jornalística e da natureza dos

4 A arqueologia faz parte do projeto de análise de discurso de Foucault que pretende descrever a história de sistemas discursivos, as formações e mutações das práticas discursivas.

enunciados que a compõem podem ser resumidas no quadro a seguir. Quatro elementos da teoria foucaultiana podem ser percebidos: os sujeitos autorizados do discurso, os objetos dos quais ele trata, o conceito de notícia subjacente que mobiliza a escolha dos objetos e a materialidade que lhe dá visibilidade:

#### Quadro 4.1 Transformações do discurso jornalístico

<b>Elementos da FD</b>	<b>Séculos XIII - XVII</b>	<b>Século XVIII - XIX</b>	<b>Século XX</b>
<i>Sujeitos</i>	mercadores	Filósofos, políticos, literatos	Jornalistas profissionais
<i>Objetos</i>	Notícias sobre mercadorias	Notícias de cunho doutrinário-político e textos literários	Notícias variadas <sup>5</sup>
<i>Conceitos</i>	Notícia como meio de favorecer a compra e a venda de produtos	Notícias para a formação de uma opinião pública político-cultural.	Notícias que vendem
<i>Materialidade (suporte)</i>	Cartas volantes	Jornal impresso	Jornal impresso, revistas, rádio, TV e internet

Fonte: MORAES (2013).

Apesar de o jornalismo empresarial do qual trata esta análise se enquadrar nas características adquiridas no final do século XIX e hegemônicas no século XX, aspectos anteriores não desapareceram de todo. Nas práticas jornalísticas contemporâneas temos os classificados (atualização das antigas cartas volantes), e as páginas opinativas (textos dissertativos e persuasivos). No entanto, o aspecto predominante é o jornalismo informativo, pluritemático e mobilizador de expressivo aparato técnico.

5 O jornalismo na atualidade trabalha com um grande número de objetos, contudo ele obedece a uma regra de seleção conhecida por valor-notícia.

É possível relacionar esse movimento de transformação do discurso jornalístico com outros acontecimentos históricos não discursivos. Sem querer estabelecer uma equação linear de causalidade, mas entendendo a relação dialética entre práticas discursivas e não discursivas, alguns fenômenos devem ser mencionados e se encontram fartamente estudados em Briggs e Burke (2004): 1º) o desenvolvimento do capitalismo e de suas tecnologias de produção, 2º) a consolidação dos ideários iluministas-burgueses, e 3º) o aumento do nível de alfabetização e da urbanização nas sociedades modernas.

O aumento da capacidade de difusão do discurso jornalístico guarda estreitas relações com o desenvolvimento da tecnologia viabilizada pelo acúmulo de capital (rotativas, telégrafo, transmissores e satélites). A luta contra a censura do Estado e valorização das liberdades implicam o crescente desejo de o jornalismo tornar-se referência discursiva no espaço público. E o crescente acesso das populações aos objetos de cultura localizados nos grandes centros criou um público consumidor de notícias altamente desejado pelas organizações empresariais de comunicação.

Sousa (2006) admite, contudo, que a atual prática jornalística começa a se desestabilizar com o surgimento das novas tecnologias da comunicação. O modo como o cidadão, por exemplo, busca e hierarquiza suas próprias informações e a periodicidade com que isto ocorre deve provocar uma nova mudança no discurso jornalístico, impactando sua ordem.

## Leituras sugeridas

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.

MORAES, Ângela Teixeira. **Jornalismo e educação**: (des) encontros discursivos. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa de comunicação do média. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2006 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em: 2 fev 2010, p. 1-823.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Trad. Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 2005.



## CAPÍTULO 5

### ORDEM DO DISCURSO

Toda formação discursiva pressupõe uma ordem, outro conceito foucaultiano. Essa ordem expressa uma vontade de verdade, que se apóia não apenas em bases institucionais e um conjunto de práticas, mas em “como o saber é disposto numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído” (Foucault, 1971, p. 5). A vontade de verdade é responsável pelos constrangimentos dos discursos, ou seja, seu sistema de inclusões e exclusões de enunciados.

O jornalismo, como todas as instituições sociais, possui um discurso cujo propósito é o de afirmar sua legitimidade social. Esse discurso promove engajamento existencial (permite que um campo exista), oferecendo motivações, explicações e razões de ser, ordenando e hierarquizando os valores adotados pela comunidade vinculada ao campo. Sustenta crenças e convicções fundamentais que cimentam a identidade da instituição (Gomes, 2007).

Todavia, o jornalismo, nos dias atuais, não goza de total confiança por parte da sociedade no que tange à sua função construída historicamente como defensor da cidadania e da democracia, a partir dos ideais burgueses e iluministas. Por essa razão, o

discurso legitimador precisa ser constantemente reforçado. Em Charaudeau, temos o seguinte comentário:

Essa atividade encontra-se na mira da crítica social, obrigando seus atores a se explicar, obrigando as mídias a produzir, paralelamente ao discurso da informação, um discurso que justifique sua razão de ser, como se além de dizer “eis o que é preciso saber”, as mídias dissessem o tempo todo: “eis porque temos a competência para informar”. (Charaudeau, 2006, p.34)

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos pela Universidade de Harvard e bastante difundidas no Brasil verificaram que no limiar do século XXI, apenas 21% dos norte-americanos achavam que a imprensa se preocupava com as pessoas. Apenas 58% respeitavam o papel de cão de guarda da imprensa. Menos da metade, apenas 45%, achavam que a imprensa protegia a democracia. Esta crise de legitimidade provocou a realização de 21 fóruns nos Estados Unidos, durante três anos, período em que pesquisadores universitários gravaram 103 horas de entrevistas com 300 jornalistas a respeito dos valores da profissão (Kovach e Rosenstiel, 2004).

Esses jornalistas consideram que seu ofício dever ser diferente de outras formas de comunicação e reconhecem que o jornalismo precisava mudar. Mas em que consiste essa diferença? A partir de quais perguntas seriam essas mudanças? Os fóruns defendem a seguinte afirmação: “a finalidade do jornalismo é fornecer informação às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (Kovach e Rosenstiel, 2004, p.22). Para realizar esta tarefa:

- A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
- Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
- Sua essência é a disciplina da verificação.
- Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
- O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
- O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
- O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
- O jornalismo deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional.
- Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

Esse discurso é normativo, típico da sociedade disciplinar definida por Foucault (2010). Vitimado pela desconfiança social pelo não cumprimento de suas promessas de assegurar as liberdades democráticas, o jornalismo retoma seu discurso fundante. Vejamos como a disciplina se manifesta, analisando esses enunciados contidos na lista mencionada.

### **A “verdade” jornalística**

A “verdade” é um princípio relativo, pois seus modos de apreensão variam de uma FD a outra. Tanto é que Foucault (1971) preferiu usar o termo vontade de verdade. Porém, continua a ser um desejo intrínseco dos jornalistas e uma expectativa da sociedade. Já que as notícias são o produto material que as pessoas

usam para se orientar no mundo, é importante que a informação seja confiável. A promessa de veracidade e precisão se tornou, segundo Kovach e Rosenstiel (2004), uma das primeiras tentativas de marketing do jornalismo. Lembram que Pulitzer<sup>1</sup> criou em seu jornal *New York World*, em 1913, um organismo chamado *Bureau de Precisão e Equidade*, com a finalidade de garantir aos seus leitores que podiam acreditar no que liam.

De maneira simplificada, verdade seria o oposto da mentira. Ou seja, quando se quer saber qual o time de futebol que ganhou o campeonato brasileiro de 2009, espera-se que o jornalista diga Flamengo, e não Botafogo. Ou ainda, quando se deseja conhecer o que disse o presidente da República em seu último discurso, não se espera que os jornalistas inventem palavras e as coloquem na boca do presidente.

Para isso, os jornalistas usam estratégias advindas de um saber de conhecimento, como destaca Charaudeau (2006), e que procede de uma representação racionalizada da existência dos seres e das coisas. Essas estratégias são basicamente três: a autenticidade (sempre que possível, pessoas, eventos e declarações são filmados, gravados e fotografados), a verossimilhança (quando não é possível atestar com equipamentos, reconstroem-se as histórias analogicamente, por meio de sondagens e testemunhos) e a explicação (visando dar sentido e explicação aos fatos, recorre-se a especialistas, peritos e intelectuais). Em *Pensar*, esta última é a estratégia dominante.

Porém, continua o autor, no jornalismo não há somente saber de conhecimento, há saberes de crença que tem efeitos de

---

1 Joseph Pulitzer inspirou o prêmio Pulitzer de Jornalismo administrado pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque. O jornalista doou parte de sua herança à universidade, com a qual foi criado o curso de jornalismo em 1912

verdade<sup>2</sup>. Para Charaudeau (2006), não existe grau zero de informação, ou seja, aquela destituída de formas subjetivas de interpretação. A simples decisão sobre qual evento cobrir, qual espaço será dado para determinada notícia e qual delas merecerá uma manchete na primeira página, revela que há um direcionamento do olhar do jornalista sobre a realidade.

Kovach e Rosenstiel (2004) entendem que o jornalismo procura uma forma prática e funcional da verdade. “Todas as verdades, incluindo as leis da ciência, estão sujeitas a revisão, mas, enquanto isso, nos orientamos por elas porque são necessárias e funcionam” (p.68). Afirmam ainda que o produto jornalístico não revela a verdade de uma equação química, mas também não significa dizer que os jornalistas estejam desobrigados de realizar uma pesquisa exaustiva e de fornecerem a transparência de seus métodos de investigação.

Os autores parecem acreditar na sobrevivência do jornalismo partindo dessas necessidades funcionais da sociedade, apesar dos problemas em torno do conceito de verdade:

À medida que os cidadãos encontram um grande fluxo de dados, eles precisam de mais – e não menos – fontes identificáveis para verificar aquela informação, apontando o que é mais importante para saber e descartando o que não é. Em lugar de elas mesmas expandirem o tempo usado para selecionar informações, uma tarefa que leva cada vez mais tempo por conta do número de fontes, as pessoas precisam de fontes as quais possam consultar e que lhes dirão o que

---

2 Charaudeau (2006) distingue *valor de verdade* de *efeito de verdade*. O primeiro se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica e pertencente a um saber erudito. O segundo surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro “pelo fato de que é compartilhado com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo” (p. 49).

é verdadeiro e significativo. Elas precisam de uma resposta para a pergunta: “No que posso acreditar?”. O papel da imprensa é trabalhar para responder à outra pergunta: “Onde está o bom material?”. Verificação e síntese se tornam a espinha dorsal do jornalista. [...] O próximo passo é que os jornalistas deixem bem claro a quem dedicam sua lealdade prioritária (Kovach e Rosenstiel, 2004, p 77).

Observa-se, então, que o jornalista divide a responsabilidade pela “verdade” com as próprias fontes, mas cabe ao profissional verificar que dizeres são mais verdadeiros do que outros. Os critérios, certamente, são os próprios valores da profissão e da empresa jornalística.

### **A lealdade com os cidadãos**

Com a autodenominação de porta-vozes dos cidadãos, os jornalistas entendem que há um acordo implícito com o público de que as notícias são dignas de confiança (contrato de leitura). A lealdade para com o cidadão consiste na expectativa de que, apesar de trabalharem para uma empresa, os jornalistas têm uma obrigação social com a defesa dos direitos políticos, civis e sociais celebrados pela sociedade. É o discurso de que os jornalistas servem primeiro à população e não aos seus próprios interesses ou da empresa.

O princípio da lealdade está presente no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vejamos alguns de seus enunciados:

Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.

Art 2º- I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas;  
Art 2º III - a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão;

**Art. 6º É dever do jornalista:**

I - opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias. (FENAJ, 2007, p. 1-4).

Percebe-se que nesses compromissos assumidos no Código, o discurso jornalístico apoia-se em outra formação discursiva: a do Direito. A definição de quais direitos defender e a menção de um documento jurídico respeitado mundialmente fazem com que o discurso legitimador ganhe força na sociedade legalista.

O termo cidadania pode ser entendido como uma condição de exercício de direitos. Cada momento histórico define o que é e o que não é direito do cidadão. O jornalismo se posiciona a favor dos direitos enunciados a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (Revolução Francesa, 1789), e, atualmente, tem como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, formulada em 1948.

Assim, a lealdade está relacionada a um conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano que tem por finalidade básica o respeito a sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana (Dirienzo, 2000).

### **O sistema de verificação**

Esse outro elemento da legitimação refere-se ao desejo de se separar a narrativa jornalística daquelas associadas aos rumores e fofocas por meio da apresentação de provas. Isto se materializa em uma prática de verificação baseada na procura por testemunhas e o maior número possível de fontes confiáveis, buscando sempre explicitar os vários lados de uma questão.

A disciplina da verificação, segundo Kovach e Rosenstiel (2004), é o que separa o jornalismo do entretenimento (que se concentra no que é divertido), da propaganda (que seleciona fatos ou inventa-os para servir a um propósito), da literatura e da arte (que trabalham com o imaginário e a ficção, com ênfases estéticas).

Procura-se no jornalismo o registro do fato de forma bastante aproximada de como ele aconteceu. A isso se dá o nome de objetividade, imparcialidade e neutralidade<sup>3</sup>– método desenvolvido nos anos 1920, visando ao relato “transparente” por meio de evidências, e minimizando os efeitos dos preconceitos pessoais ou culturais que pudessem prejudicar a exatidão do trabalho jornalístico.

---

3 Estes valores foram incorporados à prática jornalística no séc. XX, mas surgiram com base em uma mudança fundamental ocorrida no séc. XIX, em que a primazia passou a ser dada aos fatos e não às opiniões (TRAQUINA, 2005).

Charaudeau (2006) denomina as técnicas de verificação jornalística como saberes de conhecimento. Ou seja, o jornalismo procede de uma representação racionalizada da existência dos seres e das coisas, que se desenvolve por meio de uma aprendizagem prática. Tenta explicar o mundo com dados técnicos e científicos, utilizando registros de imagens, gravações, depoimentos e explicações de especialistas.

Pode-se dizer que as estratégias de apuração da notícia aproximam o jornalismo de uma outra formação discursiva: a ciência. Adota-se, como no campo científico, uma série de procedimentos que os jornalistas utilizam para “assegurar uma credibilidade como parte não-interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho” (Traquina, 2005, p.139).

Traquina explica que a objetividade é útil aos jornalistas. Forçado pela exigência de rapidez, o jornalista precisa de métodos que possam ser aplicados fácil e agilmente. E, nesse sentido, assim como se aproxima, o discurso jornalístico também vai se diferenciar do discurso científico. O fator tempo em relação ao levantamento de provas é bastante peculiar. No campo científico pode demorar anos para que algo seja afirmado como verdadeiro; no jornalismo algumas horas. Logo, a “verdade” capturada pelo jornalista não é a mesma da capturada pelo cientista, embora ambas se esbarrem no relato de fatos..

### **A questão da independência**

Para se distinguir do profissional de relações públicas ou de um ativista político, o jornalista recorre ao conceito de isenção. Mas esse princípio é mais parcialmente defensável na prática do que na teoria. O fato é que os jornalistas são proibidos de partici-

par de atividades políticas, a menos que deixem temporária ou definitivamente suas funções no jornal. Não se concebe, eticamente falando, um jornalista participando de uma manifestação contra ou a favor do aborto, nem sendo assessor de imprensa de um candidato.

Mas apesar do aparente rigor das normas de independência, houve sempre quem as desafiasse e burlasse<sup>4</sup>. O caso mais conhecido na história do jornalismo é o do jornalista americano George Will. Ao mesmo tempo em que trabalhava na cadeia de rádio ABC, ele assessorava o candidato à presidência Ronald Reagan. Outro americano, Walter Lippmann, também escrevia discursos para vários presidentes, sem que tivesse de se ausentar de suas atividades jornalísticas.

No Brasil, também é comum encontrarmos profissionais que exercem essa dupla função: a de jornalistas e a de assessores de imprensa<sup>5</sup>. Mas esta prática é muito criticada pelos pares. Segundo Barone:

Haveria então uma disparidade de objetivos entre jornalistas e assessores de imprensa, um abismo medido pelos deveres de cada atividade. Caberia ao jornalista a missão de perseguir a verdade à exaustão, praticando um jornalismo independente, fiel a quem lhe paga o salário, ou seja, o leitor, o cidadão. A missão do assessor de imprensa, por sua vez, seria a de oferecer para divulgação a verdade que melhor sirva ao seu assessorado, e se preciso, ocultar a verdade quando ela lhe for nociva, praticando

---

4 Aqui retomamos o conceito de *normatização e normalização* (FOUCAULT, 2010). Ou seja, há no discurso legitimador do jornalismo uma tendência à padronização das práticas (normatização), mas no exercício profissional acontecem os desvios, impedindo a normalização (a subjetivação dos sujeitos pelo discurso normativo).

5 A assessoria de imprensa consiste no trabalho de prover a imprensa com informações de partidos, empresas, políticos e instituições das quais se é assessor.

um jornalismo ligado aos interesses do assessorado (Barone, 2008, p. 02).

Mas a questão é bem mais complexa. Dicotomizando-se essas posições, pressupõe-se ser impossível a independência somente nos trabalhos de assessoria e não dentro das empresas jornalísticas. É certo que os jornalistas enfrentam esse dilema dentro mesmo das redações. A dependência em relação aos anunciantes, os constrangimentos organizacionais, os interesses das fontes e a subjetividade do profissional impedem que o discurso da independência seja defendido sem grandes problemas.

Na tentativa de apaziguar a discussão, Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que a solução é o jornalismo recrutar mais gente de diversas categorias e origens sociais, “assim combatendo a insularidade” (p. 161). O jornalismo produzido por pessoas com perspectivas diferentes é melhor do que qualquer outro produzido sob um ponto de vista individual, acrescentam.

## **O compromisso público**

Os profissionais da imprensa tendem a dizer que o jornalismo deve ser um fórum para o discurso público. Nesse sentido, espera-se que os assuntos tratados nos noticiários tenham relevância pública e atendam aos interesses comuns que afetam os membros de uma sociedade. Na defesa deste interesse público, o jornalismo cumpre a tarefa de convencer a todos de que a atividade é importante, preciosa e necessária para os cidadãos.

Segundo Gomes (2007), faz parte das tradições mais arraigadas do discurso liberal a afirmação de que a função democrática mais fundamental do jornalismo é a de agir como *watchdog*. Nou-

tras palavras, “vigiar o Estado, para revelar os seus abusos contra o interesse público cometidos nas esferas governamental e política e para fomentar o debate público sobre o funcionamento do governo” (p. 70-71).

Faria (2007) chama a atenção da ambiguidade do discurso inserido no termo interesse público. Para o autor o conceito encontra uma superfície porosa e fragmentada “onde se movimentam lobbies, organizações privadas, interesses pulverizados, além da representação política de grupos e de categorias sociais diversas, muitas vezes, antagônicas” (p. 174). Nessa complexidade, o que há no jornalismo é uma tentativa de conciliar os interesses do leitor, do anunciante e do proprietário da empresa de comunicação.

Falar do jornalismo enquanto espaço público pressupõe enfrentamentos de pontos de vista, negociações e relações de força. Não significa, necessariamente, processos consensuais e ausência de mecanismos de controle por parte da instituição midiática. Para Wolton (2004), o que de fato existe é uma autonomia relativa dos atores em confrontos discursivos, ancorados nos processos sociais em curso, fazendo com que o jornalismo os expresse por procedimentos técnicos específicos (Wolton, 2004).

Tem-se, portanto, que não há um discurso único e absoluto a orientar todo jornalismo. Como afirma Gomes. (2007), na elaboração do conceito interesse público deve-se admitir a impossibilidade de um macrop princípio. Logo, o que o jornalismo oferece são:

Instantâneos de eventos, fatos, fenômenos socialmente relevantes e circunstâncias. Uma parte apenas desses instantâneos consiste em informações imediatamente importantes para a tomada de posição política e para a orien-

tação do cidadão. O resto satisfaz todo tipo de demandas de informação, que vão desde os últimos lançamentos em home theater até a última conquista do ator do momento, do novo filme do nosso diretor preferido até as novas tendências na criação de caprinos (Gomes, 2007, p. 86).

A existência humana comporta um número extremamente amplo de necessidades e interesses, com urgências e alcances variados. A auto-ilusão do macrop princípio do interesse público precisa se dissipar, pensa Gomes (2007). Contudo, “honestidade, respeito equilíbrio e justiça são valores e princípios que devem orientar uma ética no jornalismo, mesmo lá onde o serviço ao interesse público não fizer sentido nem tiver cabimento” (p. 87).

### **A narrativa relevante e a consciência dos jornalistas**

No discurso legitimador presente nos manuais de redação jornalística defende-se que o jornalismo cumpre bem sua função no atendimento ao interesse público na forma como seleciona e apresenta suas notícias. Ou seja, de tudo o que é ofertado pela realidade em termos de fatos, os jornalistas devem destacar o que é relevante para atender a dois objetivos: para que os leitores se orientem melhor na vida social, e para que não percam tempo no trabalho de seleção.

O primeiro foi expressado por Tuchman (1977) nos seguintes termos: “o objetivo declarado de cada aparato de informação é o de fornecer relatórios dos acontecimentos significativos e interessantes. O mundo da vida cotidiana é formado por uma superabundância de acontecimentos. O aparato da informação deve selecionar esses eventos” (p. 45).

Outros enunciados que corroboram a defesa do campo jornalístico nesses termos estão no livro *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*, da Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas. Dentre eles, destacamos o seguinte: “a sociedade contemporânea precisa, mais do que nunca, do jornalista (...). E esta exigência aponta para um tipo de “agente mediador” a quem se confie a tarefa de guia no cipoal das informações” (2008, p. 73).

Notamos nessa declaração uma manifestação do poder pastoral (Foucault, 2010). Ao jornalista cabe o papel de mediador e de guia. É preciso “proteger o cidadão” envolvido em um emaranhado de fatos e discursos produzidos na sociedade. Ordenando esses discursos, presume-se que o cidadão terá melhores condições de se orientar no mundo que o cerca. Para Foucault, não se trata meramente de um discurso prudente, mas de uma tecnologia de poder. Essa forma de poder também será discutida no capítulo seguinte, quando falaremos sobre o discurso pedagógico.

O segundo objetivo, aquele que diz respeito ao desinteresse das pessoas em dispensar a mediação jornalística na captura de informações, pode ser verificado no enunciado a seguir:

Cada vez se tem menos tempo para a leitura, imperativo que fundamenta várias reformas em jornais baseadas no farto uso de ilustrações e no encurtamento do texto. É visível a tendência ao emprego parcimonioso de longos parágrafos, de frases intermináveis, verdadeiro teste de fôlego para quem se dispõe a praticar a leitura. O jornalismo está ficando mais objetivo, os textos, mais diretos e, por isso mesmo, se torna fundamental o bom manejo da língua (Martins, 2003, p.7).

Esse texto, retirado do Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo (Martins, 2003), também afirma que as formas de escrita e edição do texto jornalístico propostas atendem a uma “preocupação com o que é moderno e eficiente na comunicação”. Embora afirme que o objetivo não é o de tolher a criatividade de repórteres e editores, o Manual defende um conjunto de princípios destinados à uniformização do texto e à sua produção “elegante e correta” (p. 13). Novamente temos aí um procedimento normativo.

Quanto à questão da consciência do jornalista, trata-se da legitimação do campo jornalístico referente à ideia de sobreposição da ética jornalística sobre os interesses privados das empresas, a fim de que o interesse do cidadão seja preservado. Diz o Código de Ética dos Jornalistas:

Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções.

Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas (FENAJ, 2007, p. 3).

Na mesma direção do Código, Kovach e Rosenstiel (2004) afirmam que “todo jornalista deve ter um sentido pessoal de ética e responsabilidade – uma bússola moral” (p.274). Em termos práticos, aqueles que trabalham dentro de organizações jornalísticas devem reconhecer uma obrigação pessoal para contestar ou desafiar seus editores, proprietários, anunciantes e estabelecer autoridade. Por outro lado, o cidadão deve con-

fiar na ética e na honestidade de seus porta-vozes para dar credibilidade às informações (contrato de leitura). Vê-se, então, que o termo “consciência”, antes de estar ligado a um padrão mental individual, relaciona-se a uma expectativa social memorizada discursivamente.

Podemos associar essas prescrições relacionadas à verdade, lealdade, verificação, independência, compromisso público, narrativa relevante e consciência a um processo de subjetivação pressuposto pela disciplina jornalística. Não se trata de sujeições, no sentido de que os jornalistas formam um grupo coeso e homogêneo na adoção de todas essas normas. É, antes de tudo, uma tentativa de defesa e regulação daquilo que se considera o “bom jornalismo”.

As normas não têm aplicação mecânica com resultados previsíveis. Elas estão no horizonte da discursividade ética, muitas vezes utópica, no jornalismo. Elas dependem das condições de auto-avaliação e reflexividade dos sujeitos - o cuidado de si, nos termos foucaultianos (2006). Processos de subjetivação comportam também a negação à normalização, a resistência por parte dos sujeitos.

## Leituras sugeridas

BARONE, Victor. **Jornalismo e assessoria de imprensa: ética e realidade**. 2008. Postado em: 3 de outubro de 2008 no Blog Escrevinhamentos. Disponível em < <http://escrevinhamentos.blogspot.com/2008/10/jornalismo-e-assessoria-de-imprensa.html>>. Acesso em 12 ago 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

DIRIENZO, Mário Augusto Bernardes. **Violação dos Direitos Humanos**. 2000. Disponível em < <http://www.cotianet.com.br/seg/dh.htm>>. Acesso em 10 set 2010.

FARIA, Armando Medeiros. Imprensa e Interesse Público. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública**: estado mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007. p. 174-179.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa a Sociedade. Florianópolis: Fenaj, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 1971. Trad. Edmundo Cordeiro. Disponível em <[www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html](http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/ordem.html)>. Acesso em 15 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREUFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 273-295.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**. Florianópolis: Insular, 2007.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. Trad. Wladimir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MARTINS, Eduardo. **O Estado de São Paulo**: manual de redação e estilo. São Paulo: Moderna, 2003.

MORAES, Ângela Teixeira. **Jornalismo e Educação**: (des)encontros discursivos. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005, v.1.

TUCHMAN, Gaye . The exception Proves the Rule: the study of routine news practice. In: HIRSCH, P; MILLER, P; KLINE, F. (Orgs.). **Strategies for Communication Research**, v.6. Beverly Hills, Sage, p. 43-62, 1977.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.



## CAPÍTULO 6

### ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DE SENTIDO

Os produtos culturais em suas manifestações discursivas, seja na publicidade, no cinema ou nas mídias de uma maneira geral, desenvolvem estratégias de produção de sentido, que buscam captar e direcionar os interesses de consumidores ou interlocutores. O analista de discurso precisa conhecer essas estratégias, a fim de que o processo de significação extrapole o nível meramente semântico, para contemplar a dimensão histórica, política e sócio-organizacional dos discursos. Exemplificaremos com uma análise do discurso jornalístico.

A produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento. O acontecimento enquanto fato é um fenômeno físico (a erupção de um vulcão, por exemplo) ou social (uma convenção partidária), mas sua apreensão é discursiva, histórica e culturalmente dependente. Ou seja, existem coisas que se apresentam ao sujeito como facticidades externas, mas é a subjetividade que dá sentido aos acontecimentos, transformando a objetividade em discurso (Foucault, 2007 b; Berger, Luckmann, 1995).

## O acontecimento

As notícias são o produto discursivo do jornalismo em sua relação com os acontecimentos. Assim, elas podem ser definidas como:

Artefactos linguísticos que procuram representar determinados aspectos da realidade e que resultam de um processo de construção e fabrico onde interagem, entre outros, diversos factores de natureza pessoal, social, ideológica, cultural, histórica e do meio físico-tecnológico, que são difundidos pelos meios jornalísticos e aportam novidades com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia (Sousa, 2006, p. 212).

Sendo, portanto, um discurso sobre a realidade, o jornalismo adota critérios que vão orientar os profissionais a eleger fatos como dignos de se transformarem em notícia. A noticiabilidade é o “conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimento que servirão de base para a seleção de notícias” (Wolf, 2002).

Para Wolf, a adoção de valores-notícia no jornalismo corresponde a uma necessidade econômica da organização de comunicação. Na rotina produtiva, os jornalistas não podem parar a todo momento para decidir como selecionarão os fatos, “pois tornaria o trabalho impraticável” (p. 203). Na expressão de Foucault (2008), é como se a empresa jornalística fosse um corpo que precisa ser disciplinado a fim de que se torne produtivo.

## As fontes

Além de selecionar o acontecimento, o jornalista escolhe quem vai relatá-lo, comentá-lo ou explicá-lo. Denominam-se fontes os documentos, as instituições e as pessoas que munem os jornalistas de informações. Elas compartilham com a organização de comunicação a responsabilidade pela construção do discurso. Assim como o jornalista, as fontes apresentam sua visão sobre determinado acontecimento, e seus discursos são fruto de uma relação dialógica com a cultura e a história.

No discurso jornalístico, as fontes são apresentadas de várias maneiras. Para Charaudeau (2006), o modo de denominação pode ser feito por meio do nome de uma pessoa, de uma instituição, com ou sem marcas de deferência, títulos e função profissional (“senhor”, “governador”, “professor”). Pode haver ainda a denominação vaga e genérica, quando se trata de preservar a identidade da fonte (“a oposição”, “uma fonte bem informada”).

A estreita relação entre jornalismo e fontes oficiais obedece ao princípio da hierarquização social. Segundo Tuchman (1978), essa prática contribui para a articulação e a definição dos contornos da sociedade do conhecimento, reproduzindo as estruturas do poder e do saber. Os jornalistas e as fontes possuem o poder de decidir quem tem voz e quem é excluído do acesso ao espaço público em que ele circula.

Na história do jornalismo, a aproximação entre seus profissionais e os atores da política é recorrente. Nessa relação, há ganhos para ambos os lados. Os jornalistas cultivam relações com as fontes políticas para e inteirarem dos meandros do poder e, especialmente no caso do Brasil, usufruir de publicidade governamental. Por seu turno, os políticos necessitam do jornalismo para fazerem chegar

ao público as suas mensagens. Tuchman (1978) acrescenta que, ao privilegiar os líderes legitimados, os jornalistas deixam ao “homem da rua” o papel simbólico de representado na fala de outros.

Para Alsina (2009), adotar o sistema político como fonte privilegiada leva o jornalismo a “misturar a importância pública do acontecimento com a valorização estabelecida pelo sistema político” (p.165).

### **As rotinas de produção**

Além das fontes e dos valores-notícia atribuídos aos acontecimentos, a rotina produtiva também interfere na produção jornalística. Já mencionamos que a rotinização do trabalho oferece ganhos econômicos para a empresa jornalística, pois permite uma maior eficácia e agilidade dos profissionais. Esse “profissionalismo” é um método de controle do trabalho, e consiste num saber de procedimento sobre a linha editorial da empresa, etapas da produção, tempo, espaço e periodicidades da publicação (Traquina, 2005a; Sousa, 2006).

A linha editorial ou política editorial é o conjunto de princípios que norteiam a empresa jornalística “acerca do que publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo uns e ainda omitindo diversos” (Melo, 2003, p. 75). Os mecanismos que a empresa dispõe para exercer tal controle é a estrutura vertical da redação (decisões fluem de cima para baixo), a colocação de pessoas de confiança em cargos de chefia, e a vigilância sobre o produto final (checagem antes da impressão).

Melo (2003) salienta, contudo, que os proprietários das empresas estão impossibilitados de acompanhar *in locu* e diariamente

te a ação dos empregados, e muitas matérias são publicadas sem estar rigorosamente em consonância com a linha editorial. Há o que o autor chama de “conflito consentido”, cujo resultado final é o produto de uma negociação implícita entre proprietários, editores e repórteres. Por isso, veremos em *Pensar*, enunciados conflitantes, apesar de todo o controle exercido sobre a produção.

Os constrangimentos de tempo e espaço também interferem na maneira como as notícias são produzidas. Traquina (2005b), ao referir-se aos critérios contextuais, salienta que a disponibilidade e o equilíbrio devem ser levados em conta quando ocorre o “dia noticioso”. Ou seja, acontecimentos estão em concorrência com outros acontecimentos, e a publicação de uns e não outros depende da possibilidade de cobertura do jornal e do acesso a fontes em tempo hábil para a publicação, cuja periodicidade deve ser respeitada. Além disso, a noticiabilidade de um acontecimento relaciona-se com a quantidade de notícias sobre o mesmo assunto. Se já houve uma publicação recente sobre um assunto, ele cede espaço para algo que ainda não teve muito destaque.

As pautas são outra forma de controle do discurso. Quanto mais estruturada, mais rígida é a orientação textual e discursiva (Lage, 2003). A forma de elaboração da pauta pelo editor depende da experiência do repórter em relação à temática, da implicação política da matéria e dos objetivos que se queira atingir, sejam eles comerciais, de denúncia, ou simplesmente para preencher um espaço gráfico.

Para Alsina (2009), a tematização é o aspecto mais importante da pauta. Ela pressupõe a seleção de um tema e sua colocação no centro da atenção pública. “A tematização serve para que a opinião pública diminua a complexidade social e faz com que seja possível a comunicação entre os diversos sujeitos” (p. 191). O autor acrescenta

que este papel político da mídia não se limita a transmitir informações mais compreensíveis, mas contribui para um agendamento social, no sentido de definir sobre o que pensar e discutir.

## **A linguagem**

Também a enunciação jornalística está submetida a determinadas regras. A linguagem deve ser simples, direta, clara e concisa para ser facilmente apreendida e processada por um maior número de pessoas. Para tanto, os jornalistas utilizam-se constantemente da técnica do lead e da pirâmide invertida.

Karam (2007) lembra que as escolas norte-americana e inglesa de jornalismo adotaram os pressupostos da Retórica para imprimir o ritmo da lógica informativa específica do jornalismo a partir do final do século XIX. As inferências sobre a pressa para ler da sociedade moderna e a possibilidade de falha técnica na transmissão de uma mensagem longa por meio do telégrafo fizeram ressurgir o lead. Diferentemente dos gregos e romanos, a motivação não foi a adoção da melhor técnica para o convencimento, mas aquela que atendesse a uma funcionalidade produtiva do mercado de notícias.

No jornalismo informativo, os verbos de modalidade mais comuns são diz, declara, afirma, e as locuções recorrentes são segundo, de acordo, na opinião de. Essa opção dos jornalistas mostra a necessidade estabelecer um distanciamento (isenção) entre o profissional e as fontes. Para Charaudeau (2006), tal procedimento influi na credibilidade, produzindo efeitos de verdade e de seriedade, especialmente quando a fonte é identificada com precisão.

A organização textual varia de acordo com o propósito do texto: relatar um acontecimento, comentá-lo ou provocá-lo. Se

algo aconteceu no espaço público, o jornalista reconstrói o fato e as ações dos atores que se acham neles implicados, utilizando-se geralmente de declarações desses atores. Se vai comentar o acontecimento, utiliza-se de pontos de vista mais ou menos especializados para a justificação de posicionamentos. A provocação do acontecimento se dá quando o profissional confronta ideias, arma debates, e o jornalismo se torna uma tribuna (Charaudeau, 2006).

O comentário oferece uma visão de mundo de ordem explicativa:

Ele não se contenta em mostrar ou imaginar o que foi, o que é ou o que se produz; o comentário procura revelar o que não se vê, o que é latente e o que constitui o motor (causas, motivos, intenções) do processo evenemencial do mundo. Problematisa os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões (Charaudeau, 2006, p. 176).

O comentário no jornalismo provoca uma oscilação entre um discurso de distanciamento e um discurso de engajamento. Há, portanto uma tentativa de isenção por parte do jornalista (o outro é quem diz), mas, ao mesmo tempo, há a adesão ao saber do outro, pois ao comentar, jornal e fontes oferecem uma avaliação, um julgamento para o leitor aderir ou rejeitar.

Charaudeau (2006) afirma que, para compensar os efeitos ambíguos da modalidade enunciativa, o jornalismo procura multiplicar os pontos de vista, colocando argumentos contrários. Trata-se de uma tentativa de construção de um discurso de uma “verdade mediana” possibilitada pela fragmentação de saberes.

## Tipos de saberes

Quanto ao tipo de saber oferecido à sociedade, o discurso jornalístico oscila entre o saber singular, o particular e o universal, segundo Genro Filho (1996). A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada. A particularidade se propõe ao contexto de uma atmosfera subjetiva e abstrata no interior da cultura. A universalidade diz respeito às pretensões de validade universais.

Essas três dimensões articuladas são exemplificadas pelo autor. Se tomarmos uma greve na região do ABC, em São Paulo, a notícia será construída em função de fatos específicos e singulares (quem está em greve, quais as reivindicações). Se encaminhada para a particularidade, a matéria jornalística tratará das implicações políticas e sociais, levando em conta a identidade de significado com outras greves. A universalidade será o pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno: uma determinada concepção sobre sociedade, sobre a luta de classes e a história.

Genro Filho (1996) conclui que o singular é a matéria prima do jornalismo, para onde convergem elementos particulares e universais. O jornalismo envolve uma “objetividade” da base material dos fatos, mas também a subjetividade de construção histórica. Todavia, a história tem sua dinâmica, e as contradições inerentes à sociedade também são captadas pelo jornalismo. E porque o jornalismo mantém um debate interno conflituoso entre sua natureza econômica e as defesas éticas que o legitimam, há um limite ao domínio do capital sobre os sentidos presentes tanto na síntese jornalística quanto dos sujeitos que a interpretam.

A partir de Foucault (2008), podemos dizer que o poder que constrói os saberes jornalísticos em diferentes níveis, está na

relação que esta instância discursiva estabelece com os acontecimentos (valores-notícia), com as fontes (poli ou monofonia), com as rotinas produtivas (constrangimentos organizacionais), com o mercado (constrangimento financeiro) e com o *ethos* profissional (valores éticos e discurso legitimador). Esses saberes se manifestam em um tipo de modalidade enunciativa que se desdobra em diferentes gêneros textuais, com formas narrativas que variam entre as categorias informativas e opinativas.

### **Os gêneros jornalísticos**

O jornalismo é um gênero discursivo que comporta vários gêneros textuais. Esses gêneros constituem outro tipo de constrangimento. Saber o que se espera de cada gênero, ajuda o analista de discurso compreender as limitações e potencialidades de um tipo de texto no âmbito da prática discursiva jornalística.

No início da história do jornalismo, os gêneros textuais variavam pouco. As cartas volantes deram espaço aos artigos político-doutrinários e aos contos literários e, por 300 anos, foram os gêneros adotados pela organização jornalística. Somente no século XIX, a materialidade jornalística se diversificou, tendo como marco a separação entre *news* e *comments* feita pelo editor inglês Samuel Buckley no jornal Daily Courant (Melo, 2003).

A mudança se deve, sobretudo, à necessidade de o jornalismo distinguir formalmente informação (fatos) de opinião (versões). Ou seja, da necessidade de se separar objetividade da subjetividade e, assim, garantir a “cientificidade” do trabalho principal dos jornalistas que é sua dimensão principal. Isso gera, segundo Chaparro (1998), uma imagem de credibilidade e independência que sustenta seu discurso.

Chaparro (1998) afirma que essa separação é um falso paradigma, porque o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões. A diversidade dos gêneros, porém, só se justifica quando são levados em conta os aspectos formais da língua, em termos de predominância. Textos tidos como informativos têm estrutura formal mais narrativa e textos opinativos trabalham dentro de uma estrutura formal mais argumentativa.

Melo (2003) estabelece que as duas categorias em que agrupam os gêneros jornalísticos correspondem à intencionalidade determinante dos relatos e é também de natureza estrutural. Os gêneros informativos, segundo ele, estruturam-se a partir de um referencial exterior à instituição jornalística. Sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução dos acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos protagonistas (personalidades e organizações).

Já no caso dos gêneros que se agrupam na área da opinião, a estrutura da mensagem é codeterminada por variáveis controladas intencionalmente pela instituição jornalística e que assumem duas feições: a autoria (quem emite a opinião) e a angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião). Detalhes sobre análise de gênero estão no capítulo 15 deste livro.

### **Gerenciamento da atenção: contribuições da semiótica discursiva**

Greimas (1976) define a semiótica como uma teoria dos processos de significação. Uma semiótica discursiva observa uma série de escolhas feitas pelo sujeito do discurso, quer de pessoas, quer de tempo e de espaço. Essas escolhas têm a finalidade de

persuadir, expressar uma vontade de verdade, de estar próximo ou distante e, no caso do jornalismo, reafirmar a objetividade e a neutralidade. Segundo Hernandez (2006), há quatro grandes classes de manipulação previstas na semiótica: provocação, sedução, intimidação e tentação.

Na tentação, o sujeito é interpelado com aceno de prêmios. Na intimidação, é por ameaças de castigo. Na sedução, o sujeito é “adulado” com imagens que lhe causem sensações agradáveis. E a provocação pressupõe uma interpelação que associa imagens com injustiça. Nessas quatro classes, há um misto de querer e dever mobilizados pelo enunciador para alcançar o enunciatário.

Para além de uma defesa político-ideológica manifestada claramente por algumas empresas jornalísticas, as notícias, em geral, buscam a atenção do público desencadeando desejos e curiosidades. E com a grande concorrência que se estabeleceu na oferta de informações, especialmente a partir da chegada das redes sociais, as audiências não são tão fiéis e sabem de suas possibilidades de escolha. E, “sem obter e manter a atenção, não há consumo” (Hernandes, 2006, p.47).

Rádio, TV, impressos e páginas eletrônicas utilizam-se de estratégias diferenciadas para captar e gerenciar a atenção do público. Apesar de haver características gerais do discurso jornalístico no que se refere ao tratamento da informação e ao *ethos* pretendido, os suportes midiáticos mobilizam signos específicos que devem ser observados. No quadro abaixo, apresentamos um sumário a partir das contribuições de Hernandez (2006). Os manuais técnicos publicados por diferentes editoras também podem ajudar os analistas a entender as estratégias semiótico-discursivas.

## Quadro 6.1- Estratégias de captação de atenção em diferentes suportes midiáticos

<b>Suporte Midiático</b>	<b>O que analisar na produção de sentidos</b>
Radiojornalismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre tempo, falas, músicas, silêncios, efeitos sonoros. É um dos sistemas semióticos mais complexos pois utiliza várias unidades signícas.</li> <li>• Gêneros e formatos</li> <li>• Gerenciamento do ritmo e do fluxo informativo</li> <li>• O papel do âncora na administração e cessão de vozes</li> <li>• Entonação e emoção</li> </ul>
Telejornalismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articulação entre o verbal e o visual</li> <li>• Tempo destinado a cada unidade informativa</li> <li>• Comentários dos âncoras / apresentadores</li> <li>• Recursos como mapas, infográficos, animações</li> <li>• Escalada (apresentação das manchetes) e chamadas</li> <li>• Gêneros e formatos</li> <li>• Manejo dos planos de câmara e enquadramentos</li> <li>• Montagem/ Edição</li> </ul>
Jornalismo Impresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do projeto gráfico e da diagramação, responsáveis pela organização espacial</li> <li>• O verbal manifestado tipologicamente (tipo de letra, negrito, itálico)</li> <li>• Destaques para títulos e imagens</li> <li>• Posicionamento da unidade informativa na página, configurando maior ou menor importância respectivamente (tamanho, parte superior ou inferior da página, página ímpar ou par)</li> <li>• Gêneros textuais</li> <li>• Fotografia articulada com texto</li> </ul>
Websites	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema semiótico complexo que integra quase todos os elementos de todos os suportes anteriores, cabendo ao analista selecionar os elementos mais produtivos para a análise</li> <li>• Hierarquização das unidades informativas (o que se apresenta antes e após o uso da barra de rolagem; posicionamento central ou nas laterais da página)</li> <li>• Caminhos do hipertexto</li> <li>• Espaço aos comentários (especialmente divergentes da versão jornalística)</li> </ul>

Fonte: dos autoras, baseado em Hernandes (2006).

Esses elementos permitem ao analista incrementar suas ferramentas de investigação para além do sistema verbal, sobre o qual normalmente se debruça a análise de discurso. É importante reconhecer que os produtos jornalísticos apresentam construções sofisticadas de produção de sentidos que atendem à política editorial definida pelas empresas de comunicação, à cultura profissional e ao público visado. E é sobre este último que finalizamos este capítulo das estratégias.

### **Sujeitos receptores: sentido visado e sentido produzido**

Para os teóricos do discurso, nenhum efeito de sentido é automático, ou da ordem de uma relação linear efeito-causa. Não é só quem escreve que significa; quem lê também produz sentidos. E o faz de maneira nem sempre correspondente, em condições e contextos socioculturais e historicamente determinados como já vimos.

Segundo Orlandi (2006), o cerne da produção de sentidos está no modo de relação entre o dito e o compreendido. Para ela, trata-se de uma expansão do princípio da dialogia nos termos bakhtinianos. Na produção da linguagem, o que temos não é transmissão de informação, mas efeitos de sentido entre locutores. Os sentidos de uma palavra, expressão ou proposição não existem em si mesmos. São determinados pelas posições dos sujeitos que, por sua vez, recorrem a um quadro de referência alimentado por discursos nos quais se inscrevem.

O sujeito-leitor representa um conjunto de duas historicidades: a história de suas leituras e a história de leituras do texto, que atuam dinamicamente na constituição de sua leitura específica, em um momento dado. Assim, pode-se dizer que:

(...) diante de um texto, um sujeito x está afetado pela sua historicidade e se relaciona com o texto por alguns pontos de entrada, que tem a ver com a historicidade do texto e a sua. Como o texto não é transparente em sua matéria signifiante, há um efeito de refração em relação à sua (do leitor) história de leituras, efeito esse que é função da historicidade do texto (sua espessura, sua resistência). Assim se dá o processo de produção de sentidos, de forma que o sujeito-leitor se apodere e intervenha no legível (Orlandi, 2006, p.114).

Em consequência, pode-se afirmar que os sentidos não caminham em linha reta. Eles saem da linha e caminham por diversas direções. Paralelamente à não homogeneidade do texto, há a dispersão do sujeito-leitor. A relação entre sujeito e texto “passa por mediações, por determinações de muitas e variadas espécies que são a sua experiência da linguagem” (Orlandi, 2006, p.115).

A autora identifica três tipos de relações do sujeito com a significação: a inteligibilidade, a interpretação e a compreensão. O primeiro diz respeito à decodificação da língua, o segundo à percepção do leitor em relação à coerência e coesão do texto. O último, o que mais interessa à abordagem discursiva, é a atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação ao enunciado. No nível da compreensão é possível apreender o fato de que o domínio de saber de qualquer formação discursiva está articulado com o domínio da enunciação, podendo-se mostrar que sujeito e formação discursiva se relacionam contraditoriamente.

O sujeito que produz uma leitura a partir de sua posição, interpreta. O sujeito-leitor que se relaciona criticamente com sua posição e com a posição do sujeito-escriptor problematiza, explica

as condições de produção de sua leitura, compreende. “A compreensão supõe uma relação com a cultura, com a história, com o social e com a linguagem, que é atravessada pela reflexão e pela crítica” (Orlandi, 2006, p.117).

Nas teorias da comunicação cresce o interesse pelos estudos de recepção. Os pesquisadores utilizam um grande número de técnicas, tanto para o estudo quantitativo das audiências, aproximando-as das ciências sociais, quanto qualitativos, aproximando-as dos estudos discursivos. Há também pesquisas que preferem articular análises *quanti* e *quali* visando conhecer tendências por parte do público.

A tendência atual, segundo Sousa (1994), Gomes (2006) e Escosteguy e Jacks (2005), é considerar os receptores como indivíduos ativos, preferindo-se a denominação sujeitos. Também se evita dar centralidade e poder excessivo às mensagens, bem como relegar a segundo plano o sistema social.

As teorias que dão suporte às pesquisas vêm de vários campos do conhecimento. A interdisciplinaridade viabiliza uma compreensão mais holística dos sujeitos e permite a combinação de técnicas e estratégias e representa uma tendência das ciências humanas e sociais como um todo.

Fausto Neto (1994) alerta, porém, que a complexidade existente entre os protocolos da emissão e da recepção de mensagens ainda não é possível ser descrita em sua plenitude. Não existe “varinha mágica para resolver os problemas suscitados pelas relações entre os sistemas de comunicação e seus usuários” (p. 192).

O autor afirma ainda que os pesquisadores devem desconfiar dos manuais de redação jornalísticas que trazem a noção de leitor devidamente construída. E propõe as seguintes perguntas para direcionar as investigações:

- a) quais estratégias, equidistantes daquelas propostas pelo campo da produção, os sujeitos constroem?;
- b) quais percursos fazem contrariamente à ideia do receptor passivo?;
- c) como os sujeitos são colocados em posições diferenciadas (emissão-recepção)?;
- d) que regras são mobilizadas para construir essas posições e esses lugares?

O autor acrescenta:

(...) o desafio estaria na junção, domínio e articulação de um conjunto de procedimentos e de técnicas que assegurem, simultaneamente, compreender o tipo de discurso, em termos de suas regras de produção, endereçado segundo certas operações e manobras enunciativas, por um determinado campo emissor, e, também, entender como as pessoas se apropriam desse discurso. O reconhecimento simultâneo dessas articulações nos impõe, também, reconhecer que estamos no interior de redes e relações sistêmicas entre instâncias e contextos não discursivos e discursivos (Fausto Neto, 1994, p.194).

Com isso, o autor conclui que o estudo dos efeitos das mensagens poderia se apoiar na crença de que o “objeto verdadeiro” não estaria na mensagem em si mesma, mas na articulação desses dois núcleos, produção e recepção.

Em termos de dispositivos analíticos, selecionamos dois que se adequam à análise discursiva aplicada à relação entre sujeito emissor e sujeito receptor: *comunidades interpretativas e contrato de leitura*.

## **Comunidades interpretativas, contratos de leitura e de comunicação**

Especialista em crítica literária, o norte-americano Stanley Fish (1980), introduziu o conceito de comunidades interpretativas, propondo uma nova forma de pensar como lemos. Associado ao movimento pós-estruturalista, o autor contrapõe-se à ideia de que a inteligibilidade do texto sozinho é suficiente para produzir determinada interpretação.

Para ele, a comunicação não ocorre porque compartilhamos a mesma língua ou conhecemos os sentidos individuais das palavras e regras gramaticais. Ela ocorre porque uma maneira de pensar, uma forma de vida é compartilhada, o que implica um mundo já posto, com seus propósitos, objetivos, procedimentos e valores. O significado das coisas deve ser apreendido a partir de determinada realidade, de determinado contexto ou situação. Enfim, a partir de uma comunidade interpretativa da qual o sujeito faz parte (Fish, 1980).

Comunidades interpretativas são estruturas discursivas institucionalizadas dentro das quais os enunciados são organizados e referem-se a certos objetos que são reconhecidos por seus membros, ou seja, existe uma base de acordos compartilhados guiando a interpretação. O autor não afirma que fora da comunidade interpretativa o texto será de todo ininteligível, mas, para algumas, não gerará todos os significados possíveis, nem garantirá sentidos únicos.

Contextos e situações previamente experienciadas compõem um repertório que faz parte da memória discursiva dos diferentes grupos sociais. Fish, portanto, embora reconheça as possibilidades de diferentes interpretações mesmo dentro de uma mesma co-

munidade, não defende o relativismo absoluto, porque ninguém pode alcançar qualquer crença ou pressuposição, visto que elas estão ancoradas em algum conjunto discursivo.

As contribuições de Fish podem ser evocadas para explicar teoricamente o aparecimento de publicações e programas midiáticos dirigidos a públicos específicos. Embora possamos falar de características gerais da linguagem jornalística, termos próprios e objetos de cada comunidade são utilizados pelos meios de comunicação para estabelecer a comunicação. É o caso das revistas especializadas dirigidas a públicos feminino, adolescente e de categorias profissionais de toda ordem.

Já o conceito de contratos de leitura aparece inicialmente em Veròn (1985), e leva em consideração as motivações para a construção de vínculos entre os sujeitos da interação mediada. Para que haja um contrato, os interlocutores têm de reconhecer a fala uns dos outros. O reconhecimento não se limita ao código lingüístico, mas ao reconhecimento de uma autoridade do sujeito que diz e de sua forma de dizer.

Segundo Fausto Neto (1994), o estabelecimento e o funcionamento dos contratos de leitura pressupõem, por outro lado, a existência de dispositivos técnico-simbólicos de cujas leis próprias resultam as modalidades desses contratos. O leitor é injuncionado a efetuar percursos no interior do texto, fazendo elos associativos, baseados nos investimentos de seus próprios saberes e também na pressuposição do que a emissão faz ao estruturar os discursos, valendo-se da noção implícita de que ele já sabe acerca daquilo que lhe é dito.

O autor acrescenta que a competência do dizer e do escutar, do escrever e do ler, não está só no lugar social em que se encontram. Trata-se de posições construídas com base no efeito da

enunciação, resultando esta da ação que outros (saberes, textos, polifonias) têm sobre aquelas:

Como num jogo, ao receptor é oferecida a possibilidade de entrar na “rede imaginária” pelo investimento dos seus mecanismos de projeção e de identificação com aquilo que se dá como “objeto ofertado”. Porém, a condição de participar da rede será, sempre, mediante a regulação dos dispositivos técnico-discursivos que lhes ensejam ser colocados no interior dessa malha. (Fausto Neto, 1994, p.200-201).

Dessa forma, tanto os sujeitos da emissão como os da recepção estão subordinados, nas características das posições que lhes são peculiares, ao “outro” (língua, cultura, saberes, instituições, imaginários, etc.). Como os sujeitos não se tocam nas relações mediatizadas pelas formas de linguagem:

(...) a única maneira de estimar possibilidades de interações entre os campos é pelo estabelecimento de contratos de leitura, no interior dos quais estão presentes as marcas dos lugares dos enunciadores, da especificidade do discurso em produção e funcionamento e, ainda, dos outros saberes mobilizados como espécie de “condição de produção” (Fausto Neto, 1994, p. 201).

Nos contratos de leitura o leitor já está contido, ele é construído discursivamente pela imagem que o enunciador constrói dele. O leitor é ativo, porque age no interior do discurso, não só sendo interpelado, mas também se reconhecendo. Os sujeitos trazem para a relação comunicativa suas incom-

pletudes. Tentam aliviar ou abolir a distância que os separa, valendo-se dos contratos de leitura, partindo de pressupostos e estabelecendo expectativas.

Charaudeau (2006) utiliza o termo *contrato de comunicação* para falar desse “quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação” (p.67). Os indivíduos em situação de comunicação devem reconhecer as restrições inerentes ao tipo de interação. Existe um jogo de regulação das práticas sociais responsáveis pela construção de convenções e normas nesse processo. Os interlocutores (no caso, os jornalistas e seus sujeitos receptores) levam em conta dados externos e internos.

Os dados externos dizem respeito às condições de produção linguageira em que são consideradas questões de identidade, finalidade, propósito e a condição do dispositivo. Os dados internos são os propriamente discursivos, e responde à pergunta “como dizer”. Leva-se em conta o espaço da *locução* (observa-se a conquista do direito de se comunicar; o espaço da *relação* (verificam-se as relações de força, de aliança, inclusão e exclusão entre os sujeitos da comunicação); e o espaço de tematização (analisam-se os domínios de saber.

O autor conclui que o contrato de comunicação é um ato de “liberdade vigiada”, em que os sujeitos são afetados por diferentes constrangimentos que afetam a formulação dos seus discursos, bem como a percepção dos discursos do outro.

## Leituras sugeridas

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo Edições, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hackers Editores, 2005.
- FAUSTO NETO, Antônio. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 189-222.
- FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of Interpretative Communities. Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2008.
- GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. **Revista da Fenaj**. Brasília: Fenaj, n. 1, 1996.
- GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**. Florianópolis: Insular, 2007.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.
- KARAM, Francisco José. História do lead. **Revista Eletrônica Temática**. 2007. Disponível em < <http://www.insite.pro.br/2007/18.pdf>>. Acesso em 22 dez 2011.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- MELO, José Marques. **Jornalismo opinativo**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. Elementos de teoria e pesquisa de comunicação do media. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2006 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>. Acesso em: 2 de fevereiro de 2010, p. 1-823.
- SOUSA, Mauro Wilton. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p.13-36.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. V. 1 Florianópolis: Insular, 2005a.

\_\_\_\_\_. **Teorias do jornalismo**. V. 2 Florianópolis: Insular, 2005b.

TUCHMAN, Gaye. **Making News: a study in the construction on reality**. New York: The Free Press, 1978.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TERCEIRA PARTE

## DISPOSITIVOS TEÓRICO-ANALÍTICOS



## CAPÍTULO 7

### IDEOLOGIA, SABER/PODER

A ideologia é um dispositivo teórico-analítico fundante da análise de discurso. Mas apesar de ele colaborar na análise de produção de sentido, o termo em si carrega vários sentidos, desde o mais amplo como qualquer “conjunto de ideias” que determina o pensamento, ou mesmo sinônimo de filosofia, até aquele que se refere a uma “falsa consciência” que atende aos interesses de uma classe dominante”. Cabe ao analista estreitá-lo na fundamentação teórica.

Thompson J. B. (2002) e Eagleton (1997) realizaram um importante trabalho de recuperação da história desse conceito. Foi o filósofo francês Destutt de Tracy quem primeiro o utilizou como a “ciência das ideias”, no final dos anos 1700. Esse ideólogo afirmava que as ideias são fenômenos naturais que, ao conhecê-los em sua origem, o cientista poderia ter o conhecimento da verdadeira natureza humana. Esses estudos fundamentaram o Curso de “Ciências Morais e Políticas” na França, como forma de aplicação da lógica e da gramática na dimensão social. Napoleão Bonaparte, ao associar Tracy ao republicanismo, colocou em xeque a pretensão positiva dessa ciência que, para ele, incitava rebeliões.

É com Marx que o conceito se reconfigura para tornar-se um instrumental crítico. Segundo Thompson J. B. (2002), Marx opõe-se ao idealismo de Hegel, pois este olha as ideias como autônomas, fora de seu contexto sócio-histórico. Na visão marxista, as ideias são efeitos e não causas, elas são produto de condições materiais específicas. Aqueles que vêem as ideias como autônomas, o fazem por causa da divisão do trabalho que entorpece a consciência, causando a alienação.

Marx, então, começa a relacionar o conceito de ideologia à relação entre classes sociais. Como esclarece Chauí (2008, p. 63), as ideias “tendem a ser uma representação invertida do processo do real”, pois, à medida que uma forma determinada de divisão social do trabalho se estabiliza e se repete, “todo o conjunto das relações sociais aparece nas idéias como se fossem coisas em si, existentes por si mesmas e não como conseqüente das ações humanas” (2008, p.64).

Van Dijk (2008) afirma que a ideologia é uma forma de cognição social que controla o conhecimento, as opiniões, os preconceitos e as posturas. Ela “proporciona coerência às atitudes sociais que, por sua vez, co-determinam as práticas sociais” (2008, p.48). O discurso, para o autor, é uma forma de reprodução ideológica, e os meios de comunicação exercem um papel central nesse processo.

Althusser (1980), o grande influenciador do pai da AD, Pêcheux, adota os paradigmas do pensamento marxista. Analisando as formas de reprodução dos meios de produção, da força de trabalho, infra e supraestruturas sociais, ele chega à definição dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Os AIE são instituições que não tem caráter físico-repressivo, podem ser públicas ou privadas, mas que guardam a característica de regularem as ideias do ponto de vista simbólico a favor da ideologia dominante burguesa. São

eles: a religião, a escola, a família, o sindicato, os partidos, a cultura e a imprensa.

Para esse autor, a ideologia passa a ser o “sistema das ideias, das representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (Althusser, 1980, p. 69). Para a recém fundada disciplina, a AD, a ideologia se manifesta no discurso, e representa uma relação inconsciente dos indivíduos com sua existência.

Essa visão é questionada por Eagleton (1997) em relação ao seu *panpoderismo*, ou seja, aplicar a ideologia para vincular qualquer discurso a interesses sociais específicos. Isso porque o homem manifesta interesses que não são tipicamente ideológicos no sentido marxista.

O discurso interessado, interpelado pela ideologia, só pode ser descrito como tal se nos ajudar a “distinguir entre aqueles interesses e conflitos de poder que, em qualquer época, são claramente centrais a toda uma ordem social e aqueles que não são” (Eagleton, 1997, p. 23).

Thompson J. B. (2002) lembra também que, dentro mesmo do marxismo, o termo ideologia foi “neutralizado” a partir de Lênin, podendo se referir também a uma *ideologia do proletariado* ou *ideologia socialista*. Logo, ele deixa de se referir apenas a uma “falsa consciência”, mas para expressar o conjunto dos interesses daqueles que não detém os bens de produção.

Será Mannheim, segundo Thompson J. B., que compreenderá o processo de formação das ideias a partir das condições sociais do pensamento. Em *Ideologia e Utopia*, Mannheim tenta elaborar um método interpretativo para estudar o pensamento socialmente situado. Nesse sentido, para ele, Marx teria feito uma *formulação especial* do que vem a ser ideologia, e ele propõe uma *formulação geral*:

Ideologia, de acordo com essa formulação geral, pode ser tomada como os sistemas interligados de pensamento e modos de experiência que estão condicionados por circunstâncias sociais e partilhadas por grupos de pessoas, incluindo as pessoas engajadas na análise ideológica (Mannheim, apud Thompson J. B., 2002, p. 67).

Thompson J. B. (2002), todavia, não considera produtiva a retomada da acepção neutra do termo *ideologia*. Mas também não coaduna com a estreita relação estabelecida entre ideologia e luta de classes. Adepto da Teoria Crítica, o autor propõe analisá-la enquanto maneiras pelas quais das formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ou seja, no mundo social, pretende-se entender como o sentido é mobilizado para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder.

Caracterizar fenômenos simbólicos como ideológicos não coloca, necessariamente, sobre o analista, o encargo de demonstrar que os fenômenos assim caracterizados são, em certo sentido, “falsos”. O que nos interessa aqui não é, principalmente, nem inicialmente, a verdade ou a falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem para estabelecer e sustentar relações de dominação (Thompson, J. B., 2002, p. 77).

Operacionalmente, a análise, para esse autor, caminha por cinco modos mais propícios para o desenvolvimento de algumas estratégias típicas de construção simbólica. Aplicáveis à análise do discurso jornalístico, temos:

### Quadro 7.1 – Modos de operação da ideologia

<i>Legitimação</i> (apresentadas como dignas de confiança)	Racionalização	Como o produtor da forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais, com vistas à persuasão do público.
	Universalização	Acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos apresentados como servindo aos interesses de todos.
	Narrativização	Exigências de legitimação inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
<i>Dissimulação</i> (relações de dominação negadas, ocultadas ou obscurcidas)	Deslocamento	Um termo comumente usado para se referir a determinado objeto ou pessoa e usado para se referir a um outro. Conotações positivas ou negativas são transferidas.
	Eufemização	Ações, instituições ou relações sociais são descritas de modo a despertar uma valoração positiva.
	Tropo	Uso figurativo da linguagem como <i>sinédoque</i> (inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas); <i>metonímia</i> (algo ou alguém pode ser avaliado valorativamente por associação a algo); e <i>metáfora</i> (combinação de termos extraídos de campos semânticos diferentes)
<i>Unificação</i> (construção de uma unidade, independente das diferenças)	Estandar-tização / padronização	Formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão
	Simbolização da unidade	Construção de símbolos de unidade, de identidade e identificação coletivas, mas difundidas por meio de um grupo.
<i>Fragmentação</i> (segmentação de indivíduos e grupos que constituem desafio ou oposição a outro grupo)	Diferenciação	Ênfase nas distinções e diferenças.
	Expurgo do outro	Referência ao outro como mau, perigoso e ameaçador.

Reificação (retratação de uma situação transitória, como se essa situação fosse permanente e atemporal)	Naturalização	Uma criação social e histórica é tratada como acontecimento natural.
	Eternização	Fenômenos sócio-históricos são esvaziados, apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes.
	Nominalização/passivação	Concentram a atenção do público em certos temas em detrimento de outros, como a preferência por voz ativa ou passiva

Fonte: dos autores, baseada em Thompson, J. B. (2002).

Esse referencial proposto por Thompson, J. B. é bastante conveniente ao analista de discurso que, até então, não dispunha de subcategorias que pudessem explicitar as estratégias de poder, ao mesmo tempo que permite que o conceito saia da “camisa de força” da falsificação, e da noção vaga de conjunto de ideias. O modelo expõe a sutileza da manifestação das relações de poder por meio das formas simbólicas, o que nos leva à próxima discussão que interessa aos estudos de jornalismo.

### Saber e poder no jornalismo

As análises mais comuns sobre o poder e seu exercício têm sido vinculadas ao estudo das relações entre sujeitos, instituições e o Estado, visando, no campo da comunicação e do jornalismo, detectar as instâncias superiores da censura e denunciar a dependência publicitária governamental por parte da mídia. Trata-se de uma teoria tradicional de poder, pressupondo-se que este pode ser controlado por atos jurídicos ou um ato fundador de direito. Um poder concreto que se detém ou que se cede.

Todavia, o conceito de poder simbólico tem sido mais produtivo para se entender os meios de comunicação. Em sua visada estruturalista, Bourdieu (1989) afirma que as formas simbólicas como

a arte, a religião e a língua são estruturas estruturantes, e funcionam como *modus operandi* sobre os agentes sociais, direcionando uma maneira de os homens agirem, pensarem e operarem quando exercem alguma atividade. Todavia, essa noção foi expressa por outros autores, dentre os quais se destacam Thompson, J. (2011), Castells (2015) e Foucault (2008), cujas contribuições permitem perceber que o poder não se manifesta apenas nos processos institucionalizados da política, da polícia e da economia.

Thompson, J. (2011) afirma que o poder simbólico é uma espécie de poder cultural. Ele nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas, e seus principais recursos são os meios de comunicação e informação. Esses recursos incluem meios técnicos, habilidades e competências, conhecimentos e prestígio gerenciados pelas organizações comunicacionais.

Analisando o modo como a comunicação se desenvolve nos meios de comunicação de difusão coletiva, onde o fluxo da informação é esmagadoramente de sentido único, esse autor afirma que o poder está na capacidade de “[...] provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descreer, apoiar os negócios do Estado ou sublevar as massas em revolta coletiva.” (Thompson, J., 2011, p. 24). As instituições da mídia poderiam, a princípio, ter a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, uma vez que poderiam influenciar as ações das pessoas.

Em Castells (2015) temos a seguinte definição de poder: “[...] a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outros atores sociais de forma que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder.” (p. 57). Todavia, os mecanismos de exercício de

poder podem dar-se diferentemente nas formas de comunicação mais horizontais, onde há maior possibilidade do surgimento de discursos de outros sujeitos que não pertencem ao campo institucionalizado e profissional da comunicação

Nos termos foucaultianos, o poder é do tipo disciplinar, que organiza o espaço e controla o tempo. Utiliza-se de técnicas para distribuir os indivíduos, é classificatório, hierarquizante, combinatório e vigilante. Aplicado no campo das mídias e do jornalismo, é percebido nas normas e nos constrangimentos dos discursos, nos saberes privilegiados e nos processos de validação da verdade que formatam as mensagens.

Essa analítica de poder não se dissocia da dimensão macroestrutural da política e da economia, mas é possível perceber a manifestação no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, travestidos de um saber legitimado e comprometido com a verdade. Esse saber normalmente é responsável pela construção de um discurso legitimador, que permite que um campo exista e seja reconhecido como competente para suprir alguma necessidade social. Vimos isso no capítulo 5.

Foucault dispõe-se a olhar a disciplina como um conjunto de técnicas em virtude das quais os sistemas de poder têm por objetivo a normatização. As instituições disciplinares, dentre elas o jornalismo, repartem, classificam, diferenciam e hierarquizam discursos, a partir de um saber construído sócio-historicamente. A norma afeta as condutas segundo as oposições proibido/permitido, adequado/inadequado, conveniente/inconveniente. Como afirma Gomes (2003), assim como a realidade não antecede o discurso, os fatos jornalísticos não antecedem o discurso jornalístico, o que implica discutir o conjunto de saberes legitimados que constroem esse discurso.

O analista do discurso deve descrever as técnicas utilizadas pelos jornalistas para apreender e descrever a realidade, e demonstrar como elas se associam a um saber profissional. Também é importante observar como essa instância de produção de sentidos dados à informação se articula com outros saberes, especialmente os que se mostram contraditórios, e a valorização desses saberes. Noutras palavras, analisar como o jornalismo controla seu discurso.

Os controles estão nas técnicas narrativas e na autodefesa do campo a partir dos valores modernos positivistas (separação da opinião do fato) e da construção de um *ethos* comprometido com a verdade e com a defesa dos cidadãos e do interesse público. Trata-se de um poder na direção de um “fazer crer”, no sentido de oferecer uma representação racional e asséptica da realidade.

Na visão foucaultiana, saber e poder se reforçam mutuamente. A discussão se coloca dentro do processo de racionalização da Modernidade e suas formas sutis de exercício do poder por meio da disciplina. É um modo de subjetivação diferente instaurado pela cultura moderna. Mesmo os discursos libertadores trazem no seu bojo novas formas de sujeição e controle, pois seleciona o que pode e o que não pode ser dito em nome da liberdade e da subversão.

A noção de micropoder deve ser entendida como uma rede de forças que se interagem visando a um objetivo, criando tensões entre indivíduos e grupos (Foucault, 2008). Ao contrário do que se possa imaginar, já que todo discurso e prática envolvem algum tipo de saber, o poder não é necessariamente negativo. Segundo Powers (2007), esse poder não é visto como uma estratégia consciente e violenta de uns sobre outros, como normalmente se vê nas análises sociológicas. Trata-se de um processo que opera lutas

contínuas e confrontos que podem mudar, fortalecer ou reverter a hegemonia dos discursos.

Foucault (2010) afirma que comunicar “é sempre uma certa forma de agir sobre os outros” (p. 284), e que a produção e a circulação de elementos significantes “podem perfeitamente ter por objetivos ou por consequências efeitos de poder” (2010, p. 284). Logo, as manifestações discursivas produzem efeitos de poder. Dessa forma, discursos concorrentes comumente presentes no jornalismo e nas redes sociais, com contornos de verdades parciais e relativas, mesmo sem a intencionalidade consciente da manipulação, têm a pretensão de se fazerem ouvidos e de influírem.

O poder produz realidade e verdade antes de reprimir ou ideologizar, mascarar ou abstrair. A noção de regimes de verdade de Foucault evoca as formas que controlam e regulam os discursos. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. Saberes tendem a ser normatizantes, e podem expressar-se na forma de tutela, proteção e aconselhamento.

Para Foucault (2008) não há poder em geral, mas relações de poder que se formam sempre que se quer produzir verdade e saber acerca do indivíduo, do sujeito, de seu comportamento. O poder disciplinar não é considerado uma estrutura. O que se busca evidenciar é que certas relações de poder sujeitam, transformam os indivíduos em sujeitos de dois modos: a) sujeitos submetidos ao outro pelo controle e pela dependência, e b) sujeitos ligados à sua própria identidade pela consciência ou conhecimento de si.

Filósofa da linguagem, Araújo afirma:

Quando certo tipo de saber testa, examina, normaliza usando testes, enquetes, estatísticas, inquéritos, bancos de dados, o efeito bem conhecido, visado e estimulado é o conhecimento do indivíduo, permitindo sua adaptação, cura, inserção no meio, alívio terapêutico, entre outros. O efeito não visado, e para ele Foucault aponta seu olhar crítico, é que esta produção de saberes que individualizam e normalizam faz com que a conexão do indivíduo consigo mesmo seja obtida quase exclusivamente por esse tipo de produção de verdade. E ela carrega poder, que não é o da repressão, mas o poder do saber cientificista (Araújo, 2008, p.221).

Nessa direção, Van Dijk (2008) afirma que os grupos de poder envolvidos na produção de discursos podem se apresentar como *experts*, caso dos jornalistas e comentaristas. Por meios retóricos de caráter persuasivo, apresentação de previsões, planos, cenários, alertas e conselhos, esses profissionais e suas fontes acabam por controlar a produção dos discursos. Modalidades narrativas, com apelos dramáticos e emocionais também ajudam a fabricar a base consensual do poder.

Esse mesmo autor defende que o poder não é inerentemente ruim e, por conseguinte, uma analítica de poder seja necessariamente crítica. O poder pode ser usado de diferentes formas, inclusive positiva, com propósitos educativos e protetivos. O que se busca denunciar, para Van Dijk (2008) é o abuso do poder, que tem por finalidade privilegiar determinadas elites e manter a injustiça e a desigualdade social. O *poder de dominação* é o que torna ilegítimo o poder.

As relações de poder suscitam, necessariamente, uma resistência. De acordo com Foucault (2008), se não houvesse resistên-

cia, não haveria poder. Logo, é perfeitamente possível a insurreição dos saberes dominados por meio da criação de espaços de lutas e de transformação, mesmo a partir da mediação do jornalismo tradicional de natureza empresarial. Como analisam Moraes e Ferro (2017), em sua relação com as audiências, o poder do jornalismo está se dissipando em razão da crise de legitimidade. Isso porque ele deixou de ser a única referência no mercado das notícias, e eventuais erros podem ser expostos nas redes sociais, e também porque os investimentos em investigação e verificação diminuíram.

Para Castells (2015) não há poder absoluto, pois a relação sempre pode ser questionada e o consentimento pode não existir. “Quando a resistência e a rejeição se tornam significativamente mais fortes que o consentimento e a aceitação, as relações de poder são transformadas (2015, p. 58).

Apesar de o autor não negar a existência insistente das formas tradicionais de comunicação, hierarquizadas e a serviço do capital, ele aponta cenários onde é possível se evidenciar os valores e interesses dos cidadãos a partir de relações democráticas comunicativas, sem a vontade da dominação e de reprodutividade do poder orientado a manter os sistemas de repressão discursiva.

## Leitura sugerida

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. Curitiba: Editora da UFPR, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989. CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FOUCAULT, Michel . O sujeito e o poder. In: DREUFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 273-295.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

MORAES, Ângela Teixeira; FERRO, Raphaela Xavier de Oliveira. Quanto poder ainda tem o jornalismo. **Panorama**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, v. 7, n. 2, 2017, p.26-30.

POWERS, Penny. The Philosophical Foundations of Foucaultian Discourse Analysis. In: **Critical Approches do Discourse Analysis Across Disciplines Journal**. v. 1, 2007, p. 18-34.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.



## CAPÍTULO 8

### DIALOGISMO, POLIFONIA, INTERDISCURSO, INTERTEXTO E HETEROGENEIDADE

No segundo capítulo deste livro inserimos algumas noções sobre os termos acima e o que eles representam para a análise de discurso. Vamos retomá-los para uma melhor compreensão e distinção entre os autores que os propõem, embora todos eles digam respeito à inserção do outro (sujeito ou suas ideias) na construção de um discurso, ou da incorporação de um discurso exterior para o interior de um texto.

Esses conceitos são particularmente produtivos para a análise do discurso jornalístico porque implícita ou explicitamente ele se constrói sobre outros enunciados circulantes na vida social. Embora, como vimos, qualquer discurso é híbrido por natureza, no jornalismo o fenômeno não é negado, sendo elemento definidor do próprio *ethos* profissional.

Começemos por dialogismo. O termo bakhtiniano não está atrelado à ideia de diálogo face-a-face. Ele diz respeito à constituição híbrida de todo discurso. O sujeito é afetado pelo discurso de outros sujeitos, e essa intervenção faz com que se afirme que nenhum enunciado seja atribuído apenas àquele que escreve ou fala.

Esse fenômeno é constitutivo de todo discurso, podendo ou não o sujeito expressá-lo de forma consciente. O discurso é, portanto, produto da interação entre interlocutores, inseridos em situação social complexa (Bakhtin, 1986, 2008).

Todavia, também encontramos o termo monologismo na obra de Bakhtin, e este se refere a um discurso único e uniforme. Trata-se de uma tentativa de apagamento de outras vozes no discurso (polifonia), enquanto tentativa de manifestação da voz autoritária do autor. Este, porém não deixa de revelar outros discursos que permeiam a prática discursiva. Logo, monologismo e polifonia são situações que expressam uma estratégia, mas, no fundo, a primeira não se concretiza enquanto essência, pois sempre estará presente na cabeça do autor uma representação do outro do qual se fala ou ao qual se dirige.

Como exemplo, vejamos uma discussão em torno da legalização da educação domiciliar, cujo direito dos pais foi rejeitado pelo STF em 2016. Na página do site do movimento “Todos pela Educação”, a matéria publicada apenas aponta a opinião contrária a esse tipo de ensino, configurando o monologismo:

A decisão do STF está alinhada ao posicionamento especialistas da área educacional, uma vez que a Educação formal (ou instrução formal) oferecida em uma escola introduz crianças e jovens na dimensão política social complementar à familiar. Ao frequentar apenas espaços controlados pela família, o estudante é privado de uma construção coletiva do conhecimento, que a partir do contato com a diversidade e a pluralidade de ideias, torna-se muito mais rico. É em uma escola regular que atenda a todos os alunos com qualidade, independentemente da origem socioeconômica, que será possível diminuir a desigualdade educa-

cional e, conseqüentemente, aumentar o desenvolvimento (Todos pela Educação<sup>1</sup>).

Já no jornal O Estado de São Paulo, há três posicionamentos diferentes sobre a educação domiciliar, configurando a polifonia:

Essa possibilidade logo é percebida por famílias, especialmente algumas descontentes com os sistemas de ensino público e privado, que buscam alternativas para a educação de suas crianças. Ao empreender essa modalidade, optando por educar na casa, as famílias deparam-se com um grande obstáculo: a legislação brasileira (O Estado de S. Paulo, 25/12/2016).

Cabe lembrar, que havendo a alteração que permita essa modalidade, também seria necessária uma regulamentação prevendo a matrícula e avaliações periódicas dos homeschooler no respectivo sistema de ensino (O Estado de S. Paulo, 25/12/2016).

Educação não se reduz a transmissão de conteúdos, é processo mais complexo, que se beneficia da convivência em grupo e da pluralidade de experiências cognitivas, sociais, culturais e afetivas. Reduzir à transmissão de conhecimento é a primeira falha de quem defende a educação domiciliar (O Estado de S. Paulo, 25/12/2016).

No jornalismo, o estudo de vozes motivou a pesquisa sobre metodologia de Benetti (2007). A autora afirma que o discurso jornalístico é “idealmente polifônico” (p.116), já que as fontes, o

---

1 <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/stf-rejeita-educacao-domiciliar-lugar-de-educacao-formal-e-na-escola>. Acesso em 11 de outubro de 2018.

jornalista-indivíduo ou o jornalista-instituição, e mesmo os leitores estão presentes com suas vozes.

Para identificar o caráter monofônico ou polifônico do discurso jornalístico, é preciso analisar as posições dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, ela retoma os estudos de Ducrot e defende a distinção entre locutor (o responsável empírico pelo texto) e enunciador (o responsável pelo enunciado, um ponto de vista, uma ideia). Identificar o segundo é uma tarefa complexa, pois um texto pode apresentar diversas fontes sem que, necessariamente, produzam discursos diferentes. Se essas fontes representam os mesmos interesses estarão na mesma posição-sujeito, configurando um único enunciador.

O contrário também pode acontecer. Um mesmo locutor pode se posicionar ora de uma perspectiva ora de outra, especialmente em gêneros opinativos. Ao apresentar e comentar diferentes olhares sobre os acontecimentos, o texto acaba por tornar-se polifônico. Sintetizando, Benetti (2007) afirma que a natureza pública do jornalismo o coloca como um lócus onde a “circulação de diferentes saberes sobre os fatos e o mundo. Assim, apenas a pluralidade de perspectivas de enunciação pode configurar o jornalismo como um campo plural e representativo da diversidade social” (2007, p. 120).

O conceito de interdiscurso já foi mencionado no capítulo 2, e para seu detalhamento preciso, sugerimos o trabalho de Possenti (2003). Interdiscurso diz respeito à propriedade de todo discurso de estabelecer relações de composição, adesão ou refração com outros discursos. Charaudeau e Maingueneau (2004) o definem de forma restrita (um espaço de articulação antagônica e contraditória entre duas ou mais formações discursivas) ou ampla (um discurso enquanto resultado de releitura de discursos anteriores do mesmo gênero).

Vejamos uma publicação retirada de uma discussão no Facebook durante o processo de impeachment da presidente Dilma, do Partido dos Trabalhadores. O enunciado “A CASA-GRANDE SURTA QUANDO A SENZALA VIRA MÉDICA. #NÃOVAI-TERGOLPE” apresenta um antagonismo entre classes sociais diferentes, associando a elite que defende o impeachment com os senhores de escravos que habitavam a “Casa Grande” no período colonial. A “senzala” resgata a memória discursiva dos grupos sociais subalternos que, no contexto atual, tiveram a chance de se formarem em um curso superior devido às cotas de vagas nas universidades durante os governos do PT.

Vê-se que interdiscurso incorpora elementos pré-construídos, os sujeitos falam a partir do *já dito*. No exemplo citado, outra memória é evocada, aquela que identifica o impeachment com um golpe de Estado. Semelhante ao que aconteceu em 1964, quando o presidente esquerdista João Goulart foi deposto pelos militares, a palavra “golpe” estabelece um interdiscurso entre dois momentos históricos distintos, mas que se assemelham nas circunstâncias políticas do acontecimento.

O conceito de interdiscurso, todavia, é comumente confundido com o de intertexto, termo criado por Kristeva a partir de sua leitura de Bakhtin, ao propor que um texto é um retrabalho de outros textos produzidos na história. Na AD, o intertexto é o conjunto de fragmentos citados efetivamente, de forma explícita e consciente por parte do sujeito.

Mas para Fairclough (2001), a intertextualidade é a fonte de muita ambivalência dos textos, pois “diferentes sentidos podem coexistir, e pode não ser possível determinar ‘o’ sentido” (p. 137). Para explicar, ele cita uma reportagem do jornal inglês *The Sun* intitulada: “Convoquem as forças armadas na batalha contra as

drogas”. O jornal reproduziu o título do documento escrito por um comitê da Casa dos Comuns, sem nenhum marcador formal da representação do discurso (aspas, por exemplo), mesclando assim a voz dos políticos com a do próprio jornal.

Na análise discursiva, essa ambivalência mostra, todavia, a aderência do discurso do jornal a um determinado discurso político, que pode ser explicada pelo interdiscurso com certa clareza. Ou seja, o interdiscurso pode ser explicitamente marcado por recursos linguísticos distintivos ou não.

Autier-Revuz (2004) prefere o termo heterogeneidade discursiva, como também faz Foucault (2007)<sup>2</sup>. Mas a autora propõe uma distinção entre *heterogeneidade mostrada* e *heterogeneidade constitutiva*. No primeiro caso, há o uso de formas que marcam explicitamente a presença do outro no texto, seja por meio do discurso direto ou indireto. No segundo, o texto é tomado pelo interdiscurso, e independe de traço visível de citação ou alusão, algo próximo ao que Bakhtin define como dialogismo.

Nos textos jornalísticos, a heterogeneidade mostrada dá a sensação de afastamento do discurso do sujeito jornalista daquele produzido pelo sujeito entrevistado ou referenciado. Para a autora, se negocia a alteridade entre profissional e fonte, preservando-se a fronteira entre eles. Os meios, para isso, são o uso de aspas ou o itálico, expressões como “segundo” ou “de acordo com”.

A heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (2004), para além da inclusão de enunciados vindos de outras formações discursivas de forma não explícita, pode ser explicada

---

2 Foucault (2007) afirma que os enunciados são povoados em suas margens de vários outros enunciados e, portanto, é preciso indagar a respeito de seus espaços colaterais. Para o autor, cada formação discursiva entra simultaneamente em diversos campos de relações e, em cada lugar, a posição que ocupa é diferente, dependendo do jogo de poderes em questão.

psicanaliticamente. Isso consiste em “fazer ressurgir conflitos esquecidos, demandas recalçadas – eventualmente portadores de sofrimento – que agem sem que o sujeito saiba” (2004, p. 50). Apesar de plausível, do nosso ponto de vista, a abordagem psicanalítica pode estar além da capacidade do analista, sendo preferível a identificação do interdiscurso pelas pistas oferecidas pela história.

### **Leituras sugeridas**

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lucia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BENETTI, Márcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. IN: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre o Interdiscurso. In: **Anais do 5º Encontro do Celsul**. Curitiba: Anpoll, 2003, p. 140-148.



## CAPÍTULO 9

# A PRIORI HISTÓRICO, EPISTEME, ARQUIVO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Este conjunto conceitual remete à importância que a história tem na análise de discurso. Mesmo sabendo que a análise de discurso comporta teorias diferentes, os estudos sobre contexto, conjuntura e ancoragem histórica dos discursos são essenciais para o analista.

A articulação entre discurso e história surge no nascimento da AD com Michel Pêcheux e foi bastante requisitada em Michel Foucault. Os estudos sobre o discurso impactaram o outro campo, uma vez que a história tradicional enquanto relato linear e homogêneo da trajetória humana ficou sob suspeita. A história também se constrói a partir de discursos sobre o que aconteceu e das percepções dos atores sociais que a viveram. O próprio historiador produz seu próprio discurso a partir desses relatos.

Na análise de discurso, olha-se para a história a partir da noção de *episteme*, que é um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a um dado momento histórico. Os discursos de uma dada época estabelecem entre si feixes de relações e deslocamentos. Cada época possui suas especificidades

na forma como cada FD articula seus discursos, possibilitando ao analista observar os diferentes tipos de transformações dos sentidos (Foucault, 2007a).

Foucault (2007b), ao discutir as condições de existência dos enunciados, introduz o conceito de *arquivo*, cuja análise refere-se ao conhecimento da “orla do tempo que cerca nosso presente” (2007b, p.148). Ou seja, os sentidos do discurso são descritos a partir de um *a priori histórico* que o fazem existir e o validam. Descrever um arquivo é dar conta das práticas que instauram os enunciados como acontecimentos e coisas.

Para este filósofo, as coisas são ditas não apenas como produto consciente e intencional do pensamento, ou apenas segundo um jogo de circunstâncias. Os discursos aparecem graças a um jogo de relações entre saberes e poderes possibilitados historicamente. Cabe ao analista descrever as configurações de arquivo centradas a partir de um tema, de um conceito. Ele deve questionar sobre qual o lugar ocupado pelo acontecimento discursivo num determinado arquivo.

Arquivo não é exatamente a soma de todos os textos que foram produzidos sobre determinado tema. O arquivo é a lei do que pode e não pode ser dito e, portanto, deve ser visto como um sistema que condiciona o aparecimento de determinados enunciados. Toda formação discursiva se movimenta em torno de um arquivo.

Descrever um arquivo não é tarefa fácil para o analista. Foucault (2007) reconhece a dificuldade de se ter acesso a todas as práticas discursivas e não discursivas que geram um arquivo. Por isso, propôs que a descrição se dê por fragmentos, níveis e regiões. Assim, há o esforço de descrição de algumas regras de formação dos enunciados, suas repetições e rupturas, reconhecendo que a

análise é limitada aos enunciados capturados e às próprias condições de interpretação do analista.

A esse esforço metodológico, Foucault deu o nome *arqueologia*. A arqueologia é uma investigação histórica que visa conhecer como diferentes saberes possibilitam a constituição de novos objetos e os enunciados sobre eles. O recorte é horizontal. Ela tem por propósito descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede, formada na inter-relação dos diversos saberes ali presentes. E é exatamente nessa rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidade para a emergência de um discurso.

Na genealogia, o recorte é vertical, ou seja, a análise orienta-se para o presente, onde se busca os condicionamentos históricos sincrônicos do regime do discurso, das condições de possibilidades externas aos próprios saberes. Consideram-se os elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. Procura-se a explicação dos fatores que interferem na sua emergência, permanência e adequação ao campo.

Na metodologia foucaultiana, a arqueologia e a genealogia constituem dois conjuntos complementares, sendo sua diferença não tanto de objeto ou de domínio, mas de perspectiva e de delimitação. Na primeira, o enfoque são os saberes que embasam um discurso, na segunda, os poderes circundantes. A arqueologia contenta-se em descrever a gênese e as transformações dos saberes, a genealogia os relaciona com os poderes pontuais, enquanto condições de possibilidades externas aos próprios saberes (REVEL 2005).

Segundo Sargentini (2014, p. 27), “a sociedade, a partir de um conjunto de regras e não alheia às relações de poder define os limites e as formas de reativação dos enunciados, selecionando,

dentre os discursos de épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais quer reter, valorizar e reconstruir”. Em ambientes comunicacionais, os discursos, organizados em arquivos, são redistribuídos, podendo até sustentar posições paradoxais, ora qualificando, ora desqualificando determinadas posições.

A internet, nesse sentido, tornou-se uma grande produtora de arquivos - na acepção foucaultiana - permitindo que autores sejam recortados e apropriados para financiar determinado discurso. “Os arquivos online passaram de uma simples junção de dados de uma família - de uma forma distinta de guardar fotos, dados familiares, ou seja de uma forma de reacondicionamento - para um reagenciamento dos dados, que passam então a ter grande visibilidade” (Sargentini, 2014, p. 27). Essa apropriação conveniente é uma forma de exercício de poder no âmbito discursivo que pode ser captado em uma análise.

Fairclough (2001) recorre a Foucault para fundamentar sua teoria de análise de mudança social via discurso. Embora o filósofo francês não apresente chaves de interpretação textual como faz Fairclough, ele fornece as hipóteses para a Análise Crítica do Discurso<sup>1</sup>: existe uma natureza discursiva do poder, uma natureza política do discurso e uma natureza discursiva da mudança social. E apesar de as estruturas de poder serem reproduzidas no discurso, elas também são transformadas na prática.

Operacionalmente, Fairclough (2001) propõe que se analise no texto o controle interacional, a modalidade, a polidez e o *ethos*. No jornalismo, por exemplo, especialmente em entrevistas e debates, observam-se a tomada de turnos, a forma como os tópicos são escolhidos ou mudados, e a seleção de perguntas a serem respondidas. A modalidade trata da relação entre produtores e pro-

1 Fairclough (2011) se insere na ACD, mas nomeia o seu procedimento teórico-metodológico de ADTO (Análise de Discurso Textualmente Orientada).

posições, de forma que essas se assentem no domínio dos sentidos dos primeiros; ou seja, a escolha de palavras e sentidos devem se encaixar no modo como os produtores se expressam. O estudo da polidez diz respeito à sensibilidade do produtor do discurso em relação à “face” do seu interlocutor. A forma como o produtor do discurso se dirige ao interlocutor é produto de um *ethos* (um comportamento que o identifica como tal)

Esses itens observados pelo analista em diferentes contextos demonstram as mudanças sociais. Por exemplo, é possível demonstrar como várias práticas jornalísticas podem se divergir a partir da análise das diferentes performances dos jornalistas em relação ao controle interacional, à modalidade, à polidez e ao *ethos*. Disso se conclui que, embora o jornalismo possa ser visto a partir de suas características discursivas gerais (ver capítulos 4, 5 e 6), desvios e diferenças podem ser percebidos no interior da formação discursiva engendrada pelo jornalismo e pelos profissionais enquanto sujeitos autorizados a falar em nome dele.

Passemos, agora, para o termo *condições de produção*. Segundo Orlandi (2007), ele refere-se à descrição de forças externas à materialidade linguística, mas que constituem um discurso. Elas podem ser analisadas a partir de um sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). Quanto à primeira possibilidade, trata-se de descrever as situações objetivas em que se encontram os interlocutores produtores de discurso. Quanto à segunda, buscam-se os aspectos macrosociológicos, em que pesem as questões econômicas, políticas e culturais, responsáveis pela construção de uma ideologia.

Vejamos esse enunciado publicado na página do blog “Instituto Liberal” em julho de 2017. O contexto era a discussão no Se-

nado da reforma trabalhista que pretendia flexibilizar a legislação e retirar alguns direitos dos trabalhadores brasileiros.

Algumas das figuras mais lamentáveis da nossa política – Gleisi Hoffman (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Fátima Bezerra (PT-RN) e Regina Sousa (PT-PI) – agiram como brutamontes tiranas, crentes de que seu grito deve prevalecer sobre a discussão sadia. Seu esperneio em nome da farsa e da mentira que representam, porém, esteve longe de ser a tônica desta semana de júbilo para o cidadão sequioso de justiça e de um futuro mais promissor (Blog Instituto Liberal<sup>2</sup>).

As circunstâncias da enunciação podem ser analisadas a partir de um sentimento do autor do texto favorável à reforma em contraposição aos discursos das senadoras que representavam partidos de esquerda contrários à mudança. Mas a menção apenas das mulheres, leva a outra discussão, mas de ordem macrosociológica, que é a cultura patriacal que predomina no Brasil. Ao dizer que as senadoras gritam e esperneiam, o autor recupera o estereótipo de que as mulheres são descontroladas. Mais adiante no texto, o enunciador se reporta às senadoras com termos desqualificantes, tais como: “pupilas ridículas de Lula e José Dirceu” e “clube da Luluzinha esquerdopata chiliquenta”, reforçando sua misoginia, para além do mero discurso de direita.

No âmbito da análise do discurso jornalístico, o sentido escrito das condições de produção se manifesta quando se observa, por exemplo, uma reunião de pauta, o processo de produção da notícia dentro de uma redação, as decisões tomadas por editores e repórteres para viabilizar uma edição. O resultado da análise

---

2 Fonte: <https://www.institutoliberal.org.br>

atribui a construção de um determinado sentido a questões que a Teoria do Newsmaking, por exemplo, trata ao tentar explicar por que as notícias são como são.

Para que tenhamos outra referência dentro das Teorias do Jornalismo, uma análise no âmbito macrossociológico seria contemplado, em contrapartida, pela proposta de análise da Teoria Estruturalista ou da Ação Política. Nesses estudos observou-se como a estrutura sócio-política e as ideologias de esquerda ou direita afetam o fazer jornalístico.

As condições de produção, quando analisadas, não chegam a construir um arquivo na visão de Foucault. Operacionalmente, contudo, é um dispositivo analítico mais acessível ao pesquisador iniciante. De qualquer forma, essa e outras noções apresentadas no decorrer deste capítulo demonstram o quão é importante estabelecer uma relação de mútua dependência entre o interior e o exterior de um texto por meio de uma compreensão histórica que serve de matriz para a emergência dos discursos.

### **Leituras sugeridas**

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. O arquivo e a circulação dos sentidos. **Conexão Letras**, v. 9, n. 11, 2014, p. 23-30.



## CAPÍTULO 10

### DISPOSITIVO

Nesta terceira parte do livro, temos nos detido a compreender melhor os dispositivos teórico-analíticos aplicáveis à análise do discurso jornalístico. Acontece que o próprio termo *dispositivo* é um aporte metodológico nesse sentido. Cunhado por Foucault enquanto um elemento descritivo dos operadores materiais do poder, ele foi se redesenhando no Brasil a partir do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unisinos.

Nos trabalhos de Michel Foucault, a *episteme* é o objeto de descrição da arqueologia, o *dispositivo* é o objeto de análise da genealogia. A preocupação do filósofo é com a análise do poder por meio da relação entre o discursivo e o não discursivo. Castro (2009), em seu trabalho referencial sobre Foucault, delimitou a noção em cinco possibilidades de interpretação e aplicabilidade:

- 1<sup>a</sup>) rede de relações estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, leis, normas, proposições científicas, filosóficas, morais, etc.;

- 2<sup>a</sup>) o discurso produzido em um dispositivo aparece como programa de uma instituição, como justificativa ou ocultação de uma prática, ou interpretação posterior dessa prática;
- 3<sup>a</sup>) o dispositivo tem uma função estratégica;
- 4<sup>a</sup>) objetivo estratégico do dispositivo é anterior à construção da rede de relações;
- 5<sup>a</sup>) o dispositivo pode ser reajustado à medida em que entra em funcionamento. Verificam-se os efeitos, as contradições para modificações desejadas.

Sargentini (2015) sugere que se o analista observe o “modo como” o dispositivo age, o seu regime de práticas. Ela explica que as relações acima mencionadas podem ser de poder, de comunicação e as capacidades objetivas.

Os sentidos se produzem no conjunto dessas relações, ainda que o domínio das técnicas (da transformação do real), o domínio da comunicação (da fabricação dos sentidos) e o domínio de coação (de ação dos homens sobre os homens) não se apresentem necessariamente de forma uniforme e constante (p. 20).

Peraya (2002) defende que a mídia, qualquer que seja seu suporte, é um tipo de dispositivo do tipo “técnico-semiopragmático”. Nessa proposta, comunicação midiaticizada (dispositivo tecnológico), midiaticização (conteúdo) e mediação (relação), embora se distingam conceitualmente, entretanto, complementam-se quando se adota a noção de dispositivo. Ou seja, analisar a mídia enquanto dispositivo implica analisar a relação entre tecnologia, a linguagem e as relações sociais.

Comentando essa tríade, Ferreira (2006) propõe um construto em que se considerem os condicionamentos impostos pelas técnicas e tecnologias (perspectiva *tt*); se analise os elementos semiolinguísticodiscursivos do conteúdo veiculado pelas mídias (perspectiva *sl*); e se estabeleça a clássica relação entre esses dois primeiros, a cultura, o mercado e a sociedade de maneira geral (perspectiva *sa* - sócio antropológica).

Em trabalho anterior, Ferreira (2002) considera o jornalismo como “campo de significação, um recorte da práxis social fundada pelo dispositivo midiático como instância discursiva, cujo sentido não se reduz a condensação simbólica” (p. 7). Dessa forma, ele propõe a análise do jornalismo em quatro dimensões:

#### Quadro 10.1 Dimensões do dispositivo discursivo jornalístico

Contextos / Dimensões	O que observar
Contexto da produção	Práticas de produção individuais ou coletivas, institucionais ou privadas, intenção, objetivo da comunicação, concepções de tecnologias e de seu papel, discurso técnico dominante, operações técnicas e <i>savoir faire</i> <sup>1</sup> .
Contexto Tecnológico	Canal: vetor físico e/ou técnico de transmissão e de difusão: condutas aéreas, ondas hertzianas, cabo etc. assim como dispositivos anexos de codificação/decodificação. Suporte de estocagem: suporte material ou lógico que permita conservar a informação: fita magnética, disco ótico, disquete, disco duro etc. Dispositivo técnico de restituição: suporte material a partir do qual é possível tomar conhecimento da representação: suporte de papel, tela de projeção, tela do computador, alto-falante etc. São objetos técnicos que permitem a restrita restituição, a função display e as operações de visualização e audição da mensagem pelo destinatário.

1 Termo francês para saber-fazer, habilidade ou perícia.

Dimensões comunicacionais e discursivas.	Modalidades de comunicação. a) formas e graus de interação; b) a comunicação pode ser uni, bi ou multidirecional; pode se desenvolver em tempo real ou em tempo diferenciado, etc.,c) os diferentes atributos como a co-presença, o grau de visibilidade e audição dos parceiros, grau de diafonia, simultaneidade das mensagens recebidas etc. Tipos de representação e sistema semiótico: forma de representação, de linguagem de signos arbitrários (linguagem verbal, linguagem de formulário matemático) ou de diferentes signos analógicos, fundados sobre uma semelhança (fotografia, gráfico, esquema, etc.). Gênero de textos e tipos de discursos: organização particular do sistema de representação - da linguagem - determinada pela utilização social e usuários e caracterizada por temáticas, estruturas formais e dispositivos relacionais particulares. Falamos, hoje em dia, de gênero de textos e de tipo de discurso. Contratos midiáticos: estratégias discursivas; tematização; cenários; intenções; linguagens
Recepção	Lugar de interação social, quadro material, humano, institucional e sociocultural (enciclopédias de interpretação), práticas cotidianas etc.

Fonte: dos autores, baseado em Ferreira (2002)

Muitas dessas dimensões já foram tratadas em capítulos anteriores, especialmente quando falamos das estratégias de produção de sentidos. Nesta proposta de Ferreira, a exaustão analítica poderá chegar ao processo comunicacional como um todo, levando-se em conta essas quatro perspectivas. Mais modestamente, o analista poderá se concentrar em apenas uma delas (subdispositivos), a depender dos dados disponíveis, tempo de pesquisa e objetivos da investigação.

O importante é considerar que a noção de dispositivo implica estabelecer conexões que expliquem a emergência de sentidos, considerando fatores não-discursivos enquanto forças que atuam sobre os discursos. Nas palavras de Deleuze (1999), o dispositivo como um conceito operatório necessariamente multilinear.

## Leituras sugeridas

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne; DREYFUS, Hubert ; DELEUZE, Gilles et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

FERREIRA, Jairo. Dispositivos discursivos e o campo jornalístico. **Revista Ciberlegenda**. Rio de Janeiro: UFF, 2002, p. 1-11.

\_\_\_\_\_. Uma abordagem triádica dos dispositivos midiáticos. **Revista Líbero**- Ano IX - nº 17 -. São Paulo: Faculdade Casper Líbero, Jun 2006, p. 137-145.

PERAYA, Daniel. O ciberespaço: um dispositivo de comunicação e de formação midiaticizada. In: Alava, S. et al. **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais? Porto Alegre: Artmed, 2002. p.25-52.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, Kátia Menezes; PAIXÃO, Humberto Pires. **Dispositivos de Poder/Saber em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.



## CAPÍTULO 11

### FÓRMULA DISCURSIVA

A noção de *fórmula* na AD nasceu com as análises dos discursos fascistas e nazista, quando emergiu a expressão *Estado totalitário*. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004), foi Fay quem cunhou o termo para caracterizar o uso maciço e repetitivo da expressão de circulação marcante no espaço público.

Mas foi pelo trabalho da francesa Alice Krieg-Planque, que a fórmula tornou-se mais freqüente nas análises empreendidas no Brasil. Esse dispositivo analítico, inicialmente utilizado para entender o discurso político, foi importante para descrever o papel da mídia na emergência e instalação de fórmulas – designadas como “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (Krieg-Planque, 2010, p.9).

Como exemplo, a autora cita a fórmula “mundialização/globalização”, criada para se referir a um modo dimensional sobre como as relações sociais se desenvolveram na virada do século XX para o XXI. Uma fórmula permite variantes, tais como “antimundialização” e “altermundialização”, e permite compreender determinadas frases e slogans, bem como os diferentes atores so-

ciais organizam seus discursos, constroem opinião e estabelecem relações de poder.

Uma fórmula não é qualquer expressão que se repete no processo da circulação dos discursos no espaço social. A palavra ou sintagma precisa “ter vida”, ou seja, precisa sofrer um adensamento e condensar temas polêmicos, instaurando disputas de sentido.

Kriegue-Planque (2010) afirma que algumas restrições pesam sobre o estudo das fórmulas: a) a fórmula tem um caráter cristalizado; b) se inscreve numa dimensão discursiva; c) funciona como referente social; e d) comporta um aspecto polêmico. Essas propriedades “determinam certas tomadas de posição no método de apreensão do objeto, tanto do ponto de vista da construção do *corpus* (...), quanto no que diz respeito às orientações metodológicas” (2010, p. 61).

Por caráter cristalizado, entende-se uma forma significativa relativamente estável. Ela tem que deixar rastros por onde circula. Ela pode ser uma palavra (“humanitário”, “Perestróica”, “xenofobia”), um sintagma (“purificação étnica”, “interesse público”, “cortina de ferro”) ou mesmo frase (“A França para os franceses”, “O Estado está inchado”). Algumas sequências podem ser mais ou menos cristalizadas que outras dependendo do contexto. Mas a autora alerta que ditados populares (“quem nunca comeu melado quando come se lambuzá”), aforismos (“a família não é mais o que era antes”, e estereótipos (“ale-mães são disciplinados”), não podem ser consideradas fórmulas discursivas. As outras propriedades precisam estar presentes.

A dimensão discursiva nos lembra que a fórmula não é meramente uma materialidade linguística. A forma como é usada, o efeito do sentido, a posição-sujeito dos que a enunciam devem ser analisados no contexto da fórmula. No universo político, por exemplo, as palavras “diálogo” e “negociação” são fórmulas, mas não podem ser descritas de maneira mecânica e uniforme, negligenciando as apropriações particulares e os contextos específicos.

O caráter de referente social traduz o seu aspecto dominante num espaço sociopolítico. A fórmula evoca alguma coisa para todos em um determinado momento. O signo precisa ser notório. A *hashtag* “#EleNão”<sup>1</sup> que circulou nas redes sociais no Brasil em 2018, só se tornaria uma fórmula, a partir do momento em que se associou coletivamente o pronome pessoal “ele” a um candidato específico nas eleições presidenciais. Outra associação ou o uso indiscriminado da *hashtag* não atenderia a esse princípio da fórmula.

A polêmica é constitutiva da fórmula. É preciso que haja uma arena onde os sentidos são disputados. Como portadora de questões sociopolíticas, a fórmula põe em jogo:

modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões do regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou desigualdade entre cidadãos, a solidariedade entre humanos, a ideia de que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros. Às vezes, a fórmula põe em jogo sua própria vida (Krieg-Planque, 2010, p. 100).

Tudo isso implica a existência de um espaço social heterogêneo, com discursos que refletem posições políticas e pontos de vista diferentes sobre a cultura, o poder e as relações entre indivíduos, grupos e instituições. As “guerras” ideológicas se utilizam de fórmulas em que cada lado imprime uma significação específica nas palavras que compõem a materialidade discursiva.

Para exemplificar, tomemos um termo que tem sido amplamente utilizado pelos jornais brasileiros, o “bolivarianismo”. Em

---

1 *Hashtag* criada por um movimento feminista no Facebook contra o então candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), e que viralizou em outras redes sociais e na mídia em geral.

26/12/2017, o jornal Gazeta do Povo publicou em seu editorial: “O bolivarianismo mata suas crianças de fome. Preocupado única e exclusivamente com sua perpetuação no poder, Maduro fechou os olhos e condenou milhares de bebês e crianças venezuelanas”.

Nesse enunciado, o jornalista retoma o sentido sedimentado de uma forma de governo associada aos partidos de esquerda latinoamericanos, embora essa associação seja equivocada. O general venezuelano Simon Bolívar (1783-1830), apesar de lutar pela descolonização na América do Sul, não era socialista, mas sua figura é recuperada pela mídia emanada de outro sentido que acabou por tornar-se uma fórmula discursiva. Logo, as fórmulas nem sempre carregam coerência com a realidade histórica, e a atribuição de novos sentidos é possível nos novos discursos que circulam socialmente e se sedimentam.

No âmbito da análise do discurso jornalístico, as fórmulas desempenham importante papel, pois geram enunciados concisos, de fácil memorização, polêmicos e, por vezes, demagógicos. Isso simplifica o discurso, cria rápida associação referencial nas audiências e atraem a atenção. É um campo rico para o pesquisador que deseja adotar esta noção como dispositivo analítico.

### **Leituras sugeridas:**

Charaudeau, Patrick; Maingueneau, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “Fórmula” em Análise do Discurso: quadro teórico e metodológico**. São Paulo: Parábola, 2010.

## CAPÍTULO 12

### POLÊMICA E APELOS DISCURSIVOS

Uma das grandes estratégias do jornalismo para captar a atenção do público, além de assuntos sobre violência, é a divulgação de assuntos polêmicos. A forma pela qual os jornalistas relatam posições, especialmente por meio do uso das fórmulas, tende a destacar conflitos que geram disputas de sentidos, suscitando, na maior parte das vezes, reações emocionais por parte das audiências, sem trabalhar a complexidade dos acontecimentos.

Um problema que tem sido denunciado pela sociedade e por acadêmicos é o tratamento irresponsável de temas polêmicos pelas empresas de comunicação. Tem sido comum a tomada de posições que beneficiam determinados pontos de vista, fazendo com que as polarizações evoquem muito mais os sentidos passionais aos racionais, tornando o espaço midiático mais parecido com uma arena do que com uma esfera pública.

Diante disso, é importante discutir o papel do dissenso nas sociedades democráticas e as diferentes formas de sua manifestação, bem como os efeitos que essas formas provocam no meio social, onde o jornalismo ainda tem um papel importante.

Maingueneau (2007) afirma que há discursos cuja semântica “exige crucialmente a pluralidade dos discursos” (p.111), e outros que só podem existir com pretensões de monopólio. No primeiro caso, para efeito de autolegitimação, encaixa-se o discurso jornalístico. No segundo, o discurso político no contexto eleitoral, por exemplo.

Conflitos de opinião têm lugar privilegiado nas sociedades democráticas. Hoje, muito mais por seu caráter lúdico e menos por sua virtude de reconhecimento das diferenças, o dissenso ampliou sua presença graças às redes sociais digitais, fazendo com que cada indivíduo possa fazer suas defesas, sem necessariamente buscar a intercompreensão. Todavia, no contexto jornalístico, pesa a cobrança ética sobre como lidar com os diferentes discursos sociais, sem reproduzir essa prática de interações descomprometida de uma deontologia.

Para Amossy (2017), o grande desafio da democracia é gerir o desacordo inerente à vida em sociedade. Nesse sentido, ela faz uma crítica à perspectiva da retórica argumentativa, e expandida no trabalho de Habermas<sup>1</sup>, que defende ser o consenso a meta da comunicação, e a racionalidade como garantia desse consenso. Em sua perspectiva, o consenso pode ser falacioso, especialmente se os sujeitos dominam as técnicas de produção do discurso persuasivo, além do fato de a racionalidade não ter uma característica universal.

---

1 Habermas (2012) defende um espaço público democrático em que funcione um poder engendrado comunicativamente, em que haja reciprocidade e que se objetive o consenso. Para isso, são necessárias, segundo o autor, que estejam satisfeitas as condições de validade do discurso: a) Veracidade da afirmação (esta pretensão refere-se a um mundo objetivo entendido como a totalidade dos fatos cuja existência pode ser verificada); b) Correção normativa (refere-se a um mundo social dos atores, entendido como a totalidade das relações interpessoais que são legitimamente reguladas); e c) Autenticidade e sinceridade (pressuposto de que há um mundo subjetivo, entendido como a totalidade das experiências do locutor às quais, em cada situação, apenas ele tem acesso privilegiado).

Logo, o dissenso mais provável que o consenso, e o jornalismo deve ter a pluralidade como fiador do seu discurso. Amossy (2017) afirma que devemos abdicar da utopia das relações perfeitas, e o desacordo pode não ser o fracasso da comunicação. O ideal do acordo tende a apagar as diferenças constitutivas das comunidades, e elas devem ser visíveis no espaço público.

A livre manifestação de pensamento divergente é condição de funcionamento do próprio Estado de Direito, que, por princípio, tem por objetivo atender diferentes demandas abarcadas por variadas ideologias políticas, valores e visões sobre a melhor maneira de equacionar os problemas sociais.

Amossy (2017) acrescenta que os participantes do debate público estão necessariamente limitados pelo tipo de subjetividade propiciado pelo sistema simbólico no qual se filiam. Ignorar a diversidade de discursos, das razões, das racionalidades é ignorar as diferenças de conhecimento e de poder.

Todo discurso é parcial, mas não cabe ao jornalismo eleger um ou forçar a construção de um discurso aparentemente consensual como resultante da atuação de uma força hegemônica. Mas isso também não significa que a polêmica deva ser incentivada como uma batalha, com a possibilidade de vitórias discursivas desonestas. Pode-se buscar uma razoabilidade que, diferente da racionalidade, prevê a cooperação equitativa cujos termos são razoáveis à aceitação da maioria.

Rawls (2000) afirma que o razoável leva em conta o mundo público dos outros, o racional se dirige ao particular. A racionalidade busca estratégias lógicas, mas objetivando a vitória de uma tese. Em seu modelo de construtivismo político liberal, o autor considera razoável a existência de muitas doutrinas tradicionais filosóficas, religiosas e morais, mesmo quando incapazes

de se sustentarem racionalmente. Não é um impedimento à efetivação da justiça como equidade o fato de as pessoas abraçarem doutrinas razoáveis. Aplicando-se a ideia ao jornalismo, pode-se dar conta dessa pluralidade de concepções, desde que buscando fixados e justificados os limites. Esses limites seriam estabelecidos pelos padrões éticos e democráticos.

Para clarear o trabalho do analista, apresentamos a classificação proposta por Dascal (*apud* NEVES, 2015) quanto aos tipos de polêmica, a fim de interrogarmos como cada um deles se articula com a deontologia jornalística e de que maneira poderia se alcançar a razoabilidade do debate público:

### Quadro 11.1- Tipos de polêmica

Discussão	A diferença de opinião sobre uma dada questão deriva de um erro que pode ser corrigido, permitindo, assim, uma solução do conflito ou problema de acordo com procedimentos aprovados na área em questão. Levam ao estabelecimento de uma verdade. Apresentam-se provas.
Disputa	Ancorada em uma preferência, um sentimento, uma atitude. Pode se dissolver ou não, e nem sempre depende de procedimentos acordados para a resolução. Levam ao estabelecimento de uma vitória. Apresentam-se estratégias.
Controvérsia	Os participantes defendem sua posição para fazer pender a seu favor a balança da razão. Levam à persuasão, ao convencimento. Apresentam-se argumentos.

Fonte: dos autores baseada em Neves (2015).

Quando uma produção jornalística promove uma *discussão*, significa que se pode chegar à veracidade de um fato por meio de um intenso trabalho de investigação e verificação. Os atores sociais e suas versões dos fatos são apresentados, mas a polêmica se

dissolve mediante apresentação de dados de difícil refutação. Trata-se de buscar uma verdade, mesmo que provisória, a partir da evidência de provas. É uma atitude razoável, uma vez que a deontologia jornalística advoga que a verdade sobre os fatos orienta os cidadãos para que, livremente, façam suas escolhas em sociedade.

Se o desejo de uma produção jornalística ficar no âmbito da *disputa*, basta que se privilegiem os discursos inflamados, sem qualquer necessidade de averiguação dos fatos comprometida em estabelecer uma verossimilhança. Esse tipo de polêmica pode alavancar audiências e acessos, mas é o que menos elucida os problemas sociais, além de não ser contemplada nos códigos de ética. Nesse caso, as opiniões podem extrapolar o razoável se essas rejeitarem os princípios democráticos baseados em valores morais-políticos normativos a partir do critério de reciprocidade.

A controvérsia pressupõe a apresentação de razões. Ou seja, uma produção jornalística dá ênfase a diferentes pontos de vista apresentados de forma lógica e consistente, para que os sujeitos receptores tirem suas próprias conclusões. Nesse sentido, não existem provas objetivas a serem apresentadas, mas há o pressuposto de que a razoabilidade também esteja presente. Informações resultantes de roupagens menos passionais e mais voltadas à construção de um conhecimento teórico-filosófico são o desejável nesse tipo de polêmica.

De uma maneira geral, o jornalismo, ao trabalhar com discursos sociais polêmicos, em atendimento ao seu *ethos* profissional, deve oscilar entre o primeiro e o terceiro tipos. A disputa, embora atenda a um apelo mercadológico, fere os parâmetros éticos e não contribui com o desenvolvimento cognitivo dos cidadãos, pois impede a apresentação de informações qualificadas.

À análise dessas subcategorias da polêmica, pode-se acrescentar uma avaliação dos argumentos e dos fatos organizados pelo discurso jornalístico. O texto e as imagens a ele associadas podem obedecer a determinados apelos que, no caso da polêmica, são racionais, emocionais ou morais.

### Quadro 11.2- Apelos discursivos

Tipos	Características
Apelo racional	Apresenta os benefícios concretos que uma causa pode oferecer, enfatizando qualidade, eficácia e desempenho.
Apelo emocional	Procura passar sentimentos positivos ou negativos capazes de motivar os públicos de interesse.
Apelo moral	Reforça o julgamento de valores como certo e errado, justo e injusto, bom e mau.

Fonte: dos autores, baseado em Voltolini (2004)

O efeito pretendido pelo apelo racional é mais analítico. Expõe-se uma ideia ou uma causa, relata-se ou comenta-se um acontecimento visando esclarecer ou convencer os sujeitos receptores pela ativação de estruturas cognitivas. No apelo emocional, buscam-se reações de aderência ou rejeição a um discurso pelo medo, pelo ódio, pela paz ou pela satisfação pessoal. O apelo moral provoca indignação e ativa valores pré-construídos, especialmente no âmbito da religião e da ética.

A seguir apresentamos alguns enunciados que exemplificam esses apelos.

Quando se é criança, estar enfermo, acamado no leito de um hospital, longe de amigos e das brincadeiras, maltrata as emoções mais do que qualquer dor física. “A gente fica tomando soro, internado, sem nada para fazer e

também não pode ir para casa. É muito ruim”, desabafa um menino de 12 anos que, há cerca de seis dias, fez do Hospital Infantil Albert Sabin (Hias) seu lar temporário. Mas, apesar do tom cansado, a tristeza da chegada à unidade, ocasionada por complicações no fígado, não é mais vista em seus olhos.

Assim como milhares de crianças que passaram e continuam chegando ao hospital todos os dias, ele descobriu um local onde, com um pouco de diversão e tratamento humanizado, o cotidiano torna-se menos sofrido. A Cidade da Criança, espaço de entretenimento criado na unidade com jogos e atividades, oferece o que toda criança doente precisa: um pouco de distração e alegria. Diante dos bons resultados, ela comemora, em 2013, a marca dos 15 anos de existência. (Diário do Nordeste, 03/10/2013).

Essa notícia teve como título “Iniciativa humaniza atendimento”, e o apelo emocional configura-se em razão da substituição do lead clássico pela narrativa do estado de saúde de uma criança que, sofrida, sente-se reconfortada com a criação do espaço “Cidade da Criança” dentro de um hospital. Expressões utilizadas pelo jornalista como “longe de amigos”, “maltrata as emoções”, “menos sofrido”, “distração e alegria”, provocam sentimentos de piedade e, ao mesmo tempo, satisfação no leitor, mobilizando seus sentimentos de forma positiva.

A imagem a seguir, todavia, é um misto de apelo emocional e moral.

**Figura 12.1** Peça publicitária do Ministério dos Transportes



Fonte: EBC, 25/05/2013.

O apelo emocional é utilizado por meio da imagem de uma criança triste segurando um urso de pelúcia, possivelmente porque perdeu algum familiar nesse acidente de carro. Já o apelo moral é construído por meio do texto, afirmando que imprudência é crime, logo, cabe uma penalidade. Afirmações que integram expressões incisivas como “não é acidente”, “locais proibidos” e “respeite os limites” propõem que o leitor avalie sua conduta nas rodovias de forma responsável.

Por fim, temos no texto a seguir, um exemplo de apelo racional.

Um dos principais argumentos que especialistas usam para indicar que a Previdência é superavitária é o de que na conta do governo não são consideradas as chamadas “contri-

buições sociais” (Cofins, CSLL e PIS/Pasep), que fazem parte do orçamento da Seguridade Social. Com a Desvinculação de Receitas da União (DRU) — mecanismo que permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas — o uso das contribuições sociais é expandido também para outras áreas. No entanto, o que outros especialistas explicam é que a Seguridade reúne Previdência, Saúde e Assistência. Portanto, mesmo que esses recursos não fossem enviados para outras áreas, eles não poderiam ser destinados integralmente para as pensões e aposentadorias. Senão, as outras duas áreas que compõem a Seguridade ficariam desfalcadas. (Estadão, acesso em: 13/06/2018).

Esse enunciado faz parte de uma matéria publicada pelo jornal O Estado de São Paulo intitulado “Debate: Existe um rombo na previdência?”. A construção do lead utiliza informações técnicas e percentuais que visam descrever “objetivamente” a composição dos recursos da Seguridade brasileira. Evitando adjetivos e juízos de valor, o jornalista faz uma dedução a partir do seu conhecimento da legislação brasileira. Esse tipo de apelo é bastante comum em matérias que envolvem economia e gastos públicos.

### **Leituras sugeridas**

AMOSSY, Ruth. **Apologia da Polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

NEVES, Daniel Monteiro. **Discurso polêmico em debate**: a teoria das controvérsias de Marcelo Dascal. Anais da XII SEVFALE. Belo Horizonte: UFMG, 2015, p. 51-61.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

VOLTOLINI, Ricardo. Marketing, uma ferramenta útil para o terceiro setor. IN: VOLTOLINI, Ricardo (Org). **Terceiro Setor**: planejamento e gestão. São Paulo: Senac, 2004, p.1411-168.

## CAPÍTULO 13

### ETHOS , FIANÇA E PRESERVAÇÃO DA FACE

O termo *ethos* já foi mencionado em páginas anteriores. Neste capítulo, vamos explorar melhor o conceito. Etimologicamente, significa “imagem de si” e, historicamente, é tratado já nos estudos da retórica aristotélica. Ele reapareceu com força a partir da “evolução das condições de exercício da palavra publicamente proferida, particularmente com a pressão das mídias audiovisuais e da publicidade”, com o deslocamento do sentido para “look” (Maingueneau, 2008, p.11).

Segundo o autor, na retórica o *ethos* é um conjunto de técnicas capaz de causar boa impressão por meio do discurso, produzindo uma imagem de si capaz de convencer uma audiência. Para isso, é necessária a presença de três qualidades na fala: prudência, virtude e benevolência. Nesse sentido, ele está ligado a eventos situacionais, no momento da enunciação, sem que seja necessário considerar um saber extradiscursivo sobre o sujeito que fala.

Posteriormente, Maingueneau (2008) observa que a noção de *ethos* incluiu dados exteriores à fala propriamente dita (gestos, trajes) que, somados ao fluxo da fala e ao tom de voz, ampliou o espectro de observação para além da mera escolha de palavras. Ele

não age no primeiro plano (o que se diz), mas de forma lateral, mobilizando a afetividade dos sujeitos interpretantes do discurso.

O *ethos* está presente no discurso legitimador do jornalismo. No capítulo 5 deste livro, fizemos uma vasta discussão dos elementos que levam o jornalismo a ser percebido socialmente como prática social relevante, tais como o compromisso com a verdade, o interesse público, a objetividade e a isenção. Mas ele também pode ser analisado observando-se o modo de dizer e apresentar-se do sujeito jornalista. O uso do terno na maioria dos telejornais constrói a imagem de seriedade. O tom de voz empregado nas matérias de denúncia evoca a imagem de vigilante e protetor dos interesses do cidadão. A escolha lexical para o tratamento das fontes e narrativa dos acontecimentos também podem ser avaliados pelo analista de discurso na perspectiva dessa noção.

O jornal Folha de S. Paulo, em sua coluna Ombudsman, explicita bem o *ethos* jornalístico:

Visto, (não) lido e encaminhado

*Folha começou a desvendar estratégias eleitorais na internet só na reta final*

(...) Uma enxurrada de notícias falsas se fez presente, mas o combate a elas se espalhou. Desde julho, o Facebook removeu ao menos 275 páginas e 172 perfis por inconformidade com as políticas de spam e de autenticidade. Após publicação de reportagem da Folha, o WhatsApp baniou centenas de milhares de contas, inclusive a de Flávio Bolsonaro, filho do candidato do PSL à Presidência.

(...) Coube à **Folha** a principal reportagem desse novo modo de fazer campanha. O jornal revelou que empresas estavam comprando pacotes de disparos de mensagens contra o PT no WhatsApp, ação vetada pela lei eleitoral.

Trata-se de caixa dois para contornar a doação ilegal de empresas.

(...) A reportagem da **Folha** despertou reação imediata e violenta. Profissionais da empresa foram ameaçados e sofreram agressões verbais. A repórter teve o próprio telefone hackeado e o diretor do Datafolha recebeu ameaça em casa.

(...) Levantamento do próprio jornal, publicado na sexta, permite concluir que a **Folha** foi mais incisiva nas investigações em relação à candidatura Bolsonaro, apesar de o jornal não ter explicado ao leitor a metodologia que utilizou para classificar as notícias como neutras, positivas e negativas.

(Paula Cesarino Costa, Folha, 28/10/2018)

O ombudsman porta-se como um ouvidor em um jornal, observando e corrigindo os colegas jornalistas em nome do leitor. Nesse texto, por ocasião das eleições presidenciais de 2018, há uma autorreferencialidade ao jornal, enaltecendo seu papel de vigilante dos princípios democráticos, que, supostamente, são valorizados pelos leitores. A denúncia em relação à propaganda eleitoral utilizada pelo candidato Bolsonaro evidencia ao leitor o cumprimento do seu papel na sociedade. Até mesmo o reconhecimento da omissão do método de apuração da notícia contra a campanha do candidato Bolsonaro mostra que o jornal faz também seu trabalho de autocrítica, aumentando suas chances de confiabilidade social.

Apesar de o *ethos* estar ligado a uma avaliação no ato da comunicação e da interação, deve-se levar em conta, a partir de tudo o que já foi dito sobre o discurso, que existe um pré-constituído sobre o sujeito enunciatador. Ao se pronunciar, um sujeito

pode confirmar ou informar um *ethos* acalentado pelo público a que ele se dirige.

A opção, por exemplo, de não se usar um terno, de se utilizar de palavras mais “descoladas”, da narrativa e edição mais humoradas, embora quebrem os protocolos do *ethos* jornalístico clássico, tem a finalidade de construção de outra imagem de si mais apropriada à expectativa de determinados públicos. Essa possibilidade de adaptação a diferentes *ethos* é recorrente, em razão das diferentes práticas jornalísticas presentes na contemporaneidade que busca nichos de consumo informacional específicos.

Mas há que se considerar, ainda, que atualmente é cada vez mais difícil controlar os efeitos de sentido pretendidos por um *ethos*. A depender de um grupo social, determinados elementos que compõem o *ethos* podem ser ou não percebidos, e ainda podem ser mal interpretados. O que os jornalistas fazem por meio do “media training”, é uma tentativa de perceber o entorno social que envolve os signos, mas não há garantias de sucesso, porque a própria história dispõe de meios de driblar certas tentativas de quem tenta ludibriá-la.

A noção de *ethos* também trabalha com a noção de *fiador*. A busca de construção de uma determinada imagem pode implicar a “contratação” de outros discursos decorrentes de representações sociais que funcionam como “garantia” da confiabilidade. Nas palavras de Maingueneau (2008), o fiador constrói um argumento de autoridade, mediante uso de fonte considerada legitimadora.

Em uma análise conduzida por Cavalcanti (2008), a pesquisadora constatou certo jornalista da Folha de São Paulo impregnou seu discurso com um “tom superior”, ao propor “verdades inquestionáveis”, mediante produção de um “saber formal (o inte-

lectual), que o autorizaria ironizar e ridicularizar tudo o que considera menor, isto é, um outro com ideias e interesses diferentes dos seus” (p. 183). Assim, lançando mão de um conjunto fiador, o jornalista pode produzir diferentes efeitos de sentido que podem gerar aderência ou contestação do seu discurso.

Outra pesquisa realizada por Scadelai (2008) verificou que o jornalista também ajuda a construir um *ethos* dos próprios entrevistados. Analisando-se as escolhas das falas a serem citadas diretamente ou indiretamente, além dos comentários sobre elas, é possível delinear a imagem que o jornalista faz de uma fonte e que aspecto dessa imagem ele pretende enfatizar.

A noção de *ethos* associada à de fiança possibilita ainda ao analista de discurso estudos de “preservação da face”, cujas estratégias são utilizadas tanto por entrevistados quanto por jornalistas. Em sua Teoria das Faces, o sociólogo canadense Goffman (1983, 2011), analisa as interações humanas mediante analogia com o teatro, em que as pessoas representam diferentes papéis visando a determinados fins.

Assim, rituais sociais (e a entrevista jornalística seria um deles), ligam indivíduos que têm suas próprias expectativas em relação à interação, construindo um *self* que lhes pareçam apropriado. Esse *self* precisa de aprovação e reconhecimento por parte de um indivíduo ou grupo social. Para Goffman (2011, p. 13), o termo face positiva pode ser definido como o “valor social positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si (...), delimitada em termos de atributos sociais aprovados”.

Segundo esse autor, algumas práticas são principalmente defensivas e outras protetoras. Ao tratar de salvar a face dos demais, a pessoa deve escolher um caminho que não conduza à perda da sua própria face; ao tratar de salvar a sua própria, deve

levar em conta a perda da face que sua ação pode representar para os outros.

O desejo de preservação da face, por vezes, se contradiz com as práticas não-discursivas, ou mesmo práticas discursivas verificadas em outros cenários de interação.

Isso porque a pressão de um ritual específico influencia o discurso produzido. No jornalismo, especialmente, a performance dos sujeitos participantes de um ato de comunicação pode ser cuidadosamente elaborada. A polidez, por exemplo, pode colorir discursos que, em sua essência, são preconceituosos, violentos e estereotipados. Uma boa análise deve captar essas sutilezas.

Nesse sentido, salientamos o trabalho de Van Dijk (2008). Em suas pesquisas sobre racismo e xenofobia, ele percebeu que as “ressalvas” em certos discursos pretendiam construir uma imagem positiva do “Nós” e outra negativa do “Eles”. Essas ressalvas funcionam como categorias de análise. São elas (p. 142):

*Negação aparente:* Nós não temos nada contra negros, mas...

*Concessão aparente:* Alguns deles são inteligentes, mas em geral...

*Empatia aparente:* É claro que os refugiados tiveram problemas, mas...

*Ignorância aparente:* Eu não sei, mas...

*Desculpa aparente:* Desculpe-me, mas...

*Inversão (culpar a vítima):* Não eles, mas nós que somos as reais vítimas...

*Transferência:* Eu não me importo, mas meus clientes...

Sabemos que faz parte das práticas jornalísticas tentarem quebrar a face positiva dos entrevistados, especialmente quando

estes são políticos. Sobre isso, trazemos a análise de Aguiar (2018) reproduzindo o corpus que ele utilizou: a entrevista publicada na revista masculina *Playboy*<sup>1</sup> em abril de 2007 com o então Ministro da Cultura Gilberto Gil.

**PLAYBOY:** Cultura é algo relegado ao segundo plano no governo de um presidente que celebra a própria ignorância?

**GILBERTO GIL:** O que você quer dizer com celebrar a própria ignorância? O fato de não ter uma formação acadêmica formal? Eu também não tenho. Minha vida acadêmica se restringe a quatro anos da escola de administração. Presidente preza muito a noção contemporânea de cultura, que é dada pelo conjunto das subjetividades em movimento. No ministério tentamos ver a cultura com essa diversidade. Isto também faz com que ele não cobre aquele Ministério da Cultura com verbas gordas para o atendimento ao repertório clássico. A cultura hoje é muito mais que isso. Jogos eletrônicos, por exemplo, estão batendo à porta, e você não pode ficar pensando só no Museu Imperial, que é importante, mas não só.

Nesse exemplo, apesar de a pergunta se referir a um Presidente da República, as regras da polidez foram ignoradas e houve a quebra da face positiva do entrevistado e do governo que ele representa. O entrevistado usa da estratégia de polidez ao replicar a pergunta com outra pergunta, ao mesmo tempo em que também tenta quebrar a face positiva do entrevistador revelando o preconceito e a ignorância deste em relação ao conceito de cultura.

---

<sup>1</sup> A Revista *Playboy* era produzida pela Editora Abril e deixou de circular nas bancas em 2015, passando em seguida para o grupo PBB Editora. Após décadas de circulação mensal e bimestral, as edições passaram a ser anuais para colecionadores.

O exemplo também permite dizer que ambos mantêm a face positiva diante de seus públicos almejados. O ministro representa uma parcela do eleitorado que escolheu um presidente comprometido com a diversidade e a revista, como estampado em seu site, atende aos temas de interesse de uma classe social “sofisticada”:

Playboy é a parceira ideal para desfrutar as melhores coisas da vida: as mulheres mais lindas, viagens, esportes, aventuras, carros. Fala sobre beleza, consumo sofisticado, gastronomia, bebida, sexo, cultura e entretenimento para o homem que sabe viver (Publicabril, 2014)<sup>2</sup>.

O público pressuposto estabelece um contrato de leitura e de comunicação (ver capítulo 6) entre instância enunciativa e sujeitos receptores. Os gestos discursivos na direção da proteção da face ou quebra de uma face positiva podem estar igualmente presentes nos textos analisados, a depender dos objetivos de uma interação.

Enfim, os dispositivos de análise apresentados neste capítulo ajudam a identificar as estratégias do discurso jornalístico para legitimar ou desqualificar sujeitos e discursos. Associados a outras noções, resultam em análises que expõem o “jogo” empreendido pelos profissionais e suas fontes, revelando a encenação que muitas vezes caracteriza uma entrevista ou o produto que se extrai dela.

---

2 Disponível em: <http://archive.li/KpLLe>. Acesso em 17 set 2018.

### **Leituras sugeridas:**

AGUIAR, André Effgen. **A interação face a face**: a preservação e ameaça às faces e as estratégias de polidez em entrevistas da Revista Playboy. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xicnlf/9/a\\_interacao\\_face\\_a%20\\_face.pdf](http://www.filologia.org.br/xicnlf/9/a_interacao_face_a%20_face.pdf). Acesso em 25 de setembro de 2018.

CAVALCANTI, Jaurance Rodrigues. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO. Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo Contexto, 2008, p.173-184.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Trad. de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO. Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo Contexto, 2008, p.

SCADELAI, Érica. Ethos e comentário de fala. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO. Luciana (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo Contexto, 2008, p. 185-194.

VAN DIJK, Teun. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.



## CAPÍTULO 14

# ESTRATÉGIAS DA ARGUMENTAÇÃO E TIPOS DE RACIOCÍNIOS

A análise de discurso tem integrado em seu seio alguns dispositivos concebidos originalmente na Retórica<sup>1</sup>, que trata das teorias da argumentação. Para Amossy (2017), integrar o componente argumentativo pode esclarecer ainda mais o funcionamento de um discurso, pois eles:

se constroem na densidade do discurso e que só fazem sentido no interior da rede interdiscursiva e do contexto comunicacional em que operam. Portanto, é preciso compreender como eles se tecem no texto, como se integram em uma dinâmica em que as tentativas de agir sobre o outro mobilizam os meios verbais mais diversos, segundo quais modalidades o discurso se situa numa troca global considerada por argumentos preestabelecidos, e quais funções sociais ele cumpre em um espaço sociocultural particular (p. 170-171).

---

1 A Retórica se ocupa do estudo do sistema de regras de que um interlocutor faz uso no sentido de obter adesão a um determinado discurso. Hoje, quatro grandes vertentes produzem teorias na direção da argumentação: a Retórica Clássica (Aristóteles); a Nova Retórica (Chaïm Perelman); a Retórica da Incompreensão (Marc Angenot) a Apologia da Polêmica (Ruth Amossy). Esta última foi apresentada no capítulo 12 deste livro.

Para a autora, o foco da análise não está apenas em identificar os argumentos, mas como eles se conectam às restrições institucionais, à ideologia e aos jogos de poder. Observando-se a argumentação a partir de um espaço e um interdiscurso, ela se revelará modelada pelas restrições sociais. Isso porque a situação de comunicação sobredetermina, em parte, os sujeitos nela envolvidos, e todo falante busca partilhar com o outro o universo de seu discurso.

Neste capítulo, vamos analisar algumas tentativas verbais de se agir sobre o outro, de obter a adesão deste outro ou do público a quem se dirige o enunciador. Essa abordagem se destina principalmente à compreensão da produção de textos persuasivos, bastante comuns no meio publicitário e nos trabalhos de relações públicas. No jornalismo esses estudos são produtivos no contexto dos gêneros opinativos, debates e análise de enunciado de fontes em geral.

Na Retórica clássica aristotélica, o discurso persuasivo podia ser analisado em três gêneros distintos: o *deliberativo*, o *judicial* e o *epidíctico*. O deliberativo tem por auditório os membros de uma assembleia, a quem procura aconselhar ou dissuadir sobre uma questão pontual no sentido de sabê-la conveniente ou prejudicial. Esta é a forma por excelência do discurso político em situações formais de deliberação. O judicial é típico dos tribunais, em que os discursos têm a intenção de acusar ou defender, e o veredito está na ordem dos pares justo/injusto, inocente/culpado. O discurso epidíctico é do tipo ostentação para determinado público, com a intenção de nominar algo como virtude/vício, ou qualificar como belo/feio. Nesse sentido, se amplifica ou se exagera as características do caráter de alguma pessoa.

Para os estudos de comunicação, essa classificação pode ser válida ainda, mas é restrita de considerarmos os diferentes contextos de comunicação da vida moderna. Mas a Retórica oferece uma categoria de análise que ainda pode ser interessante para as interações atuais. Tratam-se das “provas” que, nos discursos podem ser técnicas e não técnicas. As primeiras se apresentam nos argumentos mediante o uso de documentos, depoimentos e leis. As segundas são as especialmente preparadas pelo enunciador: seu *ethos* (caráter moral projetado), o *pathos* (a percepção que se tem do ânimo de um público para se tirar vantagem) e o *logos* (seleção de fatos que parecem ser verdadeiros). Respectivamente, os sujeitos do discurso querem agradar, comover ou explicar.

Aristóteles também dividiu os argumentos em dois tipos, os analíticos e dialéticos. O raciocínio analítico parte do entendimento de que se as premissas são verdadeiras, a conclusão também é, independente da opinião humana. No raciocínio dialético, as premissas são apenas plausíveis e aceitas apenas por um grupo de pessoas. Não constituem inferências formalmente válidas. Essa classificação aristotélica pode ajudar na análise de discursos proferidos em debates e interações nas redes sociais, para avaliar o tipo de racionalidade proeminente.

A Nova Retórica de Chaim Perelman propõe categorias que expandem a lógica informal. Para esse autor, raciocinar não consiste apenas em produzir axiomas dentro de um sistema de regras formais, pois, na maioria das vezes, nossos discursos são justificativas de convicções, e não reduzem a verdade à prova. Nesse sentido, ele propõe uma diferenciação entre fatos, verdade, presunções e valores.

Fatos e verdade, apesar se imporem, podem ser contestados, pois eles dependem de um acordo de um auditório tido como

universal. São mais científicos. As presunções não são tão seguras como os fatos e as verdades, mas permitem estabelecer uma convicção razoável. Por exemplo, um ato praticado por uma pessoa diz muito do seu caráter. Os argumentos que se fundamentam em valores e possibilita julgamentos. Os valores podem ser positivos (algo ou alguém é bom), negativos (algo ou alguém é ruim), abstratos (noções de beleza ou justiça) e concretos (“a ONU entende que”).

A análise do auditório é muito importante para Perelman. Esse é entendido como todo público que o enunciador queira influenciar pela sua argumentação. O auditório pode ser do tipo particular, constituído por um único indivíduo ou um grupo social restrito, ou do tipo universal, com pessoas competentes e razoáveis, capazes de seguir uma argumentação a partir de uma verdade objetiva. Nesse último caso, são utilizadas provas impessoais, aceitas universalmente. Em ambos os contextos, o “bom” orador tem conhecimento prévio dos acordos de sentidos e regras de enunciação desse auditório, a fim de ser bem sucedido.

Os argumentos na Nova Retórica se distribuem em dois grandes grupos: os de ligação (estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório) e os de dissociação (visam abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador. O primeiro grupo subdivide-se em três tipos: os quase lógicos, os fundados na estrutura do real, e aqueles que fundam a estrutura do real.

Os primeiros possuem os argumentos da lógica formal, mas não tem valor conclusivo, podendo se chegar a múltiplas interpretações. No segundo, associam-se elementos do real entre si, estabelecendo-se uma relação de causa e efeito, com valor pragmático.

Os últimos são os argumentos que “generalizam aquilo que é aceite a propósito de um caso particular (ser, acontecimento, relação) ou transpõem para um outro domínio o que é admitido num domínio determinado” (Perelman, 1987, p.258). Nesse grupo estão os exemplos, modelos, analogias e metáforas. Já a dissociação resulta da depreciação de um valor aceite por um auditório e sua substituição por um outro conceito.

Outra possibilidade de análise discursiva mediante a ajuda dos estudos da argumentação é a Retórica da Incompreensão. Parte-se da premissa de que a arte de se buscar a verdade por meio do diálogo cooperativo nem sempre fundamenta nossas interações comunicativas. Segundo Angenot (2015, p. 144):

O mundo em sua facticidade não diz e não demonstra nada, ele não raciocina. Para argumentar sobre o mundo, é preciso que, inicialmente, o simplifiquemos e que nós o ordenemos. Para fazer isso, é preciso que se tenha critérios de ordem e de eliminação. Depois, é preciso confrontá-lo com *irreais*, noções de que nós dispomos, dos tipos, dos valores, dos paradigmas, dos esquemas. Há sem dúvidas fenômenos regulares no mundo, mas não há raciocínios que deles emanam. Nada nos garante a adequação das coisas e das palavras, dos processos e das inferências: é bem assim que argumentamos.

Essa citação de Angenot serve para elucidar fenômenos que tem sido comuns no jornalismo e nas redes sociais que são os debates de temas polêmicos e controversos. As pessoas se espantam com raciocínios quiméricos ou mesmo imbecis para justificar determinado discurso. Mas o fato é que existem “razões” que molduram a subjetividade de um religioso, um nazista ou um paranóico.

A validade de um argumento ou outro também vai depender da razão de quem valida e dos valores que elege como aceitáveis. Ao analista de discurso cabe entender a gênese da argumentação, mas não rotulá-las como verdadeiras ou falsas. O que se pode prever é a premissa da razoabilidade, como visto no capítulo 12 deste livro.

A Retórica da Incompreensão tenta explicar os motivos dos fracassos persuasivos em algumas interações comunicacionais. Angenot (2015) identifica que em várias situações dialógicas, “a parte adversária não somente não chega às mesmas conclusões (...) como permanece estranhamente inacessível às provas submetidas (...) e não respeitam certas regras fundamentais que seriam as únicas responsáveis por tornar possível o debate” (p. 128-129).

Os estudos desse autor são conhecidos como Retórica Antilógica, Retórica dos Desentendimentos ou Retórica da Incompreensão. Angenot se dedica a entender os discursos inconciliáveis a partir da ideologia do ressentimento (desprezo pelo outro), o pensamento conspiratório (invenção de fatos que geram paranoia e ansiedade), os dilemas (quando não há alternativas intermediárias) e os maniqueísmos e pensamentos binários (baseados em aceções diametralmente opostas). Essas categorias são bastante produtivas quando o analista busca compreender a dinâmica dos debates que não chegam a um consenso.

Angenot (2015) também tipifica alguns modos de raciocínio que podem ser úteis ao pesquisador que queiram incorporar as contribuições da retórica para avaliar o discurso tanto dos jornalistas quanto das fontes entrevistadas. São cinco os argumentos que fogem à descrição lógica rigorosa, mas que estão muito presentes em debates e entrevistas.

**Quadro 14.1 – Tipos de raciocínio**

<b>Argumento</b>	<b>Característica</b>
Apagógico ou <i>ab absurdo</i>	Absurdo ou intolerável. O argumento produz conseqüências contraditórias, falsas ou insuportável. Ex.: “O homem honesto é um homem tolo”, “pobres devem morrer”.
Por abdução	Invenção de uma tese diante de um conjunto de fenômenos diversos e ainda inexplicáveis. Inferência que conduz a uma melhor explicação possível.
Probabilístico, previsio- nal ou conjectural	Raciocínio mais ou menos especulativo mas, ao contrário da abdução, trabalha com tendências notáveis, probabilidades fortes, em razão das “lições do passado”.
Contrafatuais	Argumentos condicionais contrário aos fatos mas suspeitos devido a certas situações que levam a uma desconfiança. Também estão em falas condicionais: “Se Dilma não tivesse sofrido o impeachment, hoje...”; “O que teria acontecido se...”
Por analogia	Uma argumentação que repousa sobre uma metáfora. Um raciocínio de transferência de evidência. Ex.: “O catolicismo é uma barra de ferro”

Fonte: dos autores, baseada em Angenot (2015)

Com isso, Angenot (2015) abre nova perspectiva para além da Retórica que privilegia a racionalidade, seja ela ligada à lógica formal ou informal. Até então, os estudos da argumentação apresentaram técnicas de apresentação da verdade como meio correto de persuasão e não de enganação. No mundo contemporâneo, especialmente nas relações do cotidiano fora das discussões filosóficas e científicas, e donde provém boa parte dos discursos sociais captados pelo jornalismo, entender novas formas de argumentação amplia os recursos de análise. A proposta é de uma retórica antilógica.

## Leituras sugeridas

AMOSSY, Ruth. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. ReVEL, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. [www.revel.inf.br].

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: Edufscar, 2015.

Aristóteles. **Retórica**. Lisboa: IN-CM, 1998

PERELMAN, Chaim. Argumentação. In **Enciclopédia Einaudi** - Vol.11. Imprensa nacional-casa da moeda, Lisboa, 1987.

PERELMAN, Chaïm; Olbrechts-Tyteca, Lucie. **Tratado da Argumentação**. A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## CAPÍTULO 15

### GÊNEROS DO DISCURSO

Em alguns momentos deste trabalho já discorreremos sobre a importância de se analisar as características gerais do jornalismo enquanto gênero discursivo e dos tipos textuais que a ele se associam. Neste capítulo vamos detalhar como essas condições de construção dos textos e, conseqüentemente, dos discursos, afetam a direção dos sentidos.

Inicialmente, propomos uma pequena revisão teórica sobre o termo “gênero”. Comum nos estudos literários com vistas a uma classificação dos tipos de obras, o conceito foi adquirindo novos contornos que extrapolam as produções com pretensões literárias. Hoje, esse estudo é recorrente nas aulas de Língua Portuguesa, cujos contornos avançam em relação ao olhar sobre as técnicas formais de escrita das diferentes tipologias textuais e incluem as noções de discurso que se ancoram no extralingüístico.

Segundo Marcushi (2008), há que se estabelecer uma diferença entre *forma textual* e *gênero*. Dito de outra forma, as tipologias textuais estão interessadas em reconhecer uma natureza lingüística nas produções (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo), chegando, por exemplo, às clas-

sificações do tipo narrativo, argumentativo, expositivo ou descritivo. Elas apresentam características sociocomunicativas funcionais, adequadas à vida cotidiana que estabelece padrões no uso da linguagem, tais como uma ata, um cardápio, uma carta.

É a dimensão discursiva que transforma um tipo de texto em um gênero. Nesse domínio, o estudo dos gêneros direciona-se às práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de textos advindos de rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de estruturas de poder (discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso).

Charaudeau (2010) trata o jornalismo como um gênero de informação midiática, definido a partir do cruzamento de um tipo de: instância enunciativa, modo discursivo, conteúdo e dispositivo, sendo este último entendido como materialidade ou suporte midiático, e não na acepção conceitual tratada no capítulo 10 deste livro.

O tipo de *instância enunciativa* é analisado tendo em vista a origem do sujeito falante e seu grau de implicação. Pode ser o próprio jornalista, um comentarista ou sua fonte de informação. O tipo de *modo discursivo* diz respeito ao modo particular de o jornalismo tratar a informação. Para o autor, esse modo se desdobra basicamente em três: relatar o acontecimento (ex.: reportagem), comentar o acontecimento (ex.: editorial) e provocar o acontecimento (ex.: debate).

O *conteúdo temático*, na análise do gênero jornalístico, constitui o macrodomínio abordado pela notícia. São as grandes áreas de tratamento da informação, que implica diferenciações de abordagem quando se está falando de política, esportes ou cultura, por exemplo. Já o tipo de *dispositivo* tem a ver com a forma de veiculação do conteúdo (jornal, TV, rádio ou internet). Esses suportes implicam performances diferentes, tanto de jornalistas quanto de suas fontes.

Além desses elementos, consideram-se na análise discursiva as variantes de gênero. Charaudeau (2010) começa por três situações dialógicas próximas entre si: a entrevista, o bate-papo e a conversa. Essas situações pressupõem trocas linguageiras nas quais dois interlocutores se alternam nos turnos de fala. No bate-papo há uma igualdade de status e uma tentativa de intercompreensão amigável, mas guiada por um tema. A conversa se caracteriza pela diversidade, mas mantém-se a característica de alternância de turno não controlada. A entrevista, ao contrário das duas outras, estabelece uma diferenciação de status, e os interlocutores tem papéis bem definidos: o questionador e o questionado. Nesse caso, a alternância da fala é controlada e regulada pelo primeiro.

Sobre o gênero entrevista, Charaudeau (2010) propõe uma subdivisão de cinco tipos: entrevista política, de especialista, de testemunho, cultural e de estrelas. Na entrevista política, a situação de comunicação expõe um entrevistado e o grupo social que ele representa, cujas ideias têm impacto na vida cidadã. O jornalista tenta a todo custo extrair informações que, na maioria das vezes, querem permanecer ocultas, encenando-se um jogo de falsa inocência e falsa cumplicidade de ambas as partes.

O propósito técnico define a entrevista de especialista. O entrevistado tem uma competência reconhecida ou suposta, e o jornalista busca, por meio das perguntas, simplificar um tipo de saber especializado, a fim de que o público compreenda melhor. Na entrevista de testemunho, objetiva-se o relato de um acontecimento ou uma breve opinião sobre ele. Ela é um gênero que possibilita o “fazer crer”, pois trabalha na linha do “visto-ouvido-declarado”, e muitas das vezes, busca despertar a emoção do público (tristeza, revolta, espanto).

A entrevista cultural trata da vida literária, cinematográfica e artística, e tem a pretensão de enriquecer os conhecimentos do

cidadão, por meio da construção, destruição ou reconfiguração estética. Ela permite a circulação de diferentes saberes e sentidos produzidos por meio da arte, e pode revelar novas tendências ou reafirmar padrões hegemônicos. Por fim, a entrevista de estrelas, ou celebridades propõe um ganho duplo para os interlocutores: o profissional ou o veículo de comunicação que ele representa ganha audiência, e o entrevistado reafirma sua notoriedade, valorizando sua imagem.

Na literatura sobre técnicas e práticas jornalísticas, há outras tentativas de classificação de entrevistas. Lage (2005) propõe as do tipo ritual, temática, em profundidade, testemunhal, ocasional, de confronto, coletiva e dialogal. O analista pode se utilizar dessa tipologia, mas o viés discursivo precisa ser evidenciado por meio da demonstração das relações de poder entre os interlocutores, suas posições-sujeito, mecanismos de troca de turnos de fala, interdiscurso e jogo de saberes. Além disso, refletir sobre a forma como um gênero favorece determinadas ações discursivas é fundamental.

Charaudeau (2010) lembra que o gênero entrevista obedece a uma série de limites. Há problemas de credibilidade no subgênero político, falas que são mais pretextos do que provas, com seleção de interessados ideologicamente guiados e o valor simbólico que se atribui a determinado saber. O tempo de fala e a edição também interferem na produção de sentidos. O estilo e o registro linguísticos estabelecem ainda o público desejado, pois revelam afastamentos e aproximações entre a instância midiática e as comunidades interpretativas que acessam esses discursos.

Além da entrevista, temos o gênero debate. Mais comum na televisão, esse gênero reúne uma série de convidados em tono de um jornalista mediador. A instância midiática organiza e con-

trola, e tem o propósito de reunir discursos diferentes sobre determinada questão e provocar posicionamentos no campo das opiniões. Isso obriga, segundo Charaudeau (2010), que os sujeitos participantes se pronunciem, na maior parte das vezes, contra ou a favor de alguma coisa, colocando-se em relações de oposição ou aliança em relação a determinado discurso ou outros sujeitos que os produzem. Nem sempre o que é dito em um debate é totalmente verdadeiro, porque os sujeitos avaliam, antes de tudo, os efeitos de sentido do que é dito.

O jornalista é o “gestor da palavra”, e se incumbem de formular perguntas, dirigi-las a determinado debatedor, atenuar intervenções mais agressivas, distribuir os turnos de fala ou mesmo forçar um traço dramático de um discurso. Na maior parte das vezes, diz o autor, esse mediador está mais interessado na cena polêmica do que desenvolver um questionamento que poderia ajudar os cidadãos a compreender melhor os fenômenos sociais.

No gênero reportagem há sempre a expectativa da imparcialidade devido ao princípio da objetividade que fundamenta o discurso legitimador do jornalismo. O recurso utilizado para esse efeito de sentido são as roteirizações ancoradas em fatos da vida cotidiana, por meio de investigações, testemunhos e reconstituições. Espera-se que o jornalista esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno, e que a maneira de tratar as respostas ao questionamento norteador da reportagem “não seja influenciada por seu engajamento” (Charaudeau, 2010, p. 222).

O autor alerta para que se observe a técnica da “gangorra”, que é a estratégia jornalística de cuidar para que a hierarquização dos pontos de vista se mantenha equilibrada no gênero reportagem. Todavia, uma análise de conteúdo e discursiva pode colocar em cheque essa estratégia, visto que o jornalista é também um sujeito

social interpelado pela ideologia e se associa, na maioria das vezes, às orientações editoriais das organizações para as quais trabalham.

Ao longo da sua discussão sobre gêneros, Charaudeau (2010) faz alguns estudos específicos sobre os gêneros televisivos e os da imprensa escrita, o que também é feito por outros estudiosos de teorias do jornalismo, especialmente Melo e seu grupo de pesquisa (2003, 2012). Mas chama a atenção do analista o fato de o hibridismo de gêneros surgir com força no campo das mídias, quando as características de um se mesclam com as de outro, especialmente na televisão. Essa mudança ocorre devido à evolução da técnica, à racionalização do mundo profissional e os novos modos de consumo da informação, podendo-se visualizar cinco grandes tendências:

### Quadro 15.1 Elementos desencadeadores da mudança nos gêneros televisivos

<b>Tendências</b>	<b>Descrição</b>
Índices de contato	A presença de público nos estúdios ou a participação via aplicativos ou redes sociais cria a ilusão do convívio, minimizando a distância entre a instância midiática e o público. Logo, o gênero debate ou entrevista, por exemplo, podem acolher elementos de interlocução que fogem às “regras” das técnicas jornalísticas tradicionais.
Mistura dos gêneros	Comum na televisão, programas trabalham com blocos ou momentos em que diferentes gêneros se manifestam.
Onda contínua	Numa programação, programas se sucedem e se assemelham criando um universo mais universalizado, porém com cenários e mediadores diferentes.
Abreviação	Montagem de clips, com resumos e sínteses que acabam se tornando outro subgênero.
Mistura de temas	Temas que pertencem ao espaço público se mesclam aos que pertencem ao espaço privado e vice-versa. Comuns nos reality e talk shows.

Fonte: dos autores, baseado em Charaudeau (2010)

As exigências de visibilidade, legibilidade e inteligibilidade na mídia impressa funcionam de forma diferenciada do suporte televisivo. Como vimos no capítulo 6, ao tratarmos dos elementos de produção de sentidos em jornais e revistas, a visibilidade é tratada por meio da paginação (manchetes, fotos, gráficos, tabelas, posicionamento) e da titulação. Para Charaudeau (2010), essas estratégias têm tripla função: “*fática*, de tomada de contato com o leitor, *epifânica*, de anúncio da notícia, e *sinóptica*, de orientação ao percurso visual do leitor no espaço informativo do jornal (p. 233).

A exigência de legibilidade é o principal fator produtor de subgêneros no jornalismo impresso. Ela tem a ver com o entendimento e com um alvo pré-construído. Diferente do público televisivo que é mais genérico, o jornal permite mais recortes que atendem a diferentes nichos de leitura. O tratamento textual, abordagens, escolhas temáticas, ilustrações e design serão personalizados em determinadas unidades informativas e opinativas.

A intelegibilidade é ligada às duas exigências anteriores, mas aplica-se mais aos gêneros que comentam o acontecimento. A análise desse elemento permite verificar como a forma monolocutiva do jornalista joga com o eixo do engajamento, pois este não se encontra em situação física de contradição imediata exigida em outros gêneros. Esclarecer o porquê e o como das notícias dá mais liberdade em relação às escolhas discursivas por parte da instância midiática e dos profissionais.

O hibridismo também está presente nos textos escritos, mas no jornal exige-se uma identificação que se “prenda mais particularmente a uma forma de enunciação”, segundo Charaudeau (2010, p. 234). Como a regularidade e a convergência de traços consolidam determinados gêneros, a imprensa escrita, mais tra-

dicional, é responsável pela menor flexibilidade das bordas dos gêneros.

A área de estudos de gêneros na lingüística e no jornalismo é intensa. Do ponto de vista da análise discursiva, não se trata apenas de criar tipologias com objetivos pedagógicos para a formação profissional de jornalistas ou descrever as diferentes possibilidades de criação de uma estética textual. Interessa saber, como dissemos, como um gênero favorece determinado discurso, como seus moldes de produção permitem ou refratam determinados enunciados e como o entorno social, econômico e cultural exercem suas forças em determinadas escrituras e narrativas.

### **Leituras sugeridas**

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, José Marques. **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques; LAURINDO, Rosimeri; ASSIS, Francisco (ORGs). **Gêneros Jornalísticos**: Teoria e Práxis. Blumenau: Edifurb, 2012.

## CAPÍTULO 16

### ANÁLISE DISCURSIVA HIPERTEXTUAL

Para encerrar este livro, faremos uma reflexão sobre como a Análise de Discurso se porta diante de blocos de textos e outros elementos semânticos via hiperlink. Analisar unidades menores e circunscritas em materialidades claramente demarcadas com início, meio e fim, é a primeira opção das pesquisas que se utilizam da AD. Mas quando o texto extrapola os limites dessas unidades e convida o leitor a se lançar em outros terrenos que anexam outros sentidos, é preciso interrogar quanto aos procedimentos.

O conceito de hipertexto foi criado na década de 1960 pelo filósofo e sociólogo estadunidense Theodor Holm Nelson, sob a influência do semiólogo francês Roland Barthes, que propôs o conceito de «Lexia», que seria a ligação de textos com outros textos. A ideia de Nelson era realçar a possibilidade de uma leitura não-linear e interativa possibilitada com o advento da internet.

Constitui um desafio para o pesquisador considerar todas as ofertas de link presentes em uma unidade informativa e verificar de que forma os sentidos vão se agregando ao texto principal. A extrapolação pode ser quase infinita, porque um texto leva a outro e assim por diante. Como afirma Palacios (1999) a não-li-

nearidade do hipertexto encontra o problema de fechamento, isto é, uma dificuldade de se encontrar o fim das estórias. Logo, é preciso estabelecer um limite de desdobramento do *corpus*, a fim de que se viabilize a pesquisa.

O aconselhável é seguir somente até o segundo nível de leitura, considerando a proposta de links do texto de partida. Normalmente, o conteúdo extra que se oferece pode ser observado como uma memória discursiva produzida e direcionada pelo próprio veículo de comunicação. Embora o sujeito leitor tenha suas próprias memórias que vão se manifestar na leitura e interpretação dos signos, é importante observar aquelas intencionalmente marcadas no texto, que vão dizer mais sobre o discurso da instância produtora do discurso.

No exemplo a seguir, vemos uma notícia publicada pelo jornal Estado de Minas. A matéria principal trata da prisão do governador do Rio de Janeiro, supostamente envolvido em corrupção:

Polícia Federal prende governador do Rio Luiz Fernando Pezão

Pezão é acusado pela Polícia Federal de receber mesada de R\$ 150 mil quando era vice do ex-governador Sérgio Cabral

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (MDB), foi preso na manhã desta quinta-feira no Rio de Janeiro no Palácio Laranjeiras, residência oficial dos governadores fluminenses. A ordem de prisão preventiva partiu do Superior Tribunal de Justiça (STJ). (...) (EM 29/11/2018)

No menu de links oferecidos pelo jornal, temos o seguinte:

‘Tenho vontade de visitar Cabral e lhe dar um abraço’, diz Pezão

Menos de três meses de deixar o cargo, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (MDB), confessa que gostaria de “dar um abraço” no ex-governador Sérgio Cabral, companheiro de partido e de grupo político que cumpre pena por condenações da Lava Jato. (EM 30/10/2018)

E ainda uma série de manchetes referentes a prisões de outros ex-governadores:

**Ex-governador do RN é preso no Rio (25/07/2015)**

**Ex-governador do Rio Anthony Garotinho é preso pela Polícia Federal (EM 16/11/2016)**

Nesse exemplo de hipertexto, é possível verificar a visibilidade que o jornal dá ao “sucesso” da Polícia Federal na operação Lavajato, em que políticos tradicionais foram presos por corrupção, lavagem de dinheiro e fraudes eleitorais. Há vários outros conteúdos linkados a essa mesma matéria por meio da expressão “leia mais”, que leva o leitor a construir a imagem de que a corrupção do Brasil é endêmica, mas que o “crime não compensa”, visto que a polícia está fazendo seu papel.

Dessa forma, o analista pode evidenciar uma tendência do jornal de não apenas obedecer a um critério de noticiabilidade comum à prática jornalística (a infração), mas enaltecer o trabalho de uma instituição do Estado que passa a “funcionar”, apesar de todos os escândalos noticiados. A eficiência dessa polícia está

caracterizada pelos verbos “prender” e “cumprir” pena, sejam no título, sejam no corpo da matéria.

Os conteúdos engendrados no hipertexto, segundo Koch (2007), exercem o papel de “encapsuladores” de cargas de sentido. Assim, o autor do hipertexto visa à construção estratégica de links, de forma que eles sejam capazes de acionar estruturas que o leitor tem representadas em sua memória, levando-o a inferir o que poderá existir adiante. São focalizadores de atenção, coesivos, convidando os leitores a adentrarem portas previamente escolhidas.

Os sentidos adicionais são analisados utilizando-se os dispositivos que lhe sejam apropriados, podendo ser os mesmos aplicados ao texto original, ou outros, dependendo de uma especificidade encontrada. Nesse momento, o analista deve observar se a posição-sujeito do outro enunciador é diferente e como ele compõe uma relação de aproximação, de afastamento ou de complementação ao discurso de partida.

Santaella (1996) observa que o discurso varia ainda de acordo com o objeto que nele se representa. Em uma análise discursiva, ou mesmo semiótica, busca-se compreender como os discursos, que têm o princípio de sequência, se organizam em uma estrutura não-linear e interativa no meio digital. Essa estruturação e organização do discurso, bem como as diferentes linguagens e gêneros que elas possibilitam, embora complexifiquem o entendimento da discursividade, enriquecem a percepção sobre o controle ou o descontrole da produção de sentido pretendida.

Estrutura e organização dizem respeito à arquitetura da informação. Rosenfeld e Morville (1998) afirmam que essa arquitetura envolve quatro elementos: 1: os *sistemas de organização* (a maneira como o conteúdo pode ser agrupado); 2: o *sistema de rotulagem* (a forma como é representado cada nó em um hiper-

texto); 3: o *sistema de navegação* (as ferramentas auxiliares que permitem ao usuário navegar por meio dos nós hipertextuais); e 4: o *sistema de busca* (que permite ao usuário realizar consultas no todo hipertextual). Esses elementos podem ser interessantes à análise de discurso, quando se pretende um estudo sobre estratégia discursiva, visto que eles funcionam como uma ordem estabelecida pelo sujeito enunciador para conduzir o internauta em seu acesso a determinados conteúdos.

Levy (1993) afirma que as associações propostas no hipertexto demonstram o que se quer dizer em um formato de rede, mas que o sentido se constrói no contexto e é transitório. Essa perspectiva teórica se baseia no fato de que a interpretação emergente no hipertexto obedece a seis princípios: o princípio da metamorfose, da heterogeneidade, de multiplicidade, de exterioridade, topologia e mobilidade do centro. O princípio da metamorfose parte da constatação de que a rede está em constante reconstrução e negociação, e a estabilidade não é uma garantia a longo prazo. A heterogeneidade diz respeito ao fato de que os nós podem ser imagens, sons ou elementos verbais. O princípio da multiplicidade é também chamado de “encaixe das escalas”, ou seja, o modo fractal de organização do hipertexto revela detalhamento da rede construída. A exterioridade refere-se ao crescimento ou diminuição da rede de forma não orgânica, pois sua composição e recomposição dependem de um exterior indeterminado, como a adição de novos elementos e conexões com outras redes. No hipertexto tudo funciona por proximidade e vizinha, constituindo o princípio da topologia. O curso dos acontecimentos vai depender dos caminhos propostos. Por fim, o princípio da mobilidade sugere que o centro da rede se desloca constantemente, reconfigurando as ramificações de sentido.

Esse estudo de Levy corrobora a afirmação de que estudo dos sentidos colocados em uma rede interligada no hipertexto é bastante complexa. Cada percurso de leitura gerará um efeito de sentido próprio. Em uma mesma rede podem entrar em relação vários processos discursivos diferentes e vários sujeitos enunciativos, razão pela qual o analista de discurso deve estabelecer um *corpus* limitado, como já alertamos. Nessa delimitação, é sempre importante esclarecer de qual centro a análise partiu e qual foi o itinerário de leitura do pesquisador ou da pessoa pesquisada, reconhecendo que essa trajetória poderia ter sido outra.

Nas palavras de Aiub (2015 p.90), o ato de navegar (ler) caracteriza-se por ser:

- a) uma tomada de posição de um sujeito constituído pela evidência de ser fonte do sentido; b) um ato enunciativo-discursivo de uma posição sujeito de “faz” escolhas de leitura construindo seu texto; c) um processo efêmero de legibilidade, já que esta não se concentra na materialidade da língua nem na intencionalidade de um autor.

No discurso hipertextual, o interesse do leitor se sobrepõe mais do que em qualquer outro ambiente. A possibilidade de acesso a um contradiscurso é também significativamente maior. Mesmo que a intenção de uma instância enunciativa proponha uma determinada trilha de sentido, uma simples lupa disponibilizada na forma de serviço agregado em uma página pode remeter o leitor a novas formas de percepção de um objeto, colocando em risco uma hegemonia que é mais controlada nas propostas lineares de leitura. E por mais que os meios não queiram abrir mão do controle dos conteúdos produzidos, seja restringindo os hiper-

links ou editando comentários, a própria internet oferece outras possibilidades de acesso ao contraditório, bastando que o leitor se aventure em outros ambientes discursivos.

### **Leituras sugeridas**

AIUB, Tânia. Sentido e Hipertexto. **Revista Fragmentum**. Santa Maria, n. 44, jan-mar 2015, p. 81-93.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Hipertexto e a construção do sentido**. Revista Alfa, São Paulo, v.51, n.1, p. 23-38, 2007.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

PALACIOS, Marcos. Hipertexto, fechamento e o uso do conceito de não-linearidade discursiva. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 08, p. 111-121, 1999.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information architecture for the World Wide Web**. Sebastopol, CA: O'Reilly, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo : Cortez, 1996



## CAPÍTULO 17

# MEMÓRIA E TESTEMUNHO

A memória é uma instância que ganhou corpo, no decorrer do tempo, nos estudos de diversas áreas, incluindo o da Comunicação. Isso foi possível também por meio do discurso, algo que se iniciou de forma mais veemente no campo historiográfico, quando as lembranças pessoais, recordações e relatos de reminiscências passaram a ser tão relevantes quanto documentos e outros registros escritos no resgate de fatos passados. São novos elementos a compor narrativas históricas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, na esteira da virada historiográfica já implementada a partir dos anos 1920 pela chamada Escola dos Annales. Essa Escola foi inicialmente composta por um grupo de historiadores que, nas primeiras décadas do século passado, impulsionaram estudos que buscassem novas perspectivas de investigação de fatos e períodos, valorizando abordagens que dessem protagonismo a mentalidades, hábitos culturais e a processos sociais.

Nomes como Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel trouxeram, entre outros, novas visões sobre como pesquisar o passado e interpretá-lo, afastando-se de posturas fechadas e

aceitando contribuições diversas. “(...) como formação discursiva, a Nova História situa-se no interior da historiografia moderna, e tem no diálogo com as ciências humanas um de seus componentes essenciais. Para além, constitui-se a Nova História na mais recente e dominante tendência da moderna historiografia.” (Novais & Forastieri, 2011, p. 11). Essa discussão é pertinente aqui porque ela exemplifica como os chamados “discursos da verdade” se adaptam a visões mais contemporâneas que reconhecem as conexões a que mesmo eles, que se desejam tão impermeáveis a qualquer tipo de subjetividade, estão expostos. “De fato, estamos falando aqui de história-discurso (2), que se poderia denominar história, distinguindo-se da história acontecimento (1) (...). Retomemos: história (1), história-objeto, envolve todo o acontecimento humano, de qualquer tipo, em todos os lugares, e durante todo o tempo; história (2), história-discurso, é sempre a narrativa de fragmentos desse objeto absolutamente indelimitável.” (Novais & Forastieri, 2011, p. 17). História-discurso é um conceito poderoso nessa revolução pela qual passa a forma como a realidade é interpretada.

Método histórico, método filológico, método crítico: belas ferramentas de precisão. Eles honram seus inventores e essas gerações de usuários que as receberam de seus antecessores e as aperfeiçoaram, utilizando-as. Mas saber manejá-las, gostar de manejá-las - eis algo que não é suficiente para ser historiador. Apenas aquele que se lança na vida inteiramente - com o sentimento de que mergulhando nela, banhando-se nela, deixando-se impregnar, assim, pela humanidade presente - é digno deste belo nome; ele multiplica por dez suas forças de investigação, seus poderes de ressurreição do passado. De um passado que detém

e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos. (Febvre, 2011, p. 84).

Essas transformações nos estudos sobre a História produziram posturas revolucionárias nas investigações não só desse campo, mas também em terrenos conexos. Afinal, o ato de lembrar, a recordação, a obtenção de depoimentos não são exclusividades de uma só área de estudos. Nas Ciências Humanas, essas estratégias de apuração de informações, de retorno a tempos pretéritos, de desvendamento de dados e fatos passados são compartilhadas, em grande medida. É interessante, para nosso propósito aqui, estabelecer esses laços conceitualmente, enfatizando aproximações e diferenças, mas nos quais podemos identificar complementaridades exatamente no campo discursivo. A Comunicação, obviamente, está inserida nesse debate, que é amplo e complexo e que envolve autores que, infelizmente, não são tão estudados em trabalhos teóricos da área, mas que buscam compreender as maneiras pelas quais apuramos as informações e as conectamos com o mundo que, discursivamente, representamos nos textos jornalísticos produzidos.

Podemos começar pela instituição do que compreendemos como Memória. À primeira vista, essa palavra, tão banalizada há tanto tempo, dá a impressão de ser simples. Memória seria aquilo que guardamos do passado, aquilo que lembramos e que pode ou não ser repassado a outrem. No entanto, os processos envolvidos nessa construção do passado no presente a partir do que armazenamos em nossas recordações são muito mais complexos e trazem para o debate uma série de conhecimentos e variantes advindos de várias partes. O filósofo francês Paul Ricoeur, por exemplo, teve a memória como um de seus objetos prediletos de estudo.

Suas reflexões sobre esse elemento tão relevante vêm sempre em uma associação na dupla entre o “lembrar” e o “esquecer”, forma pela qual ele consegue estabelecer os diálogos entre o que recordamos e como transformamos tais reminiscências em narrativas e, por consequência, em discursos históricos. Há em seus trabalhos a provocação de que, ao transpormos os fatos para a dimensão do discurso, nós os recriamos enquanto narrativas.

De fato, soltam-se duas amarras. A primeira rege a relação da história com a ficção. Consideradas sob o ângulo da imaginação da linguagem, narrativa histórica e narrativa de ficção pertencem a uma única e mesma classe, a das ‘ficções verbais’. Todos os problemas ligados à dimensão referencial do discurso histórico serão abordados a partir dessa nova classificação. [...] Em *Metahistory*, a abrangência do olhar do autor manifesta-se no fato de que a operação de composição da intriga é retomada por uma sequência ordenada de tipologias que dão ao empreendimento o feitio de uma taxonomia bem articulada. Mas nunca se deve perder de vista que tal taxonomia opera no nível das estruturas profundas da imaginação. [...] A questão está aberta ao debate do estatuto dos dados factuais em relação à primeiríssima construção da forma da história narrada. (Ricoeur, 2007, p. 263-264)

Outro teórico que se debruçou sobre o tema, Henri Bergson, por meio de suas ideias ancoradas nas fenomenologias que cercam a relação entre passado e presente, propõe que a memória é transferida do plano tangível do acontecimento em si para, por meio do relato (o que também poderíamos debater se falássemos em discurso), para a seara do virtual, onde, segundo ele, a recor-

dação pura pode persistir, uma vez que seu fenômeno concreto já se esvaiu. Vem dessa aparente contradição, que na verdade seria o desenrolar natural e o espaço possível da memória do passado em nosso presente, sua visão sobre o que é uma lembrança e como ela pode se inserir em nossas falas, gestos e escritos.

La verdad es que la memoria no consiste en absoluto en una regresión del presente al pasado, sino al contrario en un progreso del pasado al presente. Es en el pasado que nos situamos de entrada. Partimos de un 'estado virtual', que conducimos poco a poco a través de una serie de planos de conciencia diferentes hasta el término en que se materializa en una percepción actual, es decir hasta el punto en que deviene un estado presente y actuante, es decir en fin hasta ese plano extremo de nuestra conciencia en que se dibuja nuestro cuerpo. El recuerdo puro consiste en ese estado virtual. (Bergson, 2006, p. 246)

Essa contribuição de Bergson tem repercussões profundas no campo discursivo, uma vez que ela atesta que não é possível recuperar o passado tal qual ele foi - em termos de fenômeno, essa ambição seria inexequível, já que os eventos não se repetem no presente exatamente como ocorreram no passado. Descrivê-los, porém, seria uma maneira de preservá-los, pagando-se o preço inescapável de que os relatos sobre eles não são os acontecimentos em si, mas um discurso a respeito dos mesmos, com todas as devidas modificações que tal processo acarreta. Quando se constrói um discurso acerca de algo, mesmo que seja no sentido de registro compromissado com a verdade objetiva e a precisão - algo comum entre História e Jornalismo, por exemplo - haverá, incontornavelmente, variantes que vão se imiscuir nesse projeto, não retirando

a credibilidade da tarefa, mas fazendo recordar que qualquer narrativa é e sempre será “uma narrativa” a respeito do que se fala. Tendo isso em perspectiva, podemos trazer à baila o que teoriza outro influente autor dedicado às questões da memória, Maurice Halbwachs, em seus estudos sobre “memória coletiva”.

A ideia que mais facilmente representamos é composta de elementos tão pessoais e particulares quanto desejarmos, é a ideia que os outros fazem de nós, e os fatos de nossa vida que estão sempre mais presentes para nós também foram gravados na memória dos grupos que nos são mais chegados. Assim, os fatos e as ideias que mais facilmente recordamos são do terreno comum, pelo menos para um ou alguns ambientes. Essas lembranças existem para ‘todo o mundo’ nesta medida e é porque podemos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes de recordá-las a qualquer momento e quando o desejamos. Das segundas, das que não conseguimos recordar à vontade, de bom grado diremos que não pertencem aos outros, mas a nós, porque somente nós podemos reconhecê-las. Por mais estranho e paradoxal que isso possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós. (Halbwachs, 2003, p. 66-67).

Acompanhados dessas visões historiográficas, filosóficas ou sociológicas, chegamos ao dispositivo da Memória enquanto poderoso elemento discursivo, uma vez que, não raramente, ele orienta a própria enunciação, a direção que ela vai tomar, qual a credibilidade que ela terá. Isso foi reforçado a partir do momen-

to do que a autora Anette Wieviorka (2013) chama de “a era do testemunho”. O contar, o depor, o testemunhar são ações às quais foi dedicada uma importância crescente nos relatos históricos, na confirmação e contextualização de eventos que as pessoas estão deixando registrados, de forma escrita, oral ou audiovisual, para a posteridade. Uma necessidade que se apresentou, sobretudo, em razão da marcha natural do tempo. Aqueles e aquelas que viveram determinadas situações vão desaparecendo, morrendo, calando-se inevitavelmente. Isso ficou mais patente quanto aos testemunhos da Shoah, nome hebreu dado ao Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial.

Os sobreviventes dos campos de concentração transformaram o discurso testemunhal de maneira definitiva no século XX. Os julgamentos dos criminosos nazistas foram, em grande parte, sustentados por essas declarações, cheias de emoção e trauma. Foi no campo jurídico, portanto, que o discurso testemunhal dos sobreviventes de um dos maiores genocídios da humanidade foi sendo consolidado, algo repassado para outros campos, principalmente o historiográfico e o jornalístico, que já faziam uso, assim como a Antropologia, de depoimentos de fontes dados também de forma oral. É um momento, assim, de convergências e trocas discursivas, que se estabelecem por meio de um dispositivo comum, o da memória. Ele leva às enunciações que chegam a historiadores, antropólogos, juízes e jornalistas, entre tantos outros, por meio da fala, da recordação, da lembrança.

Esse não é um processo tão pacífico quanto parece. Há muitas resistências, uma vez que as memórias, como diz um dos principais nomes surgidos nesse contexto dos testemunhos sobre a Shoah, podem ser enganadoras.

A propósito destas reconstruções do passado (mas não só dessas: é uma observação que vale para todas as memórias), deve-se observar que a distorção dos fatos muitas vezes é limitada pela objetividade dos próprios fatos, em torno dos quais existem testemunhos de terceiros, documentos, ‘corpos de delito’, contextos historicamente definidos. Geralmente é difícil negar que se tenha cometido uma dada ação, ou que tal ação tenha ocorrido; ao contrário, é fácil alterar as motivações que nos induzem a uma ação, assim como paixões que em nós acompanharam a ação mesma. Esta é matéria extremamente fluida, sujeita a deformar-se sob forças até muito débeis; para as perguntas – ‘por que você fez isso?’ ou: ‘ao fazer, em que pensava?’ – não existem respostas confiáveis, porque os estados de ânimo são voláteis por natureza, e ainda mais volátil é sua memória. (Levi, 2016, p. 22).

Essa imperfeição, entretanto, empresta, de certa maneira, mais humanidade aos relatos feitos, às lembranças que afloram. Elas apresentam-se mais genuínas, ainda que possam ser, formalmente, mais contestáveis. Talvez seja nessa discussão que a visão do discurso pode dar sua maior contribuição, modulando um pouco concepções mais radicais nesse debate sobre a veracidade dos depoimentos que são dados a partir da memória. A mesma intervenção serve igualmente para o jornalismo e suas especificidades, sobretudo no trato com os testemunhos de que frequentemente faz uso, na missão que também é sua de resgatar o passado. Este é um movimento que não aceita uniformizações, ainda que trabalhe com regularidades, como pondera Foucault (2007). É preciso reconhecer, porém, que o discurso é, por essência, esse

objeto arisco, cheio de surpresas e que não raramente aponta para direções imprevistas.

O analista deve, com efeito, satisfazer simultaneamente duas exigências cuja compatibilidade não é evidente. É preciso, de um lado, liberar-se parcialmente dos recortes preestabelecidos, de modo a definir um modo de acesso a certo setor da produção discursiva; de outro lado, é preciso que a configuração que se constrói não seja arbitrária, a fim de dar uma inteligibilidade àquilo para o qual foi concebida. Procedendo assim, o analista se encontra exposto a todas as formas de delírio interpretativo e de circularidade, ameaçando encontrar no fim aquilo que formulou no início. Além disso, é difícil não reduzir, *in fine*, toda forma de plurifocalização a uma forma de “unifocalização”, porque, diante de um texto ou um conjunto de textos que parecem heterogêneos, as rotinas interpretativas que as instituições universitárias valorizam incitam a procurar um princípio unificador, uma coerência oculta. (Maingueneau, 2008, p. 22-23)

Essa imprevisibilidade, porém, não deve soterrar as características dos discursos, mesmo que o altere. “As diversas memórias polêmicas recorrem a um tesouro cujas linhas de partilha são incessantemente deslocadas. Quando um discurso novo emerge, ele faz emergir com ele uma redistribuição destas memórias.” (Maingueneau, 1997, p. 125). A Comunicação como um todo - e o jornalismo em particular - empenha, em boa parte de seus métodos de trabalho, a aferição de informações também por meio da memória dos entrevistados, de suas recordações mais imediatas ou longínquas, de seus depoimentos, os quais devem ser checados,

evidentemente, mas que se constituem, além de pontos de partida, também relatos de histórias de vida, inserções em episódios mais amplos. Isso é ainda mais patente em certos gêneros, como perfis e biografias, nos quais os relatos jornalísticos têm estado mais presentes. Na análise de tais discursos, muitas vezes hibridizados por diferentes campos de conhecimento e que também se aplicam a vários deles, há de se considerar dispositivos que se mostram tão fundamentais na condução das narrativas.

Essas conexões ficam ainda mais relevantes se pensarmos as interfaces que podem ser identificadas na construção de tais discursos, sobretudo na interação com outros dispositivos poderosos. Isso se dá, de maneira bastante intensa, quando a Memória e o Testemunho se constituem ao serem confrontados - ou complementados - com o dispositivo do Arquivo. Se tomarmos a ideia, já exposta nesta obra, de Formação Discursiva, a partir das propostas de autores como Michel Foucault (2007), fica mais enfático que as recordações, quando inseridas nos dispositivos da Memória e do Testemunho, devem ser compreendidas de uma maneira mais ampla e permeável. Isso, aliás, é algo que se espera de uma concepção de discurso que se constitui em narrativas e enunciações que trazem para seu interior uma série de contribuições de várias naturezas, como é o caso da Comunicação.

Esse debate é importante na medida em que dialoga com a própria ideia de verdade, que consta nos “contratos de leitura” (Verón, 2004) - na História, se fala em “contratos de verdades implícitas ou explícitas que o historiador constrói nos seu discurso.” (Robin, 2015, p. 288) - que os discursos da Comunicação estabelecem com quem os consome. Essa verdade, obviamente, não pode fiar-se apenas nas boas intenções de fontes, ignorando as falhas que as lembranças podem apresentar, nas transformações naturais

que se dão no decorrer do tempo, à medida que os fatos sobre os quais se fala vão ficando mais distantes e embaçados. A Antropologia, com sua larga experiência quanto às narrativas orais em seus estudos (algo que vem desde Levy-Strauss e que no Brasil tem em Eclea Bosi uma de suas expoentes), emprega salvaguardas que permitem um maior nível de confiabilidade do que se apura, sem escapar de sua condição de abrir os devidos espaços para os relatos. A História também procura os mesmos caminhos neste sentido, com procedimentos de checagem e análise que não dão aos depoimentos a palavra final sobre os assuntos de que trata.

Essas precauções também integram a formação discursiva do que é produzido com a contribuição dos dispositivos da Memória e do Testemunho. É sempre bom lembrar que eles, ainda que próximos, não são idênticos, uma vez que a Memória, como vimos, ultrapassa fronteiras epistemológicas, indo da Filosofia à Psicologia, e o Testemunho é um emprego mais específico da Memória na construção de determinados discursos, indo do jurídico ao jornalístico. Eles surgem, porém, sob determinadas condições, como acontece, aliás, com todos os dispositivos, quando são acionados a partir da natureza que cada discurso possui. No caso da Comunicação, esses dispositivos se revelam muito frequentes e, em determinadas situações, essenciais.

Um exemplo disso é o que podemos ver em uma obra muito influente na segunda metade do século XX. O livro-reportagem *Eichmann em Jerusalém*, da filósofa Hannah Arendt (2009), baseia-se numa construção discursiva em que todos esses elementos se agregam em uma obra versátil e pródiga em alternativas. Nesse trabalho, Arendt conseguiu produzir uma simbiose entre ensaio filosófico, jornalismo literário, apuração historiográfica, perfil biográfico e estudo sociológico a partir, também,

de testemunhos, das vítimas e de seu algoz, o criminoso nazista Adolf Eichmann, levado a julgamento por autoridades israelenses em 1961. O texto de Arendt, primeiramente, foi publicado na revista *The New Yorker* (EUA) e depois em livro, transitando em dois suportes que trazem consigo contratos de leitura específicos e diferentes.

A Memória (das testemunhas), relacionada aos arquivos (o que se sabia sobre o Holocausto judeu e os documentos que basearam a acusação), em prol do registro do passado realizado por quem escapou e até de quem não sobreviveu. Como ponderam Borges & Castro (2021), quem testemunha também fala pelos mortos. Que discurso é esse? No âmbito da Comunicação, é de quem conta e de quem reproduz o relato, pertence a tantos outros lugares e espaços. É a discursividade que se dá em diferentes âmbitos, trazendo à tona dispositivos que são demandados de acordo com o que as recordações focalizam. Os depoimentos dos envolvidos, os estudos de quem se debruçou sobre o assunto, a capacidade de buscar os dados de diferentes narradores ou enunciadores, organizando e checando informações, compõem formações discursivas complexas e desafiadoras.

## Leituras sugeridas

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BERGSON, Henri. **Materia y memoria**: ensayo sobre la relación el cuerpo con el espíritu. Buenos Aires: Cactus, 2006.

BORGES, Rogério & CASTRO, Gustavo de. Os mortos voltaram: estratégias memorialísticas e literárias da morte no jornalismo narrativo. In: **Disertaciones**. Vol. 14, N. 1 (jan-jun). pp . 1-16. Bogotá: Universidad del Rosário, 2021. Disponível em <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/disertaciones/issue/view/461>. Acesso em 02/01/2021.

FEBVRE, Lucien. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*. In: NOVAIS, Fernando Antonio & FORASTIEIR, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes / Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

NOVAIS, Fernando Antonio & FORASTIERI, Rogério. Para uma historiografia da nova história. In: NOVAIS, Fernando Antonio & FORASTIEIR, Rogério. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Unicamp, 2016.

VERON, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WIEVIORKA, Annette. **L'ère du témoin**. Paris: Plon, 2013.



## CAPÍTULO 18

# **JORNALISMO LITERÁRIO E OS MÚLTIPLOS DISPOSITIVOS DISCURSIVOS**

No sentido do que foi exposto anteriormente, podemos tratar do Jornalismo Literário sob a lente dos dispositivos discursivos que esse gênero híbrido aciona na sua proposta de emprestar narratividade a enunciações informativas, escapando de modelos muito rígidos e trazendo para dentro de sua abrangência contribuições outras que possam enriquecê-lo. É um processo que tem similitudes com o que debatemos a respeito da História, reafirmando possibilidades de novos modelos discursivos que salientam interdisciplinaridades a serem exploradas e que podem ser muito interessantes na revitalização e expansão das fronteiras de discursos como o jornalístico, que é ancorado na referencialidade do mundo, mas que possui elementos importantes de interpretação e análise. Os atos de se contar algo, de registrar determinado evento, de resgatar fatos do passado, como a História já sabe há algumas décadas, podem ser realizados das mais diferentes maneiras, onde existe a abertura para a administração de diferentes doses de criatividade.

Dialogando com o que foi debatido quando tratamos dos dispositivos da Memória e do Testemunho em obras como as biografias - quando pensamos em tais trabalhos como produtos também jornalísticos -, podemos abordar o Jornalismo Literário por sua interdiscursividade. Este é um debate bastante amplo e que não cabe aqui recuperar em todos os seus meandros, mas vale destacar que, quando tratamos dessas pontes estabelecidas entre textos que se propõem a ser verdadeiros (História, Jornalismo) e formatos que costumam pertencer a outros campos, em que as finalidades não são as mesmas (Literatura, Ensaio), há estranhamentos. Compreendê-los é algo fundamental para que tais enunciados possam se estabelecer e uma das mais eficientes maneiras de enfrentar esses desafios é por meio da análise do discurso, o que possibilita que possamos diferenciá-los sem, contudo, deixar de fazê-los se amalgamar em determinadas produções.

O Jornalismo Literário pertence a essa classe de discursos em que as propostas parecem se confundir, mas quando o estudamos por meio da vertente discursiva, com os dispositivos que venham a acionar, com os conceitos que possam esclarecê-lo, podemos entendê-lo com menos preconceitos e equívocos. É possível manter a acurácia e a precisão jornalísticas fora de modelos enrijecidos ou uniformizadores. As construções discursivas aparentemente divergentes, ao se encontrarem, podem gerar outros resultados. Isso pode promover a emergência, até, de outros gêneros discursivos, quando pensamos em gênero na acepção do que propõe Mikhail Bakhtin, que trabalhou este conceito ao analisar o romance (2002). O teórico russo deixa claro que o gênero tem características específicas e elas devem ser observadas, mas não podem servir de prisão para ampliações

e desenvolvimentos possíveis. Os gêneros discursivos precisam ser permeáveis a contribuições e envolvimento. É esta, aliás, a grande vantagem que o autor enxerga no romance moderno: sua capacidade de se transmutar.

Trazendo este breve debate de volta para as discussões sobre o discurso do Jornalismo Literário, é necessário que entendamos que as conexões que podemos estabelecer entre diferentes construções discursivas - quais sejam, a do jornalismo e a da literatura - não se dão por meros enxertos ou acréscimos estilísticos fúteis. Trata-se de um mergulho mais profundo não só na maneira de se fazer o texto, mas sobretudo na visão que podemos ter do papel potencial de tais narrativas. Elas precisam ser mais profundas, não apenas como uma etapa formal para que se possa colocar um carimbo de Literário em algum tipo de Jornalismo, mas sim haver a introjeção de que há uma proposta diferenciada em curso, uma mescla que não se dá de maneira automática, mas que, com a contribuição de algumas técnicas específicas sim, consiga-se alcançar uma amplitude maior de compreensão dos fatos, das pessoas, das histórias envolvidas. Esse é um percurso complicado, cheio de armadilhas e contestações, que colocam em xeque a credibilidade do que se relata. Todos esses obstáculos, entretanto, podem ser superados a partir do momento em que não nos deixemos ater a preconceitos e leituras superficiais a que muitas vezes o Jornalismo Literário é submetido. Sair dessa lógica que ignora as possibilidades discursivas patentes em uma produção que hibridiza o jornalismo e outros tipos de narrativa é o pulo do gato a ser dado.

O Jornalismo Literário apresenta-se como uma alternativa a esse caminho tomado pelo jornalismo hegemônico.

Não que ele o rejeite totalmente, já que são observadas condutas que o texto informacional passou a exigir incondicionalmente, não aceitando puras invenções, distorções sistemáticas e corrupções propositais do relato dos acontecimentos. (...) As regras da objetividade são justificáveis, mas não podem ser dogmáticas, não por apreciações pessoais, mas em razão de elas também se colocarem como resultados de construções discursivas. (Borges, 2013, p. 181).

Nas teorias do jornalismo, poucos pontos despertam tantas paixões e debates acalorados quanto o conceito de objetividade. E a palavra “verdade”, mesmo com toda sua complexidade filosófica, está na perspectiva de quem se propõe a informar jornalisticamente. Ela integra o que Patrick Charaudeau chama de “contrato da informação”.

Assim se constrói o que os filósofos da linguagem designam por “co-intencionalidade”: toda troca linguageira se realiza num quadro de co-intencionalidade, cuja garantia são as restrições da situação de comunicação. O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*. (Charaudeau, 2007, p. 68, grifos do autor).

Charaudeau afirma ainda que esse contrato se dá com alguns elementos básicos, que podem ser resumidos em quatro principais: identidade, finalidade, propósito e dispositivo.

A *identidade* dos parceiros engajados na troca é a condição que requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que aí se acham inscritos. Ela se define através das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala a quem?” ou “quem se dirige a quem?”, em termos de natureza social e psicológica. (...) A *finalidade* é a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Ele se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?” (...) O *propósito* é a condição que requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em “universos de discurso tematizados”. O propósito se define através da resposta à pergunta: “Do que se trata?”. (...) O *dispositivo* é a condição que requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve. Define-se através das respostas às perguntas: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (Charaudeau, 2007, p. 68-70, grifos do autor).

Todas essas questões são fundamentais para compreender como se dá o processo de alguém informar e outrem ser informado. Há uma acreditação necessária nessa relação, uma vez que sem ela, não haveria a interpretação mínima na busca de um consenso

entre os interlocutores. O mesmo texto pode estar escrito em uma reportagem e em um romance, mas a clareza em se estabelecer as diferentes situações é crucial para que alguém não leia uma obra de ficção acreditando que os eventos ali presentes ocorreram de fato ou duvide absolutamente do que um veículo jornalístico apresenta como se fosse mera invenção. Claro que há incompreensões, com confusões entre um tipo de discurso ou outro, mas essa situação não pode ser a regra, sob pena de destruir qualquer possibilidade informativa.

Esse debate, porém, ganhou outros contornos. A objetividade jornalística, a incensada prerrogativa do jornalismo de ser portador da verdade - o que também se verifica nos discursos religiosos por meio do dogma, no científico por meio de dados só transponíveis a iniciados, no histórico a partir das pesquisas e investigações realizadas - transformou essa condição em algo que o teórico francês Pierre Bourdieu (2007) chama de “patrimônio simbólico”, ou seja, aquilo que é mais valioso para determinado discurso. Qualquer tentativa de relativizar o que a pesquisadora norte-americana Gaye Tuchman (1999) denominou de “ritual estratégico” de proteção do material jornalístico - no sentido de ele não ser posto em dúvida -, transforma-se numa verdadeira tempestade. Há motivos para isso, sem dúvida. O jornalismo, como tão bem coloca Wilson Gomes (2009), precisa buscar a precisão, estabelecendo as devidas vinculações entre notícia e verdade.

A norma da que obriga qualquer um que faça discursos sobre a realidade e que, ademais, pretende que se considere tais discursos como dizendo o que a realidade efetivamente é, significa para o jornalismo uma obrigação suplemen-

tar. O jornalismo não apenas assume com o consumidor de notícias a obrigação de ser veraz, mas também o compromisso de usar de todos os recursos possíveis para evitar o engano e o erro. (Gomes, 2009, p. 11).

Não há dúvidas de que os preceitos expostos acima são não só pertinentes, como fundamentais para o trabalho jornalístico. Sem essa credibilidade calcada nos fatos verificáveis, na precisão máxima dos dados, no compromisso do profissional da notícia de não se deixar levar por fantasias, delírios e invenções, o jornalismo simplesmente perderia aquilo que Charaudeau aponta como necessário aos discursos e que enfatizamos acima: sua identidade, sua finalidade e seu propósito. Seria, assim, um outro gênero discursivo e deveria ser interpretado de outra maneira. Algo bem diferente disso é admitir que, mantendo seus preceitos, o jornalismo pode promover encontros discursivos que ampliem o campo de suas construções simbólicas, de sua produção de sentidos, aumente ou diferencie sua magnitude enquanto intérprete da realidade.

Produtos e gêneros resultantes de aproximações discursivas que levam a tais encontros não são exatamente raros. A crônica é um bom exemplo de interação entre jornalismo e literatura e que, ao longo da história, tem se mantido popular e resguardado seu espaço, mesmo na imprensa tradicional. “A crônica é considerada um gênero ao mesmo tempo jornalístico e literário. Uma forma híbrida, portanto, vivendo uma condição ambivalente.” (Bulhões, 2007, p. 47). Um tipo de texto que se apoia em outros gêneros consolidados, mas que mantém sua autonomia, perfazendo um terceiro gênero, com características próprias e originais. “A crônica localiza-se em área fronteira

entre estatutos narrativos distintos, mas conserva sua alteridade.” (Borges, 2011, p. 257).

Esse é um movimento semelhante ao que se dá com o Jornalismo Literário - também chamado de Jornalismo Autoral, nos EUA, ou de Jornalismo Narrativo, em vários países da América Latina, como Colômbia e México. Ele eclode no encontro de placas tectônicas que, por muito tempo, pareceram inconciliáveis. Só que elas não são tão inconciliáveis assim, pois se o fossem isso contrariaria a própria arqueologia do jornalismo e da literatura, historicamente falando. Como bem demonstra Costa (2005), é amplo o histórico de simbioses entre os dois campos na trajetória da imprensa, desde os primeiros profissionais que se dedicaram ao jornalismo, até o sucesso dos chamados romances de folhetim, publicados periodicamente nos jornais e que se configuraram como espaço de gestação de alguns dos grandes romances do século XIX. Entre os nomes brasileiros que lançaram seus livros inicialmente em jornais, publicando-os em forma de folhetins, estão José de Alencar e Machado de Assis.

No século XX, o advento do livro-reportagem é mais um exemplo dessa comunicação estreita entre jornalismo e literatura. “Trata-se de uma modalidade de texto que permite ao seu autor uma maior flexibilidade para lidar com temas atuais, área particularmente explorada pelo jornalismo.” (Couto, 2017, p. 96). Nesse tipo de produto informativo, há uma narratividade mais ampla, o que costuma aproximar o livro-reportagem da linguagem literária, ainda que isso não seja uma regra definidora. O livro pode ou não ter esta característica e permanecer uma reportagem de fôlego, assim como os laços com a literatura podem se estabelecer em produtos jornalísticos bem mais concisos, como uma notícia ou uma reportagem de TV, por exemplo. O livro-

reportagem, porém, dá mais condições de espaço e tempo para que essas conexões se consolidem em um tipo de texto que carrega as premissas do discurso jornalístico - com sua identidade, seus propósitos, finalidades e dispositivos -, mas se ligando ao discurso literário.

Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato - no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes - e também sua verticalização - no sentido do aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis -, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos. Esse 'grau de amplitude superior' pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado - quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos -, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores (Lima, 2009, p. 26)

No livro-reportagem, na crônica ou em qualquer outro produto jornalístico, o que interessa é como age o discurso no nível da linguagem. "Quando um jornalista se comporta como um narrador literário - por exemplo, usando linguagem pessoal ou coloquial, colocando a si mesmo na cena do acontecimento, dando cores de aventura romanesca a seu relato, litigando com as fontes de informação, etc. - não está 'fazendo literatura', e sim lançando mão de recursos da retórica literária para captar ainda mais a atenção do leitor." (Sodré, 2009, p. 144). O que Muniz

Sodré descreve é um encontro discursivo que Borges (2013), Pena (2008) e Castro (2010), entre outros autores, consideram legítimo, frutífero e instigante, mas que só pode ser realizado quando conseguimos pensar não a partir de normas estritas e sim com a abertura suficiente para que haja interações reais e interdiscursividade efetiva.

Quando o movimento batizado de Novo Jornalismo surgiu na imprensa dos Estados Unidos na década de 1960, havia essa ambição de aproximar, de formas até bem radicais, os discursos jornalísticos e da literatura. “Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor.” (Wolfe, 2005, p. 28). Naquele momento, vários autores, como o próprio Tom Wolfe, além de Truman Capote, Gay Talese e Norman Mailer, conseguiram dar visibilidade a suas reportagens literárias. Nesse sentido, o que temos, quando falamos de Jornalismo Literário, é um encontro discursivo que remete a muitos outros, em que há transformações daqueles discursos primeiros em um outro, que por sua vez estabelece suas bases a partir das formações discursivas correspondentes. Ele é híbrido, surgindo em momentos específicos e por circunstâncias diversas. Não houve, portanto, interdições tão intransponíveis à sua emergência.

Tal postura diante de possíveis interdiscursividades dialoga com o que propõe Michel Foucault ao teorizar a respeito das formações discursivas (conceito para cujo estabelecimento suas reflexões foram fundamentais). O teórico pondera que elas se dão de maneira orgânica e até imprevisível. Não devemos, portanto,

incorrer na ingenuidade de estabelecer um único ponto difusor de influências e sim repartirmos essa responsabilidade, tudo no nível do discurso.

Esses sistemas de formação não devem ser tomados como blocos de imobilidade, formas estáticas que se importam do exterior ao discurso e definiriam, de uma vez por todas, seus caracteres e possibilidades. Não são coações que teriam sua origem no pensamento dos homens, ou no jogo de suas representações; mas não são, tampouco, determinações que, formadas no nível das instituições ou das relações sociais ou da economia, viriam transcrever-se, à força, na superfície dos discursos. Esses sistemas – já insistimos nisso – residem no próprio discurso; ou antes (já que não se trata de sua interioridade e do que ela pode conter, mas de sua existência específica e de suas condições) em suas fronteiras, nesse limite em que se definem regras específicas que fazem com que exista como tal. (Foucault, 2007, p. 82-83).

É nesse emaranhado simbólico que funcionam muitos dispositivos, incluindo aqueles que estão em ação na construção do discurso do Jornalismo Literário. Isso não significa que estejamos aqui falando de apenas um discurso, único e monopolizador. Nada mais longe do pensamento de Foucault do que esse tipo de projeção. Como reforça aquele que é considerado um dos pais da Análise do Discurso enquanto disciplina, método e teoria, Michel Pêcheux:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de

memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos conscientes, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto da identificação. (Pêcheux, 2002, p. 56-57)

A concepção de formação discursiva, seja quando a aplicamos ao Jornalismo Literário, seja quando a implementamos em qualquer outro discurso, de Comunicação ou não, permite que possamos ter uma visão mais ampla dos enunciados que produzimos, das chaves de interpretação que utilizamos em sua recepção, das transformações que promovemos a partir daí enquanto reproduzimos ou ressignificamos esses discursos. É um movimento contínuo, em que diversas referências entram em jogo. Uma simetria pode ser estabelecida, quando falamos de Jornalismo, ao pensarmos nas teorias construcionistas, que abalaram os argumentos um tanto positivistas de que seria possível apreender a realidade e torná-la pública por meio de enunciados, conservando totalmente a fidelidade com os fatos. Como já salientamos, esse compromisso permanece ativo, mas ele não pode ser considerado como se fosse uma equação matemática. Há

muitas variáveis envolvidas, algo que é totalmente natural quando analisamos discursos.

No que se refere ao jornalismo, as teorias construcionistas estão em sintonia com essa flexibilidade de sentidos. Sua base teórica encontra-se na Escola Canadense sobre Interacionismo Simbólico, na perspectiva da construção social da realidade. Dois dos maiores expoentes desse esforço teórico, Peter Berger e Thomas Luckmann, propõem que a apreensão da realidade passa por filtros bem menos simples do que leituras apressadas podem supor. “Sendo a sociedade uma realidade ao mesmo tempo Objetiva e subjetiva, qualquer adequada compreensão teórica relativa a ela deve abranger ambos estes aspectos.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 167). Como já tivemos a oportunidade de discutir no que se refere ao dispositivo da Memória, ao tratarmos do que Halbwachs (2003) define como “memória coletiva”, há uma série de contextos dados pela sociedade, pelo tempo histórico, pelas circunstâncias, pelas mentalidades vigentes, pelos valores adotados em determinada época que exercem influência sobre os discursos produzidos.

No Interacionismo Simbólico, “esta apreensão não resulta de criações autônomas de significado por indivíduos isolados, mas começa com o fato de o indivíduo ‘assumir’ o mundo no qual os outros já vivem” (Berger & Luckmann, 2010, p. 168). Sim, trata-se de uma espécie de adequação, mas isso não se dá de forma apenas passiva. Há as contribuições subjetivas, compostas também por vivências pessoais, por contextos únicos, por estruturas sociais e psíquicas que pertencem a cada sujeito.

Todo indivíduo nasceu em uma estrutura social objetiva, dentro da qual encontra os outros significativos que se en-

carregam de sua socialização. Esses outros significativos são-lhe impostos. As definições dadas por estes à situação dele apresentam-se como realidade objetiva. Desta maneira nasceu não somente em uma estrutura social objetiva, mas também em um mundo social objetivo. Os outros significativos que estabelecem a mediação deste mundo para ele modificam o mundo no curso da mediação. Escolhem aspectos do mundo de acordo com sua própria localização na estrutura social e também em virtude de suas idiossincrasias individuais, cujo fundamento se encontra na biografia de cada um. O mundo social é ‘filtrado’ para o indivíduo através desta dupla seletividade.” (Berger & Luckmann, 2010, p. 169-170).

Ao abordar o jornalismo em si, as teorias construcionistas - também chamadas de sociológicas - reafirmam essas premissas, trazendo para o centro da atenção os procedimentos que integram o conjunto teórico do *newsmaking*, literalmente, o fazer notícia. Alsina (2009) fala em “construção da notícia”, que se estabelece em três fases: a produção, a circulação e o consumo. “Eu defino o jornalista como um produtor da realidade social. Evidentemente, essa concepção bate de frente com o conceito tradicional da objetividade jornalística. No mundo da mídia, a objetividade continua sendo um dos mitos mais complexos de serem banidos” (Alsina, 2009, p. 14). Não concordando inteiramente com Alsina neste ponto, é preciso reconhecer que essa realidade construída pelo jornalismo se dá por um meio inescapável: o discurso. É por seu intermédio que se concretiza não só a enunciação da informação, mas sua difusão e sua recepção.

Essas engrenagens são complexas e incluem uma série de teorias e procedimentos do jornalismo, amplamente esmiuçados

ao longo das últimas décadas. Não cabe aqui detalhá-las, mas é relevante citar que os procedimentos do *newsmaking* contemplam todo um conjunto de reflexões sobre o valor-notícia, os critérios de noticiabilidade e teorias da ação pessoal (como o *gatekeeper*) e organizacionais (como as que estabelecem normas profissionais). Essa conjunção de práticas, rotinas produtivas e conexões simbólicas que o jornalismo estabelece com o meio social em que se insere fornece configurações discursivas, formações e construções que vão definir linhas editoriais, enquadramentos, ênfases e ocultamentos. Como se vê, estão presentes os mecanismos discursivos que são contemplados pela Análise do Discurso em outros objetos. No caso da Comunicação, é interessante considerar tais complexidades e interações, que podemos averiguar nas teorias construcionistas em seu diálogo com as formações discursivas e outros dispositivos, teóricos e de análise, que elas conformam e apresentam.

A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de *discurso*, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. Assim, pode-se dizer que a informação implica processo de produção de discurso em situação de comunicação. (Charaudeau, 2007, p. 33-34, grifo do autor).

Na verdade, estamos também falando de estratégias de produção de sentido. Isso é fundamental quando produzimos um discurso que se quer credível, que tenha a confiabilidade necessária para ser aceito em seus propósitos. Sem abandonar os

preceitos clássicos do jornalismo, como a verificação dos fatos, a checagem dos dados e a condução de narrativas que possam ser compreensíveis e que tenham o compromisso com a realidade e a precisão, é necessário enfrentar - e não buscar nos esquivarmos - das influências objetivas e subjetivas que também participam dessas construções noticiosas, dos dispositivos que integram essas formações discursivas. Sem levar tudo isso em conta, sem compreender melhor essas articulações e processos constitutivos, não é possível vislumbrar os sentidos que produzimos, com suas luminosidades e opacidades, com suas ênfases e silenciamentos, com suas afinidades e distanciamentos, com seus significados literais e simbólicos.

### **Metáfora Viva em Ricoeur**

As questões que foram levantadas até aqui atestam, mais do que qualquer outra dedução, a de que o discurso é um ser vivo. E nós o chamamos de ser já fazendo uso do que Paul Ricoeur (2005) nos convidava a tratar a linguagem, o que está muito de acordo com a vibração própria dos discursos, dentro de seu conceito de “metáfora viva”. Uma vibração que atesta sua versatilidade, suas numerosas possibilidades, suas transformações no tempo e em contato com outros discursos, suas trocas simbólicas intensas e ininterruptas. Tais características levam ao emprego da metáfora não como uma mera figura de linguagem, mas sim como uma chave de compreensão e um artifício de expansão dos significados latentes no discurso, abrindo espaços para outras interpretações, variados diálogos e intersecções. No jornalismo, isso é não só enriquecedor do ponto de vista da informação, como também instigante no que se refere aos laços criados com outros campos,

trazendo novas vozes e lógicas para sua estruturação, tornando-o polissêmico e dialógico, enfim.

Não nos cabe aqui esmiuçar a complexa estrutura de pensamento do teórico Paul Ricoeur, mas vale ressaltar um conceito que o autor trabalha, a que dá o nome de “verdade metafórica”. Por esse raciocínio, haveria outras formas de se chegar à verdade sem que houvesse a obrigação da literalidade, de que algo só pode ser dito de uma única maneira. Na lida com a referência do mundo tangível, daquele que vemos e tocamos, daquele que enxergamos ao qual emprestamos sentido, há outros jeitos de significá-lo e expressá-lo. Ricoeur, faz assim, uma defesa da metáfora enquanto elemento de tradução de uma realidade que, o tempo todo, desafia o discurso a apreendê-la, ainda mais aqueles que têm o compromisso em trazê-la aos seus destinatários, como é o caso do jornalismo. Diante dos receios que existem quanto ao uso da metáfora no sentido por ele realçado, diz Ricoeur: “como sugere a junção entre ficção e redescrição, o sentimento poético, também ele, desenvolve uma experiência de realidade em que inventar e descobrir deixam de opor-se e na qual criar e revelar coincidem” (2005, p. 376).

É necessário pontuar que não se trata aqui de uma defesa da invenção ou da criação em detrimento do compromisso com a descrição da realidade e sim que a metáfora, dentro dessa concepção de Ricoeur - que inclui uma visão mais abrangente de suas potencialidades, até mesmo daquelas que podem ser empregadas em prol da condução de um discurso que seja mais esclarecedor e contextualizador -, pode ser outra forma de contribuir com a precisa e rica tradução de situações e eventos para outras pessoas. Já falamos disso quando contemplamos o Jornalismo Literário e aqui, como um fecho de tais reflexões, o tema volta, mas agora

visto por um outro ângulo, na outra mão desta estrada de vários sentidos. Essa concepção de Ricoeur se alicerça no nível semântico, como ele deixa bem claro em todo o seu trabalho, em uma perspectiva fenomenológica - que se constrói também por meio do que se pode apreender e compreender dos fenômenos com os quais nos deparamos -, o que não impede (muito pelo contrário) os reflexos que podem ser vistos no discurso.

Esse é um ensinamento que podemos tirar do trabalho literário. Quando Aristóteles, na Grécia Antiga, criou a ideia de verossimilhança, que deveria ser aplicada às obras teatrais de então, o que ele pregou foi a ênfase em estratégias de reconhecimento e acreditação que aquelas encenações deveriam despertar no público para que elas fossem, realmente, interessantes e estivessem presentes no cotidiano das pessoas. O desafio, portanto, era conseguir “imitar” a realidade. “A tragédia é imitação duma ação e sobretudo em vista dela é que imita as pessoas agindo” (Aristóteles, 1997, p. 26). Isso era necessário porque “a duração deve permitir aos fatos suceder-se dentro da verossimilhança” (p. 27). Eis a ideia de “imitatio”, a imitação da realidade, da vida, do mundo por meio da palavra, da representação. Afinal, como Aristóteles diz em sua *Arte Poética* clássica, “a razão é que o possível é crível” (1997, p. 29).

Evidentemente que o conceito de discurso veio muito depois disso, mas hoje, quando analisamos as obras literárias e até mesmo os estatutos de realidade e ficção, esse debate de alguns milênios volta à tona, com toda a sua atualidade. Afinal, desde sempre é a palavra que tem a primazia de redescrever um passado, registrar o presente e projetar o futuro, seja no mundo real, seja no mundo imaginário. A maior questão é que não é possível separar totalmente um do outro porque eles têm um encontro marcado no nível do discurso.

As palavras não são os atos em si, não são as pessoas citadas de carne e osso, não têm o cheiro do sangue e o odor da pólvora dos campos de batalha, das revoluções. Tudo é representação no nível do discurso, daí a importância do que Aristóteles afirmou, não só quanto às criações de ficção, mas principalmente quanto àquelas enunciações que desejam ter credibilidade.

No caso do jornalismo, portanto, essa premissa, dadas as devidas adaptações, também percorrem esse mesmo caminho. Com outros propósitos, outras finalidades, outros dispositivos da literatura, o jornalismo precisa, igualmente, lançar mão para representar em seus textos os detalhes da realidade, os testemunhos das vivências de quem participou dos eventos que noticia, a elaboração de contextos que vão imprimir verdade ao seu discurso. É, assim, uma forma de verossimilhança, de *imitatio* (este se tomarmos o conceito de mimesis, também uma ideia clássica e que vem sendo atualizada no decorrer do tempo). A mimesis, quando tomada no universo da literatura, é uma “representação da realidade”, como já informa o subtítulo da obra fundamental de Erich Auerbach sobre o tema. “A realidade, dentro da qual os homens vivem, modifica-se, torna-se mais ampla, mais ricas em possibilidades e ilimitada; assim, ela também se modifica, no mesmo sentido, quando se torna objeto da representação” (Auerbach, 2001, p. 286). Aqui ele fala de literatura, mas, acima de tudo, fala de um tipo de discurso, de um gênero discursivo, de um tipo de comunicação que se dá no campo da estética ou da fantasia. Mas não é difícil transportar para os debates de outros discursos e é exatamente isso que os debates que levam em conta esses conceitos fazem, muitos deles no nível do discurso.

## Leituras sugeridas

AUERBACH, Erich. **Mímesis**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BORGES, Rogério. **Jornalismo literário: teoria e análise**. Florianópolis: Insular, 2013.

\_\_\_\_\_. **Crônica como interdiscurso: formações de um gênero híbrido**. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília, UnB, 2011. p. 795-816.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO, Gustavo de. **Jornalismo literário: uma introdução**. Brasília: UnB/Casa das Musas, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTO, Andréia Terzariol. **Livro-reportagem: guia prático para profissionais e estudantes de jornalismo**. Campinas: Alínea, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

RICOUER, Paul. **A metáfora Viva**. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

WOLFE, Tom. **Radical chic e o novo jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



QUARTA PARTE

**EXEMPLOS DE ANÁLISES**



## CAPÍTULO 19

# OS INTERDISCURSOS SOBRE O FEMINICÍDIO EM REPORTAGENS DO JORNAL O POPULAR

Kamilla Cristina da Cunha Santos<sup>1</sup>

Ângela Teixeira de Moraes<sup>2</sup>

### Introdução

A violência de gênero é um fenômeno histórico que deriva de comportamentos absorvidos culturalmente, a partir de relações desiguais de poder instituídas pelas desigualdades sociais e sexuais, legitimadas socialmente e perpetuadas nas relações entre homens e mulheres. Dentre as várias formas de violências contra a mulher estão a violência psicológica, moral, sexual, patrimonial e física, podendo atingir a forma mais grave, o feminicídio.

Até ser considerado crime de gênero no Brasil, o assassinato das mulheres, por serem mulheres, recebeu, ao longo do tempo,

---

1   Jornalista e mestra em Comunicação pela UFG

2   Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Comunicação pela UFG

diversas nomenclaturas, como caça às bruxas, crimes de paixão, crimes de lavagem da honra, crime passionai e, atualmente, feminicídio. Em 9 de março de 2015, foi aprovada a Lei Nº 13.140, conhecida como Lei do Feminicídio, que passou a prever o assassinato de mulheres como circunstância qualificadora do homicídio, passando a incluir o rol de crimes hediondos. A lei considera que o feminicídio é praticado “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, quando há “violência doméstica e familiar”, bem como o “menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Brasil, 2015, *online*).

Consideramos que o feminicídio é o fim extremado de um *continuum* de violências praticadas contra as mulheres com motivações misóginas, em consequência do gênero feminino, cultivadas historicamente em nossa sociedade. Além disso, é um dos maiores obstáculos ao exercício da cidadania plena das mulheres e uma grave violação de seu direito humano mais basilar, a vida.

De acordo com o Atlas da Violência 2020, que analisou as incidências da violência no País, entre 2008 e 2018, a cada duas horas uma mulher era assassinada no Brasil, totalizando 4.519 vítimas. No estado de Goiás, houve um aumento de 37,5 % no número de mulheres vítimas de feminicídio na década em análise, ocupando o quinto lugar no *ranking* dos estados que mais assassinam mulheres no País, com uma taxa de 6,4 mulheres mortas para cada grupo de 100 mil. Ao observar os marcadores de gênero e raça, o Atlas evidenciou que 71% das mulheres assassinadas em Goiás, em 2018, eram negras, o que indica que a desigualdade racial impera nas mortes de mulheres, quando observado o critério raça/cor.

A partir da compreensão de que o jornalismo é um espaço de produção e reprodução de verdades, que constrói sentidos

e reforça imaginários sociais, nesse artigo, analisaremos os interdiscursos presentes em reportagens jornalísticas que abordam o assassinato de mulheres por questões de gênero, antes e após a Lei do Feminicídio. Partindo da concepção de que a visibilidade proporcionada pelo discurso jornalístico sobre determinados assuntos, torna-se estratégia crucial no debate sobre o feminicídio na sociedade.

A pesquisa foi composta por 37 reportagens de capa publicadas pelo jornal impresso *O Popular*<sup>3</sup>, antes e após a promulgação, em março de 2015, da Lei do Feminicídio, compreendendo o período de 2012 a 2018, coletadas por meio do impresso *online* digitalizado<sup>4</sup>, para tentar compreender de que modo o jornal esteve construindo os interdiscursos sobre o feminicídio das mulheres goianas. Dentre os demais critérios de seleção do *corpus*, estão a proximidade geográfica com o estado de Goiás e o crime ter sido cometido por maiores de 18 anos, para que a Lei do Feminicídio tivesse efetividade na análise. A análise caminhará para uma comparação dos sentidos produzidos pelos interdiscursos presentes nas reportagens, interessando saber se eles se modificaram após a Lei e, no caso de mudanças, quais são responsáveis por elas.

## 1. A noção de interdiscurso na AD

O discurso compreende a fala, o texto, o sujeito e o contexto histórico e social de sua enunciação. Vai além da linguagem

---

3 O jornal impresso *O Popular* é pertencente ao Grupo Jaime Câmara (GJC), que comporta outros 24 veículos de comunicação situados em Goiás, Tocantins e Distrito Federal, e é veiculado diariamente. É o maior jornal do estado e o maior número de leitores do Centro-Oeste na categoria, gozando de grande credibilidade social.

4 O impresso digitalizado é uma versão espelhada e digital do jornal impresso vendido no Estado. Seu conteúdo não é mutável, do mesmo modo que a versão em papel.

propriamente dita, compreende as vozes implícitas e explícitas ali contidas, enunciados, formações discursivas e ordens do discurso. A análise do discurso é uma busca em compreender como se dão essas diversas formas de produção discursivas, visando interpretar, de modo mais aprofundado, os ditos, os não ditos e o que não pode ser dito.

Eni Orlandi (2007) explica que a Análise do Discurso busca compreender a linguagem como algo que faz sentido, levando em consideração a sua realidade histórica e social. Ou seja, a análise discursiva não trabalha com a língua formal, de maneira fechada em si, mas com o discurso, compreendido como um objeto sócio-histórico, buscando ultrapassar os seus limites e mecanismos de interpretação como parte dos processos de significação. Para a autora, a “Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (p. 26).

O discurso, para Michel Foucault (2008), é um conjunto de enunciados que, dispersos no tempo, compreendem uma formação discursiva, cuja definição é regulada por regras de formação que condicionam a existência e a coexistência, a manutenção e a modificação, bem como o esquecimento de dados discursivos. É situado na história que influencia os enunciados discursivos presentes.

Fairclough (2016), entende o discurso como uma prática social de ação onde as pessoas interagem entre si e com o mundo, que contribui para a construção cultural de todas as dimensões da estrutura social, moldadas ou restritas por suas próprias convenções, normas, relações, identidades sociais. É uma representação socialmente constituída, todavia, “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de

significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (p. 95).

Os efeitos construtivos do discurso, de acordo com esse autor, apresentam três aspectos: 1. Contribui para a construção as representações dos tipos de “eu” social, das identidades sociais e posições do sujeito na sociedade; 2. Relaciona-se a construção das relações sociais entre as pessoas; e 3. Refere-se a construção dos sistemas de conhecimento e crença social. Em outras palavras, Fairclough (2016) compreende o discurso como uma prática política e ideológica, capaz de reproduzir a sociedade da forma como é apresentada socialmente, por meio da hegemonia, mas que, também, abre caminhos para transformá-la.

Como prática política, o discurso “estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder”, já como prática ideológica, ele “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (Fairclough, 2016, p. 98). Nas práticas políticas, o discurso não representa apenas um local onde se disputa o poder, também é o seu delimitador, visto que recorre a convenções naturalizadas de relações de poder, normas próprias e ideologias particulares articuladas socialmente.

Por ideologia, Fairclough (2016) compreende como construções significantes da realidade, construídas a partir de várias dimensões de sentidos das práticas sociais que produzem, reproduzem e transformam as relações de poder, cuja eficácia se dá quando suas ideias se tornam senso comum, ou seja, naturalizadas socialmente. Todavia, o autor aponta que podem haver transformações nessas ideologias vigentes. “A ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da

prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações” (p. 122), e como resultado dessas lutas ocorrem as rearticulações discursivas, essenciais para as mudanças sociais.

À medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’. Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso. (Fairclough, 2016, p. 133-134)

Outro ponto importante na discussão do autor, é quando aponta que essas mudanças sociais ocorrem tanto de cima para baixo, mas também decorrem de baixo para cima, por meio das lutas e resistências sociais propiciadas pelas disputas de poder, pensadas originalmente por Foucault (1972). Resistências que podem ser chamadas contra hegemônicas. Se hegemonia, para Fairclough (2016), é tanto liderança quanto dominação articulada com várias forças sociais, cujo equilíbrio é sempre ‘instável’, a contra hegemonia pode ser compreendida como as lutas constantes que focalizam exatamente esses pontos instáveis, de modo a tentar romper com essas alianças e relações ideológicas que determinam a dominação e a subordinação. Ou seja, é preciso transgredir, romper, cruzar as fronteiras dos discursos já estabelecidos para criar espaço para novas combinações de situações e práticas sociais, só assim pode-se alcançar as mudanças sociais esperadas.

Tanto Foucault (2008), quanto Fairclough (2016) são importantes para na articulação do que entendemos como discurso nesse estudo e o direcionamento que pretendemos analisar. Enquanto Foucault nos auxiliará na compreensão da formação dos discursos do jornal *O Popular* acerca do feminicídio, Fairclough, contribui na análise das mudanças discursivas. Partimos do pressuposto de que se são os sujeitos, compostos pela história e pelas representações/significações sociais, que compõem os discursos, são estes mesmos que podem iniciar/provocar as mudanças sociais. No caso do objeto mais centrado dessa pesquisa, pensa-se que uma mudança no discurso sobre o assassinato de mulheres, englobando os contextos sociais e históricos, pode contribuir para outro olhar, mais além da banalização e naturalização desta prática, ainda tão comum em nossa sociedade.

Também, nesta análise, importa conhecer melhor a noção de interdiscurso. Segundo Possenti (2003), ela está implícita em vários outros conceitos como o de polifonia, dialogismo, heterogeneidade e intertextualidade, apesar de algumas especificidades que eles carregam. O interdiscurso remonta aos discursos transversos que constituem outros discursos. O enunciador lhe dá um sentido específico a partir das regras da formação discursiva que empreende, causando a sensação de unidade.

Orlandi (2007) infere que o interdiscurso se refere a tudo aquilo que vem antes e que implica a memória discursiva. Essa memória discursiva, para a autora, é “o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o *já-dito* que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (p. 31). E esse *já-dito* é fundamental para compreender como o discurso funciona e se relaciona com os sujeitos e a ideologia, sua historicidade e significância.

Orlandi (2007) ressalta, ainda, que o interdiscurso determina o intradiscurso, ou seja, a *constituição* e a *formulação* do discurso, e que todo dizer imbrica o eixo da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É a partir dessa confluência que se constroem os sentidos. Ou seja, o interdiscurso implica os saberes constituídos no que já foi dito e pelo que está sendo dito e circulando na sociedade, além dos “esquecidos”. O intradiscurso é a materialidade desses saberes, as formulações e as linearidades que compõem o discurso no momento dado.

Adiante veremos que o discurso jornalístico sobre o feminicídio é composto por vários interdiscursos, dos quais, pudemos identificar o discurso machista, jurídico, sociocultural, médico, religioso, histórico e educacional.

## **2. Os interdiscursos sobre o feminicídio**

A partir da análise do *corpus*, identificamos que o discurso jornalístico nas reportagens sobre o feminicídio é composto por vários interdiscursos. O discurso machista apareceu em 34 reportagens, sendo o interdiscurso de maior aparição na composição do jornal, seguido do jurídico, 31, sociocultural, 14, médico, 12, religioso, 10, histórico, 7 e educacional evocado em três reportagens. Para uma melhor compreensão, destacamos os discursos mais visíveis em cada reportagem e limitamo-nos a no máximo cinco. Essa foi uma escolha didática para facilitar tanto a leitura quanto a análise a ser realizada em seguida, conforme demonstra o quadro a seguir:

**Quadro 1 – Os interdiscursos das reportagens de feminicídio**

	Edição	Discurso 1	Discurso 2	Discurso 3	Discurso 4	Discurso 5
1	21.378	Machista				
2	21.379	Jurídico	Histórico	Sociocul- tural	Educacional	
3	21.468	Jurídico				
4	21.650	Jurídico	Machista	Religioso	Médico	
5	21.651	Jurídico	Machista			
6	21.817	Jurídico	Sociocul- tural	Histórico		
7	21.921	Machista	Médico			
8	22.089	Jurídico	Machista	Sociocul- tural		
9	22.386	Jurídico	Machista	Médico		
10	22.394	Jurídico	Machista	Sociocul- tural	Médico	Religioso
11	22.429	Machista	Sociocul- tural	Médico	Religioso	
12	22.431	Machista	Médico			
13	22.459	Jurídico	Machista			
14	22.584	Jurídico	Machista	Sociocul- tural	Médico	Histórico
15	22.592	Jurídico	Machista			
16	22.628	Jurídico	Machista	Sociocul- tural	Histórico	
17	22.769	Machista	Sociocul- tural	Religioso		
18	22.924	Jurídico	Machista	Histórico	Médico	
19	22.927	Jurídico	Machista			
20	22.928	Jurídico	Machista	Sociocul- tural	Médico	
21	23.125	Jurídico	Machista			
22	23.126	Jurídico	Machista	Religioso		
23	23.127	Jurídico	Machista	Religioso		
24	23.141	Jurídico	Machista			

25	23.144	Jurídico	Machista	Histórico	Médico	Religioso
26	23.282	Jurídico	Machista			
27	23.320	Jurídico	Machista	Religioso		
28	23.321	Jurídico	Machista	Sociocultural		
29	23.423	Machista				
30	23.425	Jurídico	Machista	Médico		
31	23.437	Jurídico	Machista	Sociocultural	Histórico	Educacional
32	23.549	Jurídico	Machista	Sociocultural	Médico	
33	23.593	Jurídico	Machista	Sociocultural		
34	23.618	Jurídico	Machista			
35	23.619	Jurídico	Machista			
36	23.628	Jurídico	Machista	Sociocultural	Religioso	Educacional
37	23.663	Jurídico	Machista	Religioso		

Fonte: SANTOS, 2020.

O machismo é um comportamento derivado das desigualdades de gênero estabelecidas pela construção dos papéis sociais que determinam, pelo binarismo sexual, o que é ser homem e o que é ser mulher (Rubin, 1975). É uma construção histórica que persiste até hoje no sistema social, fortalecido pelos sistemas jurídicos, educacionais, sociais e midiáticos (Bourdieu, 1989; Thompson, 2002). Os discursos que identificamos como machistas na construção das reportagens do *O Popular* sobre o assassinato de mulheres por questões de gênero, versam, principalmente, como as motivações que acarretaram na ocorrência do crime, na maioria das vezes culpabilizando a mulher pela violência sofrida, como punição para o descumprimento dos papéis estabelecidos para elas na sociedade. Esse interdiscurso aparece em quase todas

as reportagens coletadas para análise, tanto antes quanto após a promulgação da Lei do Feminicídio. Vejamos alguns enunciados abaixo:

1. **vingança** pelo fato de ela ter rompido o breve romance (O POPULAR, ed. 21.651, 2013)
2. há uma semana a dona de casa havia postado na rede social **a foto de um homem que, conforme destacou, seria namorado dela**. Este fato, segundo a delegada, teria motivado a tragédia. (O POPULAR, ed. 21.921, 2014)
3. a paixão vem acompanhada por um sentimento de posse. “os **crimes passionais** mais comuns são aqueles para **lavar a honra**” (O POPULAR, ed. 22.431, 2015)
4. um **relacionamento conturbado, abusivo**, que restringia a rotina dela e limitava o contato com amigos e até familiares (O POPULAR, ed. 22.928, 2016)
5. mesmo depois de confessar os crimes cometidos com brutalidade extrema, os autores de feminicídio sempre **culpam a vítima** pelo que ocorreu (O POPULAR, ed. 23.144, 2017)
6. a sociedade legitima o comportamento violento de homens, o que faz com que a mulher tenha dificuldade inclusive de identificar que vive um **ciclo de violência** (O POPULAR, ed. 23.549, 2018)

Nas reportagens anteriores à legislação, os sentidos construídos no discurso machista versam sobre o *continuum* de violência, o crime passionai e a culpabilização da mulher. O *continuum* de violência aparece nas vozes testemunhais da família e de amigos/as como forma de demonstrar que essa mulher já sofria um histórico de violência doméstica advindo de relações

abusivas que culminou em seu assassinato. Já a culpabilização da mulher, como justificativa para o assassinato que a acometeu, é uma prática cristalizada na sociedade brasileira (Oliveira et al, 2018).

A vingança e o ciúme são os principais motivos utilizados para culpabilizar a mulher pelo seu próprio assassinato, como, por exemplo, o enunciado 2, onde o casal já estava separado, todavia, a delegada justificou o crime usando a nova relação da vítima como a principal motivação do crime. Ou seja, a vítima provocou o seu ex-companheiro a cometer tal assassinato quando se envolveu afetivamente com outra pessoa e expôs essa relação nas redes sociais.

Após a Lei do feminicídio, o discurso machista aborda além do *continuum* de violência e da culpabilidade da mulher, o ciclo da violência e a banalização da violência contra a mulher. A culpabilização da mulher no feminicídio está diretamente relacionada à construção do crime como crime passionnal ou crime em defesa da honra, como destacamos no enunciado 3. O crime passionnal e o assassinato de mulheres para a lavagem da honra foram classificações do feminicídio aceitos judicialmente e socialmente, desde a década de 1930, e serviram para escusar muitos assassinos de seus crimes, por terem sido cometidos em nome do “amor”, da “paixão”, em um momento de “fúria”, de “incontrolável emoção” (Besse, 1989).

O ciclo da violência, remetido no enunciado 6, é uma das causas da dependência emocional que mantém a mulher numa relação abusiva, fazendo com que a mesma se sinta culpada pela agressão e é composto por comportamentos que intercalam agressão, arrependimento e perdão, romance e nova agressão. Na maioria dos casos, essa legitimação social culmina numa aceitação de

violências consideradas menores, como violência psicológica e moral, podendo evoluir para violência física, e por fim, o feminicídio. Desde 2015, o jornal *O Popular* passou a denunciar esse tipo de comportamento, e é um interdiscurso que aparece nas vozes jurídicas ou de especialistas.

O segundo discurso que mais aparece transversalmente na análise do *corpus* é o jurídico que evoca sentidos de proteção e prevenção, punição ou impunidade, justiça, legislação, tipificação criminal, denúncia e morosidade judicial. Essa grande proporção de aparições do discurso jurídico é motivada pela construção de viés policialesco da maior parte das reportagens sobre feminicídio, sugerindo que é um problema que deve ser enfrentado principalmente pelas vias judiciais.

7. para a rigorosa **punição** dos agressores (O POPULAR, ed. 21.379, 2012)
8. **Lei 7.464**, de 4 de setembro de 1995 (O POPULAR, ed. 21.379, 2012)
9. as penas não são tão severas, considero que foi feita **justiça** (O POPULAR, ed. 21.468, 2012)
10. A entrada em vigor da **Lei Maria da Penha**, em agosto de 2006, não alterou o viés de alta da linha da violência contra a mulher em Goiás (O POPULAR, ed. 22.592, 2015)
11. haviam procurado a Polícia Civil para **denunciar** os ex-companheiros por ameaça e foram expedidas **medidas protetivas de emergência** pela Justiça (O POPULAR, ed. 22.924, 2016)
12. o caso será registrado como **feminicídio, crime de gênero**, que passou a constar desde 2015 como circunstancia **qualificadora do crime de homicídio previsto no código penal**. (23.141, 2017)

13. é importante que se faça o **registro da ocorrência**, pois, independentemente do que ocorrer com o casal, as informações ficam registradas (O POPULAR, ed. 23.593, 2018)

As medidas protetivas de emergência são previstas na Lei Maria da Penha para a proteção da mulher, vítima de violência doméstica, como forma de prevenir, entre outros atos, o de feminicídio. No discurso jornalístico, ele está diretamente relacionado ao sentimento de proteção que deve ser garantida pelo poder de polícia à mulher que se sente ameaçada na sociedade, como destacamos no enunciado 11. Já a Lei Municipal de Goiânia nº 7.464/1995 (enunciado 8) institui a construção da Casa Abrigo Laurindo Canhete Campos, destinada ao abrigo temporário de mulheres em situação de violência, sob risco de morte ou segurança pessoal. Essa reportagem, divulgada em 2012, fala sobre o descumprimento dessa legislação, visto que à época não havia nenhuma casa abrigo no estado do Goiás, cuja primeira instituição só foi criada em 2014, a casa Abrigo Sempre Viva. No entanto, a instituição estabelecida na legislação, há 25 anos, ainda não foi construída.

As legislações de prevenção e punição à violência contra mulheres são importantes equipamentos jurídicos, que, quando visibilizadas, se tornam instrumentos de saber e poder às mulheres vítimas de violência e à sociedade em geral. Todavia, apenas a existência da legislação não reduz a prática da violência de gênero, como demonstra o enunciado 10, visto que é importante também que haja uma complementaridade de ações entre Estado e sociedade. No entanto, nos enunciados destacados, é percebido que quando aparece a Lei do Feminicídio no discurso, em sua

maioria, surge como o instrumento de punição para um crime individualizado.

Quando o discurso jornalístico se volta para a prevenção do feminicídio, o discurso jurídico aponta a denúncia como o passo mais importante na prevenção do crime, mostrando a solução para o problema a partir do viés jurídico, cuja ação de denunciar não está restrita apenas às vítimas, sendo função também das testemunhas. Todavia, é possível perceber certa crítica ao sistema jurídico, visto que, em alguns feminicídios concretizados, já havia denúncias anteriores aos agressores, como demonstra o enunciado 11, o que acarreta em uma perda de credibilidade dessa instituição enquanto protetora, resultando numa desconfiança das vítimas e da sociedade.

Assim como o discurso machista e o jurídico, algumas reportagens analisadas também remetem ao problema como uma questão sociocultural, a partir de vários interdiscursos, tanto antes como após a Lei do Feminicídio. Os sentidos remetem principalmente ao problema como um comportamento cultural, à falta de políticas públicas articuladas entre judiciário, governo e sociedade e à naturalização da violência.

14. esse é um problema **sociocultural** (O POPULAR, ed. 21.379, 2012)
15. a violência contra a mulher ocorre, porque o homem se considera dono do corpo da mulher e esse **comportamento cultural** não está restrito a uma única classe social nem relacionado ao uso de álcool ou drogas. (O POPULAR, ed. 22.394, 2015)
16. a violência não atinge as mulheres de maneira especial na região; toda a população é vítima dos **altos índices de criminalidade** (O POPULAR, ed. 22.592, 2015)

17. é um sinal de que algo melhorou: a **consciência feminina** sobre os ataques dos homens. (O POPULAR, ed. 23.437, 2018)
18. aumento de casos de feminicídios em Goiás um **fenômeno social que resulta da banalização da violência** (O POPULAR, ed. 23.593, 2018)
19. A questão da violência vai muito além do envolvimento policial. É questão de cultura. É **preciso envolvimento da comunidade** (O POPULAR, ed. 23.593, 2018)

O discurso sociocultural, antes da Lei do Feminicídio, tece críticas ao Estado que não investe adequadamente em políticas públicas e no fortalecimento dos equipamentos de assistência e proteção à mulher vítima de violência. A falta de investimento do Estado em políticas públicas articuladas que envolva tanto a sociedade, quanto as escolas, a família e a própria mídia, para instruir, informar e debater as problemáticas sociais e culturais que envolvem a violência praticada por questões de gênero, é derivada, principalmente, da compreensão de que o feminicídio é um problema de cunho policialesco e individualizado.

Após a instituição da Lei N° 13.104/15, o discurso sociocultural remete mais ao feminicídio como resultante do comportamento social e perpetuado culturalmente, ressaltando que o crime é uma prática derivada da violência doméstica, a partir de uma conduta misógina de querer dominar o corpo e a vida dessas mulheres, não estando restrita a uma única classe social nem a fatores externos, a exemplo do alcoolismo e ao tráfico de drogas, como explicita o enunciado 15.

Além disso, o discurso sociocultural, quando presente no discurso jornalístico sobre o feminicídio, expõe sentidos mais profundos sobre o assunto, apresentando o problema como

uma questão de cunho social e cultural, e não apenas jurídico. Aponta, ainda, algumas soluções, como a tomada de posição mais firme do Estado para combater o aumento dos casos, a partir do investimento em educação e do fortalecimento dos equipamentos de proteção à mulher, bem como o envolvimento de toda a população no combate à violência de gênero. O discurso jornalístico demonstra ainda que, aos poucos, o comportamento social feminino tem mudado, a partir da tomada consciência sobre o que é violência e as suas variações, aumentando a coragem de denunciar e a confiabilidade no sistema jurídico e de proteção.

A memória histórica presente no discurso jornalístico, tanto antes como após a Lei do Femicídio, refere-se a dois momentos, primeiro ao comportamento machista impregnado na sociedade e, segundo, remete às conquistas dos movimentos de mulheres ao longo da história. Vejamos:

20. Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (O POPULAR, ed. 21.817, 2013)
21. o debate sobre violência contra a mulher está cada vez mais acentuado e **tem ganhado mais voz nos últimos anos** (O POPULAR, ed. 22.628, 2015)
22. a prevalência dos homens que matam suas companheiras por ciúme e traição ou suposta traição pode ser explicada **historicamente pela cultura patriarcal** que justifica o domínio e a superioridade do homem sobre a mulher (O POPULAR, ed. 22.584, 2015)
23. o comportamento era avalizado até pelo **antigo Código Penal**, que justificava o crime passional, do homem contra a mulher, caracterizando-o como legítima defesa da honra (O POPULAR, ed. 22.584, 2015)

24. o maior número ocorre no mês de março, escolhido como mês simbólico na luta contra a violência doméstica. **Desde 1977, o 8 de março é reconhecido pela ONU como o Dia Internacional da Mulher.** (O POPULAR, ed. 23.437, 2018)

O discurso histórico comportamental é usado para contextualizar que o fenômeno do feminicídio é uma prática misógina derivada de uma cultura patriarcal, machista, que privilegia o papel do homem na sociedade, naturalizando o domínio exercido sobre a mulher. Comportamento esse tão aceito socialmente, que o próprio poder judiciário o legitimava em seus antigos Códigos Penais de 1930 e 1940. Embora a permissão ao assassinato de mulheres não estivesse descrito na letra da Lei, era comum os advogados de defesas utilizarem alguns artigos do CP para justificar o assassinato dessas mulheres como crimes cometidos em nome do amor, motivado por ciúmes, culpabilizando a vítima pelo ocorrido; ou como um crime em legítima defesa da honra, apontando o adultério como o motivo principal do assassinato, deixavam impunes os assassinos e, de certo modo, autorizava o feminicídio de mulheres (Almeida, 1998).

O segundo momento do discurso histórico refere-se a instrumentos e políticas públicas voltadas à proteção das mulheres, resultante das conquistas das muitas lutas dos movimentos sociais feministas na sociedade, que têm denunciado a banalização da violência contra a mulher e cobrado um posicionamento mais efetivo do poder público para a prevenção do crime e proteção das vítimas. O Dia Internacional da Mulher, instituído pela ONU, no mês de março, remete a esse mês de luta pelo fim da VCM, como demonstra o enunciado 24.

Em 2007, o governo federal lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, onde União, Estados e Municípios se comprometeram a planejar ações para enfrentar a violência de gênero e consolidar a Lei Maria da Penha, promulgada no ano anterior, resultante da condenação do Brasil pela OAE, pela conivência e aceitação à violação dos Direitos Humanos das Mulheres. Além do Pacto, foram criados outros mecanismos de auxílio, a exemplo do Ligue 180, que orienta as mulheres que buscam auxílio ou denunciam casos de violência.

Há ainda referências ao discurso médico em algumas reportagens analisadas que, por meio de médicos legistas, identificam a causa da morte da mulher, muitas vezes elucidando a forma cruel do assassinato e confirmando o caráter íntimo e misógino do crime.

- 25.a **necropsia**, feita no corpo da vítima, constatou que ela foi asfixiada e atingida por sete facadas (O POPULAR, ed. 21.650, 2013)
26. **desequilíbrio** emocional (O POPULAR, ed. 22.394, 2015)
27. Ela foi vítima de uma **violência insana!** (22.429, 2015)
28. **componente biológico** no comportamento [...] predisposição para a agressividade (O POPULAR, ed. 22.584, 2015)
29. tinha crise de **enxaqueca e pressão baixa** e que teria caído no vaso sanitário ao ir ao banheiro [...] **no IML**, porém, foi comprovado que a mulher teve o **fígado dilacerado**, o que levantou a suspeita do espancamento (O POPULAR, ed. 23.144, 2017)

Há, ainda, um sentido do discurso voltado para traçar o perfil do feminicida na sociedade como algo resultante de patologias neurológicas, seja por meio de uma predisposição

genética, remetendo, inclusive a teorias geneticistas da violência (Michaud, 1989) ou por problemas psiquiátricos e psicológicos, como remete os enunciados 26, 27 e 28. É um discurso que tem se perpetuado desde os anos 1930, onde psiquiatras franceses utilizaram a insanidade para justificar o comportamento de homicidas, estupradores e infanticidas para amenizar a culpa dos criminosos. Essa teoria foi muito utilizada no Brasil pelos advogados de defesa de feminicídios que apresentavam o caso como uma insanidade momentânea, visto terem sido cometidos por ‘homens de bem’ (Corrêa, 1981).

A religião também aparece no discurso jornalístico sobre o feminicídio, principalmente após a Lei, e remete tanto ao comportamento dos religiosos, quanto aos ritos da religião cristã ocidental.

30. foi surpreendida com a visita do ex-namorado no momento em que **lia a bíblia** (O POPULAR, ed. 21.650, 2012)
31. nem que eu vivesse mil anos, **perdoaria** ele (O POPULAR, ed. 22.394, 2015)
32. Peço a todos que **rezem** por ela! que opai dela a receba e encaminhe para a sua nova vida! (O POPULAR, ed. 22.429, 2015)
33. a família é **testemunha de Jeová** e era conhecida pela forma respeitosa, terna e educada com que se tratavam e também aos vizinhos, amigos e funcionários (O POPULAR, ed. 22.769, 2016)
34. está arrependido dos crimes [...] pediu **pedão** aos familiares da mulher (O POPULAR, ed. 23.127, 2017)
35. estava segurando na **mão de Deus** (O POPULAR, ed. 23.628, 2018)

Ler a bíblia, rezar e confiar em Deus fazem parte do rito religioso cristão e são evidenciados em 30, 32 e 35, a fim de demonstrar que as mulheres assassinadas, eram pessoas de bem e com família religiosa, por isso não mereciam morrer. O perdão surge tanto no sentido de receber a graça mais preciosa dos cristãos, quando se pede perdão para limpar o seu pecado (34), quanto no sentido de que o feminicida, aquele que mata a mulher cruelmente por ser mulher, não deve ou merece ser perdoado (31). Há ainda a construção referente ao comportamento dos religiosos remetendo a pessoas respeitadas, que vivem para a família, são cordiais com os demais, e se envolvem amorosamente apenas com outros cristãos, indo de encontro ao comportamento do feminicida, que viola todos esses dogmas e desrespeita o mandamento do “não matarás”, instituído pelas igrejas cristãs ocidentais.

Por fim, temos o discurso educacional que é evocado principalmente quando a educação é apontada como uma das soluções para o fim do feminicídio na sociedade goiana, conforme podemos observar a seguir:

36. Tem de investir na **educação**, um processo a longo prazo (O POPULAR, ed. 21.379, 2012)
37. Nossa **educação é sexista**. É preciso trabalhar a base (O POPULAR, ed. 23.437, 2018)
38. Vamos ter que começar a **falar de gênero nas escolas**. As pessoas tem que começar a entender que precisamos desmistificar algumas coisas nas escolas, senão termos para sempre a mulher treinada para cuidar das coisas da casa e o homem para todo o resto (O POPULAR, ed. 23.628, 2018)

Sendo o feminicídio um crime derivado de comportamentos culturais misóginos, a educação surge como uma opção de

transformação social. Romper com o sexismo binário, do ser homem e ser mulher e desconstruir os papéis de gênero instituídos socialmente são as principais alternativas de enfrentamento ao feminicídio e a violência contra a mulher praticadas por razões específicas de gênero.

### **Considerações finais**

A análise do discurso sobre o crime feminicídio é marcado por vários interdiscursos que perpassam transversalmente a construção estratégica da reportagem. Dentre os *já-ditos* mais presentes, observamos o discurso machista e jurídico, seguido pelo sociocultural, histórico, médico, educacional e religioso. O discurso machista remete a uma culpabilidade instituída social e historicamente à mulher, derivado de um comportamento arcaico e patriarcal. O discurso jurídico aborda o problema como uma construção policialesca, apresentando soluções apenas por meio da punibilidade, desconsiderando as questões socioculturais de enfrentamento dessa violência, como se apresentam nos discursos sociocultural e educacional.

O discurso sociocultural denuncia a desigualdade social de poder entre homens e mulheres, advinda da designação dos papéis de gênero, como outro fator que implica no comportamento violento do homem. O discurso médico remete ao problema como um desvio psicológico de comportamento ou uma característica genética, que deriva de uma explicação histórica de insanidade momentânea. Já o discurso histórico refere, principalmente, às conquistas das mulheres ao longo dos anos, que não devem ser esquecidas, avalizando que cada direito que as mulheres possuem atualmente são derivados de muita

luta. Por fim, o discurso educacional é apresentado como uma das soluções para acabar com o feminicídio, pois, a educação, por ser considerada um instrumento de poder simbólico na sociedade, é capaz de, por meio de sua prática, debater e romper com os papéis de gênero e, conseqüentemente, alcançar a equidade de direitos entre homens e mulheres, mesmo que essa seja uma solução à longo prazo.

Ao analisar os interdiscursos nas reportagens sobre feminicídio no jornal O Popular, observou-se que a grande presença dos discursos machista e jurídico produziu um sentido de feminicídio no âmbito da misoginia, encarado, principalmente, pelo viés policialesco. Todavia, antes da Lei, esses discursos serviam para cristalizar esse entendimento e, após a Lei, passaram a questionar e a denunciar a misoginia presente nos crimes e cobrar mais estrutura e efetivação dos equipamentos de proteção à mulher. Quando o discurso sociocultural e educacional estão presentes no texto, o caráter policialesco se dilui da construção discursiva e amplia-se o olhar para o caráter cultural e histórico do crime, também apontando novas soluções para o crime.

## Referências

- ALMEIDA, Suely S. **Femicídio**: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra o assassinato de mulheres no Brasil: 1910-1940. In: **Revista Brasileira de História**, v. 9, n.18, pp.181-197, ago/set 1989. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3855](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3855).
- BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015.
- CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

IPEA. **Atlas Da Violência 2020**. Rio de Janeiro: IPEA 2020.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

OLIVEIRA, Beatriz; LOIOLA, Natália M.; BORGES, Maryana S.; LIMA, Angelita P. O Predomínio da Culpabilização da Mulher nas Notícias Sobre Feminicídio. *In: Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Campo Grande – MS, 2018*. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0151-1.pdf>.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.

POSSENTI, Sírio. Observações sobre Interdiscurso. *Anais do 5º Encontro do Celsul, Curitiba-PR, 2003*, p. 140-148. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/padrao\\_cms/documentos/nucleos/nad/POSSENTI%20-%20Observa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Interdiscurso.pdf](http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/POSSENTI%20-%20Observa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Interdiscurso.pdf). Acesso em 3 fev 2018.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the “Political Economy” of Sex. *In: REITER, Rayna (ed.) Toward an Anthropology of Women*. New York, Monthly Review Press, 1975. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/RUBT-TI>.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Vozes, 2002.

## CAPÍTULO 20

# **VIOLÊNCIA E HONRA: A COLÔMBIA DE GABRIEL GARCÍA MÁRQUEZ NO JORNALISMO E NA LITERATURA POR MEIO DE DISPOSITIVOS E CATEGORIAS DA AD<sup>1</sup>**

Rogério Pereira Borges<sup>2</sup>

Guilherme Araújo dos Santos<sup>3</sup>

### **Introdução**

Quando nos deparamos com uma obra complexa, extensa, que transita por diferentes gêneros, a primeira reação pode ser de espanto ou hesitação. Ao se tentar compreender essa mesma

---

1 Uma versão reduzida deste artigo foi apresentada no XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste (Intercom Centro-Oeste), realizado em Goiânia entre os dias 22 e 24 de maio de 2019 e publicada posteriormente nos anais do evento, sob o título *Violência e Honra em Crônica de Uma Morte Anunciada: Literatura e Jornalismo na expressão da Colômbia de Gabriel García Márquez*.

2 Professor adjunto da Escola de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (ECOM – PUC Goiás). Mestre em Estudos Literários e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB).

3 Jornalista formado pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

produção por um viés que não seja o do leitor ingênuo, mas sim por meio de uma análise mais detida, aquele certo temor se transforma em um desafio, que nem todos teriam disposição de enfrentar. Isso acontece com os livros do escritor colombiano Gabriel García Márquez, tanto os que demonstram seu imenso valor de ficcionista (um dos mais celebrados de sua geração em todo o mundo), quanto os que trazem sua colaboração ao jornalismo (modelos que inspiram colegas de profissão e que se destacam por ousadias em textos informativos). Uma dupla atuação que nos dá a oportunidade de, por meio da análise de discurso de seus trabalhos, aprofundarmos sua compreensão ao salientarmos dispositivos e categorias específicos para essa tarefa – definidos a partir de formações discursivas que os textos apresentam e seus diálogos com outros planos, algo que já conceituamos e que agora aplicaremos.

Neste momento, a análise será focada em uma obra que oferece um bom exemplo para nossos objetivos, a novela *Crônica de Uma Morte Anunciada* (2014a), uma ficção que se lastreia, em alguma medida, em fatos reais, trabalhando também um trânsito entre gêneros discursivos diferentes, o que nos permite discutir esses movimentos que tão bem ilustram o que temos debatido até aqui. São discussões acerca dos gêneros discursivos que se misturam e promovem o surgimento de obras híbridas, num processo interdiscursivo. Isso nos leva ao Jornalismo Literário e a uma ficção que acionam dois dispositivos fundamentais advindos de áreas de conhecimento diferentes sobre os quais já nos detivemos anteriormente, que são a História e a Memória. Ao mesmo tempo, abre espaço para que possamos discorrer sobre categorias de análise como chaves de interpretação de seus textos, entre os quais estão a honra e a violência na representação e/ou

ilustração de um espaço tradicionalmente cheio de rupturas e convulsões, no caso, a sua Colômbia natal.

Todos esses elementos, numa conjunção, possibilitam a retomada de ideias propostas por autores como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault, Dominique Maingueneau e Eni Orlandi, entre outros, que nos levam para questões referentes ao campo da Análise do Discurso, como teoria e método. Esses fatores colocam em perspectiva alguns conceitos centrais, como o de formação discursiva (Foucault, 2007) e os de polifonia, dialogismo e polissemia (Bakhtin, 2002), expressando, no trabalho analítico aqui realizado questões que foram abordadas no campo teórico, no diálogo que apresentamos entre esses dois autores centrais. Além disso, é a chance de aludirmos pontos igualmente relevantes, como os conceitos de interdiscurso, de *ethos* (referente à identidade e às origens do autor), de gêneros discursivos, de cenas enunciativas, dentre outros. Portanto, contextualizando e enfatizando esses laços e interações que possibilitam uma reflexão interessante e pedagógica sobre como podemos utilizar conceitos, dispositivos e categorias de que viemos falando no decorrer deste livro, tomamos parte da obra riquíssima de García Márquez como objeto de investigação a partir de agora, sempre tendo no horizonte os desafios e as surpresas que a Análise do Discurso sabe oferecer em seu percurso.

### **1. Gabriel García Márquez: *ethos* e gêneros discursivos**

Ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1982 pelo conjunto de sua obra, Gabriel García Márquez proferiu aquele que ainda hoje é um dos discursos mais memoráveis de todas as cerimônias de aceitação. Na ocasião, o autor discorreu sobre a

América Latina, sintetizando sua identidade e interpretando uma realidade pouco conhecida, impactada pelas mazelas do abandono. Autor de trabalhos que transcenderam as fronteiras da pequena Aracataca, cidade situada no Caribe colombiano onde nasceu, Gabo (apelido pelo qual também é conhecido, sobretudo entre seus leitores) mostraria ao longo dos anos ser capaz de abraçar, mais do que qualquer outro lugar do mundo, sua Colômbia natal, a partir das constantes representações que elaborou.

Quando pensamos em discursos, essas palavras costumam aparecer com certa frequência: identidade e representação. Não se trata aqui do estabelecimento específico de um *ethos* que possa defini-lo como algo fixo, como um contorno rígido e imutável, como se o conceito de identidade, no interior do discurso, pudesse ser apreendido de forma tão automática. Na verdade, quando falamos de um discurso, sobretudo o literário, no intenso jogo das formações discursivas na concepção que é dada por Michel Foucault (2007) e nos estatutos discursivos possíveis dessas construções de sentidos, como nos lembra Michel Pêcheux (2002), há uma série de condições que intervêm na análise. Como pondera Roland Barthes: “que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz, numa faina incessante, a literatura.” (2007, p. 22).

Oportunidade para comentarmos nesse contexto, mesmo que brevemente, o que entendemos por *ethos* neste trabalho. Como bem pondera Maingueneau (2008), “o *ethos* não age no primeiro plano, mas de forma lateral. Ele implica uma experiência sensível do discurso, mobiliza a afetividade do destinatário” (p. 57). Esta é uma observação importante, uma vez que García Márquez conta, em seus livros, com essa resposta do público num sentido de

compartilhamento comum a partir de espaços mais singulares em direção a temas universais. Ele também incorre em outro ponto destacado por Maingueneau: “a eficácia do *ethos* tem a ver com o fato de que ele não envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explicitado no enunciado” (2008, p. 59, grifo do autor). É, portanto, indispensável que haja um reconhecimento de autor e destinatário para que o *ethos*, envolvido nessa comunicação, possa expressar algum sentido. Em outra reflexão, Maingueneau conclui que “as obras emergem em percursos biográficos singulares, porém esses percursos definem e pressupõem um estado determinado do campo” e que “o importante é a *maneira particular como o escritor se relaciona com as condições de exercício da literatura de sua época*” (2001, p. 45, grifos do autor).

Trazemos tais considerações para situar essa questão do *ethos* com a figura do autor, que não são sinônimos, mas podem desempenhar, no âmbito da Análise do Discurso, funções complementares. No caso de García Márquez, essas dimensões são encarnadas pelo escritor, que traz seu *ethos* para o interior do discurso que produz – em que vigoram os estatutos da memória, da História, das vivências a partir das quais ele emite sua escrita –, sem, contudo, deixar de ocupar o lugar da “posição/sujeito” como autor, que remete a conceitos mais complexos sobre aquele que enuncia e tem a pretensão de comunicar algo. Não cabe aqui nos determos nos meandros teóricos de todos esses conceitos, mas gostaríamos de enfatizar que a presença do escritor colombiano é muito forte em todos esses livros, ainda que ele não surja explicitamente em quase nenhum deles (as exceções ficam com pequenas passagens de livros-reportagem, como *Notícia de un Secuestro* (2014c). Essa condição permite que incluamos na formação discursiva de seus livros a identidade muito peculiar

de Gabo, autorizando-nos a abrigar na análise dispositivos que se relacionam com a autoria de maneira mais ampla. “O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência” (Orlandi, 2002, p. 75).

É sobre literatura, sobre História, sobre memória, sobre discursos que se mesclam e fornecem outros tipos de enunciados que se trata a obra versátil de García Márquez. É por esse prisma que devemos enxergar também a ideia de representação aqui colocada. Uma representação que envolve a História e a Memória, como já discutimos neste livro anteriormente. Pêcheux lembra: “Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não logicamente-estável não seja considerado a priori como um defeito, um simples furo no real” (2002, p. 43). E isso passa pela linguagem, em que o “anel nunca é o mesmo, mas ‘uma outra volta da espiral’” (Barthes, 2007, p. 53). “Uma outra volta” que García Márquez, no nível discursivo, consegue fazer, usando para isso elementos da criação literária, da apuração jornalística, do resgate dos registros do passado e do apoio de suas próprias lembranças.

Não vamos nos aprofundar ou mesmo nos deter em uma análise no nível da linguística, buscando uma sintaxe específica que possa nos conduzir pelos labirintos do escritor colombiano. O que nos interessa é perceber o quanto as discussões que fizemos sobre os estatutos discursivos de produções ancoradas na realidade, como o Jornalismo e a História, a partir de dispositivos relevantes, como a Memória, encontram-se mesclados e até sincronizados na obra literária de um autor que tem como um de seus principais métodos de criação exatamente esse embaralhamento. Não estamos lidando, portanto, com um autor que está totalmente no

campo da ficção para criar suas obras literárias ou totalmente no campo das regras formais dos discursos da verdade para encontrar seus modelos de Jornalismo. Ele é bem menos previsível nesse sentido, um modo de criação que nos coloca diante do conceito fundamental da formação discursiva:

Se o discurso é uma materialidade histórica sempre já dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como ‘produtores livres’ de seus discursos cotidianos, literários, ideológicos, políticos, científicos etc... a questão primordial cessa de ser a da subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade: em suma, passamos assim de Greimas e Foucault, e à noção de formação discursiva que ele inicialmente introduziu (*A Arqueologia do Saber*, 1969) (Pêcheux, 2014, p. 156)

Gabriel García Márquez apresenta essa interdiscursividade, ultrapassando, de fato, a subjetividade autoral para criar um discurso material, em que se consegue perceber seus elementos constituintes e no qual a noção da existência de tantas variantes é essencial para a compreensão do que está escrito, de suas mensagens, exatamente de suas identidades e representações. Em sua vasta produção, construída ao longo de mais de cinquenta anos de atividade, a literatura foi incontestavelmente detentora de um papel fundamental no que diz respeito a seu reconhecimento internacional. Todavia, foi por meio do jornalismo, sua grande paixão e ofício, que o autor se basearia para dar início à sua formação como escritor. Tendo a profissão como uma espécie de laboratório criativo, García Márquez fez com que suas atividades como repórter servissem não somente para compor uma ampla

produção jornalística, mas também como oportunidade prática para a elaboração de livros de fôlego, que fogem aos parâmetros tradicionais e que se delimitam a partir da seara do Jornalismo Literário. Dois clássicos exemplos são os livros-reportagem *Relato de un naufrago* (2014d) e *Noticia de un secuestro* (2014c).

No que concerne a suas obras literárias, não é diferente. Permeadas por um hibridismo crescente entre ambas as esferas, os trabalhos de Gabo são um reflexo de como o autor utilizaria em incontáveis momentos de sua vida o jornalismo como oficina para a elaboração de romances e novelas – situações bastante nítidas em publicações como *El coronel no tiene quien le escriba* (2012), e *Del amor y otros demonios* (2013b) e *El otoño del patriarca* (2008). Isto também ocorre em produções mais emblemáticas como *Cien años de soledad* (2013a), *El amor en los tiempos del cólera* (1997) e *Crônica de uma morte anunciada* (2014a). Em um conjunto de obras tão amplo encontram-se pontos que situam o autor como porta-voz de determinada temática, espaço ou situação referentes à Colômbia, novamente havendo o encontro de seu *ethos*, de sua visão histórica, de suas memórias com as representações que produz, também, a partir deles. Um amálgama que se faz também no trânsito entre gêneros e estatutos discursivos.

Antes de prosseguirmos, vale tratar desse debate sobre os gêneros discursivos e suas interações. Adiante, vamos olhar mais de perto o conceito de interdiscurso, mas aqui é necessário salientar que, em obras como as de Gabriel García Márquez, os discursos, não raramente, se misturam, confundindo um pouco aqueles que estabelecem fronteiras muito rígidas entre eles. Nesse caso, é interessante saber o que escreve Dominique Maingueneau sobre o tema. “O texto pode ser objeto de modos de difusão muito variados e não se poderia colocar uma exterioridade entre esse

aspecto e seu próprio conteúdo. A própria rede institucional desenha uma rede de difusão, as características de um público, indissociáveis do estatuto semântico que o discurso se atribui” (2007, p. 141). Como podemos perceber, há uma autoatribuição do discurso, permitindo que o autor, ao construí-lo, possa transitar por vários campos, desde que seja seu desejo e seu propósito, desde que isso fique claro para quem recebe o que ele enuncia. García Márquez é mestre em fazer isso em seus trabalhos. “Essa reorientação de conjunto nos leva a remodelar a noção do discurso” (Maingueneau, 2007, p. 143).

Quando falamos sobre gêneros discursivos, lembramos das contribuições que Mikhail Bakhtin nos fornece em seus estudos sobre o assunto. O teórico russo estabelece a importância de se levar em conta as classificações dos gêneros discursivos, até para que vigorem referências claras a respeito, mas é um oponente contumaz de que esse tipo de organização seja uma camisa-de-força para a “criação verbal”. “A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica em determinado campo” (Bakhtin, 2006, p. 262). Dessa forma, os discursos são maleáveis, mesmo que observemos os fundamentos de classificações que nos dão nortes para o debate, inclusive para identificar as trocas discursivas que possamos constatar. Isso se dá na obra de García Márquez, como poderemos ver em seguida.

Uma dessas possibilidades é justamente a forma pela qual o autor se comporta diante de sua matéria-prima criativa e jornalística. Salientamos uma entre tantas maneiras pelas quais o país de Gabo se apresenta como protagonista de narrativas

em meio ao trânsito entre ficção e realidade, por exemplo. Para isso, são utilizados teorias e conceitos de alguns autores que se dedicaram a descrever e entender as dinâmicas dos textos e os sentidos que deles são gerados, como Barthes (2007), Todorov (1981) e Motta (2010). Como já foi apontado anteriormente, esses processos se mesclam com dispositivos, no caso do autor, da História e da memória, e também com a arqueologia discursiva que é acionada em razão de suas obras buscarem fatos históricos da Colômbia para compor seus enredos. Isso nos leva às formações discursivas plurais que são muito importantes para podermos compreender contextos, cenários, tempos em que as ações transcorrem. Ademais, também nos dirigimos a um estudo dos recursos utilizados por García Márquez que, entre simbologias, metáforas e alegorias - outros dispositivos discursivos, teóricos e de análise - criam uma teia narrativa instigante em livros como *Crônica de uma morte anunciada* (2014a). Isso confere novas e interessantes noções sobre a realidade de que se fala no campo da ficção, auxiliando-o na apreensão de uma mentalidade que, no caso da Colômbia, está notadamente relacionada a eventos marcados pela violência, pela honra como justificativa de atos brutais, amplamente conhecidos e diariamente estampados nos jornais. Em incontáveis vezes, esses episódios estão ligados a questões que só podem ser explicadas quando defrontadas com os dispositivos e categorias aqui debatidos.

## **2. Colômbia: a protagonista**

Onde ou sobre que lugar o discurso em análise é composto? Essa pergunta pode ser central quando analisamos os sentidos que ele promove ou sobre os quais se conduz. No caso específico

de Gabriel García Márquez, esse elemento geográfico – termo tomado tanto cartograficamente, quanto na sua concepção humana – é fundamental para o entendimento de seus enredos e das muitas peças que constroem sua formação discursiva. Portanto, na perspectiva aqui escolhida para a análise, o próprio país e sua história sangrenta são dispositivos importantes, que devem ser levados em conta para que esse espaço consiga projetar suas influências no texto literário ou jornalístico que esteja sob escrutínio. É um *locus* que nos remete a outros dispositivos teóricos que surgem com certa frequência em análises desta natureza. É uma cenografia que se apresenta, cenário que, por sua vez, só pode ser devidamente “montado” quando levamos nosso olhar para a arqueologia que o leva até aquele ponto. Não haveria os enredos se a Colômbia, como ambiente e quase personagem, não estivesse presente temperando esse discurso, fazendo com que os atos se desenvolvam e resgatando as memórias do autor, vivências em várias fases de sua jornada no país natal.

A cenografia do discurso, sobretudo quando estabelecemos os vínculos com sua arqueologia, mostra-se uma chave de interpretação imprescindível. Esta é uma especificidade da obra de García Márquez, valendo, portanto, para sua avaliação em particular e não se constituindo numa regra geral para todo e qualquer discurso. Por isso dizemos que a Análise do Discurso tem seu caráter hermenêutico, ou seja, que se baseia na interpretação para que possa ser realizada. É o que Foucault alerta sobre o que chama de “acontecimentos discursivos”, que, mesmo observando regularidades e disciplinas, devem ser encarados diante de dispositivos e categorias específicos, que são acionados de acordo com os processos formativos de cada discurso em questão, a partir de suas demandas e possibilidades.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: eles constituem, entretanto, um conjunto finito. (Foucault, 2007, p. 30).

Só a partir da compreensão correta da cenografia em que esse discurso é apresentado e tendo em vista as formações discursivas a que recorre que podemos trazer outros dispositivos de análise da obra de García Márquez – a jornalística e a literária –, elaborando tendo todos esses elementos participantes. A violência e a honra são duas categorias de análise ligadas a esses dispositivos. De acordo com Maingueneau, as cenografias, para se constituírem, buscam recursos em cenas de enunciação já validadas, sobretudo no âmbito das obras literárias. “A cenografia é igualmente a articulação entre a obra considerada um objeto autônomo e as condições de seu surgimento” (2006, p. 265). Em outro estudo, Maingueneau reforça: “a cenografia constitui de fato uma articulação insubstituível entre a obra considerada como um objeto estético autônomo, por um lado, e a condição do escritor, os lugares, os momentos da escrita, por outro” (2001, p. 133-134).

Neste ponto, podemos trazer novamente a aplicação da classificação que Maingueneau, em uma terceira obra, estabelece para as cenas de enunciação, que tanta importância tem nos livros de García Márquez. Ele diferencia entre “cenas englobantes” e “cenas genéricas”. O autor alega que a “cena englobante” é mais abrangente e “define o estatuto dos parceiros e certo quadro espaciotemporal” (Maingueneau, 2008, p. 115-116), que permite

apreendê-lo de uma maneira mais correta no sentido de saber quem o fez, com que propósito e dirigido a quem. Já as “cenas genéricas” remetem tanto a gêneros discursivos quanto a serem orientações gerais a respeito dos discursos, funcionando, às vezes, mais como uma classificação instrumental do que como designação definitiva. “Estas duas ‘cenas’, englobante e genérica, definem em conjunto o espaço estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero do discurso” (Maingueneau, 2008, p. 116).

Nesse sentido, as cenas enunciativas, os contextos históricos, as reminiscências, os estatutos discursivos, os dispositivos e categorias específicos, as arqueologias, as formações do discurso, enfim, entrelaçam-se num mesmo e em diferentes planos simultaneamente, apresentando um discurso que, até pelo elevado número de variantes que o integra e pela originalidade com que é produzido, mostra-se bastante peculiar. Tal especificidade só pode ser adentrada, escrutinada, analisada se pudermos ter em perspectiva as ações que foram empregadas para sua constituição. No nosso caso, a Colômbia é um dos segredos desse cofre, um dos cartões de entrada para o universo da escrita de Gabriel García Márquez, interpondo os desafios que um país, com seus eventos do passado e o imaginário constituído a partir deles, pode oferecer. Sem que haja a admissão dessa complexidade, não é possível encontrar a cartografia analítica adequada para sua interpretação, para a associação entre diferentes modos de ver o mundo e de enunciá-los, seja em um volume de ficção, seja em um livro-reportagem.

A problemática da violência, historicamente é um dos maiores impasses das nações latino-americanas. Seja pela atuação do Estado como força bélica preponderante sobre estas

sociedades durante o processo de colonização, seja pela herança ibérica de uma cultura dominante e patriarcal proveniente do Velho Mundo, ou ainda, pelo caráter clientelista desse processo, responsável por anular quaisquer possibilidades de emancipação imediata, a violência, em diferentes níveis, é elemento cultural constitutivo dessas nações. Elemento que deve ser levado em conta quando pensamos na formação dos discursos realizados sobre esses espaços, principalmente em torno dos dispositivos e categorias que dialogam com múltiplas formas de se compreender e interpretar textos que tratem da história nacional desses países, com seus traumas e acontecimentos marcantes. Esses aspectos estão refletidos no comportamento do povo latino-americano e, por conseguinte, como ingrediente de boa parte da literatura que aqui se faz.

Detentora de uma História - dispositivo que se mistura, no caso de Gabo, com vivências e memórias, constituindo novas formações discursivas - marcada por episódios de barbárie que, pela frequência, passam a impressão de que se vive uma espécie de grande e ininterrupta guerra civil - ora adormecida, ora desperta -, a Colômbia experimenta desde seus primórdios a plenitude do exercício da violência a partir da dizimação, periódica e impiedosa, de sua população indígena pelos espanhóis ainda no século XVI. Caracterizadas por autores como Las Casas (1996) como as mais desalmadas ações do processo de colonização europeu, essas situações seriam a porta de entrada para uma cultura de violência que viria, ano após ano, sendo fomentada de maneiras distintas. É importante destacar que, para além dos dispositivos teóricos já mencionados, voltamos a nos deparar com essa categoria de análise importante na condução da interpretação sobre os livros de García Márquez, já que a violência e a honra,

como foi pontuado no início deste texto, são relevantes para esse esforço de entendimento da obra do escritor colombiano. Sobre estes mesmos massacres e as incursões violentas responsáveis pelo processo de formação da Colômbia, Las Casas (1996) assim discorre:

Os espanhóis devastaram quase tudo no espaço de duas horas, passando a fio de espada crianças, mulheres e velhos e todos quantos não puderam fugir. [...] E aos outros todos mataram-nos a golpe de lanças e a fio de espada. Também os atiravam a cães furiosos que os dilaceravam e os devoravam (Las Casas, 1996, p. 61).

Centenas de anos mais tarde, mais precisamente na virada do século XIX para o XX, a fragmentação da esfera pública entre as correntes políticas dos Liberais e dos Conservadores provocaria uma polarização de discursos ideológicos que ainda hoje ecoa de maneira negativa nas estruturas nacionais colombianas, originando eventos como os incontáveis conflitos que deixaram saldos altíssimos de mortos, ou ainda, o mais extenso de todos eles, a Guerra dos Mil Dias, ocorrida entre os anos de 1899 e 1902. Cabe aqui uma observação sobre o que significa a palavra ideologia. É sempre bom lembrar que falar de ideologia é também falar de sujeito, seu lugar diante de situações e contextos, de ideias e seus desenvolvimentos. “O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. (...) Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico.” (Orlandi, 2007, p. 45-46). É interessante pensar sobre como se dá essa interação na própria construção discursiva, sobretudo quando temos em vista um cenário com

tantos eventos e personagens quanto os livros de García Márquez e os avanços formais que empreende. Isso se faz na produção dos sentidos de discursos tais como os que Gabo propõe, emprestando significados em seus textos para além daqueles que são aparentes. Um processo de elaboração e reelaboração no qual é impossível amputar ideologias.

O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se as condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. Desse modo o sujeito se constitui e o mundo se significa. Pela ideologia. (Orlandi, 2007, p. 95-96).

História e ideologia, como podemos perceber, estão intrincados, em estreitas relações, que não só motivam fatos do passado que reverberam no presente da obra de García Márquez, mas bem como nas chaves de compreensão desse discurso que ora pende para uma ficção histórica, ora para o Jornalismo Literário. Exatamente pelo discurso que constrói ter essas características; por nutrir-se dessas vizinhanças nem sempre pacíficas; por se colocar como uma produção que se abastece não só na confluência dos gêneros, mas em dispositivos e categorias que percorrem as linhas tortuosas de tudo que se possa dizer ou contar sobre uma nação tão cheia de rupturas; por se apoiar em categorias analíticas que trazem à tona sentimentos arraigados –

honra, vergonha, ira – em situações de violência; por apostar na reconstrução de um passado que se estabelece entre a morte e a esperança; por tantos e tantos motivos, enfim, os livros de García Márquez instigam e colocam em ação numerosas questões que abrem espaço a múltiplas interpretações. Tudo isso é realizado a partir de memórias, manifestadas no plano do discurso por obras de ficção e jornalísticas. A Colômbia e seus estatutos peculiares está inteira nesses livros e sem ela não é possível adentrar nessa floresta simbólica que é a produção de Gabo, frutífera e traiçoeira, poética em alguns momentos e terrivelmente crua em outros.

Outros eventos sangrentos, como o chamado *Bogotazo*, uma série de protestos e desordens organizados em represália ao assassinato, em plena luz do dia, do líder popular Jorge Eliécer Gaitán, quase cinquenta anos mais tarde, reforçariam esta ideia ao resgatar dias de terror em uma das mais fortes ondas de violência que toda a América Latina já viu. Por fim, nos anos 1970, seria a vez do surgimento de grupos de guerrilha de esquerda. Em geral contrários a uma série de articulações paramilitares de direita, assim como de forças militares e policiais, tais organizações travaram batalhas que seguem até os dias atuais, antecessoras de um dos capítulos mais dolorosos da história do país. Não suficiente, tornaram-se estopim do surgimento de forte produção e tráfico de cocaína e heroína, que tão logo reconfigurariam o espectro sócio-político colombiano.

Diante de um quadro tão excruciante, as obras de García Márquez surgem com o intuito para além de narrar histórias propriamente ditas, mas de relacionar alguns desses episódios às representações da Colômbia em suas mais variadas vertentes. Como fruto disso está uma inspiração incontáveis vezes proveniente de vivências próprias. Esse é um recurso muito empregado por

García Márquez para compor seus enredos, o que nos leva, como já debatemos anteriormente, ao dispositivo da memória, a partir do qual podemos ter uma série de desdobramentos para a obra do escritor. A memória é um dispositivo poderoso, sobretudo quando pensamos em produções que pendem para um caráter mais autobiográfico, mas não só nesses casos. Quando pensamos nos livros de Gabo, encontramos duas das principais formas em que a memória adentra em produções, sejam ficcionais ou jornalísticas.

Em *Relato de um Naufrago* (2014d), por exemplo, García Márquez estabelece um paralelismo entre os fatos que cercam a apuração de um naufrágio e as tentativas de encontrar os tripulantes da embarcação afundada e o relato, a partir de sua memória pessoal, do sobrevivente ao incidente e que vai nortear a narrativa. Portanto, é na memória do outro que o autor se fia. Por outro lado, suas próprias lembranças entram em cena na composição de vários de seus livros, como *Del amor y otros demonios* (2013b) (em que também há aspectos jornalísticos envolvidos), e, sobretudo, no imaginário que rodeia sua cidade natal e o que ele lhe fornece. A principal prova disso é o best-seller *Cien años de soledad* (2013a). Outro exemplo nesse sentido é seu interesse em resgatar acontecimentos de uma das guerras civis da Colômbia, em sua maioria narrados oralmente pelo próprio avô do escritor, o coronel Nicolás Márquez.

Esta é uma forma de resgatar esse passado a partir, diretamente, de quem viveu os acontecimentos, retrabalhados por meio de seus discursos, filtrados por esquecimentos naturais após longo tempo transcorrido desde os eventos. Ecléa Bosi (2016) trata desse tipo de abordagem, em que os ouvidos ficam abertos às reminiscências das fontes que fornecem as informações. No que a autora chama de “lembrança dos velhos”, há uma interação

entre o lembrado e a realidade, necessitando haver uma sinergia crítica entre o que pode ser verdadeiro e o que está no campo da imaginação, mas não no da mentira ou do engodo. São os processos naturais de um discurso oral, tão conhecidos em pesquisas de campo na Sociologia e na Antropologia, entre outras disciplinas. Quando falamos em formação discursiva, essas questões, que incluem a natureza dos relatos, as dinâmicas pelas quais foram obtidos, a importância que podem ter na construção do discurso como um todo e sua relação com o passado por meio da memória, estão inseridas na análise. Nos livros de Gabo, todas essas condições são fundamentais em qualquer esforço de compreensão do discurso que emite. O dispositivo da memória, portanto, é protagonista.

Combatente liberal na Guerra dos Mil Dias, o avô de García Márquez foi um dos mais fervorosos militares participantes do conflito, bastante conhecido entre os soldados por seus atos de bravura. Além disso, Nicolás Márquez seria apontado como um dos grandes agentes inspiradores no processo criativo do coronel Aureliano Buendía, personagem emblemático de autoria de seu neto e descendente da família Buendía-Iguarán, protagonista de sua obra maior, *Cien años de soledad* (2013a). Nas primeiras páginas da obra é possível perceber a interferência das memórias de García Márquez construídas ao lado do avô, especialmente ao apresentar a descrição de uma cena envolvendo Aureliano Buendía e seu filho, em clara analogia à infância de seu próprio criador, responsável por essa utilização de aspectos subjetivos. Como percebemos, as memórias e a subjetividade que estão inseridas no discurso são essenciais em sua interpretação. A memória, no entanto, não é um dispositivo de aplicação automática ou que possa ser encarada como uma equação exata.

Ela só faz sentido quando temos condições de, por meio da arqueologia do discurso, perceber em quais lastros essas lembranças do passado se ancoram, com quais situações ela dialoga, qual é a identidade de quem oferece seus relatos de um tempo que passou. Não se trata aqui apenas de confiabilidade da fonte – isso fica mais relativizado em razão de esquecimentos e lacunas –, mas sim como as memórias eclodem e transparecem um discurso que se constituem com diferentes aspectos e em cenários muito específicos. Essa memória está em pleno diálogo com a História da Colômbia, com as vivências deste ancião e seu envolvimento nessa mesma História, com os propósitos com os quais trabalha o autor (algo que difere completamente entre um produto jornalístico e uma obra literária). São complexos caminhos e descaminhos que fazem a memória agir de diferentes maneiras, construindo uma formação exclusiva (ainda que possamos encontrar regularidades com outras com as quais se aproxima). Vejamos, por exemplo, um trecho em que podemos identificar esse processo memorialístico em ação na obra de Gabo e como ela é interessante em nossa interpretação.

Muitos anos depois, diante do pelotão de fuzilamento, o coronel Aureliano Buendía havia de recordar aquela tarde remota em que seu pai o levou para conhecer o gelo. Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes, como um ovo pré-histórico (Márquez, 2013, p. 9).

Sobre o contato de Márquez com essa violência que, literariamente, foi-lhe inspiradora, cabe citar sua estadia na

capital, Bogotá, como estudante, circunstância que lhe permitiu ainda jovem, na década de 1940, presenciar as ruas sendo destruídas pelos bombardeios do *Bogotazo*. Seu intrínseco envolvimento com a cobertura jornalística, que exerce do mesmo modo um caráter de documentação histórica – eis, mais uma vez, os dispositivos da Memória e da História em ação, a partir da arqueologia da formação discursiva nos livros de Gabo – também originaria romances como *Del amor y otros demonios* (2013b), publicado nos anos 1990. Fruto de uma reportagem produzida décadas antes, em seus inícios no jornal *El Universal*, a história surgiu a partir de uma cobertura da retirada de criptas funerárias do Convento de Santa Clara, na cidade de Cartagena de Índias. Na ocasião, o autor se deparou com uma ossada que trazia cabelos de mais de vinte e dois metros de comprimento. A história, verídica, foi relacionada à figura de uma jovem marquesa venerada por habitantes do Caribe, morta após algumas sessões de exorcismo – um relato que Gabo ouvira da própria avó, Tranquilina, desde sua infância.

Quando falamos em história verídica no meio de uma obra de ficção, sempre nos é colocado um desafio no nível do discurso, que remonta aos nossos debates anteriores sobre gêneros e regimes discursivos. É preciso constatar um atravessamento de discursos que têm características diferentes, ainda que guardem proximidades, como são os casos da literatura e do jornalismo. É imprescindível admitir essa mistura, sem prejuízos para as finalidades que o autor colombiano deseja emprestar ao seu discurso. Ao contrário, essas mesclas reforçam seus objetivos, aumentam a potência do discurso no que ele pretende apresentar. É nessa premissa que se sustentam discursos que se formam no hibridismo dessas fronteiras, como são os casos do romance

histórico e do Jornalismo Literário. Nessas obras, há elementos não dúbios, mas versáteis.

Ao analisar essa conjuntura, torna-se claro que uma das razões que nos levam a nos debruçar sobre a obra do autor é justamente o fato de que tais fronteiras discursivas sinalizam particularidades de seu trabalho, responsável por promover narrativas em que seu país de origem e seus personagens assumem, a fim de serem representados, um caráter alegórico. Nesse esforço, temos mais alguns ingredientes de uma receita que não vem pronta, mas é experimentada enquanto se faz sua própria execução. E aqui nos deparamos novamente com o que já expusemos anteriormente, sobre o lugar que cabe a certas figuras de linguagem na construção de uma representação que pode vir a ser informativa e expor mais elementos de um cenário que se queira descrever. Essas representações alegóricas – Mikhail Bakhtin (2008) encontra nelas os fundamentos para a interpretação da obra de François Rabelais – ou metafóricas – Paul Ricoeur (2005) enfatiza o papel crucial que tais procedimentos criativos podem ter na elaboração de um texto e os significados ricos que trazem para uma obra – estão presentes, em profusão, nos textos de García Márquez e não é aconselhável desprezá-las.

Essas colaborações criativas integram a essência de discursos, tais como aqueles em que García Márquez tanto gosta de investir, em que as fronteiras podem estar mais nubladas, menos nítidas. É uma chave interpretativa essencial na análise de seus dispositivos e até mesmo nos propósitos que se coloca. Talvez não pudesse mesmo ser diferente, uma vez que durante a maior parte de sua vida, Gabo não serviu a apenas um desses dois senhores, mas manteve uma intensa paixão simultânea com o jornalismo e a literatura. Isso deixa as interações mais orgânicas,

as ousadias mais naturais, os projetos mais ambiciosos. Isso acontece também com *Crônica de uma morte anunciada* (2014a), em que os discursos da realidade e da imaginação, novamente, se prestam a um casamento que irá representar, no nível estético, questões fundamentais de uma Colômbia regida pela honra e pela violência, geralmente aludidas em uma turbulenta comunhão. Talvez por isso García Márquez seja mundialmente reconhecido como um dos mais habilidosos autores a promover esse encontro no gênero híbrido do Jornalismo Literário.

### **3. Jornalismo Literário e romance histórico: discursos compartilhados**

Aqui estamos trabalhando com o conceito de Jornalismo Literário que já debatemos anteriormente, ou seja, que não se resume a contorcionismos retóricos ou meras adjetivações, mas a uma comunhão discursiva mais profunda, em que podemos constatar uma interdiscursividade efetiva. Interdiscursividade entendida nos termos propostos por Pêcheux, em diálogo com “meta-forizações” e com formações discursivas, dentro da elaboração proposta por Foucault (2007).

Nessa perspectiva, o interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: *é porque* os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a *uma outra* formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (Pêcheux, 2014, p. 158, grifos do autor).

Interações que não se dão apenas no nível textual, mas também na esfera simbólica, nas intenções, na condução de uma construção discursiva que se dá nas fronteiras, buscando interações com os campos envolvidos, sem perder o norte de sua bússola, sem perder a originalidade de um discurso autônomo e composto. Na obra de Gabriel García Márquez, destaca-se, nesse sentido, *Crônica de uma morte anunciada* (2014a). Publicada originalmente em 1981, um ano antes do anúncio do triunfo do colombiano na Academia Sueca com a conquista do Prêmio Nobel, a obra se converteu, ao longo dos anos, em um clássico contemporâneo da literatura latino-americana.

Tendo como enredo o assassinato de Santiago Nasar, homem acusado de “desencaminhar” Ângela Vicário, jovem prometida em casamento ao magnata Bayardo Sán Román, a narrativa aponta para um trabalho de apuração detalhado do caso – aspecto que dialoga com questões estilísticas do próprio jornalismo. Ainda que seja uma ficção, esse cuidado chama a atenção no sentido de emprestar à novela um ritmo jornalístico, em que o “efeito do real” (Barthes, 1999) é sentido com intensidade. Não há confusão sobre a natureza do relato, trata-se de uma criação literária. Entram em jogo os contratos de leitura - de que já falamos (Verón, 2004) - que evitam conflitos sobre intenções, sobre formações discursivas em que esses trabalhos circulam. Ficção e discursos de realidade se comunicam, mas não se passam um pelo outro, não enganam o leitor. Entretanto, essa definição encontra alguns limites não apenas pelo estilo jornalístico do relato, mas também por trazer à tona uma situação até certo ponto comum na gênese de crimes passionais ou motivados pela honra. O fato de o título do texto trazer a palavra “crônica” enfatiza essa ambiguidade, já que se trata de

um gênero que pode pertencer a vários tipos de discurso, como o literário, o jornalístico e a até o histórico e o policial.

Jornalismo e literatura são discursos próximos, em constante intersecção. Seja pela produção de crônicas, de livros-reportagens ou de reportagens baseadas em técnicas literárias, esta fusão segue até os dias atuais com diversas variantes. Essas definições, conforme Lima (1995), tornam cada vez mais necessária a compreensão acerca do Jornalismo Literário. Manifestaram-se ao longo da história tipos específicos de narrativas híbridas. Uma delas é a crônica. Borges (2013, p. 257) a define como um gênero de “dupla natureza”, característica oriunda unicamente da particularidade de suas engrenagens discursivas transitarem entre as duas áreas, mesmo que no jornalismo esta não tenha obrigações a cumprir para com o discurso concreto, factual.

A crônica não chega a ser cobrada como discurso noticioso quanto ao conteúdo factual de sua enunciação, assim como não adere totalmente ao campo literário por sua ligação com a imprensa. A crônica localiza-se em área fronteira entre estatutos narrativos distintos, mas conserva sua alteridade. Em um primeiro momento pertencente ao espectro da história – crônicas de viagem e de guerras –, esse discurso sofreu severas transformações e, com vieses literários e jornalísticos, é duplamente levado a se desenvolver em várias direções. Talvez seu grande trunfo seja o fato de passar por tal processo sem abrir mão de seu caráter híbrido (Borges, 2013, p. 257).

Com as mudanças pelas quais o jornalismo passou no período de transição entre os séculos XIX e XX, a crônica tem, inicialmente, seu surgimento em paralelo ao dos folhetins,

especialmente no jornalismo brasileiro. Depois, passaria ser um dos embriões do gênero reportagem (Melo, 2003). Na América Latina como um todo, a crônica desempenhou este papel, reforçado no século passado. García Márquez atuou neste momento, escrevendo inúmeras crônicas para os jornais em que trabalhou, seja fazendo por meio delas registros de fatos específicos de seu país, seja elaborando apontamentos mais ou menos aleatórios, seja expressando suas impressões sobre os países em que visitou ou morou, uma vez que foi correspondente internacional por algum tempo.

No Brasil e nos seus vizinhos latino-americanos, o gênero crônica desempenhou um papel relevante, servindo como espécie de laboratório para a escrita de autores que, atuando na imprensa, já lançavam olhares cobiçosos para o campo literário, quando não já estavam totalmente inseridos nele. Como salienta Bulhões (2007, p. 28), “o percurso de convergência entre jornal e letras – isto é, entre Jornalismo e Literatura – é um território de impasses, ajustes e conflitos derivados das configurações assumidas pelas duas expressões segundo demandas econômicas capitalistas peculiares de cada fase da vida ocidental.” A crônica foi, assim, terreno fértil para o desenvolvimento literário de jornalistas, como García Márquez, exprimindo fatos e mentalidades diversos.

Por todas essas questões e retomando os conceitos da polifonia, do dialogismo e da formação discursiva, no diálogo que promovemos entre Mikhail Bakhtin e Michel Foucault, podemos analisar os hibridismos entre realidade e ficção, entre os estatutos da imaginação e da descrição do mundo empírico que averiguamos nas obras de García Márquez, em seus romances históricos e livros-reportagem (e também na crônica, já que o autor traz esse gênero em sua obra). Mais que um encontro entre discursos,

percorremos aqui pelos terrenos de um hibridismo verdadeiro, onde todos os dispositivos, as categorias e as regularidades, os contratos e os conceitos que já abordamos, estão em confluência e comunicação. São muitas vozes que se multiplicam, referências que se entrelaçam, sentidos que se sobrepõem, diálogos que são construídos entre atores distintos. Tudo está em análise nesse momento: memória, História, ideologia, arqueologia, cenografia. Um “universo discursivo”, rico e complexo, arisco e instigante, que estabelece contatos entre “campos discursivos” muitas vezes distintos, dentro dos quais encontramos os “espaços discursivos” (Maingueneau, 2007, p. 35-37). É o “primado do interdiscurso”, como aponta Maingueneau. Em García Márquez, esse primado é incontornável, inescapável, prodigiosamente original e criativo.

Gabriel García Márquez buscou imprimir nas páginas de seus livros questões não somente ligadas a episódios de violência, mas também atreladas ao comportamento de seu povo. A honra e a violência – as duas categorias de análise que trazemos neste esforço interpretativo – em *Crônica de uma morte anunciada* (2014a) são reflexos disso. O autor investe nesse formato para tratar de temas que julgava merecer narrativas complexas, que não se prendessem a fórmulas enrijecidas, que gozassem de um grau maior de liberdade na condução das ações relatadas, na apresentação dos personagens de forma mais humanizadas e menos superficial. Essas narrativas complexas estão no cerne das formações discursivas que geram os gêneros híbridos que estamos discutindo. Por diferentes motivos, em diferentes momentos, os discursos se entrelaçam, dialogam e produzem sentidos que não são “puros”. Há sempre contaminações, em diversos graus, e que são ainda mais intensas quando se quer promover hibridismos, mesclas, propondo desafios que vêm desde suas gêneses

discursivas, assim como no decorrer de seu desenvolvimento. É isso que García Márquez apresenta, provocando-nos a sair de zonas de conforto em que costumamos encarar discursos cujos elementos não nos dariam tanto trabalho na interpretação.

(...) cada discurso é sempre a agregação em um lugar dado de elementos cujo tipo de historicidade é muito variado: a língua, a temática, os modos de organização textuais não estão submetidos às mesmas escanções históricas e eles mesmos agregam elementos cuja temporalidade é muito diversificada (...). (Maingueneau, 2007, p. 77).

Compreender os discursos que percorrem as obras de García Márquez passa pela atenção das narrativas que eles trazem. Gérard Genette (1981, p. 265) define narrativa como uma “representação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, reais ou fictícios, por meio da linguagem, e mais particularmente da linguagem escrita”. Para o autor, “toda narrativa comporta com efeito, embora intimamente misturados e em proporções muito variáveis, de um lado representações de ações e de acontecimentos, que constituem a narração propriamente dita, e de outro lado representações de objetos e personagens, que são o fato daquilo que se denomina hoje a descrição” (1981, p. 272). Por sua vez, Barthes (2008, p.19) aponta que a narrativa está presente “em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades”, constituindo um pressuposto de que esta abrangência está na pluralidade da obra de García Márquez. Esta, por sua vez, engloba temáticas, personagens e ambientes diversificados, traz um caminho válido para compreender suas potencialidades, e até para esboçar, representativamente, os traços de um país, de um

povo. Estas mesmas questões são discutidas por Tzvetan Todorov (1981). O autor russo vai além e aponta quais seriam as categorias da narrativas literária, como “Sentido” e “Interação”, que podem ser relacionadas aos pontos constantes de ligação entre as obras do autor colombiano; e “História” e “Discurso”, que remetem ao caráter de resgate de acontecimentos, algo muito presente em suas criações.

Cabem ainda ser destacadas categorias como “Encadeamento”, “Alternância” e “Encaixamento”, dadas as interconexões traçadas pelo autor entre suas produções, tal como “Subjetividade” (outro elemento listado por Todorov), um aspecto ligado intrinsecamente às escolhas temáticas e à maneira de narrar estabelecidas por Gabo. O autor, como citamos anteriormente, sempre traz a Colômbia para o centro de suas narrativas, a fim de promover uma integralidade de realidades, sejam elas ficcionais ou verídicas. É bom destacar aqui que a Análise da Narrativa e a Análise do Discurso não têm os mesmos métodos e não trabalham necessariamente com os mesmos conceitos, mas elas podem ser complementares, desde que seus espaços específicos sejam observados. Isso se dá com a perspectiva de que os discursos são permeáveis e, como já dissemos antes, há uma preferência pela interdiscursividade. A própria narrativa e os diferentes modelos que delas advêm podem, também, ser elementos a se levar em conta na formação discursiva. Isso se dá, por exemplo, na forma como as narrativas trazem pontos que são igualmente relevantes para o discurso, como podemos ver no que Todorov propõe. “Interação” e “sentido” são termos familiares nas teorias traçadas por Pêcheux (2014) e Foucault (2007), por exemplo, quando falam em interdiscurso e regularidades discursivas, entre outros tópicos. É possível encontrar muitos pontos de contato entre as diferentes

análises. Quando tomamos as obras de García Márquez, isso é bastante factível, uma vez que podemos enveredar por um desses caminhos ou por ambos.

Sobre a recriação de realidades por meio dos dispositivo da História e da Memória, um dos aspectos mais destacados nas narrativas ficcionais de Gabo, Motta afirma:

É assim que percebemos e construímos, através da memória, a nossa realidade no mundo da vida: a vida se transforma em arte (em narrativas dramáticas) e a arte se converte em um veículo através do qual a realidade se torna manifesta. Construímos então as nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro (...). As narrativas são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder (2010, p. 146).

Neste processo que trata de existências e resgate histórico, com o espírito jornalístico e fazendo uso dos recursos narrativos da literatura, García Márquez reconstrói temáticas em seus enredos e, em uma esfera mais ampla, traz à baila elementos que constituem a essência de seu país. Sem a obrigação de obedecer a uma ordem cronológica para a construção dos acontecimentos, o autor inicia a narrativa de *Crônica de uma morte anunciada* (2014a) com a revelação de que uma morte acontecerá. Enraivecidos pela integridade abalada de sua irmã, “violada” antes do matrimônio, os irmãos gêmeos Pablo e Pedro Vicário seguem no encalço de Santiago Nasar por toda a cidade - não situada geograficamente - com duas facas. Mais uma vez dialogando com o caráter generalizado da violência ao apresentar

uma comunidade isolada do interior, com suas regras, punições e códigos de ética próprios – construções simbólicas que podem ser inseridas nas formações discursivas, carregando os dispositivos e as categorias pertinentes à obra de Gabo e já por nós comentados –, tal qual acontece com os povoados fictícios (mas o que os difere dos que de fato existem?) idealizados em obras como *El coronel no tiene quien le escriba* (2012) e *La mala hora* (2014b), Gabo atribui à população a função de espalhar a notícia da emboscada – o que por uma série de fatores não acontece.

Em vários momentos tornam-se claras as circunstâncias que levam os habitantes da cidade a não alertarem a vítima ou sua família sobre os perigos que as aguardam. Dois claros exemplos dessa inércia ficam evidentes nos relatos do coronel e do padre da cidade, personagens que reforçam sua imagem de arquétipos de uma Colômbia profunda, provinciana e violenta, que aparece com frequência nas obras do autor.

Muitos dos que estavam no porto sabiam que iam matar Santiago Nasar. Dom Lázaro Aponte, coronel de academia em gozo de boa reforma e prefeito municipal há onze anos, cumprimentou-o com os dedos. “Eu tinha razões muito fortes para acreditar que não corria mais nenhum perigo”, disse-me. O padre Carmen Amador também não se preocupou. “Quando o vi são e salvo pensei que tudo havia sido uma mentira”, disse-me. Ninguém perguntou sequer se Santiago Nasar estava prevenido, porque todos acharam impossível que não o estivesse (Márquez, 2014a, p. 28).

Cúmplices diretos ou indiretos da barbárie, seus habitantes seguem esses preceitos à risca e levam suas vidas baseadas na preservação de uma espécie de ordem absoluta e incontestável que

garante o cumprimento de seus princípios, mesmo que acarretem a morte de um inocente, como foi o caso de Santiago Nasar. Mais grave é o desprezo por qualquer sentimento de culpa frente às possibilidades múltiplas oferecidas pelo destino como forma de impedir que os gêmeos Vicário assassinassem sua vítima. Desta forma, no decorrer da narrativa, é possível destacar vários momentos em que a inércia se categoriza como o principal agente tolerante para com a brutalidade, e não obstante, o desespero que acometia os irmãos Vicário, tomados pelo ódio e pela pressão. Interessante notar que a inércia, neste caso, insere-se na categoria de análise da violência, o que é instigante, em uma interpretação que se possa fazer a respeito, de como, muitas vezes, a omissão pode favorecer atos extremos, sede das atitudes mais drásticas. Uma espécie de “quem cala, consente”, quando olhamos o panorama histórico de uma Colômbia incessantemente convulsionada. No livro de García Márquez, isso se dá por outros motivos, mas a tragédia não é evitada de qualquer maneira.

A caminho de nossa casa, meu irmão entrou para comprar cigarros no armazém de Clotilde Armenta. Bebera tanto que suas lembranças daquele encontro foram sempre muito confusas, mas não esqueceu nunca o trago mortal que Pedro Vicário lhe ofereceu. “Era puro fogo”, disse-me. Pablo Vicário, que tinha começado a dormir, acordou sobressaltado quando o sentiu entrar, e lhe mostrou a faca.

– Vamos matar Santiago Nasar – disse-lhe.

Meu irmão não se lembrava. “Mas ainda que me lembrasse, não teria acreditado”, disse-me muitas vezes. “Quem podia, porra, imaginar, que os gêmeos iam matar alguém, e ainda mais com suas facas de porco!” (Márquez, 2014a, p. 91).

Além desses personagens de comportamento particular, está ainda a presença de um narrador desconhecido, descrito a si mesmo como alguém próximo a Santiago Nasar e que, dando a entender que se trata do próprio García Márquez, busca por meio de uma apuração exaustiva acalmar sua inquietação quanto às causas reais que levaram ao homicídio. Sua narrativa retorna inúmeras vezes não só aos locais que antecederam o acontecido, mas também no que concerne à presença das fontes e das situações que têm como incumbência reconstruir o crime sob os seus mais variados prismas. A partir desta novela instigante, detalhada e que obedece à estrutura de uma reportagem literária, que poderia ser publicada em jornais tradicionais e que estão em geral embasadas em acontecimentos do cotidiano, é que torna possível retomar a presença da Colômbia em narrativas de violência assinadas pelo autor.

Movidos pela defesa das virtudes de Ângela, devolvida pelo noivo Bayardo San Román ainda na noite de núpcias, os irmãos Vicário percorrem toda a cidade no centro de um relato minucioso, indo do porto em que o Bispo chegaria até a mercearia de Clotilde Armenta, local inicial da busca pela vítima. Elaborado pelo narrador-personagem, que sugere ser um jornalista ao conduzir entrevistas com todos aqueles que sabiam do futuro iminente de Santiago Nasar, mas que por alguma razão não o advertiram, a história traz a questão da honra como estopim para o crime. Impossível não relacionar Santiago, que é inocente no caso que lhe valeu a vida, com Pastor, vítima fatal e igualmente sem culpa dos pasquins anônimos que mexiam com os brios de uma sociedade machista e movida a fuxicos representada em *La mala hora* (2014b). Trata-se da mesma ausência de piedade que ceifa a existência, na vida real, de Marina Montoya, sacrificada, em

nome de uma causa, de forma cruel e covarde, em *Notícia de un secuestro* (2014f). Ligando as três narrativas, duas delas ficcionais e uma jornalística, está a onipresente violência que assola a Colômbia. Ao lado desse mal nacional, a honra representa um dos aspectos mais influentes nesta obra de García Márquez. Em *Crônica de uma morte anunciada* (2014a), o relacionamento dos personagens é apresentado como um contrato estritamente ligado aos costumes da época, vedando contatos mais íntimos entre os noivos. Quando há a suspeita de que houve uma traição, a única saída possível é a vingança, a eliminação física de quem provocou essa “vergonha”, a revanche irrigada com sangue.

“Vingança”, “vergonha”, palavras-chave que representam sentimentos que pertencem ao imaginário da honra, categoria de análise acionada por nós para compreender a obra de Gabo. Esse guarda-chuva semântico é numeroso e se apresenta naturalmente quando os motivos das ações se sustentam nos dispositivos e categorias centrais. A Análise do Discurso precisa ter o discernimento para mapear esses dispositivos e essas categorias, saber de sua existência e mensurar sua importância. Por isso é crucial que as formações discursivas sejam delineadas porque são elas que nos permitem fazer essas inferências e deduções, testar hipóteses com critérios mais objetivos de interpretação, estabelecer associações frutíferas entre elementos que podem parecer distanciados à primeira vista. Não que apenas um caminho seja o correto e nenhum outro mereça crédito. Na verdade, tudo vai depender do que se quer investigar, das perguntas que são feitas. Daí a possibilidade, inclusive, de se aplicar análises concomitantes do discurso e da narrativa, com já salientamos. Isso também permite que possamos explorar outros terrenos, como os da Memória e da História, potenciais bases para a compreensão dos

discursos que habitam as obras de García Márquez, ficcionais e jornalísticas.

Regida por um olhar abrangente da sociedade colombiana, a obra de García Márquez constrói conexões entre o comportamento das pessoas e seus locais de origem – aqui surgem a cenografia e a arqueologia do discurso aparecendo na ação das narrativas –, traçando retratos ainda mais completos da Colômbia. Isso ocorre nas menções a locais específicos, como a península de La Guajira, situada no extremo Norte do país, para onde Ângela Vicário foi enviada após a descoberta de sua violação, assim como a cidade portuária inominada em que a história acontece, mas que guarda traços de reconhecimento e correspondência que identifica regiões e culturas. Desde os primeiros momentos da reconstrução dos últimos passos de Santiago Nasar e seus algozes, estão presentes aspectos alegóricos – já mencionamos a alegoria como outra possibilidade de escrutínio do discurso – que abraçam a cultura nacional daquele período, em especial no que faz referência ao comportamento dos indivíduos. Vemos que os dispositivos e categorias, teóricos e de análise, circulam o tempo inteiro pelo discurso interpretado. Isso é o que acontece na maior parte do tempo. Por isso a importância de se ter uma espécie de grade interpretativa criteriosa para esse desafio de encontrar os elementos que podem nos dizer algo, que possam sanar dúvidas.

Essa cultura nacional simbólica, assim como acontece em *La mala hora* (2014b) e em *Noticia de un secuestro* (2014c) - dois exemplos onde há a presença de personagens que vivenciaram, ou mesmo cresceram em ambientes sociais marcados pela violência -, a questão da honra constitui-se como a grande idiosincrasia do comportamento dos indivíduos que ocupam o espaço da narrativa de *Crônica de uma morte anunciada* (2014a), conectando-se a suas

próprias memórias. Vejam que diversos aspectos são enumerados e todos se encontram encaixados nas narrativas, produzindo sentido em uma formação discursiva. A violência e a honra estão em interação com as memórias e lembranças, com a História real e a imaginação autoral, tudo em uma simbiose que produz obras, em diferentes espaços discursivos, com contratos de leitura específicos, em livros que se destacam por uma originalidade que denota exatamente esses encontros instigantes. Ao mesmo tempo, García Márquez consegue instituir uma verdadeira galeria de personagens – retirados e ou inspirados em sua memória, em seu poder criativo ou mesmo dos registros históricos – que, de muitas formas, dão a dimensão do que é sua Colômbia, como vive seu povo, quais são as engrenagens simbólicas que os movem.

Esta enorme quantidade de referências parece ser passada de geração em geração, induzindo que, para além dos conflitos que envolvem o assassinato de Nasar, existe um senso de perpetuação e justificativa para os acontecimentos. Isso ocorre na rapidez com que o noivado de Ângela e Bayardo se desenvolveu, vigiado pelos pais e seguindo a tradição, e também pela observação dos fatos pela perspectiva do pequeno Jaime, filho de Luísa Santiaga, mãe do narrador, que na ocasião é descrito como uma criança de sete anos e que, mais tarde, lembrar-se-ia das críticas feitas pela mãe quanto à situação.

Ela estava já na rua. Meu irmão Jaime, que não tinha então mais de sete anos, era o único que estava vestido para a escola.

– Acompanhe-a você – ordenou meu pai.

Jaime correu atrás dela sem saber o que acontecia nem para onde iam, e se agarrou à sua mão. “Ia falando sozinha”, disse-me Jaime. “Homens de pouca moral”, dizia em

voz muito baixa, “animais de merda que não são capazes de fazer senão desgraças.” Não se dava conta nem mesmo de que levava o menino pela mão. “Deviam ter pensado que eu estava louca”, disse-me. “Só me lembro que se ouvia, de longe, barulho de muita gente, como se a festa do casamento tivesse começado de novo, e que todo mundo corria em direção à praça.” Apressou o passo, com a determinação de que era capaz quando uma vida estava em jogo, até que alguém, que corria em sentido contrário, se compadeceu de seu desatino.

- Não se incomode, Luísa Santiago – gritou-lhe ao passar.
- Já o mataram (Márquez, 2014a, p. 33).

Empregando esses elementos metafóricos, a construção de personagens arquetípicas – nada mais adequado na simbolização de algo do que a criação de um arquétipo em torno do que se deseja definir, desde que isso ocorra de maneira orgânica e não forçada –, Gabo resgata a organização social da cidade do interior de *La mala hora* (2014b) ao promover a criação de um enredo geográfico-sociológico capaz de conduzir o leitor pela mão até onde está situado cada acontecimento daquela manhã. Como um espelho da Colômbia, mas também de seus intestinos por se tratar de um local isolado, cria-se no livro um molde do país, com suas regras, punições e códigos próprios de ética. Isso reforça o que já destacamos anteriormente, com a comunhão de vários aspectos se realizando na formação discursiva aqui em análise, em que os processos sociais e históricos são pertinentes para a devida compreensão do que é dito ou silenciado, do que é lembrado ou esquecido, do que está ou não na narrativa e de como as ações se encadeiam para movimentar o enredo ou compor a reportagem.

(...) nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história. Depende de como trabalham e são trabalhados pelo jogo entre paráfrase e polissemia. (Orlandi, 2007, p. 37).

Já falamos sobre a polissemia, que é um conceito caro a Mikhail Bakhtin, em que vários sentidos são possíveis e legítimos, mas também estamos lidando com a paráfrase, com a repetição (ainda que realizada de modos diferentes), que nos remete às arqueologias, aos arquétipos, às tradições, ao fortalecimento de imaginários sobre algo. Esse algo pode ser um povo, uma nação, um evento, um personagem histórico. Pode se referir também às bases de um “discurso constituinte” (Maingueneau, 2008) – ou vários deles –, o que nos coloca diante da interdiscursividade e sua importância na formação de discursos híbridos, por exemplo. Como se vê, tudo se interliga e produz sentidos mútuos, coordenando-se seja num romance ou num livro-reportagem. Foi esse exercício que García Márquez cumpriu com maestria, extraindo seus pontos de apoio à sua volta, em seu passado, na História, no imaginário com que cresceu e que absorveu.

Ainda sobre essa organização estrutural da Colômbia, sempre muito atrelada à moral – outra categoria de análise que dialoga com as anteriormente já citadas e trabalhadas – e a um temor ao que contraria os bons costumes, é possível destacar

o comportamento de Pura Vicário, mãe de Ângela, a noiva, ao descobrir a contravenção da filha. Após saber da não consumação do casamento e da desistência de Bayardo San Román, que leva sua noiva de volta até a casa dos pais e a devolve, a personagem reage com agressividade, ressaltando quase que um instintivo de punição que se baseia intrinsecamente nos princípios de defesa da honra, provocando um novo conflito, como relata o autor. Aqui, mais uma vez, vemos possibilidades de adentrar essa formação discursiva tão repleta de referências, códigos, histórias, características.

Bayardo San Román não entrou, com suavidade empurrou a esposa para o interior da casa, sem dizer uma palavra. Depois beijou Pura Vicário na face e lhe falou com uma voz de profundo desalento, mas com muita ternura.

– Obrigado por tudo, mãe – disse-lhe. – A senhora é uma santa.

Só Pura Vicário soube o que fez nas duas horas seguintes, e foi para a morte com seu segredo. “Só me lembro que segurava meu cabelo com uma mão e batia com a outra com tanta raiva que pensei que ia me matar”, contou-me Ângela Vicário. Mas até isso ela fez com tanta discrição que o marido e as filhas mais velhas, dormindo nos outros quartos, de nada souberam até o amanhecer, quando já estava consumado o desastre (Márquez, 2014a, p. 62-63)

Dentro deste esforço em busca de interpretações relativas às circunstâncias, interconexões e, não menos importante, do modo com que a força da crueldade se incrusta na atmosfera colombiana como um aspecto de sua formação histórica, *Crônica de uma morte anunciada* (2014a), bem como outras obras

de Gabriel García Márquez, são responsáveis por apresentar uma escolha narrativa de representação. Essa vivência de um assassinato ficcional (se é que podemos chamar assim), o autor revela um itinerário na impressão de sua relação ativa e sem intermediários com praticamente tudo o que escreveu em seus anos de atividade na literatura e no jornalismo, trabalho muitas vezes oriundo de suas próprias experiências. Crimes e vinganças não são materiais alheios a coberturas jornalísticas cotidianas.

Porta para a compreensão das particularidades desta nação, que se constitui em suas esferas política, social, cultural e antropológica como um espaço tão singular, é a partir desse contexto que García Márquez aponta para o engendramento de elementos que se posicionam como representantes de sua terra natal. Pontuados os pormenores da violência no livro, crua e impulsionada por fatores de ordem moral, lança-se luz sobre sua função de delinear um ambiente e um corpo social. É a partir dessa essência, brindada pela sensibilidade, que as produções de Gabo puderam delinear a Colômbia em suas páginas, seja em obras de ficção ou em seu compromisso com a informação jornalística. Uma Colômbia desenhada por disputas políticas, atos violentos e questões de honra, que o escritor soube apreender imaginando histórias ou reproduzindo eventos verídicos. As formações discursivas com que García Márquez trabalha e ajuda a constituir, numa troca simbólica incessante, vão se transformando de obra para obra, de acordo com as demandas de cada uma, na ficção e no jornalismo. Analisar o discurso dos trabalhos de Gabo exige que consigamos penetrar nesse cipoal belo e desafiador.

## Considerações finais

A fim de situar o leitor nesta atmosfera que vai ao encontro de experimentações variadas, propostas pela liberdade criativa à qual os gêneros oferecem, Gabriel García Márquez promove passeios por áreas e situações ligadas a esferas imprescindíveis para a compreensão de grupos específicos, em suas facetas social, moral ou mesmo histórica. Podemos perceber aqui o quanto os conceitos de Bakhtin, um defensor árduo do que chamava de “romance aberto”, encontram eco nas obras de García Márquez, ao mesmo tempo que o autor sabe trabalhar as construções fora dos enquadramentos estruturalistas que Foucault detestava. Sim, os “gêneros constituintes” estão ali, assim como as fontes legitimadas e a efetividade de vozes que interagem, mas as maneiras pelas quais o escritor colombiano trabalha essas condições simbólicas e materiais são especiais. Ao se comunicar com esse entorno, o autor assume também um compromisso com a Colômbia ao tornar-se porta voz de uma nação que sofre, assim como outras da América Latina, com as mazelas do abandono e que vê potencializado um discurso de promoção e elogio da violência.

Logo, é por meio de suas produções realizadas ao longo de mais de cinco décadas, flertando com as mais variadas questões, que se estabelece o fato de que a sociedade colombiana, de um modo geral, figura no centro dos relatos de García Márquez, independente do ambiente em que se apresenta. Dona de um histórico permeado por acontecimentos tão comumente ligados à selvageria ao longo de toda a sua trajetória, o país oferece por meio da ótica de seu representante maior na literatura internacional um convite para que se conheça seus traços mais profundos e que sejam projetadas suas particularidades,

requerendo por parte do autor um trabalho exaustivo de contextualização, oriundo muitas vezes de seu apreço pelo jornalismo e, sobretudo, de sua atuação no Jornalismo Literário. Um Jornalismo Literário que se amplia e se consolida nas condições discursivas que já mencionamos algumas vezes, ou seja, na confluência de interdiscursos poderosos, num diálogo efetivo e profundo e não apenas aparente ou superficial.

Sobre este gênero, quando estudado em conjunto à obra analisada, sua pertinência se dá pelo fato de que possui extrema relevância no que diz respeito à percepção de realidades para além dos episódios tantas vezes efêmeros, em geral cobertos diariamente pela imprensa tradicional sem tantas condições de aprofundamento. Desta forma, é possível destacar a maneira com que Gabo constrói suas narrativas em busca de angulações diversificadas, capazes de moldar um relato poderoso, rico em detalhes e mais ambicioso, seja na ficção, seja no jornalismo – ou no hibridismo possível entre eles.

Isto posto, torna-se necessário destacar a troca constante de experiências oriundas do jornalismo com a literatura e vice-versa, conhecimentos adquiridos ao longo de toda uma vida, e que serviram para expor as causas e os efeitos de uma conjuntura que é, por natureza, truculenta. Portanto, o conteúdo de suas obras frequentemente se vê perpassado por acentuados atrelamentos com causas ligadas a um caráter violento dos acontecimentos, como também se dá a inserção da honra, da violência e da História. Temos, portanto, a reunião de dispositivos e categorias de análise que nos ajudam a compreender essas intersecções, os diálogos discursivos, os amparos na realidade e na imaginação, na História e na memória, nos arquétipos sociais e nas mentalidades de sua Colômbia, do povo que lhe fornece a matéria-prima para sua

criação literária, os temas e as fontes para seus livros-reportagem. A partir disso nos é permitido empreender uma reflexão sobre a forma como o conjunto da obra de García Márquez se revela complexo e interligado – fato que indica a impossibilidade de compreensão efetiva de suas potencialidades partindo do pressuposto de que essas leituras sejam feitas de maneira isolada, fragmentada.

Nota-se um claro interesse do autor em conferir novas óticas a respeito dos temas que se propõe a enfrentar, fugindo à lógica de criação de narrativas jornalísticas tradicionais, novamente flertando com a literatura – o que denota ainda no Jornalismo Literário de García Márquez a incumbência de servir como agente de denúncia, de crítica ou mesmo de desenvolvimento de determinada temática. Isto é o que torna viável a percepção de registros de momentos da História de sua nação e a promoção de uma crescente e clara identificação de causas e efeitos de um estado, em geral associados à formação de um eventual conflito. O mesmo pode ser dito em sua produção ficcional, como é o caso de *Crônica de Uma Morte Anunciada* (2014a).

Orientada a nossa reflexão em direção às representações propostas por Gabo, e pensados os seus processos criativos a partir dessa imersão na ficção e na realidade, tal qual o próprio autor definia o Jornalismo Literário, é seguro dizer que a abordagem da violência e da honra por ela recoberta aponta para um espectro plural e variado de ambientes. Ainda que o enredo do assassinato de Santiago Nassar seja uma representação ficcional, ele também pode ser lido como um relato arquetípico, construído recorrendo-se a moldes jornalísticos, para revelar a mentalidade colombiana. Eis duas chaves interpretativas para o entendimento e o mergulho nas obras de García Márquez, marcando ainda formas possíveis

com que podemos, via Análise do Discurso, destrinchar trabalhos tão peculiares, que transitam entre uma literatura que às vezes se escora nos fatos históricos e em memórias verdadeiras e um jornalismo que não abre mão das ousadias que só a imaginação pode conceder.

## Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2008.

BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

\_\_\_\_\_. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2007.

\_\_\_\_\_. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: **Análise Estrutural da Narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 1999

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário: análise do discurso**. Florianópolis: Insular, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BULHÕES, Marcelo Magalhães. **Jornalismo e Literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

GENETTE, Gérard. **Fronteiras da Narrativa**. In: Análise Estrutural da Narrativa. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 265-284.

LAS CASAS, Bartolomé de. **O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias**. 6ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1996.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Campinas: Unicamp, 1995.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **El amor en los tiempos del cólera**. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial S.A., 1997.

\_\_\_\_\_. **El otoño del patriarca**. Barcelona: Debolsillo, 2008.

\_\_\_\_\_. **El coronel no tiene quien le escriba**. Barcelona: Debolsillo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Cien años de soledad**. Barcelona: Debolsillo, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Del amor y otros demonios**. Buenos Aires: Debolsillo, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Crônica de uma morte anunciada**. Rio de Janeiro: Record, 2014a.

\_\_\_\_\_. **La mala hora**. Barcelona: Debolsillo, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Noticia de un secuestro**. Buenos Aires: Debolsillo, 2014c.

\_\_\_\_\_. **Relato de un naufragio**. Barcelona: Debolsillo, 2014d.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no Jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Claudia & BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Vozes: Petrópolis, 2010.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Ponte, 2002.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**. Campinas: Ponte, 2014.

RICOUER, Paul. **A metáfora viva**. São Paulo: Loyola, 2005.

TODOROV, Tzvetan. As Categorias da Narrativa Literária. In: **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981, p. 218-264.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004

## CAPÍTULO 21

# JOGO POLÍTICO E DISCURSO MIDIÁTICO: AS ENTRELINHAS DO CASO CUNHA VERSUS DILMA

Tatiana Regina Gomes de Amorim<sup>1</sup>

Liliane Maria Macedo Machado<sup>2</sup>

### Introdução

Em dezembro de 2015, os poderes Executivo e Legislativo entraram em crise no Brasil quando o Partido dos Trabalhadores (PT) optou por votar a favor da cassação do mandato do então Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no Conselho de Ética da casa. Cunha era alvo da investigação **Lava a Jato**<sup>3</sup> por possuir contas na Suíça. Tão logo soube da decisão do PT, decidiu acolher e dar prosseguimento ao 28º pedido de impeachment contra a

---

1 Doutoranda em comunicação pela Fac – UnB. Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM. Professora e pesquisadora com foco em estudos feministas e de gênero, análise do discurso de vertente francesa, comunicação e política.

2 Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UnB.

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/listas/propina-contas-na-suica-e-compras-de-luxo-entenda-acusacoes-contra-cunha.htm> Acesso em 19/06/2020

presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, integrante do Partido dos Trabalhadores, pedido este apresentado por Hélio Bicudo – jurista e político -, Miguel Reale Júnior – jurista e político – e Janaína Paschoal – jurista, professora da Universidade de São Paulo (USP) e, atualmente, deputada estadual pelo PSL de São Paulo. O argumento apresentado por eles é que Dilma Rousseff havia cometido crimes de responsabilidade previstos na Constituição Brasileira e Lei de Responsabilidade Fiscal, abarcando atos contra a probidade na administração, contra a lei orçamentária, contra o cumprimento das leis e das decisões jurídicas e crime contra a guarda e legal emprego do dinheiro público.

Ao descrever o mês de dezembro do ano de 2015, Jorge Bastos Moreno (2017, p. 215) aponta que ele teve início com “a análise do parecer do deputado Fausto Pintado (PRB) sobre a representação movida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara por dois partidos, o PSOL e a Rede Sustentabilidade, contra Eduardo Cunha; a conclusão do relator foi pela ‘aptidão e justa causa’ da representação”. Cinco horas depois do anúncio de que três deputados do PT votariam a favor das investigações contra Cunha, o então Presidente da Câmara acolheu o pedido de impeachment da presidenta.

Para entender melhor aquele período que resultaria em consequências graves para a democracia brasileira, é preciso retroceder ao mês de outubro de 2015, quando as contas apresentadas pelo poder executivo federal, relativas à 2014, não foram aprovadas pelo Tribunal de contas da União (TCU). “O atraso de repasses do Tesouro Nacional a bancos, para o pagamento de despesas de programas sociais obrigatórios (as chamadas ‘pedaladas fiscais’) foi a base para reprovação: segundo os ministros, o balanço possuía irregularidades que feriam a

Constituição, a Lei Orçamentária e a Lei de Responsabilidade Fiscal.” (Moreno, 2017, p. 203).

Enquanto isso, Eduardo Cunha foi acusado de receber, pelo menos, R\$ 5 milhões em propina no caso da Petrobrás. João Augusto Rezende Henriques e Fernando Soares - operadores do PMDB no esquema de corrupção da Petrobrás - afirmaram, em esquema de delação, terem feito pagamentos à Cunha. Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) recebeu da Suíça extratos e documentos que comprovavam que Eduardo Cunha possuía contas naquele país<sup>4</sup>.

Esse é, em linhas gerais, o contexto político nacional do fato que se pretende analisar no artigo. Nosso objetivo é compreender como o jornal **Correio Braziliense**, um representante do chamado jornalismo hegemônico<sup>5</sup>, noticiou a tomada de decisão de Cunha bem como as reações da presidenta Dilma e de seu partido<sup>6</sup>. Nosso aporte teórico-metodológico são as teorias do jornalismo, teorias políticas e análise de discurso francesa.

Primeiramente, vamos apresentar os campos jornalístico e político no intuito de compreender como funcionam e as relações de forças que os entrelaçam. Posteriormente, serão analisadas

---

4 Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/10/veja-acusacoes-contra-eduardo-cunha.html> Acesso em 10/06/2019.

5 Pensamos a hegemonia com base no conceito do filósofo Antônio Gramsci, no qual a hegemonia é consolidada a partir da ideologia e da cultura. A dominação ocorre não só pela força ou capital, mas juntamente com a sociedade que se submete aos padrões impostos. A mídia é um dos aparelhos sociais que facilita a difusão dessas ideias, legitimando o poder exercido pelas elites (MORAES, 2010). Já Veloso (2009) aponta que, no Brasil, a elite legitima seu poder por meio do monopólio dos meios de comunicação - formando a mídia hegemônica, tradicional ou convencional.

6 Conhecemos as tensões de gênero que circundaram o afastamento e posterior impeachment de Dilma Rousseff. Porém, neste momento, optamos por nos concentrar em outros aspectos já que, as questões de gênero que participaram da estadia da presidenta no governo serão aprofundadas na tese de doutorado “Desconstruindo o poder feminino: Análise do discurso do Correio Braziliense no período em que Dilma Rousseff esteve no poder” a ser defendida no PPG/FAC/UnB, sob a orientação da professora Dra. Liliâne Machado.

as 12 notícias publicadas na página online do jornal **Correio Braziliense** (também conhecido por CB), na sessão “Política Brasil Economia”, todas do dia 02 de dezembro de 2015, obtidas a partir dos termos chave de busca: “Eduardo Cunha” e “Dilma Rousseff”.

Avaliamos que foi um dia histórico para o jornalismo brasileiro, dadas as repercussões imediatas do fato e do que adviria dele nos anos subsequentes. Decidimos concentrar-nos no **Correio Braziliense** devido a vários aspectos. Primeiro, porque o jornal é nosso velho conhecido<sup>7</sup>. Também consideramos sua importância por sua proximidade ao centro de poder e por ser o jornal de maior circulação na Capital Federal. O jornal pertence ao grupo Diários Associados<sup>8</sup> e foi fundado em 1960, por Assis Chateaubriant, juntamente com a inauguração de Brasília. Já foi ganhador de dois Prêmios **Esso de jornalismo** e sete prêmios **Engenho de comunicação**. O jornal aposta na multiplataforma para aproximação com o público e sua página na internet é atualizada 24h por dia<sup>9</sup>. Por último, mas não menos importante, porque aferimos que o corpus que escolhemos, composto por 12 notícias, continha, em sua grande maioria, material produzido pela **Agência Estado**, fato relevante, visto que a fonte discursiva ultrapassa um periódico regional, incluindo uma das agências noticiosas mais importantes do país. Das outras três notícias, duas não foram assinadas e uma é de autoria de Vera Batista.

---

7 A autora Tatiana Amorim, sob a orientação da também autora Liliane Machado, realiza em sua pesquisa de doutorado no PPG/FAC/UnB uma investigação sobre a representação de Dilma Rousseff (durante todo o período em que a presidenta esteve no poder) pelo jornal Correio Braziliense.

8 Originado em 1924 por Assis Chateaubriant o grupo conta com diversos veículos e plataformas. Disponível em: [http://www.diariosassociados.com.br/home/conteudo.php?co\\_pagina=44](http://www.diariosassociados.com.br/home/conteudo.php?co_pagina=44) Acesso em: 09/06/2019.

9 Disponível em: <http://portfoliodemidia.meioemensagem.com.br/portfolio/midia/CORREIO+BRAZILIENSE/14389/home> acesso em 09/06/2019.

No Brasil, as agências noticiosas têm a peculiaridade de pertencerem aos conglomerados de comunicação líderes de mercado no país. Oliveira (2014, p. 510), realizou uma análise sobre a atuação das agências **Folhapress**, **Agência Estado** e **Agência O Globo** e aponta que:

Situadas no eixo Rio-São Paulo, as agências são parte das empresas que operam, ao mesmo tempo, em diversos segmentos do jornalismo, como impresso, rádio, televisão e online. Diferentes veículos integram um mesmo grupo de comunicação e, simultaneamente, compartilham informações entre si, bem como as repassam para suas próprias agências de notícias, que as distribuem a uma variedade de jornais, isto é, assinantes dos serviços noticiosos.

Frente a isto, a autora tece considerações importantes acerca do funcionamento das agências bem como sobre a produção jornalística no país. Enquanto distribuidoras de informação jornalística, “as agências repassam conteúdos produzidos diariamente pelos seus próprios jornais de seus respectivos conglomerados, que representam os três maiores grupos empresariais de mídia no País, com estruturas e políticas editoriais consolidadas” (Oliveira, 2014, p. 534); os jornais regionais (como é o caso do CB), reproduzem informações elaboradas pelas mesmas empresas; “mesmo com o argumento da regionalização das abordagens defendido por profissionais, as redações regionais acabam repercutindo e corroborando interpretações e opiniões consolidadas pelos três principais grupos de comunicação do país” (Oliveira, 2014, p.535). O material que é oferecido pelas agências vai desde a pauta até a reportagem finalizada, com orientações a respeito das “melhores do dia, exclusivo e destaques do dia”, direcionando as escolhas. Nosso *corpus*, portan-

to, ultrapassa os limites de uma cobertura regional, visto que dialoga com o trabalho jornalístico realizado em nível nacional.

Interessa-nos compreender as dimensões do que foi noticiado e como foi. Houve predomínio de enfoques do clima de rivalidade entre os envolvidos? Privilegiou-se uma cobertura à altura dos fatos narrados, que permitisse ao público ter acesso ao jogo político que estava sendo encenado para que o próprio pudesse inferir sobre os vários interesses que estavam em disputa?

Vários artigos já abordaram a questão. Antônio Fausto Neto (2016), por exemplo, realizou uma análise das estratégias discursivas sobre o que chama de “construção do impeachment” a partir das capas de algumas revistas semanais. O autor aponta que:

A atividade midiática que articulava o contato entre instituições e sociedade tinha ênfase na mediação testemunhal jornalística como lugar estratégico de produção de inteligibilidades. O acontecimento se tecia em torno de metodologias que valorizavam o trabalho codificante e semantizador do jornalista, cujas marcas de sua manifestação estavam ainda cercadas pela ideologia da objetividade. (Fausto Neto, 2016, p. 33)

Dessa forma, Fausto Neto destaca que o discurso midiático a respeito do impeachment ultrapassa sua fabricação, visto que os relatos e as imagens divulgadas impedem que se pense sobre sua natureza e suas consequências. Já Oliveira (2016), realizou uma análise da mídia hegemônica brasileira sobre as manifestações de rua contra e a favor do impeachment entre os anos de 2015 e 2016. A autora conclui que os meios de comunicação analisados contribuíram para uma arena pública favorável ao impeachment ao apontar que:

tem-se portanto a clara ideia de uma mídia que assume o vergonhoso papel de desinformar, construindo um cenário de opinião pública desfavorável aos próprios interesses da Nação, em detrimento de algo caro ao próprio País, a consolidação da democracia, com riscos de profundos retrocessos para o que ainda se espera nessa imatura res publica frente ao cenário latino-americano e mundial em pleno século 21. (Oliveira, 2016, p. 12)

Apolinário e Almeida (2018), no artigo “A pós-verdade no jornalismo brasileiro durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff”, buscam analisar como o país dividiu-se em duas opiniões durante o processo de impeachment, uma que afirmava que se tratava de um golpe e outra que, contrariamente, apontava que o processo de impeachment seguia os processos legais – a partir do conceito de pós-verdade – e perceberam que a linguagem jornalística pode interferir no processo de significação. Após a investigação dos discursos de revistas semanais, os autores observaram que

a origem da pós-verdade é justamente a tentativa do jornalismo em fazer crer que produz ‘verdades’. Uma mudança de postura em relação à imparcialidade e a ‘verdade’ devem ser tomadas tanto por jornalistas quanto pelo público. A busca por diferentes narrativas a fim de construir uma imagem mais próxima o possível do ‘real’ do fato é o que deve nortear a sociedade. Entendendo sempre que o ‘real’ de um fato nunca será alcançado, e quem disser que o alcançou, deve ser observado com cautela. A insistência na busca de um recorte amplo da realidade deve ser permanente. Aceitar a complexidade ao invés do simples. A

humildade pela busca interminável pela verdade, ao invés da soberba da pós-verdade. (Apolinário; Almeida, 2018, p. 68).

Além dos trabalhos acima citados, inúmeras obras sobre o tema estão sendo lançadas desde 2016, tais como, **À sombra do poder: Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**, do secretário de imprensa da ex-presidenta, Rodrigo de Almeida, que acompanhou os últimos meses do processo; **Perigosas Pedaladas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim do Governo Dilma Rousseff**, escrito pelo jornalista João Villaverde e que apresenta explicações sobre as “pedaladas fiscais”, passando pelas disputas internas do governo, pelas investigações, culminando na destituição da presidenta; **A Radiografia do Golpe**, de Jessé Souza, que defende que foi golpe e não impeachment o que destituiu a presidenta. Outras publicações relevantes foram **O golpe na perspectiva de gênero**, organizado por Linda Rubim e Fernanda Argolo, em 2018 e **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**, organizado pelos professores Liziane Guazina, Hélder Prior e Bruno Araújo (2019). Os dois últimos reúnem artigos de autores e autoras diversos, apresentando visões e enfoques de grande relevância para a análise desta questão<sup>10</sup>.

Apesar das inúmeras obras já lançadas, a nosso ver, a temática não foi exaurida. Decorridos mais de quatro anos do fato, suas consequências para a democracia brasileira continuam

10 Entre os artigos publicados a respeito do tema geral do impeachment, podemos citar a análise de enquadramento da cobertura do impeachment feita pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, realizada pelos autores Carla Rizzotto, Kelly Prudêncio e Rafael Sampaio (2017) - **Tudo normal: a despolíticação no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff** e, dos mesmos autores, **A normalização do golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff** (2018). O trabalho de Antônio Fausto Neto (2016), “**Tchau querida**”: leitura do impeachment, realizou a im-

em andamento, provocando instabilidades políticas e econômicas. O presidente eleito em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro, encontra-se ameaçado de impeachment por atos considerados antidemocráticos, tais como o pedido de fechamento do Superior Tribunal Federal (STF), o retorno do regime militar e tantos outros absurdos que não são novidades, visto que surgiram nas manifestações de 2015 e 2016 por parte dos grupos que defendiam o impeachment. Retomar a cobertura do fatídico dia 2 de dezembro é a oportunidade para que possamos compreender um pouco mais o que ocorreu do ponto de vista da cobertura jornalística realizada. Interessa-nos analisar como um veículo do jornalismo brasileiro deu a largada para uma cobertura que duraria meses e que, aparentemente, começou centrada no incentivo às rivalidades fúteis e que beiraram à espetacularização da realidade, por meio de um enquadramento repetitivo. Acreditamos que estabelecer um diálogo entre as teorias do enquadramento e da AD francesa nos permitirá contribuir com uma outra perspectiva para a compreensão da produção jornalística do **CB**, imbrincamento sobre o qual nos deteremos posteriormente.

## **Jornalismo e política**

Tomemos tanto a política quanto o jornalismo como campos sociais relativamente autônomos. Vamos pensar nestes dois campos como locais de lutas e disputas por capitais específicos. Ao falar do campo político, Pierre Bourdieu aponta que consiste em um “lugar em que certo número de pessoas, que preenchem

---

pacante análise de capas de revistas durante o processo e chegou à conclusão de que as capas apresentaram perigosos julgamentos antecipados. O mesmo autor (2016), também produziu o artigo **Impeachment segundo as lógicas de “fabricação” da notícia**, analisando estratégias discursivas de capas de revistas durante o impeachment e chegando a um fecho no qual o impeachment foi fabricado (também) pelo discurso informativo.

as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos.” (2011, p. 117). A nosso ver, tais características também podem ser atribuídas ao jornalismo, dadas suas possibilidades de desenhar com tintas muito particulares o que se chama de realidade. Ainda que precisemos considerar o fato de que um número cada vez maior de pessoas busque outras fontes de informação que não sejam os jornais impressos, eles continuam usufruindo de relevância social, política e cultural. São fontes de informação, principalmente, daqueles que detêm um lugar de fala privilegiado, tais como os integrantes da política e do mercado financeiro.

De acordo com Bourdieu,

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social opõem pessoas dotadas de poderes desiguais. (Bourdieu, 2011, p. 203).

Podemos pensar que todo campo é político, já que em todos uma forma de política é realizada na manutenção do poder. Porém, no campo político, especificamente, as disputas “são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes.” (Bourdieu, 2011, p. 206).

O campo jornalístico também possui seus jogos e lutas por poder, porém a legitimação ou autoridade dentro do campo

se configura de forma diferente. Faz-se relevante ressaltar que, para Foucault (1979), o poder é uma ação social constituída historicamente, estando, dessa forma, em todas as camadas ou ambientes sociais, não estando relacionado apenas a uma instituição, campo ou pessoa.

Sobre este campo (jornalismo), Bourdieu (1997) propõe que é um lugar de duas lógicas e dois princípios de legitimação “o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou telespectadores [...]” (1997, p. 105). O autor destaca com frequência a participação do mercado no assujeitamento do jornalismo<sup>11</sup>, e ressalta que assim também acontece com o campo político.

Guazina (2011), a partir das contribuições de Bourdieu, aponta que podemos apresentar “o jornalismo e a política como campos de saberes estruturados e específicos, que detêm suas próprias regras, disputas internas e formas de funcionamento.” Ainda que em “constante interação, conflitos e tensões” (Guazina, 2011, p. 91) como coloca a autora, são campos relativamente autônomos, pois suas beiradas são porosas e, por isso, possuem relação dinâmica com outros campos.

A respeito da interpelação do campo político pelo jornalístico (e vice-versa), Guazina, Prior e Araújo (2019, p. 13), apontam que “as próprias características do jornalismo político tradicional têm contribuído para um apagamento ou manutenção das desigualdades na sociedade [...]”. Percebemos que o

---

11 O assujeitamento é a constituição do sujeito discursivo, ou seja, torna-se sujeito através da submissão à língua na história. Eni P. Orlandi (2007) aponta que consiste em um sujeito livre e submisso concomitantemente, que pode dizer qualquer coisa desde que se submeta à língua para poder dizer. O discurso jornalístico não escapa à esta lógica.

jornalismo possui um papel, uma função política na sociedade contemporânea e este papel consiste em “ampliar o alcance dos que já são politicamente poderosos”. (Cook, 2011, p. 205). O autor também propõe que, sendo o noticiário seletivo, os jornalistas podem conceder importância e autoridade e também refleti-la no momento em que decide quem está apto a se pronunciar nas devidas circunstâncias.

Motta e Guazina (2008, p. 5), ao proporem o conflito como uma meta-categoria dramática estruturante do jornalismo político, apontam a mídia como “agente acirrador de conflitos”. O acontecimento jornalístico é contado como uma narrativa que coloca os atores uns contra os outros, promovendo o “conflito que necessita estimular para manter a narrativa jornalística sempre ‘aquecida’ e atraente para o destinatário.” (Motta, Guazina, 2008, p. 5). Porém, os autores afirmam que “o conflito não é criado pelo jornalismo, mas inerente ao jogo político. O que acontece é que a linguagem jornalística apropria-se desse jogo, relegando, transformando a política num jogo de tensões” (2008, p. 15).

Já Biroli (2012), compreende o jornalismo como gerador de consensos (forma pela qual a mídia participa da construção da hegemonia) ao afirmar que, por meio de mecanismos de seleção de temas, autores e conflitos,

o jornalismo desempenha seu papel de gestor de consensos. Não se trata de mediação entre partes ou posições, mas de uma atuação política que define o mínimo denominador comum entre os segmentos das elites que estão em disputa. Em outras palavras, colabora para definir o que está em disputa ou o que pode estar legitimamente em disputa. (Biroli, 2012, p. 13)

Entre o conflito e o consenso o que podemos afirmar é que as notícias participam da construção da realidade e, como afirma Cook (2011, p. 222) “qualquer história do noticiário tem as características da narrativa discutidas por Frank – protagonistas e antagonistas, conflito, movimento e solução”. Na análise que faremos em seguida estaremos atentas ao possível surgimento das características propostas por Cook.

### **Metodologia: a AD Francesa e a noção de enquadramento**

A análise do discurso é um campo que vem sendo usado em diversas áreas do conhecimento no Brasil. No que tange aos estudos da mídia, a união com a AD gera frutos para os dois lados, já que são complementares, ou seja, “ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos” (Gregolin, 2007, p. 13). Ao pesquisar a respeito do discurso do **Correio Braziliense** estaremos atentas às produções sociais de sentido no que tange às relações de força entre os campos jornalístico e político.

Entendemos por discurso:

um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento

abrupto em meio às cumplicidades do tempo. (Foucault, 1995, p. 132/133)

Para se analisar um discurso, deve-se levar em conta os aspectos socioideológicos de sua produção. Deve-se associar o contexto com as condições de produção. Encontrar o lugar de onde o sujeito fala e a partir de quais tensões sociais tal discurso é materializado, por isso a importância da contextualização. A busca aqui é pelas formações discursivas do jornal ao noticiar os embates que circundaram a decisão de Eduardo Cunha em relação à aceitação ou não do processo de impeachment de Dilma Rousseff. Para Maingueneau, a noção de formação discursiva é dada a “todo sistema de regras que funda a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos” (2002, p. 68). A AD francesa leva-nos a associar a situação enunciativa ao contexto no qual foi produzida.

Na busca por encontrar as formações discursivas utilizadas pelo jornal no caso Cunha versus Dilma, pesquisamos, inicialmente, o período de dez dias que circundavam a data 02 de dezembro de 2015. Percebendo que, de fato, as notícias mais relevantes se concentravam no dia 02, optamos por analisar apenas esse dia. Abaixo, dispomos uma tabela que especifica as matérias apresentadas pelo **CB** no dia 2 de dezembro de 2015, incluindo uma cronologia e a formação discursiva que foi encontrada em cada uma delas.

**Tabela 1: notícias**

<b>Hora</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>SUBTÍTULO</b>	<b>AU-TOR</b>	<b>ESTRATÉ-GIA</b>
14h26	Bancada do PT vai votar contra Cunha no Conselho de Ética	Decisão foi tomada em reunião da bancada do partido; votação do processo de Cunha não deve acontecer hoje	-	Conflito
15h11	Aliados de Cunha decidem sobre pedido de impeachment de Dilma	A possibilidade mais concreta é que o pedido seja apresentado nesta quinta-feira (3/12), já que hoje o Congresso Nacional está reunido para analisar a alteração da meta fiscal do governo federal	-	Retaliação
17h11	Cunha diz a aliados que deve soltar impeachment nesta semana	Nesta tarde, após a sessão relâmpago do conselho, a bancada petista no colegiado manteve o tom das críticas a Eduardo Cunha	Agência Estado	conflito/retaliação
18h08	Após decisão de PT, líderes de oposição vão a gabinete de Cunha	A tese desses aliados é de que, ao deflagrar o impeachment de Dilma, Cunha poderia conseguir apoio da população e pressionar membros da oposição no Conselho a repensarem seu voto	Agência Estado	Retaliação
18h38	Cunha anuncia que aceita pedido de impeachment contra a presidente Dilma	A medida foi anunciada no mesmo dia que o PT decidiu votar contra ele no Conselho de Ética da Casa no processo que pede a cassação do deputado do PMDB	Vera Batista	Conflito
19h31	Deputados do PT veem retaliação em decisão de Cunha e pretendem ir ao STF	Parlamentares petistas avaliaram que o argumento utilizado por Cunha não se sustenta e anunciaram que pretendem ir ao Supremo Tribunal Federal (STF)	Agência Estado	Retaliação/conflito

19h43	Após anúncio sobre impeachment, Dilma se reúne com ministro no Planalto	Desde o início da semana, Cunha fez chegar ao Planalto que iria deflagrar o impeachment caso o PT votasse a favor da admissibilidade do processo por quebra de decoro parlamentar que tramita contra ele no Conselho de Ética	Agência Estado	retaliação/ conflito
19h46	Dilma pode fazer pronunciamento sobre aceitação do pedido de impeachment	Assim que soube da decisão, ela se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Jaques Wagner, para analisar os impactos da decisão	Agência Estado	Conflito
19h53	Oposição celebra anúncio de Cunha sobre abertura do processo de impeachment	“Guerra é guerra, o PT quis assim, agora toma”, disse Paulinho da Força	Agência Estado	Retaliação
20h01	Cunha diz que Dilma teve “participação” em crime de responsabilidade	O presidente da Câmara cita ainda o fato de que a revisão da meta fiscal, aprovada pelo plenário do Congresso nesta quarta-feira, 2, como outro argumento para aceitar o pedido apresentado	Agência Estado	Conflito
20h35	Dilma se diz indignada com decisão de Cunha sobre processo de impeachment	O discurso foi feito após a decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de abrir um processo de impeachment contra ela.	-	Conflito
21h23	Dilma diz que não aceitaria barganha e que confia nas instituições	Por pelo menos duas vezes em seu curto pronunciamento, Dilma fez críticas indiretas a Cunha	Agência Estado	Conflito

Já nas primeiras leituras, observamos que as disputas em que estavam imersos o Executivo e Legislativo, ao qual nos referimos anteriormente, é plenamente perceptível no corpus. Sobresaiem duas formações discursivas que justificam essa avaliação: o

conflito e a retaliação. A formação discursiva que gira preponderantemente sobre a ideia de conflito está presente em seis matérias, além de em outras três, concomitante à de retaliação, a qual, sozinha, responde por mais três matérias.

Entretanto, para que possamos analisá-las mais detidamente, precisamos considerar também o gênero discursivo jornalístico. Maingueneau, ao discutir sobre as tipologias de situações de comunicação, afirma que “poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível” (2002, p.61). Sabemos que as rotinas de produção do discurso jornalístico incluem a escolha dos fatos a serem noticiados, com que ênfase e quais fontes serão ouvidas, o que, a princípio, implica que as notícias não são um espelho da realidade, ao contrário, são construções sociais. Para Neveu, essa noção sugere: “um processo de seleção e de hierarquização dos fatos e assuntos cujas causas e regularidades uma análise empírica do trabalho jornalístico pode resgatar” (2006, p.141).

Para o empreendimento daremos relevo aos enquadramentos, os quais,

ao selecionarem certos aspectos dos acontecimentos e não outros, ativam algumas conexões e mantêm outras inativas, estimulando alguns raciocínios e mantendo outros pensamentos fora do espectro de avaliações possíveis de um acontecimento. Ao longo tempo, a exposição repetida a certos enquadramentos tende a consolidar a aparente pertinência de algumas conexões, de maneira que o acesso a elas tende a ser mais fácil, desencorajando juízos alternativos. (Rothberg, 2014, p. 416)

Consideramos que o enquadramento adotado pelo jornal ao longo do dia foi o de colocar Dilma e Cunha, PT e MDB, em um arremedo de ringue de luta corporal, em que cada golpe dos dois lutadores são enfatizados. Passemos à análise das formações discursivas encontradas no corpus.

## Conflito

As notícias que dizem respeito ao conflito são: “Bancada do PT Vai Votar Contra Cunha no Conselho de Ética”; “Cunha Diz a Aliados que Deve Soltar Impeachment Nesta Semana”; “Cunha Anuncia que Aceita Pedido de Impeachment Contra a Presidente Dilma”; “Deputados do PT Veem Retaliação em Decisão de Cunha e Pretendem Ir ao STF”; “Após Anúncio Sobre Impeachment, Dilma se Reúne com Ministro no Palácio do Planalto”; “Dilma Pode Fazer Pronunciamento Sobre Aceitação do Pedido de Impeachment”; “Cunha Diz que Dilma Teve ‘Participação’ em Crime de Responsabilidade”; “Dilma se Diz Indignada com Decisão de Cunha Sobre Processo de Impeachment” e “Dilma Diz que Não Aceitaria Barganha e que Acredita nas Instituições”. O espaço de tempo decorrido entre a primeira e a última notícia - 14h26 e 21h23 - é de sete horas.

Entendemos por conflito o choque ou enfrentamento. Existe o conflito quando ideias ou ações de pessoas ou grupos são influenciadas por ou contrárias às ideias ou ações de outras pessoas ou grupos antagônicos. A noção de conflito é discutida na obra **Conceitos Essenciais da Sociologia**, de Anthony Guiddens e Philip W. Sutton (2017). Segundo os autores, conflito é: “luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses” (2017, p. 311). Eles retomam as ideias de

Simmel, para quem o conflito consiste em um tipo de associação humana que obriga as partes a se reconhecerem, mesmo que a relação seja antagonista. Guiddens e Sutton (2017, p. 312) destacam que grande parte dos estudos que abordam a questão do conflito tomam uma visão marxista ou weberiana “e a grande maioria analisa os conflitos internos da sociedade, como os centralizados em grandes desigualdades, entre elas, classe social, gênero e etnia”. Também aludem a Bercovitch, Kremenjuk e Zartman (2009) para ponderarem que o conflito é algo “normal, onipresente e inevitável [...] traço inerente à existência humana” (2009, p.3).

No caso dessa pesquisa, a noção de conflito está diretamente ligada, à época, às disputas políticas entre dois partidos, MDB e PT, o primeiro à frente da presidência da Câmara Federal e o segundo à frente do Executivo Federal. Não desconsideramos o fato do embate se dar entre gêneros distintos, um homem e uma mulher, detentores, à época, de prestígio e poder, entretanto, a noção de gênero, no caso do corpus analisado, não se sobressai, ao contrário do que ocorreria em outras coberturas que contemplaremos na tese ora em andamento, como explicamos anteriormente. Isso levou-nos à opção de não analisá-lo no presente artigo.

A notícia, “Bancada do PT vai votar contra Cunha no Conselho de Ética<sup>12</sup>” apresenta o tema do conflito logo no título, remetendo ao fato de que O PT e o MDB, partido de Cunha e que durante anos foi aliado do Executivo Federal nos governos petistas, estavam em colisão já há alguns meses por questões diversas, dentre as quais, o fato de que à época da candidatura de Cunha à presidência da casa, o executivo federal não o apoiou, ao contrário, lançou e fez campanha para Arlindo Chinaglia (PT-SP).

---

12 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na\\_politica,508950/bancada-do-pt-decide-votar-contr-cunha-no-conselho-de-etica.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na_politica,508950/bancada-do-pt-decide-votar-contr-cunha-no-conselho-de-etica.shtml). Acesso em 16/05/2019

Lembremos que o posto de presidente da casa é estratégico para o governo por definir os projetos que irão à votação bem como o ritmo das votações. Pois justamente à época dos fatos, havia dois pedidos de impeachment circulando na casa, um deles contra Dilma e o outro contra Cunha. Cabia à Cunha colocar o pedido contra a presidenta em votação ou não. Quando soube que não receberia o apoio dos deputados do PT no processo contra ele, anunciou imediatamente que colocaria o pedido de impeachment em votação.

Os jornais, que há meses já vinham noticiando cotidianamente o conflito entre a Câmara e o Executivo Federal, perceberam imediatamente que daquela decisão adviriam consequências graves, possivelmente a queda de uma presidenta. Dessa forma, os desdobramentos vão sendo atualizados pelo **CB** de forma vertiginosa, imprimindo mais tensão aos fatos. É oportuno observar que, como dito anteriormente, trabalhamos com a concepção de que o jornalismo não espelha a realidade, ao contrário, ajuda a construí-la, visto que, ao escolher temas e personalidades para as matérias, faz-se um recorte na realidade, o qual não é casual. A cobertura, logo na largada, coloca a presidenta do país e o presidente da câmara em uma luta, cujos principais lances serão reportados de forma ávida. É um enquadramento que se repetirá à exaustão, como perceberemos com o avanço da análise.

A quinta notícia “Cunha anuncia que aceita pedido de impeachment contra presidente Dilma<sup>13</sup>” volta a trabalhar com a FD do conflito. Além do expresso no título, o subtítulo: “A medida foi anunciada no mesmo dia que o PT decidiu votar contra ele no Conselho de Ética da Casa no processo que pede a cassação do

---

13 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na\\_politica,509014/cunha-anuncia-que-aceita-pedido-de-impeachment-contra-a-presidente-dil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na_politica,509014/cunha-anuncia-que-aceita-pedido-de-impeachment-contra-a-presidente-dil.shtml) Acesso em 16/05/2019

deputado do PMDB” reforça a nossa percepção do incitamento ao embate entre duas forças políticas antagônicas. O veículo, atua como coadjuvante do desenrolar dos fatos. Segundo alerta Prior,

[...] os discursos narrativos de imprensa não são ingênuos nem construídos aleatoriamente. Pelo contrário, a comunicação narrativa estrutura-se em função de contextos pragmáticos que produzem, consciente ou inconscientemente, determinados efeitos no alocutário. [...] as narrativas são mais do que meras representações da realidade. Elas são, sobretudo, dispositivos discursivos de configuração e instituição da realidade em contextos pragmáticos e sempre em função de um determinado ponto de vista. (Prior, 2015, p. 103/104)

É mais uma notícia curta, com três parágrafos. O primeiro detalha a ação de Cunha, o segundo repete a ideia do subtítulo e o último parágrafo apresenta uma declaração de Miguel Reale Jr: “Não foi coincidência que Cunha tenha decidido acolher o impeachment no momento em que deputados do PT decidiram votar favoravelmente à sua cassação no conselho de ética. Foi uma chantagem explícita, mas Cunha escreveu certo por linhas tortas”. Ao decidir por incluir a declaração do jurista, a jornalista do CB reafirma a noção de que, apesar da conduta não ser legítima, a ação final é.

Os últimos trechos da notícia fazem uma mescla de conflito e retaliação quando apontam que “Nesta quarta-feira (2/12) a bancada petista anunciou a sua posição contra Cunha. Horas depois, o peemedebista convocou uma entrevista coletiva para declarar a sua decisão”. A expressão “horas depois” faz a ligação direta entre as duas ações, mostrando que a atitude de Cunha é movida pela

vingança. A narrativa privilegia os ataques pessoais, os bastidores de intrigas de um parlamento que seria integrado por pessoas emocionalmente instáveis. Ao refletir sobre a relação entre jornalismo e Estado, Bourdieu afirma que a imprensa em busca de público,

prioriza o combate em lugar do debate, a polêmica em lugar da dialética, e a empregar todos os meios para privilegiar o enfrentamento entre as pessoas (os políticos, sobretudo) em detrimento do confronto entre seus argumentos, isso é, do que constitui o próprio móvel do debate. (Bourdieu, 1998, p. 96).

A oitava notícia “Dilma pode fazer pronunciamento sobre aceitação do pedido de impeachment<sup>14</sup>” reafirma o conflito; o movimento de ação e reação é apresentado novamente quando o texto aponta, por exemplo, que “Nesta quarta, a bancada petista anunciou a sua posição contra Cunha. Horas depois, o peemedebista convocou uma entrevista coletiva para declarar que havia decidido abrir o processo de afastamento de Dilma”. Observa-se que a atualização do acontecimento na plataforma online é repetitiva e maçante pois não traz nenhum fato novo.

A última notícia referente à formação discursiva do conflito é “Dilma diz que não aceitaria barganha e que confia nas instituições<sup>15</sup>”. O subtítulo reforça o conflito: “Por pelo menos duas

14 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509029/dilma-pode-fazer-pronunciamento-sobre-aceitacao-do-pedido-de-impeachment.html](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509029/dilma-pode-fazer-pronunciamento-sobre-aceitacao-do-pedido-de-impeachment.html) Acesso em 16/05/2019

15 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509049/dilma-diz-que-nao-aceitaria-barganha-e-que-confia-nas-instituicoes.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509049/dilma-diz-que-nao-aceitaria-barganha-e-que-confia-nas-instituicoes.shtml) Acesso em 16/05/2019

A confecção da tabela permitiu-nos perceber que as publicações das notícias seguiram a ordem cronológica das ações de Cunha, Dilma e seus pares bem como a dos acontecimentos. Para analisá-las decidimos por reunir as notícias em dois grupos, segundo as formações discursivas que encontramos: conflito e retaliação. A análise das FDs serão trabalhadas em conjunto com a noção de enquadramento.

vezes em seu curto pronunciamento, Dilma fez críticas indiretas a Cunha”. A última frase da notícia repete que antes da decisão de Cunha, a bancada do PT havia decidido votar contra Cunha. As notícias não deixam o leitor esquecer desse fato, lembrando-o ao longo de todo o dia da cobertura.

### **A retaliação**

Essa formação discursiva está presente nas seguintes notícias: “Aliados de Cunha decidem sobre pedido de impeachment de Dilma”; “Após decisão de PT, líderes de oposição vão a gabinete de Cunha”; “Deputados do PT veem retaliação em decisão de Cunha e pretendem ir ao STF.

Compreendemos a retaliação como uma ação que tem por base revidar uma ação anterior. Mendonça e Tamayo (2008), destacam nele o sentido de revide, o qual remete à **Lei de Talião**, criada na Mesopotâmia e que pode ser resumida na frase “olho por olho, dente por dente”. Em síntese, a lei exige que o agressor seja punido em igual medida do sofrimento que ele causou. Tornou-se uma frase popular no Brasil quando alguém quer dizer que não perdoará a ofensa ou a agressão sofrida.

“Aliados de Cunha decidem sobre pedido de impeachment de Dilma<sup>16</sup>” é bastante sucinta. Ao usar a expressão, no primeiro parágrafo, “quando apresentarão” está implícito que a decisão está tomada. Entendemos que o implícito deixa marcas, não é manifestado em palavras, mas está subentendido (Orlandi, 2007). Os implícitos podem se dividir em subentendido e pressuposto. Aquilo que está pressuposto é o que se supõe de forma antecipada,

---

16 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,508959/aliados-de-cunha-decidem-sobre-pedido-de-impeachment-de-dilma.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,508959/aliados-de-cunha-decidem-sobre-pedido-de-impeachment-de-dilma.shtml). Acesso em 16/05/2019

ou seja, não deixa marcações no texto. Já o subentendido, como aponta Maingueneau, “é um tipo de implícito que se evidencia pelo confronto do enunciado com o contexto de enunciação” (2002, p.33). Desta forma, entendemos que ao usar “quando apresentarão” o jornal deixa subentendida a decisão pela aceitação do pedido de impeachment.

No segundo parágrafo, da mesma notícia, encontra-se “O grupo optou por esse caminho após o PT decidir, no Conselho de Ética, votar a favor da admissibilidade do processo de cassação de Cunha”. Aqui podemos perceber claramente a ideia de retaliação. A narrativa jornalística é telegráfica e semelhante a várias outras publicadas nas editoriais de política de outros jornais da imprensa hegemônica. Ao observar essa tendência, Motta, observa que ela imprime ao jornalismo uma “atmosfera mercadológica, a notícia é curta, rápida, fragmentada; tende ao entretenimento, esvaziada que é no seu conteúdo político”. (2002, p.17). O viés mercadológico na cobertura será observado em outras notícias, como veremos adiante.

Na notícia “Após decisão de PT, líderes de oposição vão a gabinete de Cunha<sup>17</sup>” está disposto o subtítulo: “A tese desses aliados é de que ao deflagrar o impeachment de Dilma, Cunha poderia conseguir apoio da população e pressionar membros da oposição no Conselho a repensarem seu voto”. Neste trecho podemos perceber que as ações políticas são pensadas em cascata, um passo para compensar o outro. Após descrever quem entra e quem sai do gabinete de Eduardo Cunha, no terceiro parágrafo o texto destaca a fala do Deputado André Moura (PSC-SE) que diz: “Ele pode fazer hoje, amanhã... Pode dar qualquer coisa” e aponta que Moura defendeu que Cunha dê início ao processo de afastamento

---

17 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na\\_politica,509005/apos-decisao-de-pt-lideres-de-oposicao-va-ao-gabinete-de-cunha.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na_politica,509005/apos-decisao-de-pt-lideres-de-oposicao-va-ao-gabinete-de-cunha.shtml)  
Acesso em 16/05/2019

da presidenta e “acredita que a população não entenderá a decisão como uma vingança.” A fala do deputado (com os parêntesis do jornal) é a seguinte: “Se ele fizer (a abertura do impeachment), isso (vingança) vai ficar muito pequeno”.

Dessa forma, a materialidade do texto, ao tempo em que acentua a ideia de vingança, desqualifica-a no comentário do deputado André Moura. Desqualificar conjuga com a possibilidade de que a ação de Cunha incentiva um interesse maior, magnânimo, o de retirar Dilma Rousseff da presidência. Percebemos uma cobertura que coloca políticos e partidos em atrito, uns contra os outros, como se a política fosse um ringue no qual se tomam decisões levianas. Podemos ver em Locke (1979), a importância da divisão nos poderes Executivo, Legislativo e Federativo para o equilíbrio do poder nas funções do Estado. Divisão rígida e equilíbrio, são colocados por Locke, e não disputas e rixas pessoais.

A palavra retaliação é explicitada já no título da sexta notícia: “Deputados do PT veem retaliação em decisão de Cunha e pretendem ir ao STF<sup>18</sup>”. No último parágrafo a ideia de “golpe” é apresentada quando faz referência à fala do Deputado Paulo Pimenta (PT-RS): “Cunha, associado a partidos da oposição, quer dar o golpe.” A questão do golpe não é discutida, o que nos leva a perceber o silenciamento em relação ao problema apresentado. Orlandi (2008), aponta que a noção de silenciamento, para a análise de discurso de vertente francesa, tem sua materialidade apresentada na relação entre dizer e não dizer. Ao silenciar, pensamos produzir um vazio, porém “O silenciamento deixa seus vestígios e o real dessa história lateja no jogo das versões. Presença-ausente. Em que o sentido silenciado pode ainda sempre irromper.”

---

18 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509025/qQWAdeputados-do-pt-veem-retaliacao-em-decisao-de-cunha-e-pretendem-ir-ao.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509025/qQWAdeputados-do-pt-veem-retaliacao-em-decisao-de-cunha-e-pretendem-ir-ao.shtml) Acesso em 16/05/2019

(Orlandi, 2008, p. 5). A partir da compreensão do silenciamento percebemos que, apesar de não adentrar a noção de “golpe”, o jornal aponta para a possibilidade de Dilma Rousseff sofrer um impeachment com base em crime de responsabilidade (pedaladas fiscais<sup>19</sup>), já que essa era a base do pedido formulado. A prática das “pedaladas” era usada desde 2000 (mandato de Fernando Henrique Cardoso -PSDB<sup>20</sup>), mas isso não foi levado em consideração. Em momento algum foi apontado crime de corrupção por parte de Dilma, o que sim, seria base para o impeachment, como ocorreu com Fernando Collor, em 1992. Desta forma, o jornal lança a ideia de golpe, a partir da fala do deputado, mas não alonga-se sobre a questão, numa tentativa de tornar o fato irrelevante.

Na sétima notícia “Após anúncio sobre impeachment, Dilma se reúne com ministro no Planalto<sup>21</sup>” subjaz as FDs de retaliação e de conflito. O subtítulo “Desde o início da semana, Cunha fez chegar ao Planalto que iria deflagrar o impeachment caso o PT votasse a favor da admissibilidade do processo por quebra de decoro parlamentar que tramita contra ele no Conselho de Ética” dá relevo à forma revanchista com que Cunha agia. No terceiro parágrafo a notícia usa os seguintes termos “apesar de dizerem que o governo está preparado para enfrentar o processo no Congresso, demonstravam perplexidade diante da decisão do presidente da Câmara”. A palavra perplexidade não é explicada, ficando apenas como julgamento de valor. Novamente, uma questão importante é aventada, mas não é explicada.

---

19 Nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar propositadamente o repasse de dinheiro para os bancos que financiam as despesas do governo.

20 Ver mais em <https://www.cartacapital.com.br/politica/perguntas-e-respostas-pedaladas-fiscais-e-o-julgamento-do-tcu-5162/> acesso em 04/05/2020

21 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509028/apos-anuncio-sobre-impeachment-dilma-se-reune-com-ministro-no-planalt.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509028/apos-anuncio-sobre-impeachment-dilma-se-reune-com-ministro-no-planalt.shtml) Acesso em 16/05/2019

A nona notícia “Oposição celebra anúncio de Cunha sobre abertura do processo de impeachment<sup>22</sup>” oscila entre o conflito e a retaliação. O termo “celebrar” denota festejo, alegria, atitudes típicas entre duas linhas ideológicas oponentes e que remete o parlamento brasileiro a um espaço integrado por pessoas de comportamento infantil e irresponsável. No subtítulo, a frase “Guerra é guerra, o PT quis assim, agora toma”, proferida por Paulinho da Força e que é repetida na última frase retoma a ideia de que foi estabelecida uma guerra e que, a cada ação de um lado, equivale a uma reação do outro. Mais uma notícia que evidencia uma cobertura que ridiculariza o campo político e rebaixa o Congresso – um dos pilares da democracia. Como aponta Bobbio (2011, p. 76).

Aquilo que ‘Estado’ e ‘política’ têm em comum (e é inclusive de sua intercambialidade) é a referência ao fenômeno do poder (...). Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de ‘poder’ e de uma análise do fenômeno. Por longa tradição o Estado é definido como *summa potestas* (...). A teoria do Estado apoia-se sobre a teoria dos três poderes (o legislativo, o executivo e o judiciário) e das relações entre eles.

“Cunha diz que Dilma teve ‘participação’ em crime de responsabilidade<sup>23</sup>”. O título da décima notícia do conjunto selecionado coloca aspas em “participação”. O uso de aspas gera dúvidas no leitor. Para Maingueneau (1997, p.91)

---

22 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509031/oposicao-celebra-anuncio-de-cunha-sobre-abertura-de-processo-de-impeac.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509031/oposicao-celebra-anuncio-de-cunha-sobre-abertura-de-processo-de-impeac.shtml) Acesso em 16/05/2019

23 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna\\_politica,509034/cunha-diz-que-dilma-teve-participacao-em-crime-de-responsabilidade.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/interna_politica,509034/cunha-diz-que-dilma-teve-participacao-em-crime-de-responsabilidade.shtml) Acesso em 16/05/2019

a expressão ou palavra aspeada é ao mesmo tempo usada e mencionada, dependendo, conseqüentemente, da “conotação autonímica”. Os lógicos distinguem, em textos já clássicos, a menção de um termo que consiste em uma remissão autonímica e seu uso. A palavra entre aspas apresenta a particularidade de acumular menção e uso.

Entendemos que o emprego das aspas é uma tentativa do jornal de eximir-se da responsabilidade do que Cunha afirma. Entretanto, como dissemos anteriormente, as escolhas feitas pelo jornalismo não podem ser consideradas casualidade, são opções, as quais revelam intenções políticas e econômicas.

### **Conflito/retaliação**

Três notícias que integram o corpus abrangem, simultaneamente, as FDs de conflito e retaliação: «Cunha Diz à Aliados Que Deve Soltar Impeachment Nesta Semana»; “Deputados do PT Veem Retaliação em Decisão de Cunha e Pretendem Ir ao STF” e “Após Anúncio Sobre Impeachment, Dilma se Reúne Com Ministro no Planalto”. Todas seguem o padrão de enquadramento das notícias analisadas anteriormente, o qual privilegia os acontecimentos políticos do país como um espaço de disputa e confronto, em que sobressaem acusações entre membros de dois partidos e o jogo de forças entre a Presidenta do Brasil e o Presidente da Câmara dos Deputados.

Destacamos o caso da notícia “Cunha diz a aliados que deve soltar impeachment nesta semana<sup>24</sup>”. O conflito é expresso no sub-

24 Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na\\_politica,508990/cunha-diz-a-aliados-que-deve-soltar-impeachment-nesta-semana.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/12/02/inter-na_politica,508990/cunha-diz-a-aliados-que-deve-soltar-impeachment-nesta-semana.shtml). Acesso em 16/05/2019

título: “Nesta tarde, após a sessão relâmpago do conselho, a bancada petista no colegiado manteve o tom das críticas a Eduardo Cunha”. Há uma falta de conexão entre título e subtítulo. Enquanto o primeiro foca na ação de Cunha, o subtítulo, adjetivado com a palavra crítica, vai em outra direção. O uso do adjetivo, a nosso ver, expressa o desejo de realçar e acirrar a disputa e não meramente relatar os fatos. Tal realce, a nosso ver, vai ao encontro das observações de Motta acerca do papel da mídia na contemporaneidade:

O processo político ficou inexoravelmente dependente e condicionado e passou a ser um prolongamento da mídia em geral e da imprensa em particular. Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real (2002, p. 16/17).

A partir de tais colocações, salientamos que nada é fortuito na prática jornalística, ao contrário, ela é permeada de escolhas, projeções e silenciamentos. As notícias participam ativamente da construção do real. O CB, portanto, optou pelo realce do conflito bem como da retaliação, como pode-se observar no primeiro parágrafo da matéria:

Irritado com a decisão do PT de declarar voto contrário a ele no Conselho de Ética, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), disse a aliados nesta quarta-feira (2/12) que não deve soltar hoje o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mas a medida deve ser tomada até o fim da semana.

A objetividade jornalística – noção contestada por pesquisadores como Nelson Traquina (2004) e Nilson Lage (2014) - mas invocada por jornalistas e empresários da mídia sempre que confrontados por omitir ou dar relevo a um posicionamento restrito, é totalmente deixada de lado na cobertura em análise. Há uma insistência dos jornalistas sobre qual o estado mental do então presidente da Câmara. Nessa mesma notícia isso é mais uma vez salientado no penúltimo parágrafo quando é incluída uma declaração do deputado Zé Geraldo (PT-PA): “O risco continua, a instabilidade continua. O presidente Cunha não é confiável, ele não pensa no Brasil”. O que seria pensar no Brasil? o jornalista, ao menos, poderia instigar o deputado a explicar melhor essa frase. De acordo com o **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros** no capítulo I- Do direito à informação, art. 2o., inciso III estabeleceu-se que: “a liberdade de imprensa, direito e pressuposto do exercício do jornalismo, implica compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão”. Certamente, não há nenhum interesse para a sociedade saber sobre os humores ou sentimentos de vingança que movem este ou qualquer outro político. A cidadania é promovida por meio de abordagens densas, analíticas e que permitam que o público possa, a partir de então, tirar suas próprias conclusões. Ao contrário, no corpus analisado, configurou-se uma cobertura jornalística espetacular, visto que trata fatos extremamente relevantes de forma superficial, descontextualizada e como fora uma pantomima sensacionalista.

### **Considerações finais**

Qual a relevância desse bate-boca apresentado pelo jornal para a formação da cidadania? certamente, não contribuiu para

que o leitor construísse uma opinião crítica e autônoma, valores que sustentam o artigo 2o. do **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, que versa sobre o direito à informação.

Ser bem informado é condição *sine qua non* para que se possa exercer a possibilidade de se posicionar de forma consciente sobre fatos tão relevantes para a democracia brasileira como os que ora analisamos. Entretanto, o **CB** optou por incitação à disputa por meio de enquadramento e agendamento - noções discutidas nas teorias do jornalismo e que, segundo Neveu (2006, p.144), ajudam-nos a pensar sobre a hierarquização da informação e a insistência na divulgação de determinados temas. O conflito e a retaliação foram dispostos no centro da ribalta sem que se tivesse o cuidado de explicar os meandros do jogo político que estava sendo encenado; os interesses em disputa; o papel da oposição; a gravidade das consequências.

A imprensa, vista como “instância fiscalizadora do Poder Público e suas subdivisões” (Silva, 2002, p. 48), o que frequentemente a coloca na posição de 4º poder, aquela que fiscaliza os outros poderes e dá visibilidade a coisa pública (Silva, 2002) é uma das máximas que sustenta a noção de jornalismo cívico, de interesse público. A visão de jornalismo como o quarto poder, iniciada no século XIX, o colocava como imparcial e objetivo, mas no caminhar das pesquisas no campo começou-se a perceber a presença da subjetividade do sujeito do discurso (Silva, 2015). Já Afonso de Albuquerque (2000, p. 43), sobre a imprensa brasileira, afirma que “Mais do que meramente contribuir para o equilíbrio entre os poderes constituídos, a imprensa brasileira tem reivindicado autoridade para, em casos de disputas entre eles, intervir em favor de um poder contra o outro, a fim de preservar a ordem pública.” Uma visão Poliana a nosso ver, inclusive corroborada

com o fato de que o **CB** não se mostrou à altura de tal preceito. Construiu uma narrativa novelesca, em que os fatos foram apresentados com protagonistas e antagonistas, construindo um enredo vendável, transformando a notícia em mercadoria. Trata o leitor como consumidor e não como cidadão.

Das 12 notícias analisadas, as formações discursivas encontradas, conflito e retaliação, fazem referência a pessoas, partidos e ideologias. Como apontam Prado e Prates (2019, p. 63) “a batalha entre direita e esquerda no processo de impeachment se deu em nome do ‘povo brasileiro’, evocado pelos dois lados do conflito”. Os interesses do povo, entretanto, não foram discutidos e sopesados nas matérias analisadas.

Também observamos no corpus títulos, frases aspeadas, adjetivos todos utilizados com a intenção de atiçar os ânimos entre governistas e opositoristas. Palavras como guerra, vingança, olho por olho, etc. são usadas à exaustão, tornando o discurso jornalístico repetitivo, raso, tanto do ponto de vista da linguagem quanto dos temas discutidos. Ressaltamos, por fim, que nenhuma das notícias aprofundou o tema com explicações sobre a ideia de democracia, de ética na conduta política e de responsabilidades para com o cargo exercido pelas personagens em questão.

A AD francesa também nos proporcionou observarmos como a prática discursiva foi sendo construída permitindo-nos adentrar nos silenciamentos, nas ênfases e nas repetições das notícias. Como é sabido, a AD francesa não é um método quantitativo que busca alcançar uma versão absoluta e definitiva sobre o acontecimento. Estamos cientes de que outras análises são possíveis e bem vindas.

Por fim, apesar de termos concentrado-nos em um único dia de cobertura, consideramos que os resultados encontrados

estendem-se para além do corpus, caracterizando boa parte do jornalismo político praticado no Brasil.

## Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. In: **Contracampo**, n. 12, p. 23-57, 2000.

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado). In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

APOLINÁRIO, Paulo Henrique; ALMEIDA, João Flávio de. A pós-verdade no jornalismo brasileiro durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. In: **Revista UNAERP**, n. 10, dezembro de 2018.

BIERNATH, Carlos Alberto Garcia; SILVA, Marcelo da. Entre subjetividade, manipulação e efeito de verdade: problemáticas do jornalismo como “Quarto Poder”. In: *Revista Múltiplicidades*, Vol IV, Ano V, Bauru\_SP, P. 85 – 99, junho, 2015.

BIROLI, Flávia. O jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia. In: **XXI Encontro Anual da Compós**, Juiz de Fora, 2012.

BOURDIEU, P. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

COOK, Timothy E. O jornalismo Político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n 6, Brasília, dezembro de 2011.

FAUSTO NETO, Antônio. “Tchau, querida”: leitura do impeachment. In: **ANIMUS – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. V. 15, N. 30, 2016.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 4a. Ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidade. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, v. 4, n. 1, nov. 2007.

GUAZINA, Liziane. **Jornalismo em busca da credibilidade: A cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese (doutorado em comunicação) – Faculdade de Comunicação, Brasília, 2011.

GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno (Orgs). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

HOTHBEG, Danilo. “Enquadramentos midiáticos e sua influência sobre a consolidação de direitos de crianças e adolescentes” in *Opinião Pública*, Campinas. vol 20, no 3, dezembro de 2014. <https://www.scielo.br/pdf/op/v20n3/0104-6276-op-20-03-00407.pdf>

LAGE, Nilson. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25,Jan-Jul, 2014.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril, 1979.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. (2a ed.). São Paulo: Cortez, 2002.

MENDONÇA, H.; TAMAYO, A. Valores pessoais e retaliação organizacional: estudo em uma organização pública. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v.2, n. 2, p. 189-200, 2008.

MORAES, D. de. Comunicação, Hegemonia e Contra - hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff**. São Paulo: Globo Livros, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política: o caso do Jornal Nacional. In: **XVII Encontro da Com-pós**, São Paulo, 2008.

NEVEAU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. A atuação das agências de notícias nacionais – *Estado, Folhapress e O Globo* – como distribuidoras de conteúdos no interior dos conglomerados de mídia brasileiros. In: **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 518-540, maio-agosto 2014.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. In: **Encontro Regional Sul de História da Mídia**, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. Silêncios: presença e ausência. In: **ComCiência**, no.101 Campinas, 2008.

PRADO, José Luiz Aidar; PRATES, Vinicius. O significante “povo brasileiro” na crise política do impeachment de Dilma Rousseff. In: GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno (Orgs). **(Des)construindo uma queda: a mídia e o impeachment de Dilma Rousseff**. Florianópolis: Insular, 2019.

PRIOR, Helder. O escândalo político como experiência narrativa. In: **Brazilian Journalism Research**, Vol II, N. 2, 2015.

SILVA, Luiz Martins da. “Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições”. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder. Brasília**, DF, Editora da UnB, 2002, pp. 47-74.

VELOSO, M. do S. F. Imprensa e Contra-hegemonia na Amazônia: o caso do Jornal Pessoal. In: **Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 49-57, jan.-abr. 2009.

GOOGLE+ FACEBOOK  
YOUTUBE COMMUNICATION  
POPULAR WORDPRESS  
FRIENDS MEDIA  
MOBILE FLICKR  
COMMUNITY PEOPLE  
INFORMATION CONTENT  
SHARE  
INTERNET MON  
RADION  
DATA  
SOCIAL



ISBN: 978-85-400-2763-3



9 788540 027633